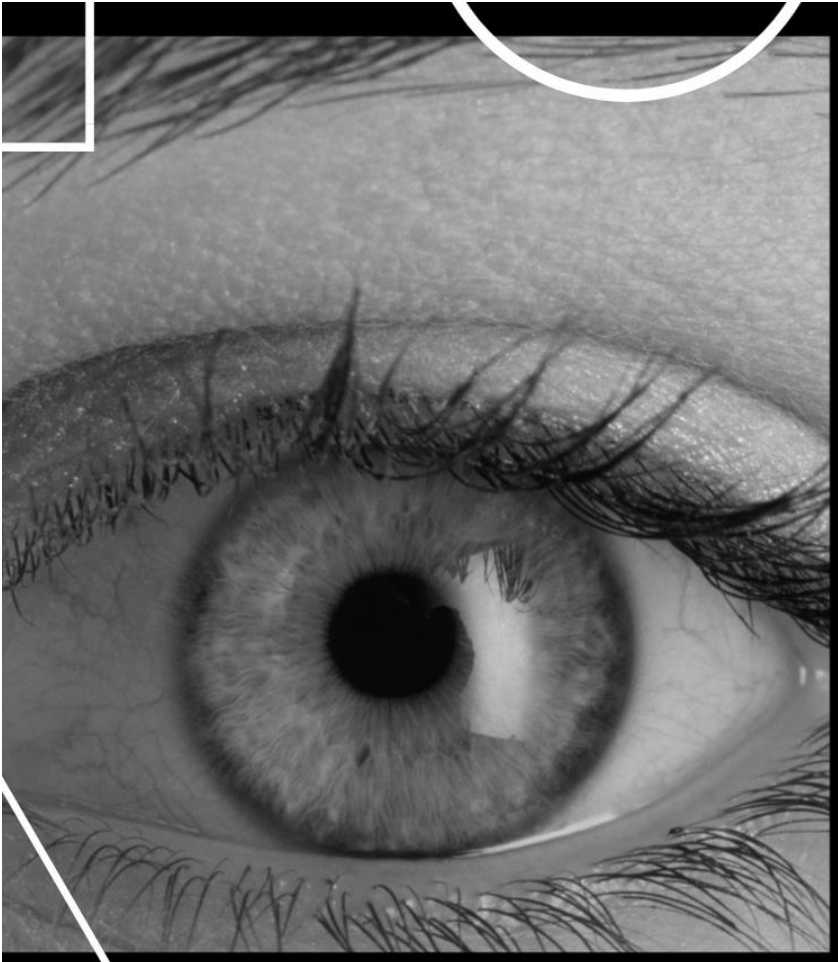


CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA

(ORGANIZADOR)

VOLUME 1

Editora Poisson

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 1

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2023

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569
Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 1/ Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson,2023

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-342-3
DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Gestão estratégica para quem? Uma leitura geohistórica do espaço carioca em busca de uma agenda urbana democrática 07

Valter Luiz de Macedo

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.01

Capítulo 2: Os transportes pela modalidade ônibus como forma principal dos deslocamentos no Rio de Janeiro e os constrangimentos à mobilidade das camadas populares 19

Mauro Kleiman

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.02

Capítulo 3: O papel dos micros e pequenos incorporadores imobiliários face a mudanças na infraestrutura de transportes na reconfiguração dos subúrbios do Rio de Janeiro27

Mauro Kleiman

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.03

Capítulo 4: Transformações, permanências e persistências no rural-urbano da Comunidade Palestina em Manacapuru/AM 38

Susane Patrícia Melo de Lima, Kennely de Oliveira França Andrade

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.04

Capítulo 5: A trajetória da política de assistência social brasileira e a participação do Serviço Social na consolidação da política pública 50

Ellen Ramalho da Cunha, César Albenes de Mendonça Cruz

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.05

Capítulo 6: O trabalho do assistente social nas políticas públicas 58

Adriana Kelly da Silva Cardoso, César Albenes de Mendonça Cruz

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.06

Capítulo 7: Covid-19: histórico, desafios e perspectivas para o futuro - uma análise dos impactos sociais, econômicos e políticos no Brasil 69

Marcos Roberto da Gama Cotta, César Albenes de Mendonça Cruz, Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: A atuação dos profissionais da rede de ensino de um município de pequeno porte na prevenção e identificação da violência sexual na primeira infância 84

Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta, Marcos Roberto da Gama Cotta, César Albenes de Mendonça Cruz

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.08

Capítulo 9: Cognitivismo e humanismo: a função teleológica das habilidades sociais na solução de problemas interpessoais 94

Fabio Biasotto Feitosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.09

Capítulo 10: A experiência de regulamentação da Cannabis na Colômbia: lições para a criação de políticas públicas para a Cannabis no Brasil 106

Carlos Eduardo Araújo, César Albenes de Mendonça Cruz

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.10

Capítulo 11: Breve desdobramentos políticos: gênero e perspectivas na realidade latino-americana 115

Larissa Aparecida Dionizio

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.11

Capítulo 12: A transgressão como resistência em *El nombre* de Griselda Gambaro .. 126

Cássia Peres Martins, Roselene de Fátima Coito

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.12

Capítulo 13: Aurora de amor: a transmissão de memórias dos carnavais de outrora 139

Maria Paula Maciel

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.13

Capítulo 14: Regulamentação da propriedade intelectual no Brasil com enfase nas patentes verdes 150

Maria Goreth da Silva Nogueira

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.14

SUMÁRIO

Capítulo 15: Das primeiras teorias científicas ao pragmatismo de Pierce 161

Elen Gomes Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.15

Capítulo 16: Mapeamento do processo produtivo de uma empresa de alimentação: o caso da torta da Ju, na cidade de Mossoró / RN 169

Jacinta de Fátima Martins Malala, Ana Augusta da Silva Campos, Andrea Kaliany Costa Lima, Fábio Ricardo Procópio de Araújo, José Orlando Costa Nunes, Iris Samara de Souza Saraiva

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.16

Capítulo 17: O protesto do contrato de honorários advocatícios 177

Milton Gordo Neto

DOI: 10.36229/978-65-5866-342-3.CAP.17

Autores 188

Capítulo 1

Gestão estratégica para quem? Uma leitura geohistórica do espaço carioca em busca de uma agenda urbana democrática

Valter Luiz de Macedo

Resumo: Este texto toma a cidade do Rio de Janeiro em seu processo histórico de produção de desigualdades socioespaciais para questionar modelos contemporâneos de gestão urbana que olham as cidades como se empresas fossem e as colocam em constante competição para atração de capital privado. Analisando a produção do espaço citadino ao longo do tempo e as atuais inserções de agentes privados na oferta de serviços e infraestruturas em nossas cidades, promovidas pelo dito planejamento estratégico, ressaltamos seus paradoxos e questionamos seus discursos. Lembramos que uma agenda urbana que se pretenda inclusiva, participativa e democrática não coaduna com uma gestão da cidade voltada fundamentalmente para segmentos hegemônicos de sua dinâmica econômica. Recorrendo à Geografia Histórica como método, este texto infere sobre permanências e possibilidades que se evidenciam em nossas cidades de uma forma geral.

Palavras-chave: Cidade do Rio de Janeiro, planejamento estratégico, desigualdades socioespaciais, direito à cidade, gestão urbana democrática.

1. INTRODUÇÃO

Um caminho profícuo para pensarmos em uma agenda urbana democrática na contemporaneidade, em um mundo complexo e sustentado por processos múltiplos geradores de desigualdades em diferentes aspectos, é questionar discursos e práticas de modelos de gestão das cidades à luz de seus resultados observados. Nestes tempos em que o neoliberalismo insiste em tentar se impor como "pensamento único", defender uma agenda urbana inclusiva impõe reafirmarmos a cidade como expressão de diversidades e diferentes dimensões, sem que uma delas busque capturar para si estruturas e instituições viabilizadoras, em essência, do interesse público próprio da pólis.

Refletindo sobre tais questões, tomamos como objeto de análise a cidade do Rio de Janeiro, seu processo histórico de (des)estruturação urbana e sua realidade socioespacial e de gestão em nosso tempo. Assim, lembramos que tal cidade experimentou, desde início dos anos 1990, uma forma neoliberal de gestão do espaço urbano consubstanciada através de seu plano estratégico. Sem ser fato isolado, tal opção representou a adoção do que se mostrava como tendência no urbanismo europeu naquele momento a partir da preparação de Barcelona/Espanha para sediar os Jogos Olímpicos de 1992. Tal modelo de gestão tem se apoiado em um discurso garantidor de um perfeito atendimento, por parte das cidades, às imposições de uma economia globalizada e flexível uma vez que diz combinar elementos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Neste paradigma, seus gestores pensam a cidade como um centro avançado de atividades terciárias e, tomando por pressuposto um crescente protagonismo político dos governos locais frente aos Estados Nacionais, passam a buscar a parceria público-privado para o financiamento de grandes obras urbanísticas capazes de projetar as cidades em escala global, destacando atributos discursados como "o que elas possam melhor oferecer". Passam a construir uma grande estratégia de *marketing* a partir do principal "produto de venda" que tais cidades possam produzir.

No entanto, muitos questionamentos são imediatamente apontados e, em nosso texto, um em especial se refere ao motivo pelo qual podemos acreditar na manutenção da cidade desigual territorialmente mesmo diante deste discurso redentor do planejamento estratégico. Assim, delineamos o caminho para se investigar as intervenções e planejamento das cidades como modalidade de regulação e segregação. É, neste sentido, que a recuperação histórica destas formas de regulação levadas à prática no Rio de Janeiro é tomada: 1) como forma de repensarmos sua própria história urbana e, em muitos sentidos, também a do Brasil por conta da centralidade que tal cidade desempenhou como sua capital por quase duzentos anos, em um período que marca a passagem de um Brasil Colônia para um Brasil Império e ainda, República; e 2) como mecanismo a evidenciar que a produção estrutural de segregação socioespacial urbana ao longo do tempo é plenamente reafirmada na contemporaneidade apesar do discurso neoliberal pretensamente redentor para as cidades.

2. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUA URBANIZAÇÃO CAÓTICA

O Rio de Janeiro é efetivamente a segunda cidade mais antiga do Brasil. Foi fundada no ano de 1565 no início da colonização do território brasileiro pelos portugueses e, de dimensões restritas nos primeiros séculos de sua história, se expandiu e se tornou uma importante metrópole nacional e uma das vinte maiores cidades no mundo atual. Com uma área de 1.255 km^2 e uma população superior a 6,3 milhões de habitantes (BRASIL, 2023), é, hoje, a segunda maior aglomeração urbana brasileira. No entanto, como toda grande cidade de país do "sul global", passou por um rápido e caótico crescimento com forte desigualdade social como característica mais marcante de sua realidade, negando os resultados do desenvolvimento

econômico à maior parte de sua população e historicamente estruturando seu espaço com base na diferenciação e desigualdade internas.

A urbanização acelerada e desordenada, atrelada à industrialização, pela qual passou o país, criou nas cidades brasileiras formas espaciais que prevaleceram contra qualquer lógica planejadora e democrática e trouxe consequências danosas tanto à sociedade como um todo e às camadas mais pobres, em especial, quanto ao meio ambiente. Contraface da desigualdade socioespacial, a pobreza se expandiu de maneira generalizada. Atualmente, como exemplo, uma parcela significativa da população nos grandes centros mora em algum tipo de residência irregular e/ou precária.

Mesmo tendo deixado de ser o centro político do país (Brasília foi construída para ser a nova capital, centralmente localizada no território nacional), bem como seu centro econômico (São Paulo, há décadas, assumiu esta função), a cidade do Rio de Janeiro se mantém como referência histórica, cultural e turística para o país, sendo a segunda metrópole mais importante da rede urbana brasileira. Metrópole, aliás, reflexo e condicionante das incoerências vividas por um país contraditório como o Brasil. Como exemplo, lembramos que a quase totalidade dos bairros de alto padrão econômico no Rio de Janeiro localiza-se nas "zona sul" e "zona oeste" da cidade, onde estão concentrados os serviços de infraestrutura apesar da malha urbana ser mais densa na "zona norte".

Paralelamente ao crescimento dos grandes problemas urbanos e da própria expansão do que entendemos por urbano para realidades atuais que se aproximam de um "urbano regional" ou mesmo "mega regiões" (LENCIONI, 2015), o "pensar" sobre a cidade tentava e tenta, sem efetivos resultados, dar conta de suas contradições. Reafirmamos o destaque conferido ao Rio de Janeiro quando observamos que a própria história do Urbanismo e do Planejamento Urbano no Brasil expressa em significativa medida o histórico dos planos elaborados para tal cidade e das intervenções por ela experimentadas. A própria mega região São Paulo-Rio de Janeiro, indicada por Lencioni (2015, p. 10) como "a urbanização regional de maior expressão no Brasil e no hemisfério sul", é atualmente um desafio para pensarmos políticas públicas que busquem diminuir desigualdades regionais uma vez que concentra significativamente população e estrutura produtiva do país.

Neste texto, queremos mostrar como conceitos e procedimentos enaltecidos como "novos" pelo planejamento estratégico, adotado no Rio de Janeiro, são, na verdade recorrentes na história do país. Assim, partimos da já referida premissa de que um caminho profícuo para se questionar a estratégia discursiva da gestão neoliberal carioca é aquele que aponta para um longo e importante período no qual, muito antes da consolidação de um poder público interventor no espaço urbano brasileiro, agentes privados eram os responsáveis por grandes parcelas de solo que, postas à mercantilização, eram convertidas em arranjos territoriais e de controle (FRIDMAN, 2017; MACEDO, 2002). Portanto, voltaremos ao passado para investigar se a atual realidade urbana carioca (e brasileira, de uma forma geral) reafirma antigas contradições ao invés de superá-las.

3. DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

A maior parte dos referenciais físicos nas aglomerações urbanas do Brasil colonial tinha expressiva vinculação ou com os valores religiosos da sociedade da época ou com os marcos necessários à segurança do território. Era este o cenário a se esperar de cidades fundadas em meio ao processo expansionista ultramarino português por um Estado católico em pleno domínio da Igreja sobre o modo de compreender e "fazer" o mundo.

Pelo sistema de capitanias hereditárias, a Coroa repassava para a iniciativa privada a tarefa e os custos da colonização na qual, através das sesmarias, era o agente privado quem teria a obrigação de realizar benfeitorias na terra. Nas cidades coloniais, foram também evidenciadas estas práticas. A título de exemplo, serviços urbanos como abertura de ruas, calçamentos e coleta de lixo eram de responsabilidade de moradores proprietários. Daí resulta a constatação de que a estruturação e o desenvolvimento das cidades estavam vinculados aos interesses e ações de seus habitantes economicamente e politicamente dominantes.

A elevação da cidade do Rio de Janeiro, em 1763, ao posto de capital da colônia (por conta de sua posição geográfica em relação às áreas mineradoras) determinou uma fase em que foram realizadas as primeiras obras de melhoramentos urbanos, estradas e infraestrutura portuária. Proprietários particulares, ordens religiosas e altos comerciantes detinham o poder de decisão sobre os acontecimentos da capital, sendo responsáveis diretos por suas principais transformações.

No contraponto, destacamos ainda o caso das irmandades negras, congregadoras de escravos e "pretos forros", como um dos agentes transformadores do espaço carioca. Como instituições permitidas pelo poder central, retrataram a própria história dos conflitos sociais existentes à época uma vez que a estratificação presente na sociedade colonial se evidenciou também através do processo de ocupação dos espaços urbanos (FRIDMAN e MACEDO, 1997). As igrejas dos negros, bem como suas moradias, sempre ocuparam áreas consideradas menos nobres da cidade que, assim, crescia social e espacialmente segregada.

Uma outra lógica de estruturação do espaço carioca só começou a ser observada com a chegada da Corte em 1808 (em fuga da Europa ocupada por Napoleão) quando, por ordem direta do governante, a cidade ampliava a sua infraestrutura. A este tempo, o Brasil passou a ser a sede da monarquia portuguesa e o Rio de Janeiro, que começara a viver alguns tímidos sinais de expansão e melhoramentos a partir de sua elevação ao posto de capital da colônia, evidenciou suas limitações físicas e a insuficiente estrutura urbana, ainda mais para receber um contingente quantitativamente e qualitativamente exigente como a comitiva portuguesa. Grandes foram os conflitos com a população local. A pequena cidade de apenas 46 ruas, 19 largos, 6 becos e 4 travessas não tinha como acomodar satisfatoriamente, e sem prejuízos para a sua população "nativa", tamanho contingente. Funcionários reais recorreram à violência, obrigando moradores das casas escolhidas a abandoná-las em prol dos recém-chegados.

No entanto, passados os contratempos iniciais, a instalação da realeza impulsionou dinâmicas importantes para tirar o Rio de Janeiro da letargia econômica e cultural em que mergulhara desde os primeiros sinais de declínio da atividade mineradora. Começava, para a cidade e para todo o Brasil, um outro momento de sua urbanização e de história. Inclusive, em 1822, deixaria sua condição de colônia em prol de um império "independente" e, posteriormente, em 1889, uma república. O espaço interno da cidade, suas heranças e novos movimentos, dialeticamente denota e retroalimenta as desigualdades em tela.

4. SÉCULOS XIX E XX: EXPANSÃO DA MALHA URBANA E DE SUAS CONTRADIÇÕES

Dos mais diversos pontos de vista (político, econômico, social e, também, urbano), o século XIX se consolidou como de fundamental importância para a história da cidade do Rio de Janeiro, articulando-se ao fato de que também o fôra para o próprio país. O Brasil, subjugado em um contexto de transformações mundiais a partir da Revolução Industrial e seus

desdobramentos, acabou por adotar um novo sistema econômico e administrativo cujos reflexos foram evidenciados também em sua capital. Foi a partir dos novecentos que a cidade começou a se transformar de maneira efetiva em relação à sua forma urbana, tanto na aparência quanto no conteúdo (ABREU, 1988), tornando evidente suas desigualdades e agentes para elas concorrentes.

É fato já dito que, desde a chegada da família real portuguesa e sua corte ao Rio de Janeiro, várias transformações foram impostas à cidade. Os novos agentes e interesses, presentes a partir daquele momento, e representados pelas novas classes sociais, atividades econômicas e instituições políticas, acabaram determinando novas modalidades de convivência social e conseqüentemente novas práticas urbanas. Data deste período o início de tentativas mais efetivas (mas sem o sucesso esperado) na procura por soluções para antigos problemas da cidade como a provisão de água potável e os serviços de saneamento.

A partir da independência do país, o Rio de Janeiro passou a atrair parcelas cada vez maiores de imigrantes e, desde a metade do século XIX, segundo Abreu (1988), começou a receber também significativos investimentos externos, capital em busca de novas fontes de reprodução. Esta nova realidade viria a interferir diretamente na sua organização interna, acumulando-a de contradições. Ela crescia e tornava cada vez mais evidente a necessidade de intervenção em questões como saneamento, transportes e demais aspectos de uma infraestrutura básica.

Neste contexto, a segunda metade do século foi importante, do ponto de vista urbano, por uma série de grandes empreendimentos no setor público viabilizados por capitais privados estrangeiros que na cidade aportaram a convite do próprio Estado. Foi do início deste período o estabelecimento do primeiro sistema coletivo de transporte e da primeira via férrea no Rio de Janeiro, além da inauguração do seu sistema de iluminação a gás, da construção do primeiro túnel e a circulação dos primeiros bondes pela cidade (BARREIROS, 1965), que foi assim se articulando e se estruturando de acordo com os interesses do capital estrangeiro no atendimento aos padrões necessários à inserção do país na nova divisão internacional do trabalho.

Os últimos anos do século XIX se constituíram em marco fundamental deste processo. Extinta legalmente a escravidão e iniciado o período republicano brasileiro, o Rio de Janeiro teve a sua importância reafirmada como capital e centro de atração da mão-de-obra livre. Novas imposições foram feitas à cidade sem que ela tivesse ainda resolvido a maioria de seus antigos problemas. O início dos serviços de eletrificação e a ocupação de sua "zona sul", por parcelas mais abastadas da população, ocorreram ao mesmo tempo em que ainda se procuravam soluções para problemas como déficit de moradia na área central para os habitantes subalternizados social e economicamente e sem condições de mobilidade e, também, a falta de medidas definitivas em relação à saúde pública.

Um olhar atento ao cotidiano noticiado no período revela que, das próprias contradições do novo sistema econômico, surgiam e se nutriam os embates vividos no meio urbano. No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, uma pesquisa a distintas edições do "Jornal do Commercio", referência da época, é reveladora neste sentido. Concordamos com Maricato (2000) quando afirma que a maior parte das abordagens históricas sobre o urbanismo brasileiro se restringiu à pesquisa das ideias como se o objeto não incluísse também a evolução do espaço e de suas práticas sociais.

Diante da impossibilidade de apresentarmos aqui todos os resultados das consultas realizadas às edições do "Jornal do Commercio" no período 1879/1884, adiantamos que os temas mais recorrentes se referiam a problemas como falta d'água, intervenções da comissão

sanitária, mortes por epidemias, concessões de ferro-carris, implantação de novos serviços urbanos (transportes e comunicações), loteamentos, abertura de novas ruas e uma preocupação com o uso das posturas municipais. Tais assuntos ilustram o cenário em que vivia a cidade carioca no qual o "novo" haveria de conviver com o "antigo" fazendo com que as mudanças observadas fossem apenas parciais e restritas.

O crescimento rápido e desorganizado verificado em fins do século XIX determinou uma realidade bastante problemática no alvorecer do XX. No contexto da proibição legal à escravidão e das contradições da própria sociedade brasileira como um todo, a cidade passou a receber grandes contingentes de imigrantes europeus e de ex-escravos, atraídos pelas oportunidades que ali se abriam ao trabalho assalariado. Fato que, aliado a uma gestão limitada dos processos, faz aumentar os problemas de habitação e higiene na cidade. Tratada como questão nacional, a reforma urbana efetivada no início do século XX sustentou-se no tripé "saneamento, abertura de ruas e embelezamento", tendo por finalidade atrair capitais estrangeiros para o país. A máxima do ser preciso sanear a cidade estabelecia, para isso, que as ruas deveriam ser mais largas, criando condições para arejar, ventilar e iluminar "de forma melhor" os prédios. Ruas mais largas estimulariam igualmente a adoção de um padrão arquitetônico "mais digno" de uma cidade-capital.

A reforma constituiu, sem dúvida, em uma ruptura no processo de estruturação espacial do Rio de Janeiro, um ponto de inflexão no qual a cidade colonial cedeu lugar, de forma definitiva à cidade burguesa moderna do século XX que tinha como parâmetros as metrópoles européias. Este fato seria, para Ribeiro e Cardoso (1994, p. 81), a expressão de um maior predomínio das novas elites formadas e fortalecidas pela atuação do Estado, criando uma cidade "para inglês ver" de acordo com os interesses destes atores sociais.

Em relação aos principais padrões de intervenção urbana observados no Brasil e Rio de Janeiro durante todo o século XX, lembramos que as experiências de planejamento das cidades brasileiras a partir da década de 1930 se caracterizaram pela adoção de planos urbanísticos. Essas experiências prosseguiram, ao longo dos períodos posteriores, com a crescente institucionalização de organismos municipais especializados na gestão do desenvolvimento urbano. Identificamos esta fase como aquela marcada pela adoção em série dos chamados "planos-discurso" (aqueles em que as preocupações sociais são apenas incorporadas ao texto e, portanto, se distanciam da prática). Tal prática se estenderia pelas décadas seguintes e, nos anos de 1950, no bojo dos processos de desenvolvimento econômico e de modernização administrativa, a intervenção sobre as cidades passaria a ser fortemente determinada pelo ideário do modernismo.

Os anos de 1960 seriam marcados por planos ainda mais pretensiosos que, para fugir do desprestígio dos anteriores não implantados, receberam dos elaboradores uma grande variedade de outras denominações como "Plano Urbanístico Básico", "Plano Diretor" e "Plano Municipal de Desenvolvimento". No entanto, apesar dos gastos para elaborá-los, estes planos, de uma forma geral, também foram destituídos de prática.

Durante a ditadura militar brasileira estabelecida em 1964, o planejamento urbano passou a ser adotado como uma estratégia nacional, com a criação de órgãos especializados e com a reformulação do modelo de intervenção, privilegiando o planejamento de caráter interdisciplinar ainda que "de cima para baixo". O autoritarismo da época, segundo Maricato (1997), produziu um saber tecnocrata especializado sobre o urbano diferente, contraditoriamente, da realidade do município a que se destinava. Foi neste momento que, seguramente, mais se produziram planos diretores no país ao mesmo tempo em que as cidades cresciam exponencialmente desordenadas e injustas.

Diante do "fracasso e desmoralização dos planos urbanísticos" (MARICATO, 1997, p. 120) e expressão da redemocratização que se efetivava no país nos anos 1980, um contraponto foi a mobilização constituída por uma ampla frente de participação e negociação entre diversos agentes sociais (pensadores e entidades de classes relacionadas ao urbano) no sentido de propor medidas para uma cidade/sociedade mais igualitária via Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que muito refletiu questões como "direito à cidade" e "justiça social" na esteira de obras seminais como Lefebvre (1978) e Harvey (1980).

O Movimento foi, sem dúvida, o auge da mobilização social para o enfrentamento democrático das carências do urbano no Brasil e nos deixou ganhos inquestionáveis para a jornada pretendida. Uma primeira conseqüência foi o fato da Constituição Federal de 1988 estabelecer que todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes devem elaborar, e com mecanismos de participação diversificada, o seu próprio plano diretor. Esta tentativa de restabelecer o prestígio perdido por tal instrumento foi reforçada com ganhos normativos (a serem testados na prática de uma sociedade historicamente assentada nas desigualdades) como a primazia da função social da terra e a definição de instrumentos urbanísticos de controle fundiário e de participação democrática na gestão urbana.

Após décadas de planejamento urbano que incorporava o Estado como a figura central discursando em prol do equilíbrio econômico e social e de um mercado de massas, os anos 1990 confirmaram o colapso deste modelo e anunciariam mudanças estruturais rumo ao que Harvey (1996) chamou de "empresariamento urbano". No contexto de uma globalização neoliberal, a dita rigidez da administração estatal foi substituída por um discurso em prol de uma aludida flexibilidade nas relações de produção, de trabalho e de consumo. Em termos de planejamento urbano, uma série de "surpresas" foram observadas quando, por exemplo, "antigas bandeiras da esquerda democrática acabaram nas mãos conservadoras de agências internacionais de desenvolvimento" (MARICATO, 1997, p. 117).

As questões apontadas aqui formam uma parte dos impasses postos à gestão urbana e, por conseguinte, também ao modelo de intervenção que passa a vigorar no Rio de Janeiro, "cidade das operações interligadas", como pronunciava o ex-prefeito Luís Paulo Conde (1997-2000). Pensar o planejamento estratégico é discutir seu contexto, seu discurso e seus instrumentos em confronto com as ideias de "direito à cidade", por exemplo. É discutir os paradoxos de se ver esta mesma cidade como se uma empresa fosse e as implicações da diminuição do seu caráter político, uma vez considerada como unidade de competição econômica no contexto da globalização.

Tais novas representações do espaço e do tempo nos lembram Santos (1994), seu "tempo dos signos que confundem" e sua afirmação de que o "meio técnico-científico-informacional" se move cada vez mais a partir do mercado e não do Estado. Ressaltamos, assim, o fato de que as representações do espaço-tempo são históricas e se constituem em jogo de interesses a cada momento. Neste texto, partimos desta premissa para observarmos a cidade, suas funções e a relação entre Estado e mercantilização do solo urbano através de um modelo específico de gestão urbana: o neoliberal que se impôs.

5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: QUESTÕES E DISCUSSÕES

Da forma que a expressão "globalização" se infiltrou na linguagem dos homens, inclusive no senso comum, se confundem aspectos da economia, política, vida social e cultural em uma ambígua representação. Amparada pelas inovações tecnológicas e informacionais, a globalização proclama uma já banalizada conexão mundial como se envolvesse tudo e a todos

igualmente, como se representasse comunidade e não permanente exclusão. Lembremos Santos (1994; 2010) quando usa a expressão "terrorismo da linguagem" para caracterizar o papel da mídia, da mais local àquelas de alcance internacional, como determinante para o nosso novo modelo de vida, "baseado no medo e na fantasia" e elaborado a partir de um tempo no qual "os símbolos baralham porque tomam lugar das coisas verdadeiras" (SANTOS, 1994, p. 29).

Neste contexto, a metodologia do planejamento estratégico urbano, que discursa em prol da inserção das cidades no mundo global, teve difusão rápida. Como dito, o fato da metrópole do Rio de Janeiro tê-la adotado não foi pioneiro nem isolado. Capitaneadas pelo discurso de que as empresas que criam empregos precisam contar no espaço urbano com equipamentos que lhes permitam funcionar em escala internacional, as cidades entraram em uma etapa de concorrência interurbana para atração de investimentos. As características que a partir de então precisariam apresentar deveriam estar reunidas em proporções diversas, em um ou mais "produtos", expostos ao ente "mercado". E esses produtos deveriam ser divulgados e constituírem uma imagem do urbano que se quer "vender". Lembremos Castells (1999) e as novas centralidades que não se remetem necessariamente às cidades por inteiro, mas apenas partes delas (aquelas dotadas dos serviços necessários à sua proclamada venda). Neste sentido, as desigualdades espaciais não estão na pauta de superação. Reafirmam-se.

No contexto, as metrópoles procuram atender a gama de pré-requisitos que as qualifiquem como competitivas. No Rio de Janeiro, nesta esteira, a realidade passou a ser marcada por projetos urbanos nos quais a profusão de objetos, mobiliários urbanos, operações pontuais e grandes empreendimentos concorrem para uma imagem competitiva frente aos valores estabelecidos em uma padronização internacional. Entendemos que o planejamento estratégico deve ser sistematicamente questionado para que a cidade não seja reduzida apenas a uma dimensão de mercadoria posta à competitividade (VAINER, 2000b). E uma maneira de se observar as ideias defendidas por esta forma de planejamento é ler as próprias linhas dos documentos produzidos pelas administrações que a têm adotado. O texto introdutório do "Plano Estratégico da Cidade de Rio de Janeiro", PECRJ (RIO DE JANEIRO, 1996), em sua "versão 2000" (RIO DE JANEIRO, 2002), é vago ao tentar contextualizar e justificar suas questões, sendo, no entanto, bastante enfático na missão de mostrar que, para o contexto delineado das cidades no século XXI, parece ser o planejamento estratégico a única alternativa possível. Da comparação entre os documentos da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos demais municípios brasileiros que adotam a gestão estratégica, o que nos chama a atenção é a grande semelhança quando vários trechos efetivamente se repetem. Tais semelhanças confirmam o que Sánchez (2002, p. 6) chama de "verdadeira receita imposta como condição *sine qua non* para a sobrevivência das cidades no mundo atual".

Quanto à mudança de enfoque promovido pelo planejamento estratégico, podemos indicar que o ato de pensar e agir sobre o urbano, embora apoiado por um discurso globalizante, se desloca da Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História e Ciência Política para se estruturar com atenção à Administração e Economia. Planejar deixa de ser "superar problemas" para ser a iniciativa de encontrar a melhor forma possível de gerenciar as potencialidades das cidades. A solução de suas mazelas mais graves assume um papel secundário visto que, na lógica estratégica, em um todo, não chegam a impedir a construção de uma imagem de cidade a partir apenas de seus atributos considerados virtudes. Sendo assim, o objeto de análise e de interesse não é mais todo o espaço citadino nem todas as características das cidades. Ao contrário do discurso, considera apenas aqueles espaços que podem vir a se tornar mercadorias, reproduzindo as históricas disparidades internas.

Como resultado efetivo, assistimos à retroalimentação das injustiças e desigualdades socioespaciais através de processos como os lembrados por Saule Júnior (2016): segregação urbana, gentrificação, privatização de espaços e serviços públicos, precarização dos bairros mais pobres, aumento da moradia informal e deslocamento de parte considerável do fundo público para projetos de infraestrutura voltados aos interesses econômicos do setor imobiliário, em grande medida.

Neste contexto estrutural de demandas não atendidas pelo poder público em relação à grande maioria dos habitantes citadinos, os espaços urbanos proliferam também frustações e reivindicações, mostrando o quanto sua natureza política não pode, na prática, ser eliminada por discursos hegemônicos. É exatamente quando o Estado (de natureza coletiva, pública), cedendo aos discursos e investidas de frações dominantes do capital (privado e centrado no lucro), repassa parte fundamental de sua função planejadora à iniciativa privada que surgem e/ou se fortalecem discursos alternativos e contra hegemônicos como o do "direito à cidade". Em sua esteira, a pauta dos "direitos urbanos" fortalecida na ação social direta propõe uma reforma urbana, segundo Santos e Mello (2020), centrada em questões como mobilidade, igualdade de direitos, sustentabilidade, preservação do patrimônio histórico e, sobretudo e em síntese, democracia participativa. O embate está dado e sinaliza, de maneira urgente, para outros caminhos de vida e desenvolvimento nas cidades para além daqueles "vendidos" como redentores e únicos pelas gestões neoliberais, estratégicas.

No caso do objeto de estudo neste texto, reiteramos a necessidade de uma nova agenda urbana capaz de alterar o padrão urbano predominante e distante, em última análise, de pautas verdadeiramente voltadas para a equidade, inclusão social e participação cidadã. Por seguidas gestões do espaço carioca, observamos a aliança de interesses efetivada pela parceria público/privada desde o início quando lembramos que a Prefeitura, ao lançar o seu Plano Estratégico em 1993, firmou contrato com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) para a promoção e criação do Consórcio Mantenedor do PECRJ, garantindo recursos para o financiamento dos projetos e para o pagamento à empresa catalã de consultoria *Tecnologies Urbanas Barcelona S.A*., TUBSA (VAINER, 2000a). Mesmo parceiro de empresas privadas voltadas ao segmento de obras públicas, bancos, *shoppings centers*, construtoras, imobiliárias etc., o Plano Estratégico da cidade discursa tentando induzir uma preocupação com todo o espaço da cidade e com todos os seus moradores.

Neste intuito, tal documento dedica especial atenção ao que chamou de "diagnóstico do Rio" que, segundo seus formuladores, foi o primeiro documento produzido para a cidade com uma natureza abrangente ao enfocar seus "pontos fortes e fracos" e suas tendências. Podemos até entender tal estudo com uma contribuição à história carioca uma vez que traça um panorama amplo de aspectos do Rio de Janeiro, mas também não podemos de deixar de registrar que a abrangência da análise se desfaz diante da redução na quantidade de pontos de interesse para ações efetivas. Em prol das estruturas e locais de interesse, que o digam os conturbados processos de remoções de moradias consideradas empecilhos quando da preparação da cidade para grandes eventos esportivos que já sediou neste século XXI. Em caráter possível de comparação, mesmo mantendo as devidas proporções e agentes envolvidos, nos vem à memória a chegada da Corte portuguesa em 1808 e a saída compulsória dos moradores das residências escolhidas pelo Estado português. De imposição política em um momento à imposição econômica em outro, como nestes exemplos, ressalta a apropriação conflituosa do espaço urbano entre interesses e agentes distintos e a ação da esfera privada em suas relações com e/ou sobre o Estado em nossa realidade.

Em síntese, se partirmos da hipótese de um estágio atual de remercantilização do espaço urbano, uma vez que agentes privados foram responsáveis por boa parte dos serviços de

infraestrutura nas nossas cidades do passado e voltam a assim atuar em tempos mais recentes e atuais, podemos questionar o discurso do planejamento estratégico, ressaltando seus paradoxos. “Estabelecer uma cidade com crescente qualidade de vida, respeitosa da coisa pública e com equilíbrio territorial” (RIO DE JANEIRO, 1996, p. 25) através da ambígua posição, já naquele momento percebida, de “não abandonar de todo a intervenção pública, mas sim fazê-la dependente das exigências dos atores privados” (ASCHER, 1994, p. 86) nos parece um exemplo revelador do quanto as premissas e práticas de uma cidade posta à competição, através de uma gestão dita “empresarial”, as distanciam efetivamente de uma realidade que se deseja inclusiva, cidadã, social e ambientalmente sustentável, justa, democrática.

Em contrapartida, há sinais de expectativa no horizonte diante da evidente crise do neoliberalismo e de seus discursos neste século XXI, notadamente, após a conjugação de eventos como a crise do capital de 2008, a recente pandemia da Covid-19 e as mudanças em curso no tabuleiro geopolítico mundial com a perda de protagonismo dos arautos neoliberais (à frente, EUA e União Europeia, inclusive na condução da guerra OTAN-Ucrânia contra a Rússia) diante da ascensão da China e de seu modo particular de se fazer hegemônico.

Buscando compreender a contemporaneidade em seu percurso histórico, analisando o que ocorre em diferentes escalas, lembramos que há leituras que percebem as grandes crises do sistema capitalista como manifestações do encontro do próprio sistema com os limites que lhes são intrínsecos (MÉSZÁROS, 2009). Tal percepção, em outras palavras, corresponde a pensarmos que o capitalismo, em sua busca estrutural pela acumulação e lucro crescente, redefine espaços e a produção de valor através dos novos fluxos na medida também em que produz suas crises a partir de suas próprias irracionalidades socioambientais (HARVEY, 2011). Neste contexto, um alerta, portanto: Como nos informa Andrade (2019, p. 131), “o neoliberalismo produz uma situação em que há crises econômicas no capitalismo e crises de representatividade da democracia liberal, mas simultaneamente reforça sua lógica de governamentalidade.”

O discurso redentor da gestão neoliberal, a despeito das mazelas que produz nas cidades e nos Estados Nacionais, continua com força seduzindo mentes e populações ao ocultar o quanto se alimenta dos problemas e crises que cria. E aí está o desafio para as forças que lhes são contrárias. Investigar e divulgar os resultados nada inclusivos da gestão neoliberal urbana em tempos de uma já real crise do próprio neoliberalismo são compromissos fundamentais para pensarmos em formas outras de gestão de nossas cidades para além da autointitulada “estratégica”. Ecoemos, portanto, a questão que urge: estratégica para quem?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos a cidade do Rio de Janeiro, em uma leitura no tempo, para questionar modelos contemporâneos de gestão urbana pautados no discurso neoliberal, “que se pretende único”. Assim, seu processo histórico de (des)estruturação urbana e sua realidade socioespacial foram observados para a constatação de que práticas e discursos que se anunciam como novidade destes tempos em que vivemos são, em essência, metamorfoses de práticas já outrora presentes em nossas cidades. Práticas que, como bem sabemos a partir dos gravíssimos problemas em nossas cidades, historicamente se distanciaram do interesse público e de uma agenda efetivamente democrática e participativa.

Se a prática atual nos remete à manutenção da segregação socioespacial, o passado evidencia uma herança de ações que ofereciam como resultado uma reiterada diferenciação de seu espaço determinada pelos interesses de agentes hegemônicos. Constatamos na cidade do Rio de Janeiro (e no Brasil, por extensão possível neste caso) um fenômeno urbano historicamente separado da problemática geral da cidadania. A contradição é tanta que se convive com um modelo específico de gestão que busca incessantemente criar imagens competitivas da cidade sem, no entanto, se interessar em minimizar outras tantas, como as crescentes áreas precarizadas, que se mantêm como símbolos dos conflitos no espaço carioca e reflexos das próprias contradições e injustiças brasileiras.

Cidades que expressam mais a ordem dada pela economia do que, por exemplo, suas dimensões culturais e sociais, subjugando-as, expressam o imenso desafio em busca tanto da superação do receituário atual urbano (que despolitiza cidades e as põe em competição econômica) quanto da efetivação de práticas que, ao contrário, sejam inclusivas sob diferentes aspectos.

Indagar sobre o discurso ou sobre os frágeis resultados das políticas urbanas adotadas até então entre nós e sobre a real validade dos novos instrumentos que surgem é caminhar para uma outra agenda urbana que estabeleça o controle social sobre o espaço citadino, distanciando-o daqueles que o tomam apenas como lócus para acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

[1] ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IplanRio/Jorge Zahar, 1988, 2ª ed.

[2] ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v.38, n.01, Jan/Abr 2019, pp. 109-135.

[3] ASCHER, François. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. **Cadernos IPPUR**, ano VIII, no 1. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1994, p. 83-96.

[4] BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

[5] BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões. **Agência IBGE Notícias**, 10/08/2023. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=Em%202022%2C%20as%20concentra%C3%A7%C3%B5es%20urbanas,viviam%20em%20cidades%20desse%20porte.> Acesso em 18/09/2023.

[6] CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

[7] FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei;** uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 2017, 2ª ed.

[8] FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter Luíz de. Irmandades de negros: desterro no Rio de Janeiro colonial. **Anais**... Seminário Nacional "Diáspora negra: uma contribuição à arquitetura e à organização do espaço no Brasil". Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura e urbanismo, 1997.

[9] HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

[10] HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, no 39. São Paulo, 1996, pp. 48-64.

[11] HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

[12] JORNAL DO COMMERCIO. Edições avulsas do **Jornal do Commercio** 1879/1884. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção Periódicos (Disponível em microfilmes).

[13] LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Lisboa: Documentos, 1978.

[14] LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **e-metropolis**, nº 22, 06, set/2015, pp. 06-15.

[15] MACEDO, Valter Luiz de. **O passado de volta**: planejamento estratégico, mercantilização do espaço público e desigualdade urbana. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002. (Dissertação de Mestrado)

[16] MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias; planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília et al (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, pp. 121-192.

[17] MARICATO, Ermínia. Brasil, 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Ano XI, nº 1 e 2. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, jan.-dez. 1997, pp. 113-130.

[18] MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

[19] RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil; paradigmas e experiências. **Espaço e Debates**, no 37. São Paulo, 1994, pp. 77-89.

[20] RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio 2000.** Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2000. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico.htm. Acesso em 28 de novembro de 2001.

[21] RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio sempre Rio**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal/Imprensa da Cidade, 1996.

[22] SÁNCHEZ, Fernada. **Cidades reinventadas para um mercado mundial**: estratégias trans-escalares nas políticas urbanas. 2002. (mimeo)

[23] SANTOS, Jouberte Maria Leandro; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Hegemonia do planejamento urbano estratégico e o discurso contra-hegemônico do direito à cidade. **Administração Pública e Gestão Social**, 12(2), Abril-Julho 2020.

[24] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010, 19ª ed.

[25] SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

[26] SAULE JÚNIOR, Nelson. O direito à cidade como centro da nova agenda urbana. **Boletim regional, urbano e ambiental,** 15, IPEA, jul.-dez. 2016, pp. 73-76.

[27] VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: ARANTES, Otília et al (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000a, pp. 75-103.

[28] VAINER, Carlos Bernardo. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: ARANTES, Otília et al (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000b, pp. 105-120.

Capítulo 2

Os transportes pela modalidade ônibus como forma principal dos deslocamentos no Rio de Janeiro e os constrangimentos à mobilidade das camadas populares

Mauro Kleiman

Resumo: O artigo apresenta elementos sobre o quadro dos transportes por ônibus no contexto da metópole do Rio de Janeiro. A modaliddade de deslocamentos por ônibus tem apresentado uma situação de colapso e constrangimento para seu uso pela população de mais baixa renda. Aparece, assim sendo, uma redução significativa das possibilidades de se mover na cidade. Isto impacta mormente a população de mais baixa renda, muito dependente deste tipo de veículo e seus trajetos para seus deslocamentos moradia-trabalho-moradia e demais atividades. Fez aumentar o tempo de espera de ônibus, e , portanto faz as viagens terem maior duração e a superlotação dos poucos veículos que seguem rodando, ou mesmo não é possível as viagens nesta modalidade automotiva se expandindo o uso de vans, ou se buscando mais o trem ou metrô (que também tiveram suas frotas reduzidas), fazendo uma concorrência aos ônibus, cujas empresas concessionárias reagiram com igual redução de frota, e mesmo extinção de linhas. Os mais pobres tiveram, assim sendo, reduzidas ou eliminadas suas possibilidades de movimentos diários. Ações recentes do município do Rio buscam alterar o quadro, mas os efeitos, até o momento, são parciais, com resultados maiores em áreas de maior renda, deixando às camadas populares fortes constrangimentos para seus deslocamentos.

Palavras-chave: Camadas populares, Constrangimentos, Mobilidade, Transportes, Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos de deslocamentos num território se fazem, primeiro, pelo rompimento do estado de inércia através da cinética, pois se trata de partir de um ou vários pontos fixos em direção a novos pontos por caminhos, por vezes diversos, por diferentes modais . Ônibus é uma modalidade do modal automotivo, composto por eles, automóveis, motos, vans, de modo que não é possível separa-la das demais com as quais se articula e disputa espaço nos deslocamentos. Como no Rio de Janeiro a maior parte dos deslocamentos se faz por ônibus para a população de menor renda, seu quadro atual apresenta constrangimentos cada vez mais importantes para gerar dificuldades de mobilidade às camadas populares.

Então, assinale-se a noção das diferenças e articulações entre transportes e mobilidade. Mobilidade no espaço em suas diferentes e dimensões socioeconômicas só pode ocorrer se existirem meios de transporte. No entanto, existem meios de transporte que não possibilitam mobilidade, seja plena ou parcial. Transporte se correlaciona com deslocamento nos espaços físicos geográficos, é uma atividade/função da economia capitalista relacionada a correlação espaço/tempo, que procura vencer distâncias no menor tempo possível ao menor custo, movimentando cargas (quaisquer que sejam, como agrícolas, industriais, comerciais, entre outras) e a Força de Trabalho. O transporte como um dos elementos fundamentais da economia capitalista, como elo articulador entre as partes da produção e desta até chegar ao consumo, vem convocando a ciência para introduzir inovações tecnológicas na busca da redução máxima da correlação espaço/tempo. Mobilidade, por seu turno, traz um outro entendimento, para além dos deslocamentos físico-geográficos, que se fundamentam na ordem social pois se refere à capacidade dos indivíduos, e classes a que pertençam, de traspassarem, e em qual grau, as barreiras hierárquicas configuradas no território segregado do capitalismo, com as cidades configuradas com espaços especializados e divididos utilitariamente e socialmente. Depende-se, assim, para ter mobilidade, de características como nível de renda, recursos que se pode ter a partir dela de quantos e quais movimentos se podem fazer no território, possuir ou não veículo próprio, faixa etária, gênero, tipos de atividades desenvolvidas, rotinas individuais e/ou familiares e de redes de amizades, de colegas de trabalho, entre outras, que atingem esferas fora do escopo meramente técnico onde o transporte se configura, sendo, portanto, um recurso social. .(KAUFFMAN, 2008; LEVY, 2000) Supõe-se, desta maneira a existência de graus diferenciados de mobilidade, desde a impossibilidade de se movimentar, mobilidades parciais, até a mobilidade plena Mas a mobilidade dependera, claro também, de quais modais de transporte e seus desempenhos/capacidade/qualidade se apresentam no território. As relações entre transporte e mobilidade não se tratam, então, de uma mera questão de aritmética, de uma engenharia, mas de uma função social, ainda que dependa de técnicas. A capacidade de mobilidade é uma condição de participação no mundo urbano, mas que para efetivar-se precisa de um conjunto de fatores, como entre outros o nível de renda, a existência de modais de transportes coletivos e particulares e sua acessibilidade segundo o nível de renda. De modo que podem existir deslocamentos sem mobilidade. A dependência ao modal automotivo no Rio de Janeiro (BOST e DUPUY, 2000; DUPUY, 1999), com foco no papel dos ônibus e outras modalidades automotivas, em detrimento dos transportes ferroviários de massa (ABREU, 1978; BARAT, 1975).

2. A COMPLEXIDADE DO QUADRO DE TRANSPORTES DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO E SEUS EFEITOS SOBRE A MOBILIDADE

No Rio de Janeiro estão presentes os diferentes modais de transportes coletivos: ônibus, automóveis, motos, vans, kombis, trens, metrô,VLT, barcas. Contudo, não se tem integração entres estas veículos de deslocamentos, tendo graves problemas de operação e qualidade afetando, principalmente, a grande massa da população de menor renda, que deles dependem para seus movimentos diários , principalmente para suas atividades de trabalho, mas também como forma de terem a possibilidade de utilizar equipamentos coletivos de saúde, educação e cultura.

Repensar a ideia de que transportes seria algo restrito a uma técnica de engenharia separada das formas de ordenar as cidades para pensa-lo como recurso social de mobilidade cosua compreensão como condição de participação com inclusão na cidade, reduzindo as desigualdades de deslocamentos e acesso às atividades, priorizando os transportes públicos e integrando-os o planejamento e desenvolvimento urbano é o escopo do trabalho.

No Rio de Janeiro os deslocamentos para os mais pobres tem cada vez mais tempo de duração, e são feitos majoritariamente por ônibus com baixa capacidade de passageiros estando sempre superlotados e com veículos sem as mínimas condições de rodar e de conforto, ou por um sistema metro-ferroviário que não atende a demanda de deslocamentos. Não se percebe medidas plenas de busca de articulação entre os modais, que são entendidos, em geral, como estanques, e muito menos de um pensamento e ações visando articula-los com a estrutura do território e o entendimento deste como uma região metropolitana com vistas a um planejamento integrado, nem ações para o monitoramento e avaliação de desempenho e qualidade. Neste sentido, se acredita que o transporte público seja pensado ajudem a amenizar ou mesmo superar as desigualdades de acessibilidade e mobilidade proporcionando uma democratização da utilização dos transportes através de uma equidade social que resulte numa cidade para todos, inclusiva a grande parcela da população mais pobre.

Com as bases conceituais elencadas e trazendo-a para o território da metrópole do Rio de Janeiro, temos um caso sobre o qual podemos levantar algumas indagações. Isto porque, nesta metrópole face a existência de todos os modais possíveis de transporte (automotivo, ferroviário-metrô,trem, VLT- aquaviário, cicloviário) , se tem a ratificação do modal automotivo em suas várias modalidades-autos privados,ônibus, BRT,BRS, vans, Kombis, moto-taxis, taxis, Uber- com a opção pela modalidade ônibus como aquela aquele que segue o mais importante e prioritário meio de deslocamentos. Podemos, assim, indagar sobre qual grau de mobilidade face à esta modalidade teriam as camadas populares, que se trata da maior parte da população da metrópole.

O modelo de transportes que tradicionalmente privilegia os deslocamentos através da modalidade ônibus, com base em viagens atomizadas em milhares de veículos automotivos coletivos por ônibus tem representado um forte constrangimento aos deslocamentos das camadas populares no território da metrópole do Rio de Janeiro. Isto porque : i) tem frota antiga de veículos com pneus "carecas"; bancos soltos e rasgados; braçadeiras para apoio de viagens em pé soltas ou quebradas; portas que não fecham corretamente , e chegam a se abrir com veículo em movimentos(com vários acidentes relatados pela imprensa, incluso com óbito de passageiro arremessados para fora do veículo); freios e embreagens precárias ou até , em alguns casos inexistentes; insetos percorrendo os veículos , como baratas; falta de ar-condicionado; comércio ambulante

dentro dos veículos, reduzindo ainda mais sua capacidade; assaltos; assédios a mulheres;a lista é interminável...;ii) frota reduzida;(vide artigo de Kleiman, 2022) iii)intervalos irregulares, fazendo com que o tempo de espera dado o número de ônibus e intervalos entre diferentes zonas da cidade, com maior quantidade de veículos e menor intervalo nas zonas Sul, Centro e parte da Norte do Rio, onde se localizam camadas de maior renda,e nos centros das cidades periféricas da metrópole, e deixando os deslocamentos nas zonas de menor renda com menos ônibus , e em alguns momentos dos dias sem veículos transitando, inclusive não tendo viagens aos domingos e feriados, e mesmo aos sábados em bairros da zona oeste da cidade e centros e bairros da Baixada Fluninense, o que aumenta o tempo de viagens, ou as torna inexistentes;iv) super lotação dos veículos, por óbvio pela redução da frota ou irregularidade da passagem do transporte pelas paradas.

Mas se verificam tentativas ou ensaios de reordenações e modernizações, que buscam , pelo menos minimizar a situação, já que se observa sua ratificação como modalidade para deslocamentos.

A primeira perspectiva é a tentativa recente de modificar o modelo de remuneração das empresas concessionárias do transporte por ônibus: ao invés de serem remuneradas por quantitade de passageiros transportados, agora será por quilômetro rodado, o que em tese, e verifica-se, em parte, induziria e seria do interesse dos empresários aumentar a frota de veículos nas ruas.

Isto, em tese, pois se de fato se verifica aumento da frota, e portanto, redução do tempo de espera nos pontos e dos intervalos entre veículos, por ora isto está ocorrendo mais onde já existia uma frota maior,o que se explicaria porque aos emprsários interessa a busca por demanda solvável, ou seja onde se localizam os de maior renda; ainda ficando muito aquém da demanda as áreas de mais baixa renda no Rio e metrópole.

A segunda são as modificações para maior fluidez dos ônibus com as Faixas Exclusivas (Bus Rapid System-BRS) e Corredores Expressos de Ônibus(Bus Rapid Transit- BRT), que foram acompanhadas por medida regulatória que conduziu a uma concentração das inúmeras empresas antes existentes em apenas quatro Consórcios.O que, de resto, representa uma forma de oligopólio para o sistema, pois a cada um deles se reservou uma área do núcleo da metrópole (a cidade do Rio de Janeiro).

A terceira perspectiva é aquela das novas modalidades e formas de transporte automotivos como Vans, Kombis e Moto-Taxis, que surgem, inicialmente, como atividades individualizadas, informais e sem regulação estatal, e depois foram sendo formados grupos associativos, muitos dos quais ligados a organizações de “milicianos”(bombeiros e policiais militares ou ex-bombeiros e ex-policiais militares); e os grupos de tráfico de drogas, atuando , ambos em determinadas áreas da metrópole, agora, ora, por vezes em “consórcios associativos”, ora em conflito numa “batalha” pelo monopólio do transporte por vans oue/ou moto-taxis.

Os governos do estado e as prefeituras das cidades da metrópole mais recentemente tem procurado regularizar estas modalidades como sendo “transporte alternativo” buscando lhes dar função de alimentadores das linhas de BRT. Os empresários de ônibus se queixam desta "concorrência" por estarem esvaziando seus veículos, o que os fez reduzirem suas frotas, e mesmo as alugarem ou venderem para outras cidades. De fato, ao invés de operarem como "alimentadoras" estas alternativas tem linhas sobrepostas às dos ônibus(algumas de forma ilegal), mas cumprem função que os ônibus não conseguem, que é de "costurar" as ruas dos bairros fazendo os deslocamentos de "porta-porta" e ligando o formal ao informal.

3. CONSTRANGIMENTOS À MOBILIDADE DAS CAMADAS POPULARES

O que este texto indaga é se a permanência da modalidade ônibus, parte do modal automotivo, na metrópole como o Rio de Janeiro, na situação em que encontra configura efetividade social de possibilidades de ofertar capacidade de mobilidade urbana, mormente à grande massa de baixa renda.

Em primeiro plano, se pode anotar que ao se continuar a privilegiar os deslocamentos, através do modal automotivo pela modalidade ônibus, as possibilidades de mobilidade para as camadas populares apresentam importantes restrições. Isto porque a base de deslocamentos por ônibus se fazem como atomizadas em milhares de veículos, que tiveram alta redução de frota; com reconhecida baixa capacidade de passageiros, má qualidade dos veículos (os ônibus são configurados sobre chassis de caminhão tornando a acessibilidade que exige esforço dado a altura para se alcançar seu interior, pneus e freios em mal estado de conservação, problemas mecânicos e de manutenção e limpeza, bancos quebrados, a maioria ainda sem ar-condicionado numa metrópole onde na maior parte do ano tem altas temperaturas e sensação térmica cada vez mais elevada, entre outros elementos) , apresentam intervalos muito largos entre um veículo e outro, com intermitências e irregularidades de horários e dificuldades de integrações intermodalidades automotivas e articulações física e tarifária com outros modais.

Em outro plano, o modelo que as empresas concessionárias utilizam ainda guarda como premissa a ideia de viagens com um só propósito em determinados horários fixos, pela manhã e tarde, dentro do pensamento pendular, reduzindo ou eliminando as viagens em outros horários,sem compreender, ou se interessar, e perceber que a dispersão das áreas de moradia da população, de empregos, de comércio e serviços, de atividades educacionais e de saúde, e as de lazer e esporte, conduz a necessidade de uma multiplicidade de deslocamentos em diferentes horários, que se conjuga ao fenômeno da configuração da metrópole do Rio de Janeiro estendida, aliada a um núcleo central histórico que permanece forte, e vários sub-centros importantes . Pelo contrário, a ideia vigente tem sido a resolução dos movimentos por ônibus, através do direcionamento da reduzida frota para sua “canalização” em poucos e determinados corredores-tronco onde prevêem maior probabilidade de passageiros. O problema é que este acesso ao “corredor-tronco” impõe movimentos difíceis paras as camadas populares que devem sair do interior das localidades de moradia até eles sem ter muitas das vezes os meios-recursos e veículos próprios, ou mesmo coletivos, para concretizar-se.

Por outro lado, a eliminação de linhas, mormente nas áreas de menor renda tem deixado seus habitantes sem possibilidade de locomoção ao trabalho, educação, serviços públicos de saúde, compras, etc. O número de passageiros transportados por ônibus teve uma queda de 57,69% entre 2019 e 2020, e de mais 2,63% até o primeiro semestre de 2021. Contudo esta queda já vinha numa curva descendente desde 2015 onde se transportava 1,33 milhões de passageiros/dia para 1,01 milhões em 2019. Com frota determinada pelo município do Rio de Janeiro em 7568 veículos rodando, as empresas foram a reduzindo até chegarem , no momento atual a 40% do previsto, ou seja 3088 ônibus em circulação.

Algumas linhas simplesmente “sumiram” de vários trajetos nos bairros e interbairros levando a população a não poder se movimentar para suas atividades e necessidades, ou terem seu tempo de espera do serviço dos poucos ônibus que restaram nas linhas(as vezes apenas um por linha), ou procurarem outros meios de deslocamento. Mas trens e metrô, também reduziram suas frotas na epidemia e apresentaram menos comboios, maiores intervalos e por efeito maiores tempos de viagens, e com superlotação de

passageiros. E neste quadro a modalidade de deslocamentos automotivos por vans se incrementam, seja por meio das legalizadas(cerca de 2000 vans), sejam as vans ilegais(aproximadamente 8000 veículos), denominadas de “piratas”, organizadas por grupos ligados a atividades ilícitas. As vans legais tem um incremento excepcional do número de passageiros transportados por dia , chegando em agosto de 2021 a 9,97 milhões por dia (dados da Prefeitura do Rio) . Assim sendo, a situação de mobilidade das camadas populares é mais atomizada por veículos de baixa capacidade, dificultando e tornando ainda mais difíceis suas possibilidades de deslocamentos.

4. CONCLUSÃO

Embora nítida seja a situação de constrangimento à mobilidade das camadas populares por ônibus na Região metropolitana do Rio de Janeiro para os deslocamentos por ônibus se pode apontar algumas medidas e ações importantes para uma busca por sua reordenação deste tipo de transporte, ainda que sem um aparente planejamento, e sem efetividade plena para as camadas populares.

A primeira medida foi a implantação de Faixas Exclusivas(BRS) para ônibus, controladas por um sistema de radares, primeiro em avenidas da área de renda mais alta (Zona Sul), mas tem se estendido às demais áreas, para possibilitar maior fluidez dos veículos, com redução dos tempos de viagem, e das frotas, e igualmente da localização e redução das paradas, mas com a redução das frotas, ou eliminação de linhas esta ação pouco colabora com os mais pobres. Tem a faixa exclusiva mas não os ônibus circulando nelas.

A segunda ação, trata-se da criação de Corredores Expressos de Ônibus (BRT), que tem como base a ideia de encapsular os ônibus em faixas segregadas, separado da circulação dos demais veículos automotores por barreiras físicas, com cruzamentos em níveis diferenciados, paradas no mesmo nível dos veículos, e compra antecipada do bilhete fora do ônibus. No entanto, os BRTs foram sendo implantados sem planejamento, e agora quando se definiram seus trajetos como “troncos” principais de deslocamentos, na ausência dos ônibus comuns nas áreas de menor renda fazem a superlotação desta modalidade, à qual a população de baixa renda tem dificuldades de chegar nas estações e quando conseguem embarcar estão num veículo sucateado com portas que não fecham, gente pendurada para fora do veículo com este em péssimo estado de manutenção com articulação adernada para a direção da pista, problemas ou inexistência de ar-condicionado, empurra-empurra, comércio ambulante, assédios, assaltos, brigas..

Por seu turno, não tendo ônibus, ou só de vez em quando as vans e kombis e as moto-táxis foram sobrecarregadas de suas funções e se tornaram a “solução” para a população mais pobre. Prestam-se à função de elo funcional articulador das áreas difusas da metrópole com seu Centro e sub-centros, e funcionam principalmente para a circulação entre a parte formal e as partes informais(cidade-favela; cidade-loteamentos periféricos), ou intra-localidades populares. Por serem veículos de pequeno porte conseguem penetrar pela malha viária mesmo onde a acessibilidade seja mais difícil como nas favelas(com suas estruturas urbanísticas compostas por becos, vielas e escadarias), “costurando” trajetos por dentro dos bairros. As Vans tem servido, igualmente, para atender as ligações inter-localidades do “corredor” de cidades que tem se formado ao longo das rodovias de acesso ao Rio.

A opção pela modalidade ônibus, quando se apresenta seu quadro desolador como principal veículo de locomoção para a renda baixa , coloca, contudo, a necessidade de uma

reflexão sobre sua real capacidade de contribuir para a melhoria do grau de mobilidade urbana no território. Numa economia e sociedade de múltiplas atividades e origens e destinos multiplicados e complexos no tempo e no espaço, os deslocamentos da grande massa de camadas populares no Rio de Janeiro apresentam quais possibilidades para a realização de seus movimentos obrigatórios rotineiros e desejados por tal quadro?

Sobrepondo-se a modais ferroviários de transporte de alta densidade, com um precário sistema coletivo automotivo nas modalidades ônibus, vans e moto-taxis, e um crescimento da utilização de automóveis particulares, o transporte na metrópole impõe constrangimentos para uma mobilidade urbana de grande parte da sua população de baixa renda. Os indivíduos do grupo social com maior renda conseguem ,alcançar um leque mais amplo de atividades sócio-econômicas e equipamentos coletivos, seja porque tem capacidade de renda para localizar-se mais próximo a de atividades e equipamentos, seja porque possuem os meios e veículos próprios para tal, seja porque tem como localizar-se nos eixos dos principais modais de transporte. Enquanto isto a maioria da população, que é de baixa renda, tem reduzidas possibilidades para resolver suas demandas de movimentos obrigatórios cotidianos ou desejados, considerando que na organização territorial da metrópole do Rio se localizam, na sua maior parte, em periferias cada vez mais distantes dos locais de emprego e equipamentos coletivos de saúde, educação e cultura, o que implica no aumento de percursos e tempos de viagens com má qualidade ou mesmo inexistência das viagens por ônibus, transportes coletivos com baixo grau de capacidade e frágil conexidade.

Neste sentido, na realidade, se está atendendo aos interesses do oligopólio das empresas de ônibus da cidade-metrópole, pois a mudança de remuneração das empresas por quilômetro rodado, prevendo, em tese, que se colocassem mais ônibus nas ruas não se deu nas áreas de menor renda , pelo menos no mesmo grau que nas de maior renda,. Se configura, então, um possível modelo operacional que o Estado esta colocando para as empresas tende a aumentar os benefícios às empresas, reduzir seus custos de manutenção, propiciando possivelmente maior margem de lucro, para além daquele que já abarcam. Para o transporte por ônibus, que já eram totalmente concedidos às empresas privadas os preços, apesar de estarem sobre controle estatal passam a ser determinados por uma tarifação por quilômetro, gerando mais um custo público, mais um percentual de lucro para o setor privado. Como cada consórcio tem uma área como seu monopólio, são elas que, tendo reforçado seu maior peso político-econômico que induzem a definição das linhas e número de veículos em cada área, mantendo seu interesse e melhor serviço nas áreas de maior renda. Ao contrário, nas áreas de menor renda os deslocamentos seguem com piores condições com veículos com maior tempo de viagem.

Se trata de pensar na necessidade de uma inversão do foco da política de transportes atualmente mais voltada e restrita aos fatores da economia, incluso, e principalmente ao aspecto da lucratividade das empresas concessionárias do serviço, e dirigida pelos fatores técnicos como algo estanque à dinâmica do território, com sua articulação com o planejamento deste, para a dimensão social dos movimentos de deslocamentos por ônibus,no sentido de sua melhor adequação para servir às áreas mais pobres do Rio e sua metrópole, para uma equalização das possibilidades de acesso obrigatórios ou desejados para a grande massa das camadas populares que tem nos ônibus sua mais importante fonte de deslocamentos.

REFERÊNCIAS

[1] ABREU, M. de A., A evolução urbana do Rio de Janeiro. 2 ª Edição. Rio de Janeiro:IPLANRIO- Jorge Zahar Editor, 1988.

[2] AMAR, G. , Mobilités urbaines, Paris, França: Éditions de l aube, 2004

[3] BARAT, J., Estrutura metropolitana e sistema de transportes: estudo do caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

[4] BOST,F; DUPUY L'Automobile et son monde, Paris, França: l'Aube editions, 2000.

[5] DUPUY, G., La dépendence automobile, Paris, França: Anthropos, 1999

[6] KAUFMANN, V., Les paradoxes de la mobilité , . Lausanne, Suiça: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2008

[7] LEVY, J., Os novos espaços da mobilidade, Paris, França: Presses Universitaires de France, 2000.

Capítulo 3

O papel dos micros e pequenos incorporadores imobiliários face a mudanças na infraestrutura de transportes na reconfiguração dos subúrbios do Rio de Janeiro

Mauro Kleiman

Resumo: O trabalho trata da atividade da incorporação imobiliária face a introdução de mudanças na infraestrutura de transportes nos modais ferroviários e automotivos no Rio de Janeiro, focando em seus impactos nos subúrbios, onde se desvela a ação de micro e pequenos incorporadores. Estes obscurecidos pela ênfase e visibilidade da ação em empreendimentos de grande porte nas Zonas Sul , parte da Norte e Centro , tem desvelada em sua existência e empreendimentos como agentes da produção de importante parcela do parque imobiliário dos subúrbios da cidade. A operação do metrô, da via expressa Linha Amarela, e do BRT(Bus Rapid Transit) Transcarioca , e o contexto adjunto de implantação de novo tipo de comércio, no entanto, atrai incorporadores de grande porte para esta áreas da cidade realizando uma reconfiguração dos subúrbios, conduzindo, novamente ao obscurecimento dos micros e pequenos incorporadores,embora sua ação produtora de parte do parque imobiliário dos subúrbios permaneça.

Palavras-chave: Incorporação imobiliária, Infraestrutura de transportes, Micro e pequenos incorporadores, Reconfiguração dos subúrbios, Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho parte da concepção que para a atividade de incorporação imobiliária, que produz o marco construído das cidades, existe a necessidade de infraestrutura que lhe propricia o suporte qualitativo e quantitativo para seus empreendimentos. Neste sentido, se trata de compreender a incorporação como processo de produção que articula diferentes etapas- que vão da compra do terreno até a comercialização do bem imóvel, passando pelo projeto e construção do mesmo, onde a figura do incorporador se desenrola como um "orquestrador" destas diferentes etapas (TOPALAV, 1968,1974). Já a infraestrutura é compreendida como objeto socio-técnico, uma engenharia com função social, processos articulados em redes que possibilitam serviços,fazendo seus elementos como componentes da estruturação do território (DUPUY,1985; AMAR, 1987).

2. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

A infraestrutura de transporte, com sua capacidade de ligar um ponto da cidade a outros pontos por diferentes caminhos e modais, sejam estes automotivos – com a base em estradas, ruas, avenidas e vias expressas, propiciando o movimento de automóveis particulares, ônibus e o modelo de ônibus rápido em vias segregadas (BRT), ou ferroviários com suas vias eletrificadas levando ao deslocamento de trens, metrô e veículo leve sobre trilho (VLT), tem se colocado como um dos vetores para a atuação mais recente – de meados dos anos 1980 até hoje- da incorporação imobiliária nos subúrbios do Rio de Janeiro.

Inicialmente, se deve assinalar que a denominação de subúrbios era atribuída a todos os lugares no entorno das estações de trem e entre as linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Leopoldina. Estas duas linhas, constituídas ainda no Segundo Império, no século XIX ,faziam, a primeira, a ligação entre Rio e São Paulo, e a segunda ligava o Rio a Minas Gerais.

A Central tem ramal de ligação com Santa Cruz na zona Oeste do Rio, com seguimento até Mangaratiba (hoje extinto) e um "nó" em Deodoro que se ramifica no ramal de Japeri que fazia a ligação para a passagem de Barra do Piraí em direção ao Vale do Paraíba e São Paulo. Foi construída por capital inglês visando a ser parte de rede ferroviária de escoamento da produção cafeeira, mas também desde logo dedica-se ao transporte de passageiros. Em seu caminho vários subúrbios do Rio se consolidaram como Méier, Madureira, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, entre outros; e no ramal Japeri destacam-se Nilópolis,Mesquita, Nova Iguaçu.Tem também a chamada Linha Auxiliar que demanda a Belford Roxo.

Já a Leopoldina toma a direção do contorno da baía da Guanabara consolidando os subúrbios de Ramos, Bonsucesso,Olaria, Penha, e já fora dos limites do Rio, Duque de Caxias, e as cidades serranas de Petrópolis e Teresópolis, e Juiz de Fora já em Minas Gerais chegando a Belo Horizonte. Também existiu uma linha envolvendo a baía fazendo a ligação ferroviária entre Rio e Niterói passando por Magé e São Gonçalo, linha esta extinta, mantendo-se apenas ligação via Gramacho até Guapimirim. (BARAT, 1975; ABREU 1978).

No início os transportes por trem seriam feitos a vapor, sendo que a partir de 1934 implantam-se linhas eletrificadas aumentando as velocidades dos trens e suas capacidades de numero de passageiros.

Por outro lado, o Rio instala através de empresas estrangeiras, paulatinamente, o que virá a ser das mais extensas e completas redes de bondes do mundo com veículos elétricos servindo de conduto à criação de loteamentos nos então areais de Copacabana, Ipanema e Leblon, na Zona Sul da Cidade e Vila Isabel na Zona Norte, sendo forte indutor do crescimento da Tijuca, tendo no Centro da cidade seu ponto de transbordo no largo da Carioca.

Deste "nó" quem vinha da zona Sul podia pegar outro veículo para a zona Nortee subúrbios como Méier, Cascadura, Madureira(entre outros), e das estações destes subúrbios e dos da Zona Oeste saíam linhas de bondes na direção de bairros não servidos por trens como Tanque, Taquara, Pechincha e Freguesia , e às ruas internas de Campo Grande, por exemplo, constiuindo-se verdadeira malha de possibilidades de movimentos. (Para maiores informações e análises sobre o papel de bondes e trens na urbanização do Rio de Janeiro ver Abreu, 1978).

Assina-le, igualmente, o papel das antigas estradas de penetração dos subúrbios , que em parte acompanham o traçado das vias férreas, e de outro lado " costuram parte das áreas suburbanas para além das proximidades das estações de trem: as avenidas Automóvel Club (atual Av. Martim Luther King) e a avenida Suburbana(atual Av. Dom Helder Camâra), que propiciaram o deslocamento de modalidades automotivas- carros particulares, ônibus e lotações pelo interior da malha viária que configuram os subúrbios do Rio.

Inicialmente utilizadas por número reduzidos de veículos foram sendo alvo da possibilidade de acesso a moradias e comércios por um crescente exponencial destas modalidades automotivas e se transformaram, até os dias atuais em caminhos que propiciam a transformação dos subúrbios do Rio permitindo ampliar os deslocamentos individuais ou coletivos , ainda que nestes de forma atomizadas, para além dos trens e bondes, estes como transportes de maior capacidade. .

Com base nessas redes de modalidades ferroviárias e avenidas de penetração se configurou um amplo parque imobiliário nos subúrbios do Rio que completa uma ocupação densa , ainda que de maneira geral horizontal, constituída de casas e pequenos prédios de dois andares, sob o comando de uma incorporação imobiliária de base rentista, ou seja que tendo excedente oriundo de suas atividades profissionais investem na construção de residências para aluguel em sua maior parte , ou para revenda como forma de reembolso de lucros oriundos da diferença entre o valor da construção da edificação e o de sua venda. Uma incorporação de indivíduos visando obter renda com o parque imobiliário constituido, A produção , em geral então, é realizada por "mestres de obras" sem formação acadêmica formal, autodidatas,para venda ou aluguel dos imóveis; ou encomendadas a estes ou a grupos de trabalhadores informais com conhecimentos de "pedreiro", por donos de terrenos nos subúrbios para residência própria ou aluguel para renda.

Outro produtor do espaço suburbano foi o Estado brasileiro ao construir conjuntos habitacionais primeiro através dos Institutos de seguridade por categoria profissional em várias áreas dos subúrbios do Rio.

Ressalte-se que ao lado desta importante produção de parque imobiliário formal, se implantam, se consolidam e crescem no seu interior e em grande número um enorme parque imobiliário informal- as moradias das Favelas da Leopoldina e da Central(linha principal e auxiliar).

3. OS MICROS E PEQUENOS INCORPORADORES IMOBILIÁRIOS E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS SUBURBIOS DO RIO DE JANEIRO

Quando se discute a produção imobiliária no Rio, em geral, quase que automáticamente, são levadas em consideração as grandes empresas do setor, incluído a imprensa e o senso comum das pessoas, como sendo as principais ou mesmo "únicas" " produtoras " da cidade e de suas transformações. De fato, se por um lado, são as grandes empresas as responsáveis pelas edificações mais "visíveis" na cidade, por seu porte monumental, maior número de pavimentos, e mais recentemente(como vamos assinalar na parte três do artigo) por empreendimentos que configuram-se até como similares a pequenos bairros, isto escamoteia, "nubla" o papel dos micro e pequenos incorporadores imobiliários na construção e transformação do parque imobiliário da cidade, notadamente nos subúrbios.

Em pesquisa que realizamos (inicialmente sobre o período de 1979 a 1983 e que foi sendo atualizada até 2019), encontramos dados reveladores destas figuras constituidoras de parte do parque imobiliário do Rio e procuramos desvela-los. (KLEIMAN,1985).

Se anota a existência de uma miríade de micros e pequenos incorporadores individuais que compõem entre 25% até 35% da produção total do parque imobiliário do Rio, enquanto que uma restrita franja de grandes incorporadores(5,4% do total) respondem por 42% dos empreendimentos e um grupo de médios incorporadores a quem cabem mais de um terço da produção edilícia. Tomado a área que acentuamos neste artigo- os subúrbios entre 40 a 50% da produção se devem aos micro e pequenos incorporadores.(para mais informações da pesquisa inicial ver Kleiman, 1985).

Então, embora de fato, poucos grandes empreendedores fazem quase a metade e os mais visíveis edifícios do Rio, a parcela do conjunto difuso de micro e pequenos incorporadores não se ressaltam na paisagem urbana, mas constroem parcela importante das moradias , e em se voltando o olhar para os subúrbios seu parque imobiliário se deve em parte expressiva, a metade ou quase 60% dele a estes incorporadores.

O perfil dos micro e pequenos incorporadores não é homogenêo, e em lugar da autonomia das diferentes funções encontradas na incorporação- projeto, construção, comercialização, etc (ver Topalov, 1968 e 1974) que são articuladas pela figura do promotor imobiliário que as "orquestra", se tem que uma expressiva parte deles (42,9%) que atua não organizada como empresa(são pessoas físicas atuando individualmente ou em forma de grupamentos associativos de pessoas físicas), e outra parte (57,1%) constituem empresas jurídicas, embora se observe que estas podem se resumir a um único empreendimento e se dissolverem , podendo retornar sobre esta forma em outra oportunidade, com o mesmo grupo de indivíduos ou não.

O perfil dos micro e pequenos incorporadores típicos(pois correspondem a 84% da amostra examinada revela que são: a) tem atividade meramente ocasional, resultado de observação de oportunidade de preço de terreno mais reduzido que a média normal, e menor preço de materiais para construção- obtidos , em geral, em barganhas com lojas destes produtos(areia, pedra, cimento, ferragens) cujos donos são seus familiares ou amizades ou com quem fazem acordo para pagamento a longo prazo ou por escambo com alguma unidade do prédio que realizam; b) são construtores, isto é, articulam a função de promotor "orquestrador" imobiliário apenas no momento da edificação , podendo utilizar como projetista ele próprio ou algum familiar que esteja se graduando em arquitetura ou engenharia, sendo a etapa de comercialização realizada também por ele mesmo; c) tem fonte de recursos próprios para fazer a edificação, em geral proveniente de excedentes

obtidos em sua atividade profissional original, na maioria comerciante, e uma parcela bem menos expressiva, aproveitou recursos de financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) repassados por bancos estatais(em geral provenientes da Caixa Econômica Federal) o que exigia que formalizassem a atividade de incorporação imobiliária. Quando empresas se constituem como sociedades familiares, por vezes o faziam associando-se a terceiros, na maior parte familiares ou amizades de confiança; d) possuem capital próprio de dimensões limitadas, tendo de acumular excedentes de sua atividade principal por longo tempo até realizarem um empreendimento imobiliário o que os faz detentores de atividade ocasional, restrito a determinada área dos subúrbios(onde tem conhecimento da população ali residente, círculo de amizades com outros comerciantes e profissionais liberais(dentistas, médicos...) que prevêem possam ser consumidores de seu produto.

O prédio, fruto desta atividade ocasional tem , em sua maioria porte reduzido, composto de três a 4 andares sob pilotis para servir de vaga de garagem de carros, com um máximo de seis unidades por andar, composto na maior parte de apartamentos de sala e dois quartos com área máxima de 60 m^2.

Á este micro ou pequeno incorporador imobiliário ocasional que aproveita de determinadas circunstâncias atribuímos à sua prática o nome de “atirador”, ou seja aquele que só efetua o “tiro” no momento que o risco é mínimo e máxima a possibilidade de lucro. Trata-se de um movimento muito rápido de fluxo e refluxo de capital excedente de sua atividade principal em direção à construção edilícia , não permanecendo no setor imobiliário o lucro auferido. A necessidade do “atirador” de acertar o alvo os faz buscar uma tática de inovação locacional, buscando entre as ruas da área que conhecem aquelas ainda sem edifícios e com alguma característica de “tranquilidade” como ruas com pouco ou nenhum bar, ainda arborizadas, etc.

Além deste incorporador típico pode se anotar a presença, reduzida : a) aqueles que tem atividade mais estendida no tempo , mas por breve período- por 2 a três anos seguidos ou intermitentes. Estes últimos , os intermitentes, se caracterizam por um movimento de afluxo/refluxo/afluxo para a incorporação imobiliária. Parece “adormecer” sua atividade por determinados momentos , mas a retoma quando observa novas oportunidades conjunturais. Os denominamos de incorporadores “baleia”: emergem em momentos de chance de realização de lucro, e “submerge” nos momentos de refluxo da demanda. Em geral não trazem inovações no produto repetindo formatos de edificações e locacionais que lhes trouxeram lucros com determinada clientela restrita a faixa de renda de camada média ou média-média.

Os de atuação mais reiteirada de alguns anos seguidos são em geral de origem em corretoras de imóveis que aplicam seus excedentes de capital em edifícios com algum tipo de imóvel com inovação na fachada, na planta, em varandas mais largas, sendo que no atual século XXI, a partir dos anos 2000, trazem comodidades de lazer aos imóveis , como piscinas, quadra de esportes,visando atrair clientela de faixa de renda um pouco acima da média, com simulacros de imóveis construídos em zonas mais ricas como a Barra da Tijuca. Este reduzido grupo de incorporadores micros e/ou pequenos podem vir a ter um caminho de “sistematicidade” na atividade imobiliária podendo vir a “crescer” e se tornarem médios incorporadores.

Os efeitos da atuação dos micros e pequenos incorporadores são transformadores da configuração dos subúrbios do Rio, predominantemente ocupados por ruas com casas unifamiliares congigurando mudança de uso para multifamiliar ao introduzir edifícios

embora a maioria com 4 andares, mas já mais recentemente com edifícios de maior altura(até de quinze andares) e número de unidades, marcando uma tendência de verticalização das áreas suburbanas, desmanchando a paisagem horizontalizada. Nota-se, também, mudança na tipologia da população que passa a habitar os subúrbios: antes lugar de camadas de renda familiar baixa até 5 salários-mínimos e agora com crescente aumento de habitantes de renda média de 5 a mais salários.Pelo menos em parte existe uma anotação de alteração do perfil socio-econômico da população suburbana com uma parte da produção dos micros e pequenos incorporadores voltada para as camadas médias. Isto atrai comércio de maior porte como supermercados e mais serviços(bancários e outros) modificando o que era pleno sub-urbano para bairros de antigos subúrbios.

4. MODIFICAÇÕES NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E COMÉRCIO E SEUS IMPACTOS NA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: OS MICRO E PEQUENOS INCORPORADORES SOBREVIVERÃO ?

As modificações na infraestrutura de transportes na cidade do Rio de Janeiro com a introdução da modalidade ferroviária do Metrô, e a abertura da via expressa viária Linha Amarela, e da modalidade de ônibus no modelo BRT com a linha Transcarioca, implicam em forte fator que favorece mudanças nas ações da incorporação imobiliária e sua tipologia de agentes nas áreas suburbanas.

Á estas modificações de infraestrutura de transporte se soma a introdução de novo formato de comércio varejista, de nova modelagem como Shoppings sobre o formato de Mega-Centers e supermercados de grande porte(hipermercados).

Embora a introdução de novas infraestruturas de transporte tenham datas de início de operação diferenciadas (Expansão do metrô Linha 2 em 1981 só ia até S. Cristovão e Maracanã, em 1988 até Triagem e Engenho da Rainha, em 1994 a de Del Castilho, em 1996 Thomaz Coelho e Vicente de Carvalho, chegando em 1998 até a Pavuna já no limite entre o Rio e a Baixada Fluminense), a via expressa do modal automotivo Linha Amarela é aberta ao tráfego em 1997, e o BRT Transcarioca só entra em operação em junho de 2014, todos seus projetos e traçados já são de conhecimento da incorporação imobiliária que buscaram se antecipar na busca e compra de terrenos lindeiros à estes novos caminhos de deslocamento.

Estes novos caminhos propiciam aos habitantes da cidade e da metrópole(caso dos habitantes da Baixada Fluminense que através da estação da Pavuna como a mais próxima deles podem acessar o Rio), notadamente no caso dos habitantes dos subúrbios a que servem ou atravessam, possibilidades de movimentos por diferentes modalidades de modais que vão da baixa capacidade de transporte(caso dos automóveis particulares) a alta capacidade através do metrô, passando pela média capacidade dos ônibus da modalidade BRT.

Anote-se que uma obra de infraestrutura viária na década de 1970, a Av. Radial Oeste sendo aberta em 1973 já tinha provocado uma alteração de acesso mais rápido ao subúrbio do Méier e bairros adjacentes(no que viria a ser denominado pela incorporação imobiliária como “Grande Méier”), ainda que por meio de deslocamentos atomizados por uma miríade de autos particulares, taxis e ônibus. Ainda que por movimentos de baixa capacidade de transporte a via provocou uma importante alteração na correlação espaço-tempo reduzindo a viagem entre o Centro, Zona Norte e mesmo com a Zona Sul(através de outra obra muito importante o Túnel Santa Bárbara aberto ao trafego em 1963-

primeiro túnel urbano de grande extensão no Rio, que propiciou a ligação de bairros da zona sul aos da norte sem passar obrigatoriamente pelo Centro como era até então)e os subúrbios do Rio provocando inúmeras ações da incorporação com a construção de edifícios de maior número de pavimentos (8 até 12 andares), já modificando a paisagem do "Grande Méier", atraindo importante comércio e serviços, principalmente para as ruas adjacentes a estação de trem mas já se expandindo para uma malha mais ampla.

Se pode entender no contexto desta modificação mudanças na tipologia edilícia como assinalado, com a mudança da paisagem mais horizontal de casas e pequenos prédios para uma mais verticalizada com edifícios de maior gabarito e a introdução de uma diferenciação da camada de renda antes de menor valor para uma de renda média que passa a ocupar o local. Esta modificação pode explicar a inauguração já em 1986 do Norte Shopping na antiga Av. Suburbana na altura de Pilares, ainda que na época não com o sentido que veio a ganhar mais recentemente como Mega-Center, mas já com uma concentração de lojas em local fechado alterando a relação antes existente no Méier e arredores, comum a todos subúrbios com lojas de rua com comércio de armazéns, quitandas, açougues, padarias, bares...

A entrada em operação do metrô Linha 2, quando se consuma, ainda que paulatinamente, modifica a correlação espoço-temporal entre a posição de cada subúrbio servido por suas composições e de acordo com as possibilidades de intervalos menores de movimentação dos comboios, reduzindo tempo de viagem moradia-trabalho-escola-equipamentos de saúde, lazer...propiciando uma mobilidade urbana antes inexistente ou tendo fortes constrangimentos.

A instalação do Shopping Nova America se realiza aproveitando sua ligação direta, inclusive física por meio de passarela com a estação Del Castilho da Linha 2, e acesso viário , a partir de 1997 pela Linha Amarela, tem seu projeto inicial extrapolado de um shopping center tradicional (voltado a lojas de varejo de roupas, eletrodomésticos, óticas, brinquedos, etc) se tornando um Mega-Center, (concepção advinda de experiências neste sentido nos EUA).

Nesta nova forma se vai acoplando às lojas ,paulatinamente desde 1995 e no decorrer dos anos 2000 segundo descrição de Silva(2015): atividades educacionais(filial de universidade privada); dois hotéis voltados ao turismo de negócios; centro empresarial-Nova America Corporate, com três edifícios de escritórios (com capacidade para acolher 21 empresas) , e mais três torres comerciais- Nova America Offices com 15 pavimentos cada e 921 salas para atividades de profissionais liberais, empresas de serviços; área de lazer denominada Rua do Rio , contento bares e restaurantes simulacro de várias partes tradicionais da cidade que ali são reproduzidas.(para mais informações, fotos, mapas e análise sobre o desenvolvimento do mega-Center, ver Silva, 2015).

No entorno da estação do metrô Del Castilho corroborado pela conjunção de novas e diferenciadas infraestruturas de transporte-metrô e via expressa Linha Amarela, tendo como co-adjuvantes as imfraestruturas pré-existentes- estação de trem e a antiga av. Automóvel Club, atraem incorporadores de grande porte para a realização de empreendimentos imobiliários compostos de grupos de edifícios com alto número de pavimentos e áreas de lazer com piscinas , quadras de esportes , caminhos de passeio a pé ou de bicicletas. Aproveitam a desindustrialização da área e utilizam seus grandes terrenos para trazer para os subúrbios empreendimentos que vinham realizando na Barra da Tijuca para classe de renda mais alta os oferecendo para camadas de renda média, média-média.

Forma-se assim um grupo muito expressivo de "mini-bairros" de edifícios altos e com grande número de apartamentos(em geral sala dois quartos) que interessam as camadas médicas que não possuem renda para se localizar em áreas de renda mais alta. Modificando,então tanto a tipologia habitacional, como a socio-econômica, assim como a paisagem antes horizontalizada para outra verticalizada, e também mudam a relação moradia-consumo antes espalhada em atividades especializadas no pequeno comércio de rua(açougues, padarias, armazéns, quitandas,botequins...) para um comércio centralizado num shopping mas que agora se apresenta como um conjunto de atividades diferenciadas aliando ao comércio, a hotelaria de negócios, aos edifícios de atividades de serviços e profissionais liberais e mesmo trazem para ele o lazer, o passeio, os bares e restaurantes, os cinemas...

Ressalte-se nesta área que à imposição deste novo tipo de empreendimento se mantém a ocupação habitacional em conjuntos habitacionais, entremeadas por áreas de favelas, cada vez mais numerosas, densificadas e conurbadas (como o Complexo do Alemão, presente na estrutura urbanística da área).

O mesmo formato irá ocorrer, embora em porte menor no entorno das estações primeiro a de metrô e depois a do BRT em Vicente de Carvalho, se instala em 2021 o Shopping Carioca e um hipermercado(Atacadão). Ao shopping também vão se anexar prédios comerciais e mesmo um serviço público- O Rio Poupa-Tempo. Conjuntos de edifícios são construídos, principalmente margeando a linha 2 do Metrô tanto em Del Castilho como já se dirigindo à área da estação de Irajá, e aqueles no entorno do Shopping. Se destacam aqueles que introduzem, da mesma forma que em Del Castilho, os empreendimentos com lazer de piscinas, saunas, quadra de esportes, passeios privados, etc. , trazendo para camadas médias uma tipologia dos empreendimentos para camadas de renda mais alta. Edifícios também são construídos nas proximidades da estação do BRT. (para maiores detalhamentos, fotos e mapas ver, igualmente, Silva, 2015).

Anote-se que na área da Av. Vicente de Carvalho e Av. Meriti e ruas transversais já vinham se localizando prédios de pequeno gabarito com 4 andares sob pilotis, mas com tipologia de renda mais alta que a média na Vila da Penha e parte de Brás de Pina realizados por pequenos incorporadores. Aponte-se também para empreendimentos de prédios em Bonsucesso, Olaria, Ramos e parte da Penha e Penha Circular, realizados por incorporador individual. Note-se nesta área, igualmente a presença de grandes favelas , como a do Juramento.

Ainda na direção da linha do BRT Transcarioca aparecem alguns prédios isolados, mas que introduzem parques de lazer, e mesmo conjuntos de prédios para rendas mais baixas que a média na área de Vaz Lobo.

Já em Madureira, Campinho e Tanque na linha do BRT Transcarioca a incorporação experimenta forte estagnação devido a insegurança destas partes dos subúrbios face a ações de grupos ilegais. O parque imobiliário existente nestes locais é fruto de produção anterior a este momento com ações de micros e pequenos incorporadores e de médios agentes com edifícios entre 4 e 8 andares, alguns com mais de um bloco de apartamentos. No contexto se nota forte incremento da produção informal em favelas que crescem em densidade populacional e quantidade de edificações algumas com certa verticalização. Em Madureira tão forte chegou a situação de insegurança que existem prédios inteiros de escritórios ou apartamentos residenciais e casas que foram abandonadas por seus proprietários ou inquilinos.

A produção imobiliário retoma sua ação de incorporação ao longo da linha do Transcarioca na Taquara, através de pequenos e médios/grandes(empresas de engenharia e de comercialização se unindo na produção de prédios residenciais alguns com equipamentos de recreação como piscinas, quadra de esportes, etc). Alguns destes empreendimentos chegam a ter 8 blocos de apartamentos, se aproveitando das proximidades da via expressa Transolímpica, que possibilita acesso as praias do Recreio dos Bandeirantes. Assim ,sob a ótica da incorporação terrenos nas cercanias da nova via expressa passam a ser disputados por incorporadores de maior porte, que passam a empreender na Taquara, embora se note o seguimento de ações de micros e pequenos incorporadores também realizando nas mesmas cercanias da via expressa, com prédios de 4 andares em apartamentos de sala e dois quartos. São realizados, também prédios comerciais, os mais recentes destes com , em geral 8 pavimentos, e residenciais de 4 a 8 pavimentos, existindo igualmente vários condomínios de casas de renda média e mais alta. Existe, igualmente, produção informal de casas ou pequenos prédios produzidos com ajuda de "pedreiros" em favelas que acompanham a margem do rio Grande, e na favela do Jordão. Além disto o comércio da Taquara sofre uma importante alteração com a inauguração no fim de 2022 de um shopping, revertendo de certa forma seu tradicional comércio de rua, que ao menos até este momento não sofreu esvaziamento, ao contrário apresenta novas construções abrigando lojas de rua (voltado a eletrodomésticos, móveis, roupas, papelarias , farmácias, hortifrutis e supermercados).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, respondendo a pergunta que colocamos sobre a sobrevivência dos micros e pequenos incorporadores na produção e transformação dos subúrbios do Rio de Janeiro podemos apontar para o impacto das novas infraestruturas de transporte e as mudanças no formato de comércio como elementos que trazem algumas reflexões.

A primeira reflexão a se fazer é que a implantação de infraestruturas de transporte inovadoras em seu formato, capacidade de transporte e alteração para mais nas velocidades com redução de tempo de viagem, confirma seu poder de atração para lugares de moradia e de comércio. É como se fosse um "imã": ao se apor no território uma infraestrutura inovadora ela tem atraído para si, para suas cercanias, habitantes que percebem nelas as possibilidades de melhorias em sua mobilidade na cidade.

E, como segunda reflexão, se pode anotar que ao atrair um grande número de novos habitantes, com alteração na capacidade de consumo por serem , em geral, de nível de renda mais elevada que a população que ali residia atrai-se comércio também de formato inovador, que ao se colocar nas cercanias das novas moradias possibilitam, paradoxalmente, redução de deslocamentos para quem puder adquirir imóveis nos empreendimentos em torno das novas vias de transporte e consumirem ou se servirem daquilo que os megacenters dispõem. Por outro lado, as novas infraestruturas de transporte possibilitam moradores de outros subúrbios chegarem a estes novos formatos de consumo e serviço. Assim atraem como "imã" aqueles que não estão nas cercanias.

A terceira reflexão é que as novas vias de infraestrutura de transportes implicam em maiores possibilidades de movimentos em direção a trabalho, atividades educacionais, equipamentos de saúde, lazer praiano ou em parques, para muito além das cercanias do novo formato de comércio e serviços,pois os megacenters por mais funcionalidades e atividades que propiciam não substitui a cidade, embora possa ser um simulacro em miniatura de partes dela. Assim as novas infraestruturas de transportes ampliam as

possibilidades de movimentos e atraem mais gente e veículos a elas.

E a reflexão final é sobre a consideração sobre a permanência ou não de micro e pequenos incorporadores na produção do parque imobiliário dos subúrbios do Rio. Evidencia-se no formato da tipologia dos empreendimentos imobiliários e a quem se destina as residências, escritórios, quartos de hotéis, lojas de varejo, que os incorporadores de grande porte adentraram pelos subúrbios do Rio colaborando para a intensa modificação do uso do solo urbano da cidade e de sua paisagem edilícia. Os subúrbios se verticalizaram como nunca tinha acontecido, os empreendimentos chegam a ter aspectos e funcionalidades de mini-bairros, com muitos blocos de apartamentos (em geral de sala e dois quartos, alguns com varanda, tendo estacionamentos ou vagas de garagem, e contando equipamentos de lazer semelhantes ao das zonas de maior renda da cidade(Sul e Barra da Tijuca), abrigam uma população de renda mais elevada que a que antes dominava esta área , revelando uma transformação socio-econômica de renda baixa ou média baixa para renda média e em alguns casos até de renda média alta(embora em menor proporção que as demais).

Esta entrada dos grandes incorporadores se faz mais nítida na faixa às margens da via expressa Linha Amarela e nas cercanias dos megacenters, e nas margens da Linha 2 do metrô onde suas estações coincidem com este formato novo de shopping ampliado, com a consequente transformação dos lugares antes sub-urbanos em bairros.

Mas permanece a anotação do seguimento da produção de parte do parque imobiliário por micros e pequenos incorporadores nas entrelinhas da malha territorial modificada pelas infraestruturas inovadoras de transporte. Isto porque, continua a existir uma demanda por uma residência mais exclusiva em pequenos prédios com menor número de unidades, e também uma população de renda média-média que não tem intenção de mudar,ou precisa da proximidade com local de trabalho, escolas, assistência de saúde, redes de conhecidos, familiares e amizades. Assim mesmo nos lugares de atividade de grandes incorporadores esta atrai os micros e pequenos que se aproveitam das inovações de infraestrutura de transportes e comércio para lançar mão de suas atividades isoladas, individuais, dar seu “tiro” num alvo já ampliado pelos grandes produzindo onde no interior das malhas viárias ou do metrô ou BRT , nas ruas mais “tranquilas” dos subúrbios seus empreendimentos isoladas, ocasionais ou aquelas sequenciadas por curto período de tempo na base explicitada do afluxo/refluxo e novo afluxo conforme seus excedentes individuais ou familiares das atividades principais que exercem lhes vislumbre possibilidades de auferir renda ampliada através de construção de pequenos prédios ou “vilas” de casas.

REFERÊNCIAS

[1] ABREU, M. de A., A evolução urbana do Rio de Janeiro. 2 ª Edição. Rio de Janeiro:IPLANRIO- Jorge Zahar Editor, 1988.

[2] AMAR, G., Concept de réseaux, Concept des Systèmes. Paris: Economica ,1987.

[3] BARAT, J., Estrutura metropolitana e sistema de transportes: estudo do caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

[4] DUPUY, G., Systèmes. Réseaux et Territoires. Paris: Press d’Ecole Nattionale des Pontes et Chaussées, 1985.

[5] KLEIMAN, M., Os pequenos promotores imobiliários e as transformações no espaço construído. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ,1985

[6] TOPALOV, C. Introduction a une recherche sociologigue sur les promoteurs immobiliers. Paris: CSU, 1968

[7] TOPALOV, C. Les promoteurs immobiliers. Paris: Mouton, 1974

[8] SILVA, A.L.B da. Transporte Coletivo e cidade. Tese de doutorado, Rio de Janeiro e Porto(Portugal): IPPUR-UFRJ, Universidade do Porto-Departamento de Geografia, 2015

Capítulo 4

Transformações, permanências e persistências no rural-urbano da Comunidade Palestina em Manacapuru/AM

Susane Patrícia Melo de Lima
Kennely de Oliveira França Andrade

Resumo: O presente trabalho elucida a relação rural-urbano que opera na Comunidade Palestina, localizada no município metropolitano de Manacapuru/AM. Considera-se um esmaecimento do rural, aliado a inserção do urbano, mas sobretudo a evidência de que os espaços rurais e urbanos guardam em si importantes especificidades que os ligam dando solidez às transformações, às permanências e às persistências socioespaciais que atuam simultaneamente em ambos os espaços. Manacapuru compõe a Região Metropolitana de Manaus e é um município composto de uma diversidade de comunidades que desenvolvem com a cidade uma articulada vivência agregando em seu território multifacetados processos que implicam na feição dialética rural/urbano e comunidade/cidade, conjuntamente. Aponta-se, assim, a existência de um rural-urbano com intensas interações cooexistentes sem que haja uma exclusão de uma ou outra realidade. Todavia, cada espaço possui suas singularidades, com características próprias, produzindo na Comunidade Palestina um amplo processo de produção e reprodução do espaço rural-urbano enquanto sentido da produção da vida em ampla interação da comunidade com a cidade, incluindo as relações metropolitanas.

Palavras-Chave: rural-urbano; Comunidade Palestina; Manacapuru/AM.

1. INTRODUÇÃO

> *[...] venho, no Brasil, procurando desenvolver [a noção de rurbano] para caracterizar situação mista, dinâmica e, repito, conjugal, fecundamente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias ou desarmônicas, quando puras.*
>
> *Gilberto Freyre, 1982, p. 82.*

A cidade de Manacapuru se constitui como uma centralidade importante no papel de produção do espaço das comunidades em seu entorno, isso porque os moradores se beneficiam da proximidade com a cidade, da disposição de um comércio significativo e da concentração de serviços públicos e privados, bem como de uma infraestrutura de estradas que facilita a fluidez da produção e dos produtos locais, no contexto de ligação da comunidade com a área urbana.

A comunidade torna-se assim, indissociável da cidade, pois através dos produtos que esta disponibiliza, por meio do qual, a comunidade é abastecida, acontece à interação ea relação de interdependência. A análise do modo de vida dos moradores da comunidade Palestina, reflete a reestruturação do espaço a partir da inserção de equipamentos e serviços, inclusive de ordem metropolitana, que agregam em seu contexto territorial o processo de metropolização em voga na Região Metropolitana de Manaus, a qual Manacapuru constitui figurando como importante cidade, e em seu arcabouço institucionalizado, cidade metropolitana.

A relação rural-urbano apresenta-se como dialética, todavia, no contexto da metropolização do espaço são articulam-se mesmo que dialeticamente, posto que a metropolização imprimi marcas, características metropolitanas ao espaço transformando as estruturas preexistentes, independentes de serem espaços metropolitanos ou não, ou seja, conforme Ascher (1995), o processo de metropolização não está restrito a áreas metropolitanas, se agregando ao pensamento de Lencioni (2013) quando esta profere que a metropolização possui uma dimensão cultural que atinge as esferas da vida, incide nos espaços, e os hábitos culturais e valores urbanos passam a ser aqueles que emanam da metrópole, portanto a metropolização como "tradução da globalização" (LACOUR, 1999) cria espaços de desigualdades em diferentes escalas e, na escala do local a Comunidade Palestina em Manacapuru, consolida em si processos espaciais bastante representativos.

Assim, tem-se a ideia de dois mundos que se opõem cedendo lugar a uma descontinuidade espacial do ponto de vista geográfico, territorial, econômico e social. Todavia, considerando a mundialização econômica e o desenvolvimento o capitalismo é possível identificar uma forte relação entre rural e urbano, precisamente pelas trocas entre ambos, e ainda, pelo incremento nos meios de comunicação, estradas, que contribuem para a diminuição do isolamento que manteve por muito tempo as comunidades afastadas. Quanto à redução do isolamento do espaço rural não se pode perder de vista a ampliação das redes de transporte e de informação, aliada ao ritmo acelerado de transformações nas relações de trabalho.

No caso específico, da comunidade Palestina, a partir de 1994, quando esta passa de fato a ser uma comunidade, tem passado por diversas transformações, quer seja no modo de vida ou na própria espacialidade, identificadas, sobretudo, após a chegada da energia elétrica, transporte coletivo, televisão e aparelhos de celulares que eram objetos considerados bens de acesso apenas aos moradores da cidade. Condição consolidada pelo desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004) em que as características do urbano demoram a se estabelecer, porém são evidentes e materialmente inerente à paisagem do lugar. A fluidez decorrente da infraestrutura de estrada contribuiu e continua contribuindo para as mudanças na comunidade, pela facilidade de entrada tanto da comunidade à cidade, quanto o contrário.

Tais transformações manifestam-se no território da comunidade expressando concomitantemente as permanências socioespaciais, e as persistências que a própria comunidade mantém como insistência e resistência ao modo de vida mais hodierno. Sabe-se que as mudanças alteram a maneira como o espaço é vivido, percebido e planejado, pois as mudanças redefinem as relações socioculturais ali estabelecidas, em que a relação ambígua entre o rural e o urbano, encontra-se diante do fenômeno chamado de "metrópole dispersa"; ou seja, do espaço metropolitano que Manacapuru expressa.

Desta forma, o objetivo central desta proposta fora analisar a dinâmica espacial na comunidade Palestina, no município metropolitano Manacapuru/Amazonas, considerando as relações entre rural e urbano que esta comunidade contém, evidenciando características metropolitanas espraiadas para além da metrópole, para além das cidades, chegando assim diversos espaços. A metodologia proposta neste trabalho respalda-se no materialismo histórico dialético, com procedimentos que permeiaram desde o levantamento bibliográfico e sua revisão, até prática de campo na Comunidade Palestina para levantamento de dados, sistematização dos mesmos e, posterior análise.

Areb, Lima e Sousa (2023) anunciam a relação cultural inenrente a cidades metropolitanas, e a partir deste entendimento observa-se a Comunidade Palestina fortemente ligada ao centro urbano-metropolitano de Manacapuru e amplia-se em atividades cotidianas que se espelham no perfil da metrópole, uma vez que a difusão metropolitana lhe é presente nas formas e nas relações cotidianas no espaço produzido pela própria comunidade, e das formas como as dimensões políticas, econômicas e culturais ali operam.

Há uma evidente simultaneidade espacial e temporal das práticas rurais inerentes ao cotidiano vivido da comunidade e a inserção de valores, significados e códigos do urbano no interior da Comunidade Palestina. A manifestação da coexistencia rural-urbano nesta comunidade pode ser explicitada na paisagem, que dialeticamente aparece e desaparece, bem como pela relação que se estabelece como imposição do novo sobre o velho face a resistência do velho sobre o novo.

2. O URBANO-METROPOLITANO NA COMUNIDADE PALESTINA À LUZ DA DIALÉTICA RURAL-URBANO

É importante refletir sobre o pensamento de Santos (1979) e Corrêa (1998) quando asseguram que no encontro da área Urbana e da área Rural, com a implantação e a ampliação dos meios de comunicação, acontece a integração tanto das diferentes culturas como do modo de vida, dessa forma não é mais possível falar do rural e do urbano com as mesmas peculiaridades tão cindidas como no passado, pois uma nova realidade vai

cedendo lugar as chamadas ruralidade e urbanidades, que ocorrem justamente quando essas áreas passam a influenciar na maneira de viver, nos costumes, nas ações e organização do espaço.

Dessa forma existe uma grande dificuldade em diferenciar o rural do urbano, em muitos casos, é difícil mensurar onde um termina e começa outro. Biazzo (2008) afirma que os espaços são perceptíveis sim, pelos elementos que apresenta tal paisagem, seja pelo hábito ou pela rotina dos moradores. Na comunidade Palestina esses elementos vêm se expandindo o que demonstra por outro lado a presença do urbano. A maneira como as pessoas vivem já não se contitui apenas na manutenção dos costumes das comunidade, pois algumas atividades exercidas, em alguns momentos se confundem com aquelas inerente aos centros urbanos, reificando as constantes mudanças no meio rural. Como salienta Biazzo (2008) de que

> "Rural" e "urbano", na maioria das vezes, aparecem como categorias operatória, utilizadas como referências a bases empíricas e, na abordagem atual dominante entre os geógrafos, são lidas como conjuntos de formas concretas a compor os espaços produzidos pelas sociedades (BIAZZO, p.133, 2008).

O rural e urbano por muitas vezes, têm sido abordados como categorias ligadas, percebidas como elementos materiais formando os espaços que a sociedade produz com sua dinâmica, para tanto é necessário entender que tais espaços não caminham isolados, podem interagir utilizando-se dos mesmos territórios e uma gama de ações podem se operar singularmente, por meio das práticas dos mesmos autores sociais, ou seja, é necessário analisar que tais espaços possuem as suas especificidades, são diferenciados, além disso, são perceptíveis por meio da economia e a política, que têm na divisão do trabalho, sua maior evidência. Silva (1997) esclarece, que "o rural brasileiro não pode ser mais entendido como agrário, para ele as zonas rurais cada vez mais se urbanizam, acontecendo assim um processo da pluralidade dos trabalhos rurais e moradores do campo desvinculados de qualquer atividade agrária" (SILVA, 1997, p.34).

De fato, muito embora exista semelhança e continuidade não existe destruiçãode ambos, rural e urbano, desmitificando que os espaços rurais estariam com os dias contados, existe uma nova forma de organização, atividades relacionadas ao agrícola praticada em espaços urbanos e vice-versa. Lembrando que o campo é um espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente, assim também as cidades são espaços urbanos, porém não exclusivamente urbano, visto agregar uma variedade de atividades inerentes a ambos espaços.

Rua (2005) fala da existencia de urbanidades no rural, ressaltando que a urbanização física e a urbanização ideológica no campo conduzem às urbanidades no espaço rural. As ruralidades não devem ser entendidas somente a partir da penetração do urbano no rural materialmente, mas sobretudo pelo consumo oriundo de uma sociedade generalizada como urbano-industrial, que interagem com as cultura e os bens simbólicos e materiais presente na memória coletiva como próprias do rural. Quanto às urbanidades Rua (2005) menciona que possuem uma gama de manifestações, perpassando por melhorias da infraestrutura, mas também movimentos sociais organizados, lutas, reivindicações que vão reafirmar a expansão das urbanidades no rural.

Diante de todos os questionamentos e observações durante a pesquisa de campo percebeu-se as transformações composta ao longo do tempo da comunidade. É importante enfatizar que não se pode pensar o rural dissociado do urbano, ou urbano dissociado do rural, ambos estão interligados historicamente, economicamente e sociologicamente, pois o modo de vida pertencente a determinado local, molda-se por instâncias que estrapolam a escala local, exprimindo-se a partir do global, o qual é moldado pela sua cultura e premissas ideológicas, que emanam das metrópoles e fluem em todos os espaços (LIMA, 2022). Nesse sentido, a relação rural/urbano não se trata de espaços delimitados rigidamente, do ponto de vista geográfico, é preciso compreender as relações existentes e lembrar que as transformações dos espaços devem ser levadas em consideração ao ritmo de cada região e especificidades dos lugares, todavia, requer-se a compreensão sobre as articulações inerentes ao universalização da cultura, dos valores, das ideias, que atuam no espaço mediados pelo processo de metropolização do espaço.

Quanto à dinâmica da metropolização do espaço, esta não atua apenas nos centros urbanos, ao contrário, a literatura geográfica já tem apontado estudos sobre o processo de metropolização que chega a áreas cada vez mais distantes “difundindo a cultura urbana, os valores urbanos, as normas e práticas sociais dominantes da metrópole” (FERREIRA, RUA, MATTOS, 2017, p. 14) podendo-se mesmo falar de urbanidades no rural, e a essas “formas materiais e imateriais vem se denominando de urbanidades no rural, conforme Rua (2002; 2005, 2011; 2013), pretendendo-se enfatizar a importância do fenômeno metropolitano como predominante na produção atual do espaço geográfico”, “sintetizando assim a hibridez entre rural e urbano (FERREIRA, RUA, MATTOS, 2015, p. 25), que de igual modo opera na Comunidade Palestina em Manacapuru.

3. ASPECTOS URBANO-METROPOLITANOS DA COMUNIDADE PALESTINA

A realidade empírica analisada foi da Comunidade Palestina, composta de aproximadamente 410 pessoas, 73 casas e 76 famílias (até última pesquisa *in loco*, 2022), está localizada a nordeste do município de Manacapuru com uma distância total de 15 km de distância da cidade, tendo acesso pela Rodovia Manoel Urbano/AM 0-70, percorrendo-se 09 km na rodovia até chegar à entrada do ramal de acesso, sendo preciso percorrer mais 06 km ao longo do ramal conhecido como Estrada do Calado (Figura 01). Outra maneira de se chegar à comunidade Palestina é através de embarcações, em um percurso realizado em uma hora pelo Rio Solimões.

Figura 01 – Estrada do Calado e Ramal de acesso à Comunidade Palestina

Foto: Kennely França, 2023.

A forma espacial da comunidade é composta de poucas ruas, simples e sem asfaltamento, porém uma comunidade consolidada com forma, função, processos, práticas espaciais e relações multifacetadas que evidenciam o rural e o urbano através da própria espacialidade, com casas, organização comunitária, igreja, comércios, serviços, além da constante reprodução das condições de produção do espaço vivido a partir da cidade de Manacapuru, em razão da proximidade e da disponibilidade de serviços e comércio característicos dos centros urbanos (figura 02).

Levando em consideração que essa comunidade foi inserida ao recorte espacial urbano de Manacapuru sob a Lei de Expansão do Perímetro Urbano (LEI Nº 001 de 18 de junho de 2012), que definiu que toda área dentro do raio de 15km do perímetro da cidade, passaria a ser zona urbana, pode-se mencionar a forte relação do urbano, do rual e do metr5opolitano na Palestina. No caso do rural, a presença de elementos do urbano se estabelece de modo intenso, além das relações cotidianas do espaço vivido que estrapolam os limites da vida do que denominaria de rural; quanto ao urbano, este afirma como seu contraditório na medida das carências ou deficiências de elementos do urbano no interior da comunidade, que passam a serem supridas por Manacapuru, logo a dialética do ser e não ser, do ter e não ter, se instala; quanto ao metropolitano, a comunidade Palestina vivencia no centro urbano, consome de modo simbólico e cultural, absorve os valores que se difundem a partir do maior centro urbano do seu entorno que é Manacapuru, sem perder de vista o próprio acesso e articulação com a metrópole Manaus.

Figura 02 – Mosaico da vista da Comunidade Palestina: arruamento, casas, igreja

Foto: Kennely Andrade, 2023.

Além da mudança legal em torno do que seria área rural e urbana, a terra urbana possui maior valor no mercado imobiliário que a terra em área rural, a comunidade reorganizou-se e modificações foram feitas para atender as necessidades dos moradores. O espaço foi modificado para atender essas necessidades, segundo viés analítico encontrado em Zmitrowicz e Angelis Neto (1997) "o espaço urbano não se constitui simplesmente pela tradicional combinação de áreas edificadas e áreas livres, interligadas através dos sistemas viários. Outros sistemas são desenvolvidos para melhorar o seu desempenho". Nesse sentido é possível perceber na comunidade Palestina o desenvolvimento de sistemas visando os benefício da vida urbana, e o incremento metropolitano a partir dos valores, ideias e signos das metrópoles que são presente no cotidiano vivido na comunidade.

Com o crescimento da cidade muitas mudanças surgem para que esse espaço seja adequado aos moradores e frequentadores. Como salienta Zmitrowicz e Angelis Neto (1997).

> A evolução da cidade corresponde a modificações quantitativas e qualitativas na gama de atividades urbanas e, consequentemente, surge a necessidade de adaptação tanto dos espaços necessários a essas atividades, como da acessibilidade desses espaços, e da própria infraestrutura que a eles serve (ZMITROWICZ, ANGELIS NETO 1997 p 04).

Com o crescimento da comunidade e a necessidade de redução do isolamento, algumas medidas foram tomadas para melhoria das condições de desenvolvimento da vida no interior da comunidade. Foi implantado o sistema público de telefonia, com isso foi possível suprimir a necessidade de comunicação em relação à distância da cidade, diminuir o isolamento, muito embora a estrada já seja capaz de romper a descontinuidade

espacial de outrora. Quanto à telefonia, ressalta-se que a comunidade insere a telefonia móvel, sem que antes tenha tido a telefonia fixa, residencial, isso porque a capilaridade da telefonia móvel, junto aos serviços inerentes ao aparelho de celular, consolidam-se como meio de comunicação de modo global, bem como, de operação de serviços, intensidade e velocidade das operações antes feitas somente na esfera física, agora com o aporte da virtualidade a comunidade Palestina adentra a possibilidade de obter serviços mediados por tecnologia.

Apesar do serviço de internet apresentar-se disponível, a minoria das residências instalaram, evidenciando inclusive restrições em relação a capacidade financeira de aquisição. Todavia, a operação da internet móvel se expande nos limites do financeiro dos diversos moradores da comunidade.

Em se tratando de uma área residencial Zmitrowicz e Angelis Neto (1997) afirma que deve ser considerada a necessidade de vários outros equipamentos urbanos, como é o caso de equipamentos sociais, incluindo a ampliação das instituições de ensino. Em relação a uma comunidade com um número elevado de crianças em idade escolar foi construída uma escola pertencente a rede municipal de ensino, que atende crianças do primeiro ao sexto ano, nível fundamental, e o ensino tecnológico é oferecido pela rede estadual, que possui funcionamento em turno noturno, realizado pelo sistema de educação à distância/EAD. A escola é municipal, mas devido a carência de escolas no turno da noite a mesma funciona como um anexo da Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré, com sede em Manacapuru.

Um fato relevante que impulsionou o crescimento na comunidade foi a implantação da energia elétrica, implantada através do Programa Luz para Todos. Com o desenvolvimento da pesquisa foi confirmado que todas as casas recebem o fornecimento da energia que adentrou a comunidade por meio do programa social de governo. Segundo os moradores, todos recebem energia de boa qualidade, atendendo suas necessidades. Com o uso da energia elétrica, foi possível fazer aquisições de eletrodomésticos antes não encontrados no rural, como: aparelho de som, aparelho TV, geladeira, ar condicionado, máquina de lavar, microondas, liquidificador, entre outros.

Com a implantação da energia elétrica, a água encanada foi essencial para o bem estar da população local, permitindo a diminuição do esforço físico exigido, principalmente para as donas de casa que precisavam recorrer ao lago diariamente no intuito de providenciar água para os afazeres domésticos e todas as necessidades básicas de suas casas. O serviço de abastecimento de água é realizado através de poço tubular comunitário, comumente conhecido como poço artesiano, construído no ano de 2005.

Só não fazem uso dessa água, os moradores que não residiam na comunidade noperíodo de implantação do abastecimento, por isso, foi preciso buscar alternativas. Alguns ainda se beneficiam diretamente do lago, com o uso de motor bomba, movidos por gasolina, outros que não usam esse sistema de abastecimento de água são os que estão com suas residências localizadas no início do ramal de acesso. Esses moradores do início do ramal em sua maioria têm maior poder aquisitivo e construíram seus próprios poços. Após aplicação do questionário foi percebido que 5% dos moradores ainda carregam água do lago, 15% fazem uso de motor bomba, 29% usam poços próprios ou cedidos por morador próximo, mas 51% que é a maioria dos comunitários, usam a água disponibilizada pelo poço comunitário.

Os equipamentos sociais urbanos como àqueles voltados à saúde, necessários para o bem estar de qualquer população, citado por Zmitrowicz e Angelis Neto (1997), ainda não é oferecido aos moradores da comunidade, conta-se apenas com o serviço de uma gente de

saúde, que atende a comunidade Palestina e a Comunidade São José, nas proximidades. Segundo a presidente da comunidade (Iraci da Silva) em relato de entrevista, quando um comunitário precisa de tratamento no hospital, nem sempre a ambulância pode ir fazer o traslado do paciente. De acordo com as informações obtidas com o senhor Gean de Melo (motorista da ambulância de resgate), torna-se inviável fazer esse serviço em dias chuvosos, pois o ramal fica em péssimas condições de trafego, por se tratar de um ramal sem asfalto. Com a necessidade muitas vezes é preciso levar o doente de forma inadequada, em carro ou moto sem oferecer os primeiros cuidados, muitas vezes necessários e urgente. Tal condição demosntra a precariedade do serviço de saúde na comunidade Palestina, que com traços marcadamente rural, é urbana, é metropolitana, esta última condição se afirma pela relação dos comunitário com Manacapuru.

A comunidade Palestina conta com o serviço de transporte coletivo, funcionando três vezes por semana, seu percurso é em direção ao centro da cidade de Manacapuru, saindo as seis e trinta, com o retorno às onze e trinta. Esse serviço se deu com o crescimento populacional, dos moradores do ramal principal e das comunidades ligadas a ele. O uso do serviço informal do mototaxista é recorrente, em razão do custo-benefício, rapidez e acesso veloz à cidade.

De acordo com Zmitrowicz e Angelis Neto (1997 p 05), "sob o aspecto social, a infraestrutura urbana visa promover condições de moradia, trabalho", diante dessa afirmativa de encontra-se na comunidade a contradição da falta de emprego para garantir a renda financeira adequada para as famílias. Com essa realidade os comunitários desenvolvem outras atividades para aumentar a renda familiar, como prestção de serviços aos moradores de Manacapuru, como: tirar madeira em outras localidades, limpeza em terrenos e construção de cercas configurando trabalhos menos complexos, porém de maior emprego da força do trabalho. A geração de renda se completa coma produção de farinha, plantio e criação de animais. Segundo informações obtidas com aplicação de questionário e a visita à comunidade, a maioria dos moradores sobrevive dos benefícios sociais, como: bolsa família e aposentadoria. É importante ressaltar que em muitos casos o recebimento de aposentadorias e do beneficio do Programa Bolsa Família, do governo federal, complementam a rendafamiliar e, em alguns casos, a única fonte de renda.

Assim, 35% das famílias sobreviviam com o benefício da bolsa família, 26% com aposentadorias e 18% trabalham na agricultura, também, identificou-se que 22% das famílias desenvolvem atividades alternativas para garantir o sustento. Isso equivale mencionar a centralidade do trabalho informal decorrente das recentes formas de trabalho e ocupação em meio metropolitano, em que as condições de um desenvolvimento metropolitano periférico se estabelece e se mostra pela baixa capacidade de empregar pessoas.

Convém lembrar que a violência não se restringe somente aos grandes centros urbanos e pelo processo de metropolização, é possível mencionar que esta característica se difunde também a outros espaços. Alex Abiko (2011) salienta seu funcionamento quando diz,

> A segurança pública é um serviço complexo que envolve instrumentosde prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito, envolvendo os três níveis de governo (ABIKO, 2011 p.22).

Na comunidade Palestina percebe-se a presença de atos de violência, tais como: briga familiar, briga nos bares por conta da embriagues, assalto e pequenos furtos. Segundo os moradores, o local antes da inauguração da Ponte Rio Negro, objeto geográfico de expansão da metrópole Manaus para o interior da região metropolitana, era mais tranquilo, não se ouvia falar em brigas, a maioria dessas ocorrências se dão por conta do consumo excessivo de bebida alcoólica e até drogas, principalmente nos fins de semana, quando a comunidade desfruta de lazer, encontro e diversão.

O policiamento se faz presente através de constantes rondas, todos os dias ou em algum momento quando são chamados. Apesar de ter se tornado um fato preocupante, o aumento de casos de violência relatados pelos comunitários, eles ainda consideram a comunidade pacata se comparada com os ritmos e números da cidade de Manacapuru e da metrópole Manaus.

As atividade de lazer ainda acontecem na comunidade Palestina como forma de resistência e persistências face as transformações do mundo hodierno, assim, ainda estão presentes as brincadeiras, as rodas e juntamento de crianças. A principal forma de lazer está relacionada com a prática esportiva do futebol, na qual os grupos de moradores organizam seus times e disputam entre si. Essa atividade reúne muitas pessoas em volta do campo de futebol para assitir ou torcer pelo seu time, ou para esperar sua vez para jogar. Assim, percebe-se que o futebol, torna-se uma prática em que os homens e mulheres buscam para o seu lazer.

4. PONDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi desenvolvido com a finalidade de contribuir para oconhecimento das particularidades, no que se refere à construção social e econômica da comunidade Palestina de Manacapuru, pois a mesma tem no seu território formas do urbano, mantendo as formas do rural e vivendo sob o processo de metropolização do espaço, evidente na relação dialética consolidada entre o rural – urbano – metropolitano, a cidade – comunidade – metrópole.

Em 2012 foi transformada de fato pela Câmara Municipal de Manacapuru, em área urbana, passando a fazer parte da área urbana de Manacapuru. Ela possui alguns serviços característicos da vida na cidade, como o uso da energia elétrica, água encanada, comunicação fixa e móvel, serviços e bens, além da mobilidade espacial diária e a articulação entre a comunidade e a cidade. Porém, as atividades predominantes ainda estão ligadas a atividades simples, contudo, observa-se que estão ocorrendo mudanças importantes no modo de vida do lugar, onde cada vez mais os moradores exercem atividades que não são mais típicas do rurais, afirmando com potência a expressão das relações metropolitanas globais em que o rural se afirma no contexto das relações urbanas e o metropolitano está em todos os lugares.

A Palestina é uma comunidade que ainda desenvolve atividades econômicas relacionadas à agricultura e ao cultivo de verduras, mas existe o aumento contínuo de atividades que não têm envolvimento direto com o campo, como os serviços de comércio. Constatou-se que existe uma ligação entre rural e urbano, e isso leva ao entendimento, de que as pessoas vivem territórios mistos, que ora desenvolvem atividade tipicamente urbana e ora as atividades são tipicamente rurais. Levando ao entendimento que se configuram aparições de territórios mistos, no qual urbano e rural atuam de forma simultânea, e que

o cotidiano vivido se exprime como paradigma da vida complexa, da vida urbana, no seio da sua região urbana.

A cidade de Manacapuru, por meio do processo da urbanização desenvolve certo alcance de influência econômica e social na comunidade. Dessa maneira, podem ser percebidos nessa comunidade alguns problemas característicos do urbano existente na cidade de Manacapuru, dentre eles podem ser citado o problema com o crescente índice de violência, provocando a necessidade da presença constante de policiamento na comunidade, o negativo da vida urbana expresso no rural.

É importante ressaltar que é complexo, quando se tenta determinar ou demarcar de forma objetiva o que é rural e o que é urbano, sobretudo quando se faz com um olhar sob a ótica da diferenciação do espaço. É possível entender a existência de ambos os espaços, as interações cooexistentes, as influências, sem que aconteça uma exclusão de uma ou outra realidade. Porém cada espaço possui suas singularidades, com características próprias, mas vale ressaltar que com a expansão do centro urbano do município de Manacapuru, é inevitável o alcance pelas mudanças que uma sociedade caracteristicamente capitalista proporciona, aqui a produção e reprodução do espaço se consolida como o sentido da produção da vida. Nesse sentido, há uma necessidade de adequação a esse novo modo de organização, que abrange as relações diárias das comunidades que antes rurais, agora são comunidades também urbanas do Município de Manacapuru/AM.

REFERÊNCIAS

[1] ABIKO, Alex. **Texto Técnico Escola Politécnica da USP Departamento de Engenharia de Construção Civil**, TT/PCC/10. São Paulo – 2011.

[2] AREB, Matheus Vieira, LIMA, Susane Patrícia Melo de; SOUSA, Isaque dos Santos (2023). **A metrópole e as cidades metropolitanas**: reflexões sobre cultura e metropolização a partir de Manacapuru e Presidente Figueiredo no Amazonas (AM).In. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, N 21(6), 4676–4694. https://doi.org/10.55905/oelv21n6-082

[3] ASCHER, François **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris: Ed. Odile Jacob. 1995.

[4] BIAZZO, P. P. Campo e rural, **cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.

[5] CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1998.

[6] FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: reflexões iniciais. In. FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Orgs. **O espaço e a metropolização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

[7] FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: processos e dinâmicas. Uma introdução. In. FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Orgs. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

[8] FREYRE, G. **Rurbanização**: Que é? Recife: Massangana, 1982.

[9] HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: LOYOLA, 2004.

[10] LACOUR, Claude; PUISSANT, Sylvette. **La métropolisation**: croissance, diversité, fractures. Paris: Anthropos, 1999.

[11] LIMA, Susane Patrícia Melo de. **Neoliberalismo, Território e a Região Metropolitana de Manaus** – Nos entremeios de uma "região incomum" e o comum como princípio da geopolítica da metropolização. In. SILVA. Anderson Lincoln V. da. Estudos em Ciências Humanas e Sociais – Volume 1 –

Belo Horizonte – MG: Poisson, 2021. p. 53-68. Disponível em: https://www.poisson.com.br/livros/estudos_humanas_sociais/volume1/ .Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

[12] LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro et al. **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rural. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

[13] RUA, João. No Estado do Rio de Janeiro: o lugar de um lugar rural em um espaço de metropolização. In. FERREIRA, Álvaro. RUA, João e MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

[14] RUA, João. O preço da terra e os megaprojetos como marcantes urbanidades no rural na fase atual de organização do espaço geográfico. In. FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

[15] RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. In. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 45-66, 2005.

[16] SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

[17] SILVA, José Francisco Graziano da.O novo rural brasileiro. In:SHIKI, Shigeo; ORTEGA, A. César. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: EDUFU, 1997. p. 75-99.

[18] ZMITROWICZ, Witold; ANGELIS NETO, Generoso. **Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17.** São Paulo: EPUSP, 1997.

Capítulo 5

A trajetória da política de assistência social brasileira e a participação do Serviço Social na consolidação da política pública

Ellen Ramalho da Cunha
César Albenes de Mendonça Cruz

Resumo: A trajetória da política de assistência social foi um processo que se desenvolveu de acordo com o contexto histórico, econômico e político do país. No transcorrer da história brasileira, a política de assistência social só adquiriu condição de política social com a Constituição Federal de 1988, pois a assistência social foi reconhecida como política pública que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, integram o sistema de seguridade social brasileiro. O objetivo do presente é apresentar a trajetória da política pública até a solidificação de um sistema participativo e descentralizado da assistência social para todo território brasileiro, detalhando da prática individual ou grupal de assistencialismo a atenção as necessidades sociais como campo de política pública regulado, coordenado e executado pelo Estado e destacar a participação do Serviço Social na construção da política de assistência social brasileira, como um direito do cidadão e um dever do Estado. De maneira histórica, a assistência social foi exercida para diversos grupos, sendo atribuída àqueles considerados vulneráveis, incapazes, desamparados, doentes, desprotegidos, pobres. Por muitas vezes, era efetuada sob a ótica da coibição, por parte do Estado. Nessa perspectiva, a assistência era marcada por atos de cunho clientelista, filantrópico, tutelar, caritativo, o que se tornou perceptível a importância da Constituição Federal de 1988. Infere-se assim que a assistência social no Brasil se origina das práticas de caridade, filantropia e benemerência, consolidando-se como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, avançando com as legislações posteriores.

Palavras-chave: Assistência Social; Política Social; Seguridade Social; Serviço Social.

O campo da Assistência Social foi consistentemente tratado de forma secundária pelo Estado, resultando em um desenvolvimento marcado por ações pontuais e desarticuladas. Essas iniciativas tinham como objetivo atender de maneira intermitente os grupos mais necessitados e vulneráveis, considerados "desvalidos" (Yasbek, 2004).

Contrariando a noção de ser uma política social, a assistência social foi estabelecida ao longo de décadas como um sistema de doações de auxílios, envolvendo uma abordagem tutelar e benevolente. Infelizmente, essa abordagem acabou por perpetuar a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira (Mestriner, 2001).

Segundo Mestriner (2001), no Brasil, desde a época colonial, a assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas como entidades interligadas, muitas vezes sendo consideradas substitutas uma da outra. Diante da profunda desigualdade social que prevalece em nosso país. a ausência de uma clara distinção entre tais conceitos, torna desafiadora a clara compreensão das reais responsabilidades do Estado em relação aos cidadãos.

As ações de assistência eram concebidas predominantemente como caridade, desvinculadas das responsabilidades do Estado, e eram realizadas de maneira esporádica, muitas vezes com o propósito de controle e responsabilização dos indivíduos. Nesse contexto, as pessoas não tinham permissão para exercer seu protagonismo, sendo subjugadas àqueles que supriam suas necessidades (Sposati, 2014).

No século XVI, foram estabelecidas as Irmandades da Santa Casa da Misericórdia, que desempenharam um papel importante na história da assistência no Brasil. Essas irmandades se dedicavam a ações de caridade, fornecendo atendimento e assistência à parcela mais necessitada da população, incluindo os doentes. Seu surgimento representou um marco significativo na história na assistência social (Arantes, 2010).

Durante o século XVIII, entre diversos desafios sociais enfrentados pelas autoridades, um deles era o crescente número de bebês abandonados. Para lidar com essa situação, foram estabelecidas as primeiras "Roda dos Expostos". A primeira delas foi inaugurada em Salvador, na Bahia, em 1726, seguida pela instalação de uma segunda roda no Rio de Janeiro, em 1738, e a terceira e última na cidade de Recife, em 1789. O termo "roda" refere-se ao mecanismo circular, dividido ao meio, que era fixado em muros ou janelas das instituições, permitindo que os bebês fossem deixados (Marcílio, 1997).

De acordo com Marcílio (1997), no contexto histórico, as câmaras municipais atribuíam oficialmente a responsabilidade pelos serviços de proteção aos pobres a diversas instituições por meio de contratos formalizados e assinados pelo rei. Esses contratos incluíam acordos com as Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, bem como o estabelecimento das Rodas dos Expostos.

Até o período que compreende a década de 1930, o papel do estado no que diz respeito às entidades filantrópicas, se restringia, sobretudo às funções de sustentação e fiscalização. A pobreza não era compreendida como uma manifestação da questão social e, os problemas sociais eram compreendidos como um aspecto pessoal e situação inusitada e excepcional, e assim consequentemente, não eram reconhecidos passível de intervenção estatal (Sposati *et al.*, 1989).

Durante os séculos XIX e XX, iniciou-se a formação de um novo modelo assistencial no Brasil, marcado pelo estabelecimento de diretrizes governamentais para o trabalho social. Nesse contexto, as ações de caridade e filantropia realizadas pelas instituições ligadas à Igreja gradualmente perderam força. Esse período foi marcado por eventos e

transformações significativas, como o fim do período monárquico, a desvinculação entre Estado e Igreja, o que resultou no declínio do predomínio religioso sobre as ações de assistência, e, principalmente, o fim da escravidão, que foi o marco mais relevante nessa evolução (Gomes, 2010).

Até a década de 1930, a pobreza não era reconhecida como um fenômeno relacionado à questão social, mas sim interpretada como um assunto a ser tratado pela polícia pelo Estado. Os problemas sociais eram vistos como ocorrências excepcionais e muitas vezes ocultados, enquanto a pobreza era considerada um problema pessoal, atribuído unicamente ao indivíduo (Sposati *et al*., 2014).

Segundo Netto (2001), o termo "questão social" surgiu no século XIX e foi utilizado para descrever o fenômeno da pobreza na Inglaterra, resultado do processo de industrialização. Assim, a adversidade e a desigualdade entre as classes sociais, assim como a pobreza, não eram algo incomum, mas com o advento do capitalismo, esses elementos adquiriram uma nova dimensão. A centralidade dessa questão reside na relação entre o aumento da capacidade de geração de riquezas, paralelamente ao crescimento da pobreza, e na postura política da classe dominada em relação à classe dominante.

Conforme apontado por Iamamoto (1999), na sociedade capitalista avançada, a questão social engloba diversas manifestações de desigualdade que têm um elemento fundamental em comum. Esse elemento consiste no fato de que a produção social ocorre cada vez mais de maneira coletiva, tornando o trabalho amplamente social, porém os frutos desse trabalho permanecem monopolizados por uma parcela da sociedade. Essa dinâmica contraditória entre a socialização da produção e a apropriação privada dos resultados é o cerne da questão social no contexto do sistema capitalista.

Durante as décadas de 1930 e 1940, ocorreu a organização do Sistema de Proteção Social no Brasil, que se estendeu ao longo da maior parte do século XX. Esse processo ocorreu simultaneamente à urbanização e industrialização do país. Nesse período, o Estado demonstrou uma maior preocupação com relação às ações de proteção social e ao enfrentamento da questão social, embora ainda fossem limitadas, devido à conjuntura econômica vivenciada na época (Pereira, 2007).

Durante a Era Vargas (1930), o Estado brasileiro, diante da necessidade de modernizar o país e promover a urbanização, adotou medidas assistenciais e repressivas em larga escala. No contexto do processo de industrialização, as ações do Estado não estavam primordialmente direcionadas à proteção social e garantia de direitos dos cidadãos, mas sim à criação de um ambiente propício para a implementação do capitalismo. Essas medidas visavam estabelecer as bases necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista, priorizando aspectos econômicos e estruturais em detrimento da proteção social (Behring; Boschetti, 2007).

De acordo com a análise de Harvey (1989), podemos observar que a lógica predominante na organização do espaço urbano nos países europeus não conseguia conter as dinâmicas contraditórias de classe. Essa perspectiva também se reflete no (re)desenho das cidades brasileiras em formação, onde elementos históricos e específicos da economia brasileira, como a escravidão e a estrutura agrária, conviviam de forma contraditória com os paradigmas da modernidade trazidos da Europa. Essa coexistência de influências distintas moldou o cenário urbano brasileiro, que refletia tanto aspectos tradicionais quanto os ideais modernos.

No ano de 1938 foi estabelecida uma importante regulamentação da assistência social no Brasil por meio da criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Esse órgão foi criado como um mecanismo de apoio ao Ministério da Educação e Saúde e era composto por representantes influentes da sociedade cultural e filantrópica. O CNSS tinha a responsabilidade de deliberar sobre quais organizações receberiam apoio, estabelecendo assim uma relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Era a sociedade civil que avaliava a elegibilidade para receber auxílio financeiro do Estado, fortalecendo a relação entre as duas esferas. Assim, o CNSS foi pioneiro nas ações de amparo social disponível no contexto da burocracia estatal brasileira, muito embora seu propósito se restringisse ao suporte financeiro às organizações dedicadas à assistência social (Mestriner, 2001).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), foi criada em 1942, com o objetivo inicial de prestar assistência às famílias dos brasileiros que integravam a força expedicionária brasileira. Após o término da guerra, a atuação da LBA se ampliou com a finalidade de atendimento à parcela da população não beneficiária da previdência social e desempenhava um papel de fornecer apoio e assistência emergencial a esse segmento da população (Cordeiro *et al*., 2018).

Durante a década de 1930, o Serviço Social emergiu no Brasil de forma estreitamente ligada às iniciativas da Igreja Católica. Essas iniciativas visavam qualificar o laicato, especialmente as mulheres, por meio dos movimentos de ação social e ação católica, para desempenhar um papel de apostolado junto às famílias operárias (Iamamoto, 2019).

Segundo Iamamoto (2014), no período de 1936 a 1945, ocorreu o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, marcando também sua expansão no país. Durante esse período, houve uma forte influência católica na área. Além disso, foram observadas iniciativas por parte do Estado, tanto em parceria com a Igreja, como também sob influência do movimento sanitarista e do movimento da Escola Nova.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social se desenvolveu durante os "trinta anos gloriosos", marcados pela expansão da economia capitalista monopolista. A produção em massa voltada para o consumo impulsionou a acumulação de capital e gerou excedentes. O Estado absorveu parte desses excedentes, financiando políticas sociais públicas e socializando os custos da reprodução da força de trabalho. A política keynesiana buscava o pleno emprego e um padrão salarial adequado, reconhecendo as demandas do movimento sindical. Houve expansão dos serviços sociais públicos, permitindo o acesso os direitos para famílias trabalhadoras. Essa expansão criou as condições para o estabelecimento de um mercado profissional de trabalho e para a institucionalização da profissão de Serviço Social (Iamamoto, 2019).

Para Faleiros (2009), o Serviço Social emerge das dinâmicas e contradições do capitalismo moderno, especialmente quando essas contradições resultam em lutas políticas protagonizadas por trabalhadores e movimentos sociais. A consolidação e difusão dessa profissão ocorrem em um contexto específico, o do Estado keynesiano, que busca regular o mercado e intervir sistematicamente na vida social por meio de políticas públicas sociais.

Com a finalidade assegurar as circunstâncias favoráveis ao crescimento do capitalismo, políticas sociais são empregadas no enfrentamento da questão social, é nesse contexto que o Serviço Social tem sua origem (Carvalho *et al.*, 1982). Também se pode mencionar que a expansão das políticas sociais não ocorre apenas como resultado dos interesses do capital, mas também como resposta às demandas e lutas da classe trabalhadora. A garantia e consolidação dos direitos sociais são conquistas alcançadas por meio da

mobilização e organização dos trabalhadores, que buscam melhorias nas condições de vida e trabalho, bem como a promoção da justiça social. Portanto, a expansão das políticas sociais é resultado da ação coletiva e da luta por direitos por parte da classe trabalhadora (Iamamoto, 2003).

Em 1883, durante o governo do Chanceler Otto Von Bismarck, surgiram as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que constituíram a seguridade social no século XX, na Alemanha. O modelo bismarckiano foi um sistema de seguros sociais com características semelhantes aos seguros privados. Os benefícios eram direcionados principalmente aos trabalhadores, condicionados à contribuição prévia direta e proporcionais às contribuições feitas. O financiamento baseava-se nas contribuições diretas dos empregados e empregadores, com base nos salários. A gestão era realizada por meio de Caixas geridas pelo Estado, com a participação dos contribuintes (Boschetti, 2003).

Em 1942, em meio a Segunda Guerra Mundial, é formulado o Plano Beveridge, apresentando questionamentos ao modelo bismarckiano, que sugere o estabelecimento do estado de bem-estar social, também conhecido como *welfarestate*. O modelo de sistema beveridgiano, traz a perspectiva de direitos universais que possam envolver toda sociedade, não exigindo condições prévias ou critérios de recursos, com a finalidade da garantia de um grau mínimo de proteção social, para a parcela da população em situação vulnerabilidade. O financiamento do sistema beveridgiano, prevê a gestão pública e do Estado, através de arrecadação de impostos. “Os princípios fundamentais do Plano Beveridge são a unificação institucional e a uniformização dos benefícios” (Beveridge, 1943; CAstel, 1998).

Os princípios da previdência social Brasileira, tem maior influência do modelo bismarckiano, já o sistema público de saúde e assistência social, sofrem maior influência dos princípios do modelo beveridgiano. Essa combinação de elementos faz com que o sistema de seguridade social brasileiro esteja situado entre o campo do seguro e da assistência social (Boschetti, 2006).

Entre os anos de 1975-1985, segundo Iamamoto (2019), se desenvolvem uma rica pauta de debates e pesquisas sobre a organização político corporativa e acadêmica do Serviço Social, os sujeitos sociais atendidos, a vinculação institucional da categoria e as políticas sociais; impulsionam a articulação latino-americana e a capacitação profissional permanente, quando a pós-graduação stricto sensu apenas iniciava.

Com a ascensão dos movimentos das classes trabalhadoras e a elaboração da Constituição de 1988, o Serviço Social foi questionado e se engajou ativamente nesse contexto. As transformações sociais ocorridas no Brasil deram origem a um processo de lutas democráticas, especialmente na década de 1970. Isso influenciou as preocupações emergentes no Serviço Social, exigindo respostas profissionais adaptadas às novas demandas. Essa necessidade de adaptação resultou em mudanças significativas no ensino, na pesquisa e na organização política e profissional dos assistentes sociais (Iamamoto, 2019).

Segundo Behring e Boschetti (2011), a consolidação da Assistência Social como política pública foi um processo gradual, enfrentando desafios relacionados a características históricas, como a demora na regulamentação legal, a focalização e seleção da população atendida.

A Assistência Social deve desempenhar um papel de vigilância das exclusões sociais, garantindo direitos relacionados aos mínimos sociais. Além disso, ela deve atuar como uma política de equidade, especialmente no que diz respeito à cobertura de riscos sociais e vulnerabilidades sociais. Dessa forma, a Assistência Social busca promover a justiça social e a proteção social para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade (Sposati, 2007).

Durante o período do "Milagre Econômico Brasileiro", que ocorreu durante o regime de Ditadura Militar, houve um crescimento significativo das cidades e regiões metropolitanas. No entanto, esse período também trouxe à tona diversos problemas sociais, incluindo o aumento da pobreza. Após o fim da Ditadura Militar, com o retorno do Estado de Direito, surgiram oportunidades para o aprimoramento e consolidação das instituições no Brasil (Behring; Boschetti, 2011).

Após a Ditadura Militar, que governou o país de 1964 a 1985, o restabelecimento do Estado de Direito abriu caminho para a consolidação e o aprimoramento das instituições (Behring; Boschetti, 2011). Nesse contexto, foi possível fortalecer e aperfeiçoar as estruturas políticas, jurídicas e sociais, visando garantir a democracia e os direitos fundamentais da população. A volta do Estado de Direito representou uma oportunidade para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco crucial na história da política de assistência social no Brasil, pois conferiu a ela o status de política pública, estabelecendo-a como um direito do cidadão e uma responsabilidade do Estado, estando previsto no artigo 203:

> A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: **I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; **II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes; **III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho; **IV**- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; **V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. **VI** - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Brasil, 1988).

O instrumento legislativo citado, ao incluir a assistência social na seguridade social representou uma decisão inovadora, estabelecendo-a como uma política pública contínua e estruturada, com responsabilidade estatal. Essa inclusão rompeu com o princípio da subsidiariedade, no qual o Estado se afastava da intervenção direta, e passou a assumir a responsabilidade direta pela promoção e garantia dos direitos sociais. Além disso, a assistência social tornou-se um pilar fundamental da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social, contribuindo para combater a pobreza, reduzir as desigualdades e promover a equidade social. Essas mudanças representaram avanços significativos na concepção e no papel da assistência social como uma política essencial para a garantia dos direitos sociais (Sposati, 2009).

Conforme Yazbek (2009), na década de 90, o Serviço Social foi ainda desafiado a lidar com diversas questões sociais. Essas questões incluíam desemprego, trabalho precário, lutas pela terra, trabalho infantil, falta de moradia, violência doméstica, discriminações de gênero e étnicas, questões relacionadas ao uso abuso de drogas, ao surgimento e disseminação do HIV/AIDS, crianças e adolescentes em situação de rua, pessoas com doenças mentais, indivíduos com deficiências e envelhecimento sem recursos. Esses desafios se relacionavam à pobreza, subalternidade e exclusão, apresentando-se de forma multifacetada. O Serviço Social, nesse contexto, enfrentou questões-chave relacionadas à Seguridade Social, Assistência Social e municipalização/descentralização das políticas sociais, buscando promover justiça social, equidade e garantia dos direitos humanos.

Segundo Sposati (2007), a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como a Norma Operacional Básica NOB/SUAS e a Política Nacional de Assistência Social — PNAS tem como finalidade a organização da Assistência Social para todo território brasileiro.

Outrossim, nas últimas décadas, esse sistema, vem tomando novas configurações, no qual alguns de seus princípios, a saber: a transparência, planejamento, avaliação e controle social, vem sendo relegados a segundo plano, repercutindo diretamente na gestão e oferta da política aqui estudada (Sposati, 2018).

Desde instituição do Sistema de Assistência Social (SUAS), vários foram os desafios para que os direitos dos brasileiros viessem a ser garantidos. E a partir de 2015, foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma agenda para 2030, visando promover o desenvolvimento sustentável, que logo em primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), traz a necessidade de adoção de medidas pelos formuladores das políticas públicas, a fim de “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. Dito isso, enfatiza-se que para a consecução da meta supracitada, torna fundamental por parte do poder público, a implementação e desenvolvimento da oferta da proteção social, através de programas, benefícios, serviços e projetos direcionados aos usuários em situação de vulnerabilidade social. Portanto, o ODS 1, encontra-se intrinsecamente associado a Política de Assistência Social, devendo os gestores e trabalhadores desta, estarem comprometidos com o alcance deste objetivo até 2030 (IPEA, 2020).

REFERÊNCIAS

[1] ARANTES, E. M. M. **Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v.5, n.1, p. 5-16, 2010.

[2] BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, p. 216, 2006.

[3] BEVERIDGE, S. W. **O Plano Beveridge**: relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

[4] BOSCARI, M.; DA SILVA, F. N. **A Trajetória da Assistência Social até se efetivar como Política Pública**. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, v. 4, n. 1, p. 108–127, 2015.

[5] BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001.

[6] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

[7] CORDEIRO, M. P. et al. (Org.). **Psicologia na Assistência Social**: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

[8] FALEIROS. V. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

[9] GOMES, C. A. **Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana, 2010.

[10] HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço** (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005.

[11] IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19º edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 1982.

[12] IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

[13] IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 120, pp. 608-639, 2014.

[14] MARCÍLIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. In Marcos Cezar Freitas (Org.), História social da infância no Brasil, pp. 51-76. São Paulo: Cortez, 1992.

[15] MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

[16] NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. In: Revista Temporalis, ABEPSS, Grafiline, p.41 – 51, 2001.

[17] PAIVA, A de. **O processo de institucionalização da política de assistência social através da implementação do SUAS.** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

[18] PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos**. 4.ed. 214 p. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

[19] SPOSATI, A. **Assistência social: de ação individual a direito social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

[20] SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva:** concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/Unesco, p. 13-56, 2009.

[21] SPOSATI, A. et al.**Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

[22] SPOSATI, A. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. Revista Ciênc. Saúde Coletiva, 2018.

[23] YAZBEK, M. C. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após dez anos da LOAS**. In: Serviço Social e Sociedade, v.77, p. 11-29, São Paulo: 2004.

[24] YAZBEK, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade.**In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

[25] YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. Posfácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. p. 511-520, São Paulo: Cortez, 2019.

[26] IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. nº 27, Brasil: 2020.

Capítulo 6

O trabalho do assistente social nas políticas públicas

Adriana Kelly da Silva Cardoso
César Albenes de Mendonça Cruz

Resumo: A assistência social trata de planos, estratégias e ações que se pautam pelo interesse comum, com vistas ao atendimento das demandas e necessidades sociais. O assistente social é o articulador da população aos órgãos em que trabalha. Sendo o mediador na relação entre o usuário e a instituição, onde busca cumprir os objetivos previstos nos programas institucionais, buscando também identificar os interesses das classes subalternizadas com as quais trabalha. Nesse contexto, este estudo tem por objetivo analisar o papel do assistente social como mediador para a garantia das políticas públicas. O estudo foi feito por meio de uma revisão narrativa de literatura, com buscas em bancos de dados do Scielo, utilizando os descritores políticas públicas, assistência social e direitos sociais. Por meio da literatura consultada, foi possível observar que o assistente social atua como mediador entre demandas que resultam das condições de vulnerabilidade da população e aquelas postas pela instituição, responsável pela implementação das políticas públicas, que se configuram dentro de uma perspectiva focalista, seletiva e excludente para a prestação dos serviços públicos. É através das relações construídas com o assistente social, que o usuário dos serviços assistenciais aprende a se relacionar com as instituições e com seus quadros profissionais, entendendo suas proposições e limites. A legitimidade do Serviço Social passa, fundamentalmente, pela sua capacidade de responder às necessidades sociais, fonte de sua demanda, que devem ser problematizadas, buscando compreender as mediações que relacionam as necessidades fundamentais do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho. Desta forma, é possível concluir que o assistente social se compromete com a qualidade e o alcance dos serviços, assegurando a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da justiça social, articulando teoria e prática, em busca de mudanças nas políticas tuteladoras, visando a participação dos usuários como sujeitos políticos e de direito.

Palavras-chave: Políticas públicas, Assistência social, Direitos sociais.

1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, o Serviço Social tem, enquanto princípio ético, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, estando seu projeto ético-político na divergência da atual ordem vigente (IAMAMOTO, 2021).

A proteção social é essencial para que os direitos humanos sejam respeitados. Nesse sentido, o trabalho do assistente social vem assumindo cada vez mais espaço nas diferentes atividades que se desenvolvem junto a pessoas ou famílias vulneráveis, sendo um mediador persistente em tais situações, o que exige que este profissional desenvolva habilidades e competências específicas no planejamento, assessoramento, monitoramento, avaliação, a fim de dar conta de intervir nas demandas que ali se apresentam (RAICHELIS, 2010).

Segundo Serra (2018, p. 174), nunca é demais relembrar que o conceito de Serviço Social é "uma profissão de intervenção social e sua utilidade social será maior ou menor na medida em que ela possa oferecer respostas úteis às necessidades sociais, principalmente em tempos de incertezas e desafios de hoje". Ressaltando que esta é uma questão que possuirá maior ou menor importância no caminho do Serviço Social, ou seja, tais ênfases terão maior espaço em cada um dos diferentes períodos da função.

Entretanto, para a discussão sobre os mecanismos será necessária à prática profissional, sobretudo na acepção de fortificar os processos de trabalho e qualificar a intervenção da prática profissional de assistência social (SERRA, 2018).

No que consiste política pública, a assistência social refere-se a planos, estratégias e ações que se pautam pelo interesse comum, com vistas ao atendimento das demandas e necessidades sociais. "Política pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis" (PEREIRA, 2017).

Enquanto componente da Seguridade Social, a Política de Assistência Social deve funcionar como uma rede de proteção impeditiva da pobreza extrema, prevenindo situações de vulnerabilidade e riscos sociais que representam ameaças para vários segmentos sociais. No entanto, apesar da assistência social ter adquirido status de política pública, regulamentada em lei, ainda encontra forte resistência à sua efetiva implementação no campo da proteção social brasileira.

Nesse sentido, afirma Pereira, (2017, p. 219-220), que deve haver "o rompimento com a antiga cultura conservadora que se baseia em arraigados mecanismos viciosos de atenção à pobreza, como paternalismo, clientelismo, fisiologismo, dentre outros". Portanto, para que a assistência social promova seus objetivos demarcados na legislação, sua atuação deve ser regida e orientada pelo Código de Ética Profissional e pela Lei que regulamenta a profissão nº 8.662/93, não bastando apenas a mudança de concepções e diretrizes operacionais (CFESS, 2007).

Dessa forma, a consolidação e efetivação da política de assistência social, passa necessariamente pelo comprometimento do Estado e pelo controle democrático por parte da sociedade, a fim de que seja compatível com a magnitude e complexidade da pobreza brasileira (PEREIRA, 2017).

Portanto, observa-se que o trabalho do assistente social nas políticas públicas é um tema de grande relevância para o desenvolvimento social e para o fortalecimento da democracia. É nessa perspectiva que se observa a importância deste trabalho nas políticas públicas que reside na sua capacidade de atuar como agente de transformação social, promovendo a participação cidadã e a construção de direitos sociais.

Assim, diante da importância do trabalho do assistente social para a garantia da universalidade e da equidade no acesso aos serviços e às políticas públicas, bem como para a promoção da justiça social e da inclusão social, este estudo tem por objetivo analisar o papel do assistente social como mediador para a garantia das políticas públicas.

2. HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O surgimento do serviço social como um departamento da Ação Social Católica, se deu no enfrentamento da questão social com a expansão do proletariado, como mecanismo de alívio dos problemas sociais, peculiares ao início da industrialização no país. Assim, a origem da assistência social esteve imbricada e assentada no desenvolvimento capitalista industrial e na expansão urbana, razão pela qual os fenômenos da questão social, passaram a ser sua base de atuação.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2015):

> O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2015, p. 77).

Diante disso, a exploração da classe trabalhadora tornava-se cada vez maior, e o Estado, admitindo a possibilidade de perder o controle da situação por pressão das categorias populares, assume a responsabilidade de intervir como meio de sustentação e manutenção, admitindo os assistentes sociais como profissionais formados para serem gestores das políticas sociais e mediadores desses conflitos das categorias, com uma postura meramente conservadora de manutenção da ordem social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2015).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2015), esta foi a imagem social e histórica frequentemente incorporada à assistência social, cuja base teórica estava dada pela Doutrina Social da Igreja e os objetivos definidos em termos políticos de resgate do eleitorado católico, para dar legitimidade à reconquista do poder da Igreja, sob a contrapartida da manutenção da paz social, da moral e dos bons costumes e, assim, reproduzir as formas de controle social para legitimar a estrutura social.

Neste contexto, onde miséria e pauperismo eram anomalias do proletariado urbano e fruto de uma má formação moral, a intervenção social deveria então ser canalizada para a produção de efeitos amenizadores dos conflitos sociais, pois estes poderiam colocar em risco a sociedade e gerar desordens, prejudiciais à manutenção da paz e da coesão social. A diferença marcante a partir das primeiras ações profissionalizadas do serviço social é que a caridade e a filantropia, desenvolvidas pela elite para tutelar os desafortunados nas seculares obras sociais, deveriam ser transformadas em ação educativa de ajustamento às

relações sociais vigentes, mesmo sendo a tutela vista como um ato de humanismo, trazendo os modernos agentes da caridade e da justiça social (CARVALHO, 1980).

Posteriormente, a assistência social foi se configurando como uma área pragmática da ação governamental voltada para a prestação de serviços, sendo que esta presença, em tese, asseguraria e garantiria a justiça social. Assim, o assistente social caracterizou-se como o profissional que socialmente teve atribuída a função de identificar e categorizar tanto a pobreza quanto a miséria, para que a justiça social se processasse sem favoritismos e de maneira equânime, afirmando-se, portanto, como profissão integrada ao setor público, na medida da expansão da ação e do controle do Estado junto à sociedade. Para Iamamoto e Carvalho (2015):

> Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as seqüelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2015, p. 79).

Segundo Silva (2001, p. 18), a legitimação do Regime Militar se fez especialmente junto às camadas médias e aos assalariados urbanos pela propaganda massiva acerca do sucesso do milagre brasileiro e a expansão dos programas sociais esteve associada muito mais à criação de bases de apoio político-parlamentar, como uma moeda de troca, do que como um processo auxiliar de estruturação de novas formas de relacionamento com os segmentos subalternos:

Houve uma tentativa de reformular a política social com a implementação de vários programas, que, entretanto, não mudaram a essência assistencialista emanada de suas ações. Este ímpeto decorreu da desaceleração do crescimento econômico, ampliação das tensões inflacionárias e agravamento da crise cambial, conjuntura esta que conduziu a racionalização dos gastos sociais (SPOSATI, 2007).

No final dos governos militares, a agenda reformista foi estimulada pelo agravamento da questão social, em virtude do ajuste recessivo e do revigoramento do movimento oposicionista que culminou no movimento das “Diretas Já”, exigindo eleições diretas para presidente, sendo neste período de transição democrática (1985 a 1988) que a reforma do sistema de proteção social adquiriu densidade (PEREIRA, 2008).

Com a recuperação da estrutura federativa do país, a partir da Constituição Federal de 1988, procurou-se então ampliar a visibilidade dos mecanismos de tomada de decisão e introduzir a participação da sociedade para aumentar o controle sobre as políticas governamentais e a assistência social foi sendo construída, visando superar a ajuda voluntária e filantrópica (COUTO 2008).

Contraditoriamente aos avanços e conquistas alcançados na Constituição de 1988, a partir dos anos de 1990, o Governo Brasileiro passou a adotar orientações neoliberais, com o objetivo de fazer um ajuste econômico, inserindo o país na chamada competitividade da economia globalizada, e o processo de ampliação dos direitos sociais passou a ser fortemente combatido e interrompido. Para Silva, Yazbek e Giovanni (2014):

> A opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países, sobretudo nos denominados emergentes, teve como conseqüência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com conseqüente ampliação e aprofundamento da pobreza que se estende, inclusive para os setores médios da sociedade (YAZBEK; GIOVANNI, 2014, p. 23).

Neste contexto, a chamada Reforma do Estado brasileiro provocou o desmonte do Sistema de Proteção Social consagrado na Constituição de 1988, a partir da lógica do mercado, evidenciando um retrocesso nas ofertas de serviços sociais básicos, com o total abandono do processo de universalização e ampliação dos direitos sociais. Ademais, o processo de flexibilização das relações de trabalho, provocou o agravamento deste quadro a partir do surgimento de novas formas de exclusão social e econômica (SOARES, 2002).

Não obstante todas as limitações impostas à efetiva implementação dos princípios constitucionais referentes à Seguridade Social, em dezembro de 1993, foi sancionada a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, garantindo, em seu artigo primeiro, que:

> A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, s.p).

O texto da LOAS destaca alguns aspectos fundamentais referentes à proteção social, como a afirmação da assistência social como política pública de seguridade social, a noção dos mínimos sociais e a gratuidade dos serviços e benefícios. Enquanto política pública, a assistência social refere-se a planos, estratégias e ações que se pautam pelo interesse comum, com vistas ao atendimento das demandas e necessidades sociais.

No mesmo sentido, Yazbek (2016) ressalta que:

> A inclusão da assistência social na Seguridade traz a questão para o campo dos direitos e para a esfera da responsabilidade estatal. Inicia-se um processo que deverá torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem, embora dentro de uma concepção restritiva (apesar de prioritária) de seu destinatário (YAZBEK, 2016, p. 55).

Portanto, só o Estado pode garantir direitos básicos oferecidos ao cidadão em condição vulnerável, outro aspecto que constitui uma característica básica da política de assistência social, implícita na LOAS. Como afirma Pereira (2017), a assistência existe para atender às necessidades sociais devendo, assim, se contrapor à lógica econômica, sem exigir qualquer tipo de contrapartida ou condição aos seus usuários, já que é gratuita e não contributiva

Em relação à qualidade dos serviços, Carvalho chama atenção para o desafio que esta situação traz, pelo fato da necessidade de conter o caráter de restauradores da cidadania:

> Na cultura tutelar reinante em nosso país permanece uma regra difícil de ser eliminada: para pobres bastam programas pobres. É na base desta

> regra que os serviços e programas assistenciais acabam produzindo ações precárias, pontuais, descontínuas, com péssima qualidade. Nem mesmo conseguem ser compensatórias. (...) Precisam ampliar o leque de opções e escolhas de benefícios/serviços e finalmente ampliar o conceito de mínimos de proteção social. Porque mínimos sociais não podem escorregar para uma opção reducionista (CARVALHO, 1980, p. 50-51).

Diante disso, por todo este cenário, a caracterização da assistência social no Brasil é dificultada até mesmo pelas condições assumidas no início da profissão, cuja tônica se fez na medida da evolução da questão social e, com isso, acabou incorporando um vasto leque de programas de proteção social à população.

3. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Aguiar (2012, p. 48), a questão social é elemento fundante do Serviço Social, pois estes profissionais trabalham na execução das políticas sociais públicas que constituem respostas às diversas expressões da questão social, produzidas pela sociedade capitalista. Em sua trajetória, os profissionais da área vêm participando e trabalhando na busca de alternativas de enfrentamento de tais questões, buscando atuar de acordo com os princípios discutidos e preconizados pelos defensores da reforma sanitária e dispostos no Código de Ética que rege a profissão.

Por meio de seu conjunto de normas, o Código de Ética estabelece diretrizes, direitos e deveres aos profissionais do Serviço Social, representando para a sociedade um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população, assim como uma forma de legitimação social da categoria profissional. O código representa um instrumento que indica e determina parâmetros para o exercício profissional através de normas e sanções, substanciando a identidade profissional frente à sociedade; considerado, também, um marco valorativo e político para a categoria (AGUIAR, 2012).

A ação do serviço social adotou como instrumento a entrevista. Por entrevista, Haguette (2013, p. 86) afirma que esta é um "processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado", permitindo uma certa organização dos questionamentos, ao mesmo tempo em que pode ser ampliada à medida em que as informações vão sendo fornecidas.

Desta forma, compete ao assistente social colocar os reais interesses e necessidades dos usuários dos serviços no centro da discussão, principalmente, por ser um profissional que tem contato com as perspectivas do cotidiano do usuário, e, por ser mediador entre estes e a instituição, tem como dever ético-político defender que estas demandas sejam atendidas e que os serviços de saúde as considerem como prioritárias (MENEZES, 2006).

Sendo assim, um dos maiores desafios que permeiam o exercício profissional, para ir além da fundamental análise da realidade social no qual se insere o sujeito com o qual trabalhamos, é a criação de alternativas de intervenções exequíveis, sendo necessário ao assistente social ampliar, não somente o seu referencial teórico, mas principalmente o seu referencial técnico-operativo para a execução de ações competentes e que possam efetivar, concretizar e preservar direitos sociais.

4. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GARANTIA DA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são ações que o Estado empreende para concretizar as determinações constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho, entre outras (CUNHA; CUNHA, 2002).

Para Cunha e Cunha (2002, p. 12), "as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área, a longo prazo", sendo construída obedecendo um conjunto de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes definidos.

Desde seu surgimento até os dias atuais, o Serviço Social vem sofrendo contínuas transformações. Conforme esclarece Falcão e Neto (1987, p. 51), cotidianamente, "sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade".

Na interpretação de Yazbek (2009, p. 9), a partir da década de 1990, o Serviço Social passou a contemplar um conjunto de novos valores que lhe dão um norte e priorizam suas competências técnicas, críticas e teóricas e os seus compromissos ético-políticos, para formar profissionais capazes de desvendar as mais diversas faces da questão social.

Nesse sentido, Iamamoto (2006) relata que o Estado passa a criar meios para recompensar a desigualdade criada pelo capitalismo por meio de Políticas Sociais. Dessa forma, interferindo nas questões sociais.

> Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006, p. 27).

A partir de então, o Serviço Social ultrapassa a condição de executor de políticas sociais, assumindo posições de planejamento e gestão dessas políticas, diante de uma conjuntura "dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis", confrontando com transformações na sociedade, sendo desafiado a compreender e intervir em questões emergentes, como a precarização do trabalho, o trabalho infantil, a violência, a discriminação étnico racial, dentre outras comuns à sociedade contemporânea (YAZBEK, 2009).

Conforme esclarece Pontes (2017), o Serviço Social tem como característica primordial:

> Ser uma profissão interventiva. Por isso necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-lo cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais que atuam. Esse enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica a altura de sua complexidade (PONTES, 2017, p.43).

Portanto, é preciso que o profissional no exercício de sua função tenha uma visão ampla, que vai além das demandas apresentadas, colocando em prática todo o embasamento teórico adquirido, buscando sempre o exercício da observação sensível, demonstrando habilidade ao atuar profissionalmente, compreendendo o sentido social do trabalho e a significância da área no conjunto da problemática social, pois o assistente social tem seu perfil profissional envolto pela competência técnica, crítica teórica e compromisso ético-político (IAMAMOTO; CARVALHO, 2015).

Segundo Iamamoto (2004):

> O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 12).

O profissional de Serviço Social tem necessidade de analisar a totalidade para chegar à compreensão da essência. De acordo com Setúbal (2007), o assistente social deve incorporar uma prática profissional que poderá levá-lo a aprender não só a ver e julgar, mas a agir e com isso reinventar, reconstruir e até construir. Para tanto, se faz necessário romper com os limites acadêmicos na perspectiva de ir além, em busca da totalidade, visando possibilidades de reconhecer o sujeito como cidadão, só assim será possível incentivar as pessoas a superarem as condições adversas a que são submetidas.

Ao discorrer sobre os desafios do exercício profissional do assistente social, Iamamoto (2021) afirma que:

> O Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária. Dessa forma, o exercício da profissão prevê competências teórico-práticas, ético-políticas, técnico-operativas para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. É ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem executadas (IAMAMOTO, 2021, p. 59).

Portanto, para Iamamoto (2021), o assistente social é o articulador da população aos órgãos em que trabalha. Sendo o mediador na relação entre o usuário e a instituição, onde busca cumprir os objetivos previstos nos programas institucionais, buscando também identificar os interesses das classes subalternizadas com as quais trabalha.

É através das relações construídas com o assistente social, que o usuário dos serviços assistenciais aprende a se relacionar com as instituições e com seus quadros profissionais, entendendo suas proposições e limites. Muitas vezes, o assistido consegue distinguir a assistência do profissional da assistência social, fonte de suporte e apoio no enfrentamento das situações adversas que vivencia, individual ou coletivamente (YASBEK, 2016).

Ainda segundo Yasbek (2016):

> Apesar da pouca efetividade que se contata nas ações de enfrentamento à pobreza e do caráter compensatório dessas diante das demandas das classes subalternas, os serviços assistenciais são muitas vezes um espaço de reconhecimento de seus usuários na sociedade. Reconhecimento que, contraditoriamente, revela o lugar social dos que se situam na sociedade exatamente por sua exclusão e subalternidade (YASBEK, 2016, p. 155).

A configuração atual da profissão apresenta a dimensão da proteção e da promoção social. Enquanto proteção social, encontram-se as políticas sociais setoriais e de defesa de direitos. A promoção social foca-se no desenvolvimento do indivíduo e sociedade na perspectiva de construção de práticas emancipatórias e democráticas. Ambas as dimensões da atuação profissional, ampliam a compreensão de que o usuário do serviço social não é apenas a população de baixa renda, pois outros níveis sociais também são excluídos dos direitos sociais e encontram restrições de acesso e informações que limitam a sua qualidade de vida (YASBEK, 2016).

Dessa forma, o assistente social atua em um espaço de convergência e de contradições, que é a própria sociedade, mediado por interesses contraditórios, onde o profissional, entendendo esse caráter contraditório, busca romper com o fatalismo/pragmatismo (visão determinista da sociedade) ou messianismo/voluntarismo (visão heróica da profissão), pois ambas as visões são distorções dos processos sociais e históricos que não reconhecem a realidade do mercado de trabalho (MENEZES,2006).

Nesse sentido, cumpre ao assistente social constituir o espaço público de reconhecimento e pertencimento social dos usuários, além de instância em que os interesses e projetos são reconhecidos como demandas legítimas, contribuindo assim de forma a garantir a efetivação de políticas públicas nos serviços de assistência social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimidade do Serviço Social passa, fundamentalmente, pela sua capacidade de responder às necessidades sociais, fonte de sua demanda, que devem ser problematizadas, buscando compreender as mediações que relacionam as necessidades fundamentais do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho.

As demandas com as quais o assistente social se depara em seu cotidiano profissional são consequência da sociedade capitalista e sua capacidade de resposta para esse atendimento está inteiramente ligada ao projeto hegemônico, colocado para a sociedade brasileira nestes últimos anos.

A população ou a população usuária do Serviço de assistência social são a matéria-prima das Políticas Sociais que requer o trabalho dos assistentes sociais, cabendo-lhes, a fim de assumirem sua posição, se situarem no âmbito do saber e do poder técnico-científico especializado que reconhece suas necessidades (IAMAMOTO, 2004). Assim, devem se submeter ao ordenamento das operações institucionais, processo este que produz, muitas vezes, a desqualificação do assistido, que surge como necessitado, submetido moralmente, sem direitos.

A intervenção do profissional de serviço social deve se pautar sempre através da ética, direcionando a intervenção para a garantia dos direitos humanos.

Dessa forma, o assistente social compromete-se com a qualidade e o alcance dos serviços prestados, assegurando a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da justiça social, articulando teoria e prática, em busca de mudanças nas políticas tuteladoras, visando a participação dos usuários como sujeitos políticos e de direito. Tais perspectivas são possíveis apenas no cotidiano profissional, pois é neste espaço que o assistente social pode construir alternativas coerentes ao projeto profissional.

REFERÊNCIAS

[1] AGUIAR, S. **O estágio supervisionado em serviço social no centro de alta complexidade em oncologia (CACON) da Associação Hospital de Caridade de Ijuí**: relato de experiências. 2012. 92f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

[2] AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. **A especificidade do welfare state brasileiro**. In: Economia e Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social; Comissão Econômica para a América Latina, 1989.

[3] BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: Diário Oficial da União, 8 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

[4] CARVALHO, R. **Modernos agentes de justiça e da caridade**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 2, p. 43-71, 1980.

[5] CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para atuação de assistente social na saúde**. Brasília: CFESS, 2009.

[6] COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2008.

[7] CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.) **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

[8] FALCÃO, M. C.; NETTO, J. P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

[9] HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

[10] IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios. **Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabalho Social** (2004, San José, Costa Rica) disponível em: Acesso em: 24 jun. 2023.

[11] IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

[12] IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

[13] IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 326 p.

[14] MENEZES, V. B. **Formação e atuação profissional**: uma relação indissociável. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

[15] PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

[16] PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

[17] PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua aproximação pelo Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

[18] RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. **Rev. Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, Cortez, n. 104, p. 750-772, 2010.

[19] SERRA, R. M. S. **Crise da materialidade no serviço social**: repercussões no mercado profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

[20] SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., p. 64-72, 2007.

[21] SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

[22] SILVA, P. L. B. **Limites e obstáculos à reforma de estado no Brasil**: a experiência da Previdência social na Nova República. Campinas: Unicamp, 2001.

[23] SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

[24] SPOSATI, A. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 9. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

[25] YASBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

[26] YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Capítulo 7

Covid-19: histórico, desafios e perspectivas para o futuro - uma análise dos impactos sociais, econômicos e políticos no Brasil

Marcos Roberto da Gama Cotta
César Albenes de Mendonça Cruz
Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta

Resumo: Este estudo analisa o impacto multifacetado da pandemia de COVID-19 no Brasil, abrangendo os domínios social, econômico e de saúde. A pesquisa destaca a crise como uma ameaça significativa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), comprometendo metas cruciais, como saúde, educação e redução da pobreza. Além disso, explora a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e examina as políticas públicas implementadas para mitigar os efeitos da pandemia. O objetivo deste estudo é analisar de forma abrangente o impacto da pandemia de COVID-19 no Brasil, avaliando suas implicações nos ODS, na saúde pública, nas desigualdades sociais e econômicas. O estudo busca examinar as políticas públicas implementadas para enfrentar os desafios decorrentes da pandemia. O estudo é uma revisão integrativa de literatura e utiliza uma abordagem qualitativa. As pesquisas publicadas foram mapeadas na base de dados da Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline/PubMed), da Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A análise foi realizada considerando diferentes perspectivas, como saúde pública, economia, desigualdades sociais e impacto nos ODS. A análise revela que a pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, comprometendo seriamente o progresso em direção aos ODS. O estudo destaca a necessidade urgente de políticas integradas que abordem as lacunas no sistema de saúde, promovam o acesso equitativo aos serviços essenciais, combatam a insegurança alimentar e enfrentem o desemprego. O estudo destaca, ainda, que políticas de proteção social robustas são essenciais para apoiar os mais vulneráveis durante crises semelhantes no futuro.

Palavras-chave: COVID-19, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Política Pública, Sistema Único de Saúde.

1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo fornecer uma análise abrangente dos impactos sociais, econômicos e políticos da pandemia de COVID-19 no Brasil, assim como explorar os desafios enfrentados e as perspectivas futuras diante dessa crise sem precedentes Através desta análise, busca-se proporcionar uma visão panorâmica e aprofundada dos impactos da COVID-19 no Brasil e contribuir para a reflexão e o debate acerca das medidas necessárias para enfrentar essa crise e fortalecer a resiliência do país diante de futuras emergências na área de saúde pública.

2. CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

A pandemia da COVID-19 teve início em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China, quando a OMS foi informada sobre casos de pneumonia causados por um novo coronavírus. A rápida disseminação levou a OMS a declarar a COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em janeiro de 2020. Desde então, a pandemia se espalhou globalmente, afetando milhões de pessoas e requerendo esforços conjuntos de combate e mitigação em escala mundial (PAHO, 2023). No dia 11 de março de 2020, a OMS, devido à rápida disseminação geográfica do novo coronavírus (Sars-CoV-2), declarou a pandemia da COVID-19 (Souza, 2020).

No Brasil, em 04 de Fevereiro de 2020, o Presidente da República decretou estado de emergência em saúde pública. Apesar disso, o carnaval ocorreu naturalmente. Foi somente na Quarta-feira de Cinzas, em 26 de fevereiro, que o país identificou o primeiro caso da COVID-19. O paciente era um homem de 61 anos, que retornara de uma viagem à Itália e estava na cidade de São Paulo (Matta *et al*., 2021).

Nesse início, quando ainda não havia vacinação disponível nem um tratamento medicamentoso efetivo contra a COVID-19, foram implementadas medidas não farmacológicas, como o distanciamento social, como forma de combater a propagação do vírus. Essas medidas mostraram-se efetivas na contenção da doença, mas é importante destacar que a implementação dessas medidas teve impactos na saúde mental da população, com relatos de ansiedade e depressão (Malavolta *et al*., 2023). Entretanto, no Brasil, essas medidas de saúde encontraram obstáculos devido à postura e atitudes do presidente, que, sob o pretexto de preservar a economia, contradizia as recomendações de distanciamento social, espalhava notícias falsas sobre a COVID-19 e defendia o uso da cloroquina como a principal estratégia de combate à doença (Massuda *et al*., 2021).

No dia 12 de março de 2020, uma paciente de 57 anos, internada em um hospital municipal de São Paulo, se tornou a primeira vítima confirmada da COVID-19 (Matta *et al*., 2021). Em resposta às primeiras mortes relacionadas à doença, no dia 18 de março, a Câmara dos Deputados aprovou um decreto legislativo para reconhecer a situação de calamidade pública no país, permitindo a expansão dos gastos destinados ao combate da pandemia (Matta *et al*., 2021).

Desde então, a pandemia da COVID-19 trouxe consigo uma série de impactos e consequências que se estenderam por diversas áreas da sociedade.

Em nível mundial, a pandemia de COVID-19 deixou um impacto significativo, com um número alarmante de casos confirmados e óbitos relatados. Desde o início da pandemia, mais de 771 milhões de casos de COVID-19 foram confirmados em todo o mundo,

resultando em aproximadamente 7 milhões de mortes (OMS, 2023). Esses números trazem à tona a magnitude do desafio que a humanidade enfrenta.

A situação da pandemia de COVID-19 no Brasil tem sido desafiadora, com um número significativo de casos confirmados e óbitos. Desde o início da pandemia, em janeiro de 2020, mais de 37 milhões de casos de COVID-19 foram registrados no país, resultando em uma triste contagem de mais de 700 mil mortes (OMS, 2023). Esses números alarmantes destacam a gravidade e o impacto da doença na população brasileira.

Em cinco de maio de 2023, a OMS declarou que a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada à COVID-19 chegou ao fim. No entanto, é importante ressaltar que o término dessa emergência não indica o fim da ameaça que a COVID-19 representa para a saúde. A doença continua se espalhando globalmente e ainda é considerada uma pandemia, causando várias mortes. A declaração da OMS significa que os países devem agora passar da abordagem de emergência para o gerenciamento contínuo da COVID-19, juntamente com outras doenças infecciosas (PAHO, 2023).

3. DESAFIOS, IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS NO BRASIL

Desde o seu surgimento, a pandemia da COVID-19 trouxe uma série de impactos e consequências que se estenderam por diversas áreas da sociedade.

3.1. IMPACTOS SOCIAIS DA COVID-19: FOME, DESEMPREGO E DESIGUALDADES

No início dos anos 2000, o Brasil implementou políticas públicas para combater a fome e a insegurança alimentar. O Programa Bolsa Família teve um papel importante ao aumentar a cobertura e reduzir a pobreza. No entanto, desde 2016, houve um desmonte das políticas sociais, incluindo a redução de recursos e a extinção de programas e ministérios. A aprovação da emenda constitucional que congelou os gastos públicos também afetou negativamente essas políticas. Indicadores sociais, como o aumento da extrema pobreza, foram agravados no último governo, o que contribuiu para a vulnerabilidade das famílias durante a pandemia da COVID-19. A redução do poder de compra das famílias e o aumento nos preços dos alimentos levaram a uma retração no consumo de alimentos saudáveis, agravando a insegurança alimentar. O desmonte das políticas públicas expõe a omissão do Estado na redução das desigualdades e no enfrentamento da insegurança alimentar (IA) e nutricional no Brasil, deixando as pessoas mais vulneráveis à fome (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Segundo o "Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2022", o número de pessoas vivendo em extrema pobreza em 2020, primeiro ano de pandemia, passou de 93 milhões e aproximadamente 147 milhões de crianças perderam mais da metade da educação presencial em 2020 e 2021. O relatório ainda prevê que estes impactos estão longe de ser superados (ONU, 2022).

A pobreza desempenha um papel crucial como um dos principais fatores sociais que influenciam a ocorrência de doenças e a taxa de mortalidade. Observa-se que as características de transmissão, o acesso a recursos e cuidados de saúde, os resultados dos casos e as chances de sobrevivência são tão discrepantes que se assemelham a duas doenças distintas, cada uma com sua própria evolução natural. A persistência da pobreza tem sido um fator determinante na propagação de doenças, criando um ciclo no qual a

pobreza gera mais doenças, que por sua vez reproduzem ainda mais pobreza (Matta *et al.*, 2021).

Em 2020, cerca de 2,37 bilhões de indivíduos não tinham uma alimentação adequada, representando um aumento de 320 milhões em relação a 2019. Esse cenário resultou em um aumento significativo do número de pessoas em situação de fome, estimado em 768 milhões em 2020, o que significa um acréscimo de 118 milhões em comparação a 2019. No Brasil, no mesmo ano, aproximadamente 43,4 milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, não tiveram acesso a uma quantidade suficiente de alimentos para atender às suas necessidades básicas. Desse total, 19 milhões de pessoas estavam em situação de fome, sofrendo com a falta crônica de alimentos adequados para sua subsistência (Silva-Neto *et al.*, 2023).

A pandemia afetou de maneira mais severa a população que vive em situação de informalidade e reside em áreas precárias. Esses indivíduos enfrentam baixos e instáveis rendimentos, além de não terem acesso a recursos básicos como água potável, moradia adequada, serviços de saúde privados e benefícios trabalhistas relacionados a contratos formais, como férias remuneradas, salário-mínimo, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica e seguro-desemprego. Esses trabalhadores enfrentam longas jornadas de trabalho e têm dificuldades em obter financiamentos para exercerem suas atividades de forma legal e regularizada (Costa, 2020).

O termo "desemprego" é usado para descrever a situação em que pessoas em idade ativa não estão empregadas, mas estão disponíveis e em busca de trabalho. Esse conceito é medido por meio da PNAD Contínua, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023).

De acordo com dados da PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil enfrentou variações significativas nas taxas de desemprego desde 2019 até os dias atuais, influenciadas pela pandemia de COVID-19. Antes da pandemia, no último trimestre de 2019, a taxa de desemprego no Brasil estava em torno de 11,1%, afetando cerca de 11,9 milhões de pessoas (IBGE, 2023).

A PNAD aponta que durante o primeiro semestre de 2020, houve um aumento acentuado na taxa de desemprego devido às medidas de distanciamento social e restrições impostas para conter a propagação do vírus. No segundo trimestre de 2020, a taxa de desemprego atingiu seu pico, alcançando 14,9%, o que representou aproximadamente 14,8 milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2023).

Ao longo de 2021, de acordo com a PNAD, a taxa de desemprego apresentou certa estabilidade, com oscilações, mas se mantendo elevada. No primeiro trimestre de 2021, a taxa de desemprego voltou a 14,9%. No entanto, no último trimestre do mesmo ano, a taxa atingiu 11,1%, mesmo número do último trimestre antes da pandemia (IBGE, 2023).

3.2. DESAFIOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): DISTRIBUIÇÃO E ACESSO ÀS VACINAS CONTRA A COVID-19

Em resposta à necessidade urgente de salvar vidas e evitar o sobrecarregamento do sistema de saúde, a partir de janeiro de 2021, uma parcela da população brasileira começou a receber a imunização contra a COVID-19, por meio da implementação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (Souza *et al.*, 2021).

Apesar do atraso na compra e distribuição de vacinas em 2020 e início de 2021, a cobertura vacinal começou a avançar a partir de junho de 2021. O objetivo do Ministério da Saúde era vacinar todas as pessoas com mais de 18 anos com duas doses até o final de 2021, conforme o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 (Silva *et al.,* 2023).

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 estabeleceu inicialmente como prioridade os seguintes grupos: pessoas com comorbidades, síndrome de Down, idade acima de 60 anos e indivíduos com imunossupressão, devido ao risco aumentado de complicações e morte nessa parcela da população (Silva *et al.*, 2023).

Apesar das evidências científicas favoráveis à eficácia e segurança das vacinas, a disseminação de informações falsas, conhecidas como "*fakenews*", tornou-se um sério desafio para a adesão da população a esse crucial recurso de imunização. Com a ampla utilização da internet como meio de divulgação, essas notícias inverídicas propagam-se rapidamente, desempenhando um papel significativo na disseminação de desinformação na sociedade. É preocupante que as "*fakenews"* tenham se tornado um grave problema de saúde pública, impactando negativamente a confiança das pessoas nas vacinas e comprometendo os esforços de combate à doença (Silva *et al.*, 2023).

Em virtude do exposto, um fenômeno preocupante emergiu: o crescimento de grupos antivacinação, que anteriormente não possuíam uma presença expressiva no país. Esses grupos foram impulsionados por informações distorcidas, motivações políticas e a falta de incentivo à imunização por parte do governo federal (Matta *et al.*, 2021). O surgimento e a ampliação desses grupos antivacina representam um desafio para a promoção de uma cultura de saúde preventiva e colocam em risco a conquista de altas coberturas vacinais, essenciais para a proteção coletiva da população.

A desigualdade na distribuição e aplicação das vacinas contra a COVID-19 foi notável. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram um acesso visivelmente maior, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentaram uma cobertura vacinal mais baixa, agravando a disparidade no acesso às vacinas. Em junho de 2021, alguns estados brasileiros, como Alagoas, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins, tinham uma taxa de "totalmente imunizados" (com as duas doses) inferior a 10%. O estado do Acre registrava a menor cobertura vacinal, o que é preocupante devido à sua fronteira com a Venezuela, país que enfrenta uma crise migratória significativa. É importante ressaltar que os estados das regiões Norte e Nordeste historicamente possuem disparidades socioeconômicas, com índices de desenvolvimento humano mais baixos. Portanto, esses estados deveriam receber prioridade na distribuição de vacinas, a fim de garantir a equidade no acesso, conforme estabelecido por lei e pela Constituição Federal (Castro-Nunes *et al.*, 2023).

Ficou evidenciada a necessidade de realizar uma revisão e atualização sistemática da logística nas políticas públicas, a fim de garantir maior transparência na política de vacinação. Isso inclui aprimorar as etapas de licitação, importação e distribuição de vacinas para todos os estados. É crucial dedicar atenção especial e cuidados logísticos às regiões Norte e Nordeste, bem como aos povos ribeirinhos do Amazonas. Devido à difícil acessibilidade dessas áreas, é essencial investir em meios de transporte adequados para facilitar a chegada das vacinas às comunidades do interior dessas regiões (Castro-Nunes *et al.*, 2023).

Apesar desses desafios, é encorajador observar que um esforço significativo tem sido feito para controlar a propagação do vírus por meio da vacinação. Até o início de Novembro de

2023, mais de meio bilhão de doses de vacina foram administradas em todo o país (OMS, 2023). Essa medida crucial tem desempenhado um papel importante na redução da gravidade dos casos e na proteção da população contra complicações relacionadas à COVID-19.

3.3. DESAFIOS PARA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): DESABASTECIMENTO

A pandemia evidenciou a vulnerabilidade sanitária e econômica relacionada ao acesso a insumos médicos. O risco de escassez desses insumos ou do aumento de seus preços devido à demanda crescente e às medidas protecionistas adotadas por países detentores das tecnologias ligadas à COVID-19 tem impactos significativos na saúde. Isso se reflete tanto na possibilidade de desabastecimento de medicamentos quanto no crescente déficit na balança comercial (Fernandes *et al*., 2021).

Quando um país não possui produção suficiente de itens essenciais, como insumos, reagentes e equipamentos, a saúde se torna ainda mais vulnerável e dependente de importações, o que cria uma vulnerabilidade significativa, especialmente em períodos de crise. A falta de disponibilidade desses itens cruciais pode impactar negativamente a capacidade de diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças (Fernandes *et al*., 2021).

O estudo "*Access to NCD medicines: emergent issues during the COVID-19 pandemic and key structural factors*", publicado pela OMS em 22 de março de 2023, destaca o Brasil como um dos países que enfrentam uma escassez significativa no acesso a medicamentos destinados ao tratamento de doenças crônicas (OMS, 2023).

De acordo com o referido estudo, os impactos causados pela pandemia, juntamente com fatores estruturais, contribuem para a dificuldade de acesso. Muitos pacientes que sofrem dessas doenças tiveram seus tratamentos interrompidos devido à falta desses medicamentos essenciais (OMS, 2023).

Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos e a Austrália, o estudo constatou que o país registrou o maior aumento de escassez relacionado à falta de insumos ou problemas na produção, com um crescimento de mais de 200% entre os anos de 2019 e 2022 (OMS, 2023).

O Brasil, mesmo ocupando a sétima posição em capacidade de produção no setor farmacêutico em escala global, ainda depende da importação de aproximadamente 90% das matérias-primas necessárias para a fabricação de medicamentos (OMS, 2023). Os dados revelam um aumento considerável de interrupções na produção ou importação desses medicamentos, passando de menos de 500 casos em 2020 para mais de 1.500 em 2021 (OMS, 2023).

Além disso, a pandemia de COVID-19 evidenciou a falta de investimentos adequados em Atenção Primária à Saúde e Cobertura Universal de Saúde, segundo apontado pelo estudo "*Access to NCD medicines: emergent issues during the COVID-19 pandemic and key structural factors*" (OMS, 2023). Mais de 70% dos países avaliados enfrentaram uma interrupção de aproximadamente 50% a 60% dos principais serviços de saúde mental e tratamento de doenças crônicas (OMS, 2023).

É necessário abordar essas questões de forma estratégica. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, incentivo à produção nacional de insumos e medicamentos, além de parcerias internacionais, são caminhos que podem fortalecer a capacidade produtiva do país e reduzir a dependência de importações. Além disso, a colaboração entre setores

público e privado, aliada a políticas de regulação adequadas, pode contribuir para uma resposta mais eficiente em tempos de emergência sanitária, bem como para o fortalecimento do sistema de saúde como um todo.

4. O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E O DESAFIO DA PANDEMIA DA COVID-19

O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenhou um papel crucial no combate à pandemia em suas diversas áreas de atuação. Desde a vigilância epidemiológica, que envolve a identificação e monitoramento dos casos, até o tratamento de casos graves em unidades de terapia intensiva, que representam o mais alto nível de atendimento médico (Avelar, F. G. de, *et al.*, 2021). No entanto, a pandemia evidenciou algumas fragilidades do SUS.

A pandemia expôs questões relacionadas à força de trabalho. Apesar do aumento no número de profissionais de saúde e de vagas no mercado de trabalho no Brasil desde a implementação do SUS, a distribuição inadequada desses profissionais pelas diferentes regiões do país resulta em escassez de especialistas em várias áreas do sistema. Essa disparidade na distribuição de profissionais de saúde contribui para a insuficiência de atendimento especializado em determinadas regiões, dificultando o acesso da população a serviços de saúde de qualidade (Massuda *et al*., 2021).

Ainda segundo Massuda et al., a frágil governança do sistema de saúde em 2020, considerada fundamental para coordenar a resposta à epidemia, foi evidenciada não apenas em nível nacional, mas também em muitos estados e municípios. Isso ocorreu, em parte, devido à conjuntura política prolongada, que impediu a construção de um consenso mínimo para lidar com os problemas sanitários do país, entre outros. Essa falta de governança efetiva comprometeu a capacidade de resposta rápida e eficiente do sistema de saúde, dificultando a tomada de decisões unificadas e a implementação de medidas coordenadas para lidar com a pandemia. A necessidade de fortalecer a governança e promover a colaboração entre os diferentes níveis de governo é fundamental para superar esses desafios e garantir uma resposta eficaz diante de crises sanitárias e outras emergências (Massuda *et al*., 2021).

Massuda et al. ressaltam ainda que o subfinanciamento público é outro problema estrutural enfrentado pelo SUS. Apesar da existência de definições de gastos mínimos em saúde por parte das esferas governamentais, o Brasil se destaca como o único país com sistema universal de saúde em que os gastos privados em saúde superam os gastos públicos, representando 58% do total. Além disso, desde 2015, restrições fiscais têm comprometido os recursos federais destinados à saúde. Essa falta de financiamento adequado impacta negativamente a capacidade do SUS em fornecer serviços de qualidade, ampliar o acesso e suprir as demandas crescentes da população. É essencial buscar soluções para fortalecer o financiamento público da saúde, garantindo recursos adequados para atender às necessidades da população e promover a sustentabilidade e eficiência do sistema.

A falta de produtos básicos ainda representa uma das principais fragilidades na resposta à COVID-19. Parte da escassez de insumos é atribuída à dependência tecnológica nacional, uma vez que a produção industrial se deslocou para países com mão de obra mais barata e regulamentações ambientais menos rigorosas. No entanto, isso também é resultado de problemas na gestão de compras, na coordenação de aquisições conjuntas entre estados e municípios, e na manutenção de estoques de segurança. Esses desafios destacam a necessidade de fortalecer a capacidade nacional de produção e suprimento de produtos

estratégicos para a saúde, bem como aprimorar a coordenação e a gestão das compras públicas, visando garantir o abastecimento adequado e a disponibilidade de estoques para enfrentar crises de saúde pública, como a atual pandemia de COVID-19 (Massuda *et al*., 2021).

5. PANDEMIA DE COVID-19 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em setembro de 2015 por todos os 193 países membros das Nações Unidas. Seu propósito é promover o progresso global e melhorar a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo, através de 17 objetivos abrangentes e 169 metas específicas (Silva, R. F. *et al*., 2023).

Um dos focos centrais é garantir que ninguém seja deixado para trás. No âmbito da saúde, a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 foi estabelecida como resposta dos países membros para atender a esses compromissos (Silva, R. F. *et al*., 2023).

A avaliação do progresso da Agenda 2030 é conduzida por meio de um conjunto de 232 indicadores internacionalmente harmonizados. Esses indicadores permitem comparar o avanço das metas em níveis que vão desde o local até o global. Eles são essenciais para fornecer aos governos nacionais e subnacionais uma base sólida para a definição de estratégias e formulação de políticas públicas que contribuam para o alcance dos objetivos estabelecidos (Miranda, W. D.*et al*., 2023).

Em 2020, pela primeira vez desde que foram adotados em 2015, o mundo perdeu terreno nos ODS. A pandemia de COVID-19 criou não apenas uma emergência de saúde global, mas também uma crise de desenvolvimento sustentável. Para restaurar o progresso dos ODS, os países em desenvolvimento precisam de um aumento significativo em seu espaço fiscal, por meio de uma reforma tributária global e da expansão do financiamento pelos bancos multilaterais de desenvolvimento. Os gastos fiscais devem apoiar as seis principais transformações dos ODS: educação de qualidade para todos, cobertura universal de saúde, energia e indústria limpas, agricultura e uso da terra sustentáveis, infraestrutura urbana sustentável e acesso universal a tecnologias digitais (Sachs *et al*., 2021).

De acordo com o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2022, a pandemia prejudicou especialmente o ODS3, que tem por objetivo garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas (ONU, 2022).

As metas da ODS 3 estão diretamente relacionadas à pandemia da COVID-19 e tiveram sua evolução prejudicada pela pandemia, com destaque para as seguintes:

Meta 3.3: "até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis" (ONU, 2023).

A COVID-19 está inserida nesse contexto como uma dessas doenças transmissíveis que requerem atenção e esforços para controle e prevenção (Silva, R. F. *et al*., 2023).

Meta 3.4: "até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar" (ONU, 2023).

Os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 vão além da própria doença, como evidenciado pelos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os serviços de prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Durante esse período, esses serviços foram prejudicados, com uma queda de 53% nos serviços de hipertensão, 49% nos serviços de diabetes, 42% no tratamento de câncer e 31% nas emergências cardiovasculares (Buss *et al*., 2020).

Nos primeiros meses da pandemia, aproximadamente 75% dos países relataram interrupções nos serviços essenciais de doenças não transmissíveis (DNT) devido às restrições de bloqueio e à realocação de recursos (PAHO, 2023).

Outro fator agravante foi o redirecionamento de profissionais de saúde que trabalham com DCNT para apoiar o atendimento à COVID-19, bem como à escassez de medicamentos, diagnósticos e tecnologias necessárias. Esses impactos não apenas atrasam o progresso em relação às metas estabelecidas para as DCNT na Agenda 2030, mas também devem ter consequências a curto e médio prazo nas próprias doenças. As DCNT são responsáveis por 41 milhões de mortes prematuras a cada ano (71% de todas as mortes no mundo), sendo 15 milhões dessas mortes ocorrendo em pessoas entre 30 e 69 anos, principalmente em países de baixa e média renda, onde mais de 85% das mortes prematuras ocorrem (Buss *et al*., 2020).

Meta 3.8: "atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos" (ONU, 2023).

A grande maioria da população enfrentou dificuldades para acessar serviços de saúde. Em relação à distribuição de recursos em larga escala, a falta de investimento nesse setor se reflete diretamente na diminuição de leitos, escassez de equipamentos, redução de serviços e fechamento de unidades, o que limita o acesso da população aos cuidados de saúde (Matta *et al*., 2021).

Foram identificados problemas tanto na alocação em larga escala, como a falta de leitos, respiradores artificiais e equipamentos de proteção individual, quanto na alocação em menor escala, com pessoas que nem sequer conseguiram constar na lista do sistema de regulação ou ter acesso a respiradores ou medicamentos indispensáveis (Matta *et al*., 2021).

Meta 3.b: "destaca a necessidade de apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para doenças transmissíveis e não transmissíveis" (ONU, 2023).

Pela primeira vez desde a criação do Programa Nacional de Imunização (PNI), uma ampla campanha de vacinação está ocorrendo sem uma prévia campanha de informações sobre as vacinas, a importância da vacinação para grupos prioritários e os possíveis eventos adversos relacionados à imunização, entre outros temas relevantes. Além disso, questões relacionadas à organização do trabalho e à logística da campanha de vacinação, como a falta de capacitação das equipes e a ausência de uma comunicação coordenada e transparente, são evidentes e tiveram um impacto negativo no processo de vacinação da população, bem como na qualidade do trabalho dos profissionais de saúde envolvidos (Maciel *et al*., 2022).

Segundo Maciel et al., 2022, devido à escassez de investimentos no SUS e à negligência em relação a políticas públicas de saúde essenciais, o Programa Nacional de Imunização (PNI) perdeu sua posição de destaque na condução da campanha de vacinação contra a COVID-19. Embora o Brasil tenha uma campanha com um potencial significativo e uma das

melhores respostas da população local em todo o mundo, a estratégia adotada apresentou numerosos desafios e falhas no processo de vacinação contra a COVID-19, deixando lacunas consideráveis.

A pandemia da COVID-19 ressaltou a relevância da ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, evidenciando a importância de sistemas de saúde resilientes, acesso universal a serviços de saúde, prevenção e autocuidado, fortalecimento da infraestrutura de saúde e investimento em pesquisa médica. Enfrentar os desafios da pandemia e alcançar os objetivos da ODS 3 são fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar de todas as pessoas.

É importante destacar que além do ODS 3, outros ODS também foram impactados pela COVID-19. Alguns dos outros ODS impactados:

ODS 1 - Erradicação da pobreza: A pandemia de COVID-19 teve repercussões negativas em diversos setores em todo o mundo, resultando no aumento da pobreza e da fome. Pela primeira vez desde 1998, houve um aumento na proporção de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, passando de 8,4% em 2019 para 9,5% em 2020 (ONU, 2021).

ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável: a pandemia destacou a persistente e crescente fome estrutural no Brasil, apesar dos sinais de diminuição e do fato de o país possuir vastas terras e ser um dos principais produtores globais de alimentos. Esse cenário é ilustrado pelas recentes disputas relacionadas ao agronegócio, que impactam negativamente as estruturas públicas envolvidas na produção, distribuição e abastecimento de alimentos (Frutuoso-Viana, 2021).

ODS 4 - Educação de qualidade: a chegada da pandemia trouxe transformações significativas no processo de ensino e aprendizagem, tanto no Brasil quanto globalmente. O fechamento das escolas se tornou uma medida necessária devido à pandemia, e como consequência, os sistemas educacionais adotaram o ensino remoto como alternativa viável para garantir o direito à educação dos estudantes (Dias, 2021).

Em consequência disso, foi observado um impacto significativo na queda do desempenho educacional, inclusive nos primeiros anos do Ensino Fundamental, resultando em um não cumprimento da meta estabelecida para 2021. Isso se refletiu na diminuição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é calculado levando em consideração o aprendizado dos alunos em língua portuguesa e matemática (Prova Brasil) e o fluxo escolar (taxa de aprovação). Por exemplo, em 2019, o Ideb para essa etapa escolar foi de 5.7, resultado de 6.02 (aprendizado) multiplicado por 0.94 (aprovação). Já em 2021, esses dois componentes foram respectivamente 5.64 e 0.97, resultando em um Ideb de 5.5. Houve uma redução no aprendizado de 6.02 para 5.64, como relatado pelo INEP (2021).

ODS 5 - Igualdade de gênero: A pandemia causou impactos significativos no trabalho e na renda das mulheres no Brasil. Conforme dados do IBGE-Pnad Contínua (2020), a taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2020 foi de 14,6% no total, com 12,8% para os homens e 16,8% para as mulheres.

ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico: Ao comparar os efeitos das duas contrações recentes da atividade econômica, a recessão de 2015-2016 e o choque causado pelas medidas de enfrentamento da pandemia em 2020, constata-se que ambas as crises resultaram em uma queda na proporção da população ocupada. No entanto, a pandemia se destacou pela queda acentuada a partir de março, levando a uma diminuição de mais de 6 pontos percentuais na taxa de ocupação, que passou de 53,5% no quarto trimestre

de 2019 para 47,1% no segundo trimestre de 2020. Enquanto a primeira recessão se prolongou por um período considerável, atingindo um pico negativo de -5,5% na variação do PIB no quarto trimestre de 2015, a segunda constituiu um choque que resultou em uma contração de 11,4% no segundo trimestre de 2020 (Silva *et al*., 2022).

ODS 10 - Redução das desigualdades: A pandemia de COVID-19 expôs, evidenciou e aumentou ainda mais as desigualdades sociais, destacando a sua relação com classe social, raça, gênero e outros fatores que precarizam a vida das pessoas (Matta *et al*., 2022).

6. POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Embora uma política pública possa ter como propósito melhorar o bem-estar social, sua definição é responsabilidade do governo e não da sociedade, o que significa que ela pode atender demandas consideradas de interesse social pelo governo. É importante ressaltar que, no início, a Presidência da República no Brasil classificou a pandemia como uma "pequena crise", o que resultou em um atraso na elaboração de estratégias mais adequadas às diversas realidades socioeconômicas existentes no país (Souza, 2021).

O aumento significativo de casos de COVID-19 resultou em uma demanda extraordinária nos sistemas de saúde, que já enfrentavam desafios preexistentes. Essa situação colocou em risco a disponibilidade de recursos essenciais, como insumos, tecnologias e profissionais de saúde capacitados, levando a uma sobrecarga que ultrapassou a capacidade de atendimento (Lopes *et al.*, 2022).

Nesse contexto, é fundamental promover o fortalecimento do SUS. Investimentos devem ser direcionados para garantir o acesso universal a serviços de saúde de qualidade, aumentar a capacidade de diagnóstico e tratamento, bem como reforçar a infraestrutura de saúde, como hospitais e centros de atendimento.

No passado recente, a classe trabalhadora tinha uma pequena parcela de trabalhadores informais. No entanto, atualmente, mais de 50% dessa classe encontra-se nessa condição, abrangendo uma definição ampla de informalidade. Esses trabalhadores estão desprovidos de direitos, excluídos da rede de proteção social e não possuem carteira de trabalho. Além da crise sanitária, a pandemia trouxe como uma de suas consequências o aumento do desemprego, resultando no crescimento da informalidade no trabalho. Isso afeta especialmente os terceirizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial e o subproletariado (Costa, 2020).

Para enfrentar esses desafios socioeconômicos, é essencial implementar políticas que promovam a recuperação econômica e a geração de empregos. Medidas como programas de apoio financeiro a empresas, estímulo ao empreendedorismo e investimentos em setores estratégicos podem contribuir para a revitalização da economia e a redução do desemprego. Além disso, é necessário fornecer proteção social aos grupos mais vulneráveis, garantindo o acesso a benefícios sociais, como assistência financeira, moradia e alimentação adequada.

Como medida para lidar com a crise, o governo brasileiro implementou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda por meio da Medida Provisória nº 936, de 2020. Entretanto, é relevante ressaltar que essa iniciativa, ao mesmo tempo em que busca lidar com a crise, pode acarretar na fragilização das relações laborais, afetando exclusivamente os trabalhadores com vínculo empregatício formal no setor privado.

Como resultado, espera-se um impacto adverso na soma total dos salários desse setor devido à redução da renda individual dos trabalhadores (Costa, 2020).

A pandemia evidenciou duas questões preocupantes que dificultam o enfrentamento da doença nas comunidades carentes do Brasil: a falta de acesso ao saneamento básico e a alta densidade populacional por área (Costa, 2020). De acordo com dados do Banco Mundial (2018), o Brasil investe aproximadamente 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, um valor consideravelmente inferior em comparação com outros países similares ao redor do mundo.

Para superar esse desafio, é fundamental que o Brasil aumente seus investimentos em infraestrutura de forma significativa, visando promover o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. Essas medidas visam melhorar as condições de moradia, promover o acesso a serviços essenciais, como água potável e saneamento adequado, e conscientizar a população sobre medidas de higiene e prevenção de doenças.

O contexto da pandemia revelou ainda mais as profundas desigualdades existentes no Brasil. Enquanto a economia enfrentava uma recessão, 42 bilionários brasileiros conseguiram aumentar seus patrimônios em US$ 34 bilhões entre março e julho de 2020. Essa realidade acentuou a disparidade entre os mais ricos e uma parcela expressiva da população que dependia de uma ajuda governamental limitada (Paula *et al.*, 2023).

Apesar do Brasil possuir uma das maiores economias globais, é preocupante observar que ocupa o sétimo lugar no ranking dos países com maior desigualdade, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Uma evidência alarmante dessa disparidade está relacionada aos rendimentos, em que o percentual mais rico, representando 1% da população, ganha 33,7 vezes mais do que a parcela mais pobre, conforme constatado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019. A insegurança alimentar, que reflete a perda de renda, também cresceu significativamente, afetando 55% das famílias em 2020 durante a pandemia, segundo dados do II VIGISAN (PENSSAN, 2022).

Esses dados evidenciam a urgência de políticas públicas efetivas para combater a desigualdade social no país, que foi agravada pela pandemia e também requer atenção especial. Políticas públicas devem ser direcionadas para reduzir as disparidades existentes, promovendo a inclusão social e a equidade. Isso envolve a implementação de programas de transferência de renda, ampliação do acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e ações afirmativas que garantam oportunidades iguais para todos os cidadãos.

No que diz respeito às políticas de proteção social, o governo e o Ministério da Economia aprovaram o auxílio emergencial no valor de 600 Reais, que alcançou mais de 67 milhões de cidadãos brasileiros, superando o número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Embora tenha resistido inicialmente, o governo anunciou a extensão do benefício por mais quatro parcelas de 300 Reais. O programa atendeu às necessidades tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, proporcionando um impulso para a economia. No entanto, é importante ressaltar que não foram implementadas ações abrangentes para reduzir a desigualdade socioeconômica e impactar positivamente as populações vulneráveis (Matta *et al*., 2021).

O programa Auxílio Emergencial e posteriormente o Auxílio Brasil, tiveram uma cobertura significativa da população brasileira, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. No entanto, apesar da alta cobertura, as famílias de baixa renda não

experimentaram melhorias significativas no acesso à alimentação adequada. Além disso, a prevalência de insegurança alimentar foi sistematicamente maior nos domicílios que receberam recursos do Auxílio Brasil em comparação com aqueles que não tiveram acesso ao programa, exceto em alguns estados. Isso indica que uma parcela significativa da população em situação de alta vulnerabilidade alimentar não foi alcançada pelos programas de transferência de renda, apontando para a exclusão de famílias socialmente elegíveis e a persistência da insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

Para abordar a problemática da insegurança alimentar de forma efetiva, é crucial priorizar o fortalecimento e aprimoramento do Programa Bolsa Família, que já desempenha um papel relevante na redução da pobreza e insegurança alimentar. Investir cada vez mais na expansão do programa e aumentar o valor dos benefícios pode ampliar o alcance para um número maior de famílias em situação de vulnerabilidade.

Além disso, é crucial promover a agricultura familiar, fornecendo subsídios, acesso a crédito e assistência técnica aos agricultores familiares. Isso garantirá a produção local de alimentos saudáveis e acessíveis, tanto em áreas rurais quanto urbanas, contribuindo para o abastecimento adequado e melhorando a qualidade da dieta das famílias em situação de insegurança alimentar.

Para controlar os problemas causados pela pandemia e suas consequências, é necessário adotar uma abordagem abrangente que englobe a saúde pública, o desenvolvimento econômico, a igualdade social e a sustentabilidade. A implementação de políticas públicas eficazes nessas áreas garantirá uma resposta adequada a crises emergenciais, promovendo a resiliência e a construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar os desafios futuros.

REFERÊNCIAS

[1] AVELAR, F. G; EMMERCK, I. C. M; MUZY, J; CAMPOS, M R. Complicações da COVID-19: desdobramentos para o Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, v. 1, p. 1-21, 2021.

[2] BANCO MUNDIAL. **Notas de políticas públicas - Por um ajuste justo com crescimento compartilhado**. Informativo:23 de agosto de 2018. Disponível em:<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes>. Acesso em: 18 jun. de 2023.

[3] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais**. IDEB: Resultados. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 15 jun. de 2023.

[4] BUSS, Paulo M.; ALCÁZAR, Santiago; GALVÃO, Luiz Augusto. Pandemia pela COVID-19 e multilateralismo: reflexões a meio do caminho. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 45-64, 2020.

[5] CASTRO-NUNES, P; RIBEIRO, G. R. Equidade e vulnerabilidade em saúde no acesso às vacinas contra a COVID-19. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. 31, 2023.

[6] COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 04, p. 969-978, 2020.

[7] DIAS, É. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação,** v. 29, n. 112, p. 565-573, 2021.

[8] FERNANDES, D. R. A; GADELHA, C. A. G; MALDONADO, J. S. V. Vulnerabilidades das indústrias nacionais de medicamentos e produtos biotecnológicos no contexto da pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. 01-14, 2021.

[9] FRUTUOSO, M. F. P; VIANA, C. V. A. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação–uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. 1-14, 2021.

[10] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)**. Brasil: 2020. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>. Acesso em: 14 jun. de 2023.

[11] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).** Brasil: 2023. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 14 jun. de 2023.

[12] LOPES, L. T; BARROS, F. P. C. Gestão de recursos humanos do SUS na pandemia: fragilidades nas iniciativas do Ministério da Saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 277-289, 2022.

[13] MACIEL, E; FERNANDEZ, M; CALIFE, K; GARRETT, D; DOMINGUES, C; KERR, L; DALCOLMO, M. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 27, n. 3, p. 951-956, 2022.

[14] MALAVOLTA, V. C; MOREIRA, H. G; SILVEIRA, A. F; OPPITZ, S. J; BRUNO, R.S; FILHA, V. A. V. S; GARCIA, M. V. Distanciamento social pela pandemia de COVID-19: impactos na percepção do zumbido crônico, ansiedade, depressão e suas relações. **Audiology-Communication Research**, v. 28, p.1-06, 2023.

[15] MASSUDA, A; MALIK, A. M; NETO, G. V; TASCA, R; JUNIOR, W. C. F. A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. **Cadernos EBAPE, n.19**, p. 735-744, 2021.

[16] MATTA, G.C; REGO, S; SOUTO, E.P; SEGATA, J. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

[17] MIRANDA, W. D; SILVA, D. M; FERNANDES, L. M.M; SILVEIRA, F; SOUSA, R. P. Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p.1-18, 2023.

[18] OMS. World Health Organization. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em:<https://covid19.who.int/>. Acesso em: 10 nov. de 2023.

[19] ONU. Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. ONU: 2023. Disponível em:<https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

[20] OPAS. Organização Pan- Americana da Saúde. **Histórico da pandemia COVID-19.** OPAS: 2023a. Disponível em:<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-COVID-19>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

[21] OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19.** OPAS: 2023b. Disponível em:<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. 23 mai. de 2023.

[22] OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Serviços essenciais de saúde enfrentam interrupções contínuas durante pandemia de COVID-19**. OPAS: 2023c.Disponível em:<https://www.paho.org/pt/noticias/7-2-2022-servicos-essenciais-saude-enfrentam-interrupcoes-continuas-durante-pandemia-covid>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

[23] PAULA, N. M; PEREIRA, W; GIORDANI, R. C. F. A COVID-19 em meio a uma "tempestade perfeita" no capitalismo neoliberal: reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 761-770, 2023.

[24] PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar . VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. PENSSAN, 2022. Disponível em:<http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 16 jun. de 2023.

[25] RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e

nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

[26] SACHS, N. et al. A década de ação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: relatório de desenvolvimento sustentável. 2021.

[27] SILVA, G. M. et al. Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fakenews à hesitação vacinal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 739-748, 2023a.

[28] SILVA, R. F. et al. A redução de risco de desastres, a agenda dos Objetivos Sustentáveis e os princípios do SUS, no contexto da pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1777-1788, 2023b.

[29] SILVA, S. P; CORSEUIL, C. H. L; COSTA, J. S. M. Impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2022. 611 p.

[30] SILVA-NETO, L. G. R. et al. Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 721-730, 2023.

[31] SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2469-2477, 2020.

[32] SOUZA, J. B. et al. Campanha de vacinação contra COVID-19: diálogos com enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021.

[33] SOUZA, M. C. C. O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, 2021.

Capítulo 8

A atuação dos profissionais da rede de ensino de um município de pequeno porte na prevenção e identificação da violência sexual na primeira infância

Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta
Marcos Roberto da Gama Cotta
César Albenes de Mendonça Cruz

Resumo: Este estudo explora a problemática da violência, com foco específico na violência sexual direcionada à primeira infância (0 a 5 anos). O objetivo principal da pesquisa é descrever a abordagem adotada pelos profissionais da rede de ensino em um município de pequeno porte na prevenção e identificação da violência sexual nessa faixa etária. Pesquisas voltadas aos profissionais atuantes no contexto escolar são necessárias, por ser a violência uma realidade que está embutida, entrelaçada de forma velada na comunidade escolar. E é neste contexto propício para o desenvolvimento de ações de enfrentamento a violência contra criança, que muitas vezes, a temática não é tratada com afinco, até mesmo pela ausência de subsídios para os profissionais que atuam nesse espaço. Uma vez reconhecida essa lacuna e considerando a urgência de pesquisas com esse foco, o capítulo aqui descrito abordará, inicialmente, conceitos e definições relacionados a essa problemática. Serão apresentados os tipos e formas pelos quais a violência pode manifestar-se nessa população, bem como as consequências da violência sexual contra esse grupo. Na sequência, o leitor encontrará alguns dados que revelam a magnitude deste fenômeno e a discussão no que diz respeito a atuação das políticas públicas frente a esses casos, especialmente, da política pública de educação. Já na última parte encontra-se descrita a associação do objeto de pesquisa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Defesa da Criança e do Adolescente, Educação Infantil, Política Pública, Violência sexual.

1. APRESENTAÇÃO

A violência sexual contra crianças é uma realidade perturbadora que exige atenção imediata e estratégias eficazes de enfrentamento. Neste estudo, abordamos a complexidade desse fenômeno, explorando conceitos, tipos de violência, suas implicações e a relevância das políticas públicas. Destacamos especialmente o papel crucial das escolas na prevenção e identificação desses casos, reconhecendo a importância de uma abordagem multidisciplinar. Ao compreendermos a interligação de diferentes aspectos desse problema, buscamos promover uma discussão aprofundada e a conscientização necessária para combater essa grave violação dos direitos infantis.

2. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

2.1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

Falar sobre criança é falar sobre calmaria, sorrisos, curiosidades, sonhos, brincadeiras, inocência, mas também de medos. A infância representa descoberta, onde cada ser é único e cheio de mudanças. Toda criança quando nasce necessita de cuidados, proteção e abrigo. E, nesta fase, sua relação com seus familiares é de extrema importância para o seu desenvolvimento.

No cenário atual, a violência contra a criança tornou-se uma situação desmedida, transformando as crianças em vítimas desprotegidas incapazes de se defender, pois muitas vezes quem deveria proteger é quem pratica a violência. A violência é um fator disseminado em nossa sociedade, que muitas vezes se inicia de forma silenciosa dentro do seio familiar, lugar onde deveriam ter a sensação de proteção, conforto e afeto. Além disso, uma violência acarreta outras; elas não são isoladas, estão interligadas, posto que esta advém de um fenômeno social e de múltiplas causas (Ferrari, 2002).

E é no contexto familiar em que deveria ser assegurada às crianças a proteção e as condições para o seu desenvolvimento psicossocial e emocional que, muitas vezes, o silêncio negligencia essas vítimas, tornando o lugar que seria de proteção e amparo em um lugar de medo e opressão, gerando sequelas emocionais e físicas para a vida, seja instantaneamente ou de forma tardia. Neste ambiente, uma das maiores barreiras para quebrar o ciclo da violência é a denúncia. No entanto, identificar e romper esse silêncio torna-se problemático, até para os profissionais que lidam diretamente com as crianças que estão tendo seus direitos violados. Desmistificar a violência implica, em outras palavras, perceber que a violência não é um fenômeno natural. Trata-se de uma questão que perpassa gerações e que requer uma visão abrangente para sua compreensão (Silva; Vecina, 2002).

Trata-se de um tipo de violação aos direitos humanos que está intrinsecamente ligado ao modo como os indivíduos produzem e reproduzem as condições sociais de existência. Em contrapartida, esse fenômeno social materializa a não aceitação de valores concebidos como universais, tais como igualdade, liberdade e a própria vida. Neste cenário, as maiores vítimas são as crianças, devido à sua maior vulnerabilidade e dependência (Florentino, 2015).

2.2. TIPOS E FORMAS DE VIOLÊNCIA

A violência pode ser dividida em violência física, psicológica, sexual e negligência. Na primeira modalidade, tem-se o uso da força física, podendo ou não incluir instrumentos

capazes de provocar lesões internas e/ou externas. Já a violência psicológica caracteriza-se pela ação ou omissão que possa gerar prejuízos na autoestima, identidade ou no desenvolvimento psicossocial da vítima. A violência sexual, por sua vez, acontece quando o indivíduo é forçado a ter comportamentos sexuais com o agressor, no qual se tem o uso da força física, do poder e/ou da influência psicológica a fim de que o agressor tenha os desejos satisfeitos. Por último, a negligência se dá quando a vítima não recebe os cuidados necessários para garantir o seu desenvolvimento e ocorre quando algum membro da família é omisso quanto às responsabilidades e cuidados (Batista; Quirino, 2020).

Ainda para conceituar a violência sexual, vejamos o que diz Azevedo e Guerra (1998, p.33):

> [...] por um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

2.3. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NA VIDA DA VÍTIMA

A violência sexual provoca diversos danos na vida da vítima, desdobrando-se nas esferas psicológica, física, sexual e social. Entre as repercussões na esfera psicológica, destacam-se: depressão, baixa autoestima, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), comportamento suicida, dificuldades de dormir, alucinações auditivas e transtornos psicóticos. No âmbito das repercussões físicas, é comum a presença de um processo de somatização decorrente do adoecimento psicoemocional, o que, por sua vez, acarreta um quadro de cefaleia e distúrbios metabólicos, lesões genitais e disfunções sexuais, por exemplo. Quanto às repercussões sexuais, no caso de vítimas do sexo feminino, a gravidez não desejada surge como um grave complicador, juntamente com conflitos de identidade de gênero e a presença de condutas hiper sexuais. Por fim, nas repercussões que se manifestam na parte social da vítima, destaca-se o consumo de álcool, tabaco e outras drogas, além do isolamento social, evidenciado como uma das estratégias que as vítimas adotam para enfrentar a violência sofrida (Florentino, 2015; Cruz *et al*., 2021).

No que diz respeito especificamente às consequências da violência para o processo de ensino-aprendizagem, é comum que a criança vítima de violência perca o interesse pela aprendizagem, apresente dificuldades de atenção, de socialização e na assimilação de novos conhecimentos. Além disso, observa-se nessas crianças faltas frequentes às aulas, rendimento escolar reduzido, bem como ausência de atenção e concentração (Florentino, 2015; Cargardo; Gallo, 2020).

Por geralmente ocorrer no contexto familiar, muitos dos casos são mascarados, fazendo com que o ciclo se perpetue por longos anos, acarretando comprometimento nas diversas esferas da vida das vítimas. Por isso, um dos maiores desafios é tornar visível esse tipo de violação de direitos. Ademais, devido ao vínculo da vítima com o agressor, é comum a família camuflar a situação de violência com o objetivo de proteger o agressor. Soma-se a isso o fato de que muitas vítimas se veem diante de uma situação de impotência para expor sua vivência, podendo tal situação estar associada a inúmeros motivos, tais como: terem dificuldade para entender que a situação que estão vivenciando constitui um tipo de violência; não se sentirem acolhidas por alguém para realizar a denúncia; receio de não receberem legitimidade diante da história que por ela será contada; e ainda, as ameaças por parte do agressor (Florentino, 2015; Cruz *et al*., 2021).

2.4. INDICADORES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Os dados apresentados no documento intitulado 'Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil' apontam que, no Brasil, no período de 2016 a 2020, 35 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos foram mortas por casos de violência, representando uma média de 7 mil mortes por ano. Somente no período de 2017 a 2020, um contingente de 180 mil crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual. Os dados evidenciam um aumento de 27% no período de 2016 a 2020 na violência na primeira infância (de crianças de até 4 anos de idade) (UNICEF, 2022).

Dados recentes do Disque 100 apontam que, somente nos primeiros quatro meses de 2023, mais de 17 mil denúncias de violência perpetrada contra crianças e adolescentes foram registradas, sendo a maioria delas no contexto intrafamiliar. No total, o órgão recebeu “69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais, físicas (abuso, estupro e exploração sexual) e psíquicas” (BRASIL, 2023).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA: O LUGAR DA ESCOLA

Passado o período que marcou a ditadura militar no Brasil, no qual se tornou urgente o processo de redemocratização, imaginava-se que, junto desse movimento, a consolidação de uma cidadania para todos os brasileiros se tornasse uma realidade. A esperança era de que os direitos das crianças e dos adolescentes fossem consolidados, considerando as previsões já dispostas na Constituição Federal (CF/88). Entretanto, somente de forma tardia, os direitos desta população começaram a ser pensados no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas. Até 1990, as crianças e adolescentes eram tratadas como extensão de seus pais, não havendo políticas públicas específicas para enfrentar as violências que estas sofriam, inclusive no contexto familiar (Pase *et al.*, 2020).

Assim, foi somente em 1990, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal, que as crianças e adolescentes, em face de sua condição singular de desenvolvimento, começaram a ser tratadas como sujeitos de direitos. Por esse motivo, devem ser protegidas de forma integral e prioritária, não apenas pela família, mas por toda a sociedade e Estado. Para tanto, advoga-se a necessidade de articulação de diferentes organismos públicos e da sociedade civil, a fim de que esta população seja protegida, e que em casos de violação dos direitos, haja a responsabilização dos envolvidos. O artigo 5º deste instrumento assim prevê: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

Para combater um problema tão complexo como o discutido aqui, exige a articulação de vários serviços e sujeitos para que as vítimas deste tipo de violação de direitos sejam atendidas numa perspectiva de cuidado integral. Para tanto, faz-se necessária a adoção de um trabalho em rede que envolva diferentes profissionais e instituições, tornando possível uma atuação multidisciplinar (Broseguini; Iglesias, 2020). Desta forma, para enfrentar a violência contra a criança, é preciso que seja desenvolvido um trabalho especializado, contínuo e articulado, envolvendo um conjunto de sujeitos sociais que devem dispor de uma intervenção coordenada, na qual, neste contexto, a figura do

professor desempenha um papel crucial no campo da prevenção, identificação e enfrentamento dos diversos tipos de violência que acometem crianças e adolescentes (Broseguini; Iglesias, 2020).

Partindo da premissa de que o trabalho intersetorial se constitui como uma estratégia exitosa para o enfrentamento da violência que vitimiza crianças, Vieira et al. (2015) abordam que a Política de Assistência Social, por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), deve atuar no processo de conscientização e educação, bem como na oferta de acompanhamento dos casos notificados. Já no contexto da Política de Segurança Pública, uma das ações que podem ser fomentadas com vistas à prevenção é a execução do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). É preciso que os profissionais da rede intersetorial atendam de forma integral à família, englobando vítimas e agressores, desconstruindo a perspectiva predominantemente punitiva e criminalizadora, tão arraigada em nossa sociedade (Vieira *et al.*, 2015).

Advoga-se a necessidade de uma rede de proteção às vítimas e suas famílias, que funcione de forma efetiva por meio do compartilhamento de competências relativas a cada caso de violência (Melo *et al.,* 2020).

> A composição da rede de proteção envolve diversos órgãos, tais como serviços de assistência social e psicológica, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS); os Conselhos de Direitos; os Conselhos Tutelares; a promotoria pública; e o juizado da infância e juventude, bem como as demais instituições que prestam atendimento como escolas, unidades de saúde, unidades de acolhimento, entre outras redes de apoio, como as delegacias e sociedade civil organizada (MELO *et al.*, p. 2-3, 2020).

Em se tratando, especificamente, do papel da instituição escolar no enfrentamento à violência contra crianças, destaca-se o relevante papel que crianças e adolescentes passam parte significativa do seu cotidiano inseridos no espaço escolar. Por isso, não apenas os professores, mas todos os atores que atuam nesse contexto possuem potencial para contribuir no enfrentamento da violência, sobretudo em uma sociedade em que esse público vem sendo cada vez mais acometido pelos diversos tipos de violência (Oliveira; Silva; Maio, 2020).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) concebe as ações de prevenção como as mais efetivas para enfrentar a violência que acomete o público infanto-juvenil. É papel da escola proteger e prevenir todo e qualquer tipo de violência, devendo assegurar os direitos das crianças e adolescentes estabelecidos e assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (FEDERAL, Governo *et al*.,1990).

Uma estratégia de trabalho que contribui para a discussão sobre a temática da violência é a parceria entre família e escola, estabelecendo um vínculo com os responsáveis pelas crianças. Nos casos em que ocorra alguma situação suspeita, a instituição de ensino deve intervir de forma precoce, garantindo às crianças a proteção necessária para uma infância sadia e protegida. Vale ressaltar que as famílias não podem atribuir às escolas a responsabilidade pela criação de seus filhos. No entanto, podem buscar nas instituições de ensino métodos e soluções para conflitos que auxiliem na melhoria dos vínculos entre pais e filhos, uma vez que a maternidade não vem com um caderno de receitas ou fórmulas mágicas.

É primordial que a instituição de ensino promova, de maneira acessível, intervenções, discussões e orientações que envolvam de forma lúdica a participação de pais e filhos, estreitando seus vínculos e promovendo um momento de reflexão sobre métodos de disciplinar e educar seus filhos. É imprescindível que haja um canal de comunicação entre os profissionais da instituição de ensino, pois a criança faz parte do todo, e todos devem zelar por elas, independentemente de cargo (Faraj; Scolt; Siqueira, 2020).

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Art. 29, assim prevê:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Diante do descrito acima, verifica-se ser papel do professor atuar no enfrentamento da violência contra crianças, posto que essa problemática repercute diretamente no desenvolvimento integral das crianças.

As instituições de ensino, que antes eram vistas apenas como transmissoras de conhecimentos, ou mesmo como depósitos de crianças, têm o dever de garantir que as crianças que estão inseridas em seus estabelecimentos de ensino sejam tratadas como sujeitos de direitos, para que possam ter as condições necessárias para desenvolverem sua integralidade social, emocional e fisiológica (Faraj; Scolt; Siqueira, 2020).

Um dos instrumentos mais importantes que deve nortear as ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA). Neste, no Eixo da Prevenção, é designada como atribuição do MEC o fomento de ações de caráter educativo/formativo nos contextos em que as crianças e adolescentes estão inseridos, a fim de prevenir a violência contra esse público, objetivando assegurar os direitos sexuais destes. No contexto do desenvolvimento destas ações, alguns temas transversais, como gênero, raça/etnia, orientações sexuais, dentre outros, devem ser observados. Já no Eixo Atenção, encontra-se colocado como atribuição do MEC o desenvolvimento de ações intersetoriais, ou seja, de modo articulado com as demais políticas públicas envolvidas no atendimento dos casos de violência. No que concerne ao Eixo Defesa e Responsabilização, ao MEC cabe implantar e implementar a notificação compulsória, que deve ser efetivada pelos profissionais da educação, tendo em vista o exposto nos artigos 13 e 245 do ECRIAD (BRASIL, 1990):

> Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho 19 Estatuto da Criança e do Adolescente Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

> Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente (BRASIL, 1990).

Pontua-se que, em virtude da maioria dos casos ocorrerem no contexto familiar, os profissionais atuantes nas escolas (espaço em que as crianças passam a maior parte do tempo) devem ser atuantes no enfrentamento. A importância das instituições escolares para o combate às violências sofridas pelas crianças pode ser atestada na pesquisa de Oliveira et al. (2022), que verificou que durante o período de suspensão das aulas escolares (necessário para conter a disseminação do vírus causador da COVID-19), as crianças e adolescentes ficaram mais vulneráveis à ocorrência de violências, e o processo de identificação destas se tornou mais difícil, principalmente nos casos em que o acesso remoto não era possível.

3.1. COMO A EDUCAÇÃO PODE MUDAR A REALIDADE DAS CRIANÇAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Apesar da reconhecida indispensabilidade da instituição escolar para o processo de prevenção, identificação e enfrentamento da violência contra crianças, a literatura sobre esse tema ainda é reduzida. Essa instituição deve ser comprometida com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Para que isso aconteça, é preciso que os profissionais se sintam como parte integrante da rede de proteção e garantia desses direitos, principalmente os educandos das séries iniciais, devido as crianças passarem parte expressiva de seu cotidiano neste espaço. A adesão e um olhar atento desses profissionais fortalecem a militância em defesa dos direitos (Viodres Inoue; Ristum, 2008).

Especialmente os professores precisam ter os aportes necessários para identificarem os casos de violência sexual e romperem com o ciclo que, muitas vezes, se perpetua por longos períodos. As vítimas evidenciam os sinais da violência, seja por meio da ausência nas aulas, mudança de comportamento ou ainda apresentação de sinais físicos. Entretanto, infelizmente, é comum que mesmo diante dos sinais apresentados por estas, muitos professores escolham pela omissão, não descortinando a violência sofrida pela criança, também sendo negligentes e não desempenhando a função que lhes é designada, a qual não é exclusivamente de um profissional que deve transmitir conhecimento, mas sim, de um ator responsável pela garantia dos direitos das crianças. Ressalta-se que este cenário, em alguns casos, é influenciado pelo medo que paira em relação à denúncia, ou ainda pelo desconhecimento dos profissionais da dinâmica de funcionamento da rede de proteção (Viodres Inoue; Ristum, 2008).

Em alguns casos, o professor pode ser o único aliado da vítima para protegê-la, devido à maioria dos casos de violência acontecer no contexto intrafamiliar, tornando ainda mais difícil a revelação dos casos e, logo, a quebra do ciclo (Viodres Inoue; Ristum, 2008). Sendo assim, defende-se que o investimento da gestão municipal em processos de educação permanente, para que todos os atores ligados às instituições de ensino, sobretudo os educandos, venham a ter subsídios suficientes não apenas para o exercício da profissão propriamente dita, mas também para assumirem uma postura de militância em favor dos direitos das crianças.

4. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A ASSOCIAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) delimitou 17 metas para 2030, buscando o desenvolvimento sustentável de países, sociedade civil, instituições e empresas (IPEA, 2023). Dentre essas metas, destaca-se o enfrentamento da violência na infância nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando a necessidade contínua de prevenir a violência contra crianças. É imprescindível tornar a eliminação da violência contra crianças uma prioridade de política pública, rompendo com a percepção de que essa violência é aceitável (Malta et al). Mediante a análise destas, foi possível constatar que a violência contra crianças encontra-se articulada com o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que busca "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (IPEA, 2023). Com essa finalidade, estão delimitadas 12 submetas para o alcance dessa meta maior:

> 16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares; 16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças; 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos (IPEA, 2023).

A concretização do ODS 16, requer uma abordagem interconectada com a implementação dos demais ODS e suas metas correspondentes. É fundamental adotar uma ação sistêmica, em vez de isolada, para alcançar resultados efetivos (Santos, 2022).

Além do ODS 16, a violência contra crianças está associada a outros ODS. Primeiramente, o ODS 1 - Erradicação da Pobreza, pois a pobreza aumenta a vulnerabilidade das crianças e contribui para o risco de violência. Em seguida, o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, uma vez que a violência infantil pode ter impactos significativos na saúde física e mental das crianças, tornando o acesso a cuidados de saúde e bem-estar uma questão crucial. Além disso, o ODS 4 - Educação de Qualidade também está relacionado, já que a violência pode interferir no direito das crianças à educação e prejudicar seu desenvolvimento acadêmico e socioemocional. O ODS 5 - Igualdade de Gênero é relevante devido à violência infantil, especialmente a violência de gênero, que está ligada às desigualdades de gênero e à discriminação contra meninas. Por fim, o ODS 10 - Redução das Desigualdades aborda a violência infantil, uma vez que crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou pertencentes a grupos marginalizados têm maior probabilidade de enfrentar violência.

O combate à violência infantil é uma questão urgente e fundamental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A violência afeta negativamente a vida das crianças, comprometendo sua saúde, educação e bem-estar. Para enfrentar esse desafio, é crucial uma abordagem integrada que envolva diferentes ODS.

É preciso promover políticas públicas eficazes, fortalecer os sistemas de proteção infantil, garantir acesso a serviços de qualidade e fomentar a conscientização e a educação para prevenir a violência. Ao investir na proteção e no cuidado das crianças, estaremos construindo um futuro mais seguro e promissor, onde cada criança possa crescer e se desenvolver livre de violência e com igualdade de oportunidades. Juntos, podemos fazer a diferença e criar um ambiente seguro e acolhedor para todas as crianças.

REFERÊNCIAS

[1] AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só história... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Rocca, 1998.

[2] BATISTA, M. K. B; QUIRINO, M. K. B; SILVA, M. V. Violência contra crianças na atenção primária à saúde: uma proposta de matriciamento. **Mudanças**, v.28, n.2, p. 35-42. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-32692020000200005&script=sci_abstract>. Acesso em: 20 mai. de 2023.

[3] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 1990.

[4] BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a, p. 27.833.

[5] BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023.** Brasil: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>. Acesso em: 05 jun. de 2023.

[6] BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2013. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf>. Acesso em: 26 mai. de 2023.

[7] BROSEGUINI, G. B.; IGLESIAS, A. Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 26, n. 12, p. 4991-5002, 2020.

[8] FARAJ, Suane Pastoriza; SCOTT, Juliano Beck; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência.** Barbarói, p. 254-273, 2020.

[9] FEDERAL, Governo et al. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei federal**, v. 8, 1990.

[10] FERRARI, D. C. A. **Visão história da infância e a questão da violência**. In: FERRARI, D. C. A; VECINA, T. C. C. (Org). O fim do silêncio na violência familiar. São Paulo: Àgora, 2022, p. 330.

[11] FLORENTINO, B. R. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal, rev. psicol**. v. 27 , n. 2, p. 139-144, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mai. de 2023.

[12] MALTA, Deborah Carvalho et al. **Fatores associados a violências contra crianças em Serviços Sentinela de Urgência nas capitais brasileiras.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 2889-2898, 2017.

[13] MELO, R. A; CARLOS, D. M; FREITAS, L. A; ROQUE, E. M. S. T; ARAGÃO, A. S; FERRIANI, M. G. C. Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. **Rev. Gaúcha Enferm.** v. 41, p. 1-9, 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Xh3VpkDDc93qyDpc4BQwkkk/?format=pdf&lang=en>.Acesso em: 12 mai. de 2023.

[14] OLIVEIRA, A. P. F; SOUZA, M. S; SABINO, F. H. O; VICENTE, A. R; CARLOS, D. M. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Esc Anna Nery**, n. 26, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/qHGnGXjh8j8Nm7NRXhP9v7R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. de 2023.

[15] OLIVEIRA, M. O; SILVA, F. G; MAIO, E. R. Violência sexual contra crianças e contra adolescentes: a escola como canal de proteção e de denúncia. Perspectiva, v. 38, n.4, p.1-23, 2020.

[16] PASE, H. L; CUNHA, G. P; BORGES, M. L; PATELLA, A. P. D. O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. **Cad. EBAPE.BR**, v. 18,n. 4, p.1000-1010, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/6gPR9V6PJ7vFKWx7jK6jLTg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jun. de 2023.

[17] PASTORIZA, S; SCOTT, J. B; SIQUEIRA, A. C. Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência. Barbarói, n. 57, p. 254-273, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11266>. Acesso em: 20 abr. de 2023.

[18] SANTOS, André Leonardo Copetti. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs), políticas públicas de mitigação da violência e o direito à cidade segura**. Revista de Direito da Cidade, v. 13, p. 2158-2188, 2022.

[19] SILVA, M. A. S; VECINA, T. C. C. **Mapeando a violência contra crianças e adolescentes**. In: FERRARI, D. C. A; VECINA, T. C. C. (Org). O fim do silêncio na violência familiar. São Paulo: Àgora, 2022, p. 330.

[20] UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Brasil: Forúm Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2023.

[21] VIEIRA, L. J. E. S; SILVA, R. M; CAVALCANTI, L. F; DESLANDES, S. F. Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. **Ciênc. saúde colet.**, v. 20, n.11, p.3407-3416, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/75mvg8PJybsMRXbQsVHjT5t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. de 2023.

[22] VIODRES INOUE, S. R; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estud. psicol**. v. 25, n.1, p. 11-21, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Ryhzvgk9jn3VK9brXPZLDDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mai. de 2023.

Capítulo 9

Cognitivismo e humanismo: a função teleológica das habilidades sociais na solução de problemas interpessoais

Fabio Biasotto Feitosa

Resumo: O estudo das habilidades sociais tem despertado o interesse de psicólogas e psicólogos brasileiros clínicos, provavelmente devido à interface com a abordagem cognitivo-comportamental que ficou bastante popular no Brasil. No entanto, o estudo das habilidades sociais possui uma história independente, porém relacionada, ao surgimento da terapia cognitiva e da terapia comportamental, da mesma forma que estas duas são independentes uma da outra, embora estejam histórica e conceitualmente relacionadas. Neste capítulo, apresenta-se uma breve contextualização conceitual da interface entre as abordagens cognitiva, comportamental e do Treinamento de Habilidades Sociais (THS). A descrição que será apresentada não pretende esgotar as questões envolvendo o surgimento das três abordagens psicológicas, mas lança alguma luz, de maneira didática[1], sobre as aproximações e as divergências teóricas entre elas. No percurso do desenvolvimento dos conceitos teóricos do THS há descrições – ou pelo menos sugestões – de que as habilidades sociais e a cognição humana cumprem uma função teleológica (dirigida a um fim) na solução de problemas gerais e interpessoais. Assim, da mesma forma que a solução de problemas é uma especialidade da mente humana, as habilidades sociais, enquanto resultado de processos cognitivos, também estão voltadas para esse fim, isto é, cumprem a função teleológica de solução de problemas, sobretudo os de natureza interpessoal. Essa compreensão, quando aplicada à psicologia clínica, como para o gerenciamento do estresse, é promissora de melhores resultados na prática da psicoterapia e da autoanálise.

Palavras-chave: Relações interpessoais, Cognição social, Desenvolvimento humano.

[1] A análise apresenta uma relação histórica com finalidade didática, a partir da intertextualidade temática, não pretendendo sugerir a existência de uma sucessão ininterrupta entre teóricos de diferentes gerações, nem que estes compartilhavam todos os elementos de um mesmo sistema teórico ou de uma mesma filosofia de ciência.

1. INTRODUÇÃO

O THS é usado por terapeutas cognitivos, comportamentais e cognitivo-comportamentais; contudo, apesar dessas ligações, ele é mais do que uma estratégia de intervenção no plano terapêutico do paciente em psicoterapia. O THS pode também ser visto como uma abordagem teórica própria, plural e transdisciplinar, especialmente no que se refere a tudo o que envolve a função teleológica do pensamento socialmente habilidoso. A teleologia ocorre por meio de processos cognitivos; logo, é preciso esclarecer inicialmente como essas abordagens enquadram filosoficamente o estudo do pensamento, o que é feito neste presente ensaio, conforme segue.

2. DIFERENCIANDO AS ABORDAGENS COGNITIVA E COMPORTAMENTAL NO ESTUDO DO PENSAMENTO

A terapia cognitivo-comportamental não se confunde com a terapia comportamental, pois, do ponto de vista filosófico, a primeira é classificada como um tipo de cognitivismo e, a segunda, um tipo de behaviorismo. Possuem, portanto, bases filosóficas distintas, com formas de compreensão do comportamento humano às vezes antagônicas. Embora essas terapias possam ser consideradas teorias complementares[2], a terapia cognitiva e a terapia comportamental não compartilham os mesmos modelos[3] conceituais na atribuição causal que pretende explicar o comportamento humano. Um dos pontos de divergência é o "lugar" do pensamento na explicação do comportamento. Seria o pensamento uma causa do comportamento?

Mas por que tratar desse assunto no estudo das habilidades sociais? Simplesmente porque a proposta em tese que apresento é a de que o uso das habilidades sociais pressupõe pensar de maneira socialmente habilidosa, o que remete o assunto à história do estudo do pensamento pelas duas abordagens que sabidamente fazem uso do THS, a cognitiva e a comportamental.

3. ESTUDO EXPERIMENTAL DO PENSAMENTO E TELEOLOGIA: UM POUCO DE HISTÓRIA

A introspecção é um dos métodos fundadores da psicologia científica que consiste em descrever o próprio processo de pensamento, seus eventos mentais, partindo-se de um desafio cognitivo até chegar à resposta final (MAYER, 1977). Nos primórdios da psicologia científica e cognitiva, Külpe foi um dos grandes pioneiros no estudo dos processos cognitivos pelo método experimental, de tendência introspeccionista, tendo trabalhado inclusive com Wundt, que é considerado o pai da psicologia, na Alemanha. Em 1912, divulgou conclusões basilares sobre o estudo do pensamento.

Ele e seus colaboradores conseguiram demonstrar, por meio de experimentos, que pensar é trabalhar com elementos abstratos, muito além de sensações e cadeia de imagens, com caráter teleológico, cuja direção é determinada pelo problema proposto à procura de uma

[2] Quando modelos conceituais são separados de um sistema teórico e reinterpretados para serem integrados a outro sistema teórico, ou, quando são utilizadas em conjunto pelo psicólogo técnicas provenientes originalmente dos dois sistemas, conforme o plano terapêutico estabelecido.

[3] Endende-se por modelo conceitual um conjunto de hipóteses que explicam as relações entre eventos, com alguma base empírica. Conjuntos de modelos conceituais coerentes entre si formam um sistema teórico integrado. A teoria ou sistema teórico representa explicações no nível mais abstrato e abrangente do que respectivamente os modelos, as hipóteses e os dados empíricos que lhe dão base.

solução. Mostraram que na consciência se efetuam ações vivenciadas por um Eu que as governa. Consequentemente (ROZESTRATEN, 2004), "cada um vê o problema e seu contexto dentro de sua vivência pessoal. Por exemplo: compare os processos de pensamento de um arqueólogo, um bombeiro, um demolidor, um restaurador, um urbanista que partem da constatação: 'Paris possui muitos edifícios velhos'" (p. 9).

Os resultados dos estudos de Külpe e seus colaboradores ofereceram comprovações experimentais de algumas características peculiares do ato de pensar, como a ação mediadora de processos cognitivos vivenciais entre a proposição de um problema e a resposta final de uma pessoa. Dessa forma, observa-se que o estudo experimental do pensamento ou da cognição não surgiu precisamente de uma suposta transição do behaviorismo de natureza positivista para o cognitivismo de natureza construtivista. O estudo experimental do pensamento é tão antigo quanto o início da própria psicologia científica, muito embora vindo a amadurecer somente várias décadas depois, conforme o avanço das pesquisas e das reflexões filosóficas e metodológicas.

De acordo com Rozestraten (2004), mesmo Külpe precisou se afastar dos postulados filosóficos de Wundt para incluir o pensamento como seu objeto de estudo, pois o fundador da psicologia científica restringia a aplicação do método experimental aos processos psicológicos inferiores (percepção, imaginação, memória, tempo de reação), acreditando que não poderia aplicá-lo aos processos psicológicos superiores (pensamento, raciocínio lógico, normas morais). Apesar dos esforços pioneiros, o complexo processo do pensamento precisava ainda ser elucidado e, nos anos seguintes, outros pesquisadores intensificaram as discussões metodológicas sobre a validade de se aplicar o método experimental no estudo do pensamento.

4. BEHAVIORISMO E ESTUDO DA MENTE

Na linha de frente dessas discussões metodológicas esteve o behaviorista Watson, rejeitando a introspecção como método para o conhecimento das causas do comportamento humano. Embora rejeitasse o estudo do pensamento (GUIMARÃES, 2003), "Watson não negava a existência da mente ou de processos cognitivos, mas afastava-se deles, pois não havia como estudá-los, uma vez que são eventos inacessíveis à observação" (p. 63).

Nessa abordagem behaviorista ou comportamental, era defendido originalmente que a psicologia científica deveria ser feita a partir de um objeto de estudo que pudesse ser observado de maneira incontestável por dois ou mais pesquisadores, ou seja, a partir da descrição rigorosa do comportamento manifesto. O comportamento humano poderia assim ser descrito como uma sucessão de estímulos e respostas. Como o pensamento não pode ser observado pelo método do consenso, quando dois ou mais observadores enxergam a mesma coisa, então não deveria ser ele estudado. Nessa lógica, o método da observação consensual passa a ser considerado o critério mais importante para definir como a psicologia pode produzir conhecimento seguro, daí o termo behaviorismo "metodológico" de Watson.

Entretanto, houve quem discordasse dessa lógica, mesmo entre os behavioristas. Em 1922, quando o behaviorismo "metodológico" de Watson já causava discussões sobre como fazer ciência psicológica, Tolman propôs um novo behaviorismo, o behaviorismo mediacional, inspirado tanto na antiga escola introspeccionista como na recentemente

dominante psicologia estímulo-resposta. Tratava-se da psicologia estímulo-organismo-resposta (CHIESA, 2006).

Tolman pretendia explicar a aprendizagem e o comportamento de ratos em labirinto, considerando o papel de mediadores internos entre o estímulo e a resposta, a partir do desenvolvimento do conceito de mapa cognitivo, que seria responsável por dirigir o rato para o seu objetivo. Deve-se notar que o sistema conceitual mediacional de Tolman resgatava a função teleológica da cognição na solução de problemas. No contexto histórico, como um psicólogo interessado em desenvolver métodos mais alinhados às ciências naturais, Tolman pertencia à tradição behaviorista, mas, no contexto da psicologia contemporânea, sua abordagem ajusta-se à psicologia cognitiva (CHIESA, 2006). Nessa construção própria, é possível identificar elementos de duas abordagens distintas, a cognitiva e a behaviorista, abrindo caminho para a aceitação da terapia cognitivo-comportamental entre pesquisadores de tendência ao entendimento transdisciplinar e plural na área da psicologia clínica.

Duas décadas depois, a noção de processos mediacionais foi reforçada por Hull, que pretendia explicar processos cognitivos por meio de formulações matemáticas. Embora seus modelos mediacionais sejam diferentes daqueles de Tolman, a atribuição causal é a mesma, pois ambos os sistemas teóricos se referem a acontecimentos hipotéticos entre o estímulo e a resposta, em consonância com a psicologia cognitiva (CHIESA, 2006). Ao agirem para tentar melhorar o behaviorismo, retomando o estudo de processos cognitivos, Tolman e Hull deram importantes contribuições para preservar, na psicologia científica, o estudo do pensamento em um contexto histórico no qual o behaviorismo norte-americano de Watson e o aprimorado behaviorismo radical de Skinner faziam sérias objeções ao estudo da mente enquanto entidade abstrata.

No behaviorismo radical de Skinner, o pensamento continuou aceito como objeto de estudo, mas este não é considerado um evento da mente, trata-se de um comportamento do organismo como outro qualquer, embora encoberto. A introspecção volta a ser útil no estudo da subjetividade humana, mas tudo o que se passa no âmbito do mundo privado da pessoa é considerado comportamento, daí o termo "radical", porque tudo é comportamento: comportamento da pessoa, do organismo, do cérebro ou comportamento da célula. No behaviorismo "radical", o pensamento não determina o comportamento manifesto, porque tudo, pensamentos, sentimentos e comportamentos manifestos, são comportamentos determinados por eventos antecedentes e consequentes do ambiente (interno e externo). Desse modo, conforme Guimarães (2003), "as explicações sobre os fenômenos comportamentais devem ser feitas através de causas naturais, reais e passíveis de observação, ainda que só do próprio indivíduo que observa" (p. 61).

Skinner pretendia, assim, evitar a circularidade nas explicações psicológicas e os conceitos abstratos que mostram ser vazios quando colocados sob rigoroso questionamento. Reconhecia que os estados e conteúdo da mente são determinados pelos mesmos eventos do ambiente que determinam o comportamento manifesto ou aberto, de maneira que não se pode tomar a consequência (pensamentos, sentimentos) pela causa. Afirmar que pensamentos e sentimentos causam o comportamento aberto implicaria em desviar a atenção dos reais determinantes do comportamento constituídos pelas contingências (estado do organismo, evento antecedente e evento consequente) do ambiente. Para a psicologia produzir conhecimentos seguros, segundo Skinner, o psicólogo deveria seguir o princípio da pragmática e o princípio da parcimônia, "quando menos é mais".

O behaviorismo radical de Skinner, embora muito bem fundamentado filosófica e empiricamente, foi fortemente contestado pelos estudiosos do pensamento. Conforme descrevem Vasconcellos e Vasconcellos (2007), a ruptura com os principais postulados behavioristas ocorreu no final da década de cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Em setembro de 1956, um importante simpósio sobre teoria de informação ocorreu no Instituto Massachusetts de Tecnologia, reunindo pesquisadores como Noam Chomsky, George Miller, Allen Newell e Herbert Simon. As ideias que passaram a ser amplamente difundidas a partir dessa época, juntamente com seus impactos sobre o estudo do pensamento, acabaram por ser designadas de "revolução cognitiva".

Os estudos sobre o pensamento eram ainda incipientes, mas puderam mostrar que, em muitos casos, seria possível submetê-lo à análise experimental. No cerne desse amplo conjunto de pesquisas, estava a ideia de que a mente poderia ser interpretada como um *software* específico rodando em um *hardware* específico. Em outras palavras, de acordo com essa perspectiva, a realidade dos fenômenos mentais não poderia ser reduzida às propriedades físicas do cérebro. Por fim, Vasconcellos e Vasconcellos (2007) concluem que essa ideia acabou por ter implicações epistemológicas e ontológicas no campo das ciências.

Nessa mesma época, contribuindo para a renovada tendência cognitiva de estudo do comportamento humano, as teorias de Albert Ellis e Aaron Beck dão um novo impulso ao desenvolvimento das psicoterapias (KNAPP, 2004). O comportamento manifesto e sua relação com o ambiente passa a ser explicado e trabalhado com ótimos resultados a partir da noção da mediação do pensamento ou de crenças, sendo a terapia beckiana a mais influente atualmente. A chamada revolução cognitiva contribuiu, assim, para validar a noção dualista ou dialética da existência da mente, como entidade abstrata diferenciada da dimensão material do organismo. A base filosófica que permite semelhante concepção de ser humano é aquela que combina pressupostos racionalistas e empiristas (NEUFELD; BRUST; STEIN, 2011).

Ao integrarem os pressupostos racionalistas e empiristas, muitos psicólogos cognitivos seguem, por definição, a epistemologia construtivista, acreditando que o sujeito é ativo na construção de suas cognições, organizando e estruturando conhecimento, teorias e hipóteses sobre a realidade (CASTAÑON, 2005). Segundo o mesmo autor, inspirado em Piaget e em Popper,

> "nossas teorias sobre a realidade são construídas por nós, e condicionam o nosso olhar e interpretação sobre ela. Condicionam, porém não determinam. Quando nos deparamos com um erro, ou seja, quando nossas teorias sobre a realidade são seguidamente contraditadas por observações que não se adaptam a elas, acabamos por modificar nossas teorias e representações do mundo de forma a adaptá-las à experiência. (...) Quando erramos, tropeçamos numa realidade que se revela independente de nossa mente. Assim, (...) apesar de nossas teorias não serem uma cópia do real nem terem sido produzidas por ele, mas sim pelo sujeito, elas são suas aproximações, e o objeto do conhecimento, apesar de não determinar nossas representações e teorias sobre ele, influencia o processo de suas construções pelo sujeito através da resistência que oferece algumas vezes em se comportar como nossas teorias esperam" (p. 46).

Por fim, na história do estudo da cognição humana, a literatura reconhece a influência de diferentes tendências epistemológicas, incluindo os trabalhos pioneiros da psicologia da Gestalt sobre o pensamento, que se desdobraram na matriz da fenomenologia e do existencialismo; as teorias que adotam princípios estruturalistas e organicistas relacionados à epistemologia racionalista, representadas por pensadores como Piaget; e a psicologia cognitiva experimental, com pressupostos de uma epistemologia pragmática empirista, que tem a teoria do processamento da informação como a mais difundida e o behaviorismo metodológico como antecessor direto (NEUFELD *et al.*, 2011).

Assim, a terapia cognitivo-comportamental é um tipo de terapia cognitiva, alinhada a uma filosofia geral construtivista (FERREIRA; ABREU, 1998), que convenientemente adota alguns modelos conceituais (exemplo: condicionamento operante) e algumas técnicas (exemplo: dessensibilização sistemática) da terapia comportamental, mas com uma história relativamente independente dela. O viés epistemológico construtivista da terapia cognitivo-comportamental explica a tolerância à visão plural de tendência integrativa.

O quadro abaixo ilustra algumas diferenças e semelhanças fundamentais entre o behaviorismo metodológico, o behaviorismo radical e a abordagem cognitiva enquanto abordagens teóricas da psicologia científica.

Quadro 1 – Algumas diferenças e semelhanças fundamentais entre abordagens

Características da Abordagem	Behaviorismo Metodológico de Watson	Behaviorismo Radical de Skinner	Cognitiva
Estuda o comportamento humano?	Sim	Sim	Sim
Estuda a subjetividade humana?	Não	Sim	Sim
Aceita a existência da mente?	Sim	Não	Sim

5. ESTUDO DA COGNIÇÃO NO TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

À medida que as terapias cognitiva e comportamental se desenvolvem, de maneira independente, mas relacionado a elas, o estudo das habilidades sociais no campo da saúde e da psicoterapia foi se consolidando. O campo das habilidades sociais não é tão bem definido como a abordagem filosófica da terapia cognitiva e da terapia comportamental, mas tem como uma de suas características a integração transdisciplinar de concepções teóricas e técnicas de diferentes abordagens terapêuticas e de diferentes áreas do conhecimento, desde que compatíveis entre si ou funcionais no sentido da utilidade. O objetivo geral desse campo é estudar a relação entre as habilidades sociais e a qualidade das relações interpessoais e seus efeitos sobre as pessoas, englobando diferentes setores da vida (cognitivo, afetivo, fisiológico, social, da saúde, do trabalho, da aprendizagem, do desenvolvimento, entre outros).

O campo das habilidades sociais é pluralista e, por isso, permeável ao estudo do pensamento, dos processos cognitivos, da subjetividade e até mesmo da mente, apesar do

grande rigor metodológico trazido a esse campo pelos adeptos da análise experimental. Assim como a terapia cognitivo-comportamental existe de maneira figuradamente híbrida, conforme o exposto acima, o campo de estudo das habilidades sociais também oferece uma base de conhecimentos científicos e filosóficos acumulados em bases transdisciplinares que podem ser sistematizadas para fazer a construção de referenciais próprios do THS, independentemente de fidelidade com o behaviorismo ou o cognitivismo. Pode ser observado que terapeutas geralmente optam pela abordagem comportamental, cognitiva ou cognitivo-comportamental para estruturar intervenções do THS. Dessa maneira, à sombra dessas três terapias relevantes, ficou pouco divulgado que, ao longo do desenvolvimento do THS, o estudo das habilidades sociais recebeu grande influência do cognitivismo em suas diferentes formas e ainda acrescido com elementos do humanismo, que por sua vez engloba elementos da fenomenologia e do existencialismo.

6. HABILIDADES SOCIAIS E PROCESSOS COGNITIVOS

O cognitivismo, segundo Castañon (2007), é o movimento de estudo que constitui a psicologia cognitiva enquanto ciência, tendo como destaque nas pesquisas o estudo da consciência, crenças, esquemas, símbolos, imagens, ideias, subordinação das emoções à cognição, processos cognitivos automáticos, processos cognitivos superiores na criação de sentidos, e de estudo de regras de processamento da informação que, existindo na mente da pessoa, condicionam o seu comportamento manifesto. Nas palavras de Mayer (1977), "o argumento cognitivo (...) é que o comportamento é meramente a manifestação ou resultado do pensamento e, portanto, as definições psicológicas devem ser firmemente amarradas aos mecanismos subjacentes ao comportamento" (p. 12). Assim sendo, as habilidades sociais são vistas sob a ótica do cognitivismo como o resultado do pensamento socialmente habilidoso subjacente. Alguns comportamentos sociais são diretamente dependentes do processamento cognitivo, como as estratégias de solução de problemas sociais (MATOS, 2005). Contudo, os processos internos cognitivos, como o pensamento na mente, deduzidos do comportamento, devem ser capazes de gerar predições estáveis para serem admitidos como científicos pela psicologia cognitiva (MAYER, 1977).

No estudo das relações interpessoais pela abordagem cognitiva, e seguindo as premissas do processamento da informação, fica viável compreender e descrever as possíveis associações entre cognição social e habilidades sociais. Na interação entre organismo biológico e cultura, ocorre a mediação de processos cognitivos da percepção social, que se manifesta pela qualidade da comunicação verbal e da não verbal.

A comunicação verbal e a comunicação não verbal permitem a existência das relações interpessoais, ocorrendo pela mediação cognitiva cujas regras de processamento da informação são inferidas a partir da qualidade da interação social. Segundo Argyle (1976), nas relações interpessoais, a percepção social tem bastante influência sobre as habilidades sociais e envolve o processamento de informações sociais: "entre a percepção de pistas físicas e as interpretações que são feitas de outras pessoas se situam vários processos cognitivos" (p. 183). Conforme explicação proposta por McFall (1982), existem três etapas no processamento da informação social: *decodificação* (recepção, percepção, interpretação), *decisão* (imagina possíveis alternativas de respostas, testa, seleciona, busca resposta no repertório, avalia a utilidade da resposta) e *codificação* (execução e automonitoramento). Cada uma das três etapas é considerada necessária, porém não suficiente para a resposta socialmente competente, sendo, portanto, uma complementar

à outra, recebendo a influência da história de vida e das limitações físicas do indivíduo (MCFALL, 1982).

Para o autor, as etapas do processamento da informação são três: primeiramente, a informação do ambiente é recebida pelos sentidos, percebida e interpretada pelo indivíduo. Falhas nessa etapa prejudicarão o processamento da informação como um todo e, por outro lado, se um indivíduo decodificar adequadamente os sinais do ambiente, terá um desempenho socialmente competente, desde que problemas não ocorram no funcionamento das próximas etapas. Na etapa da decisão, o indivíduo faz um levantamento sobre os comportamentos que cumpririam as exigências de dada situação social, testa mentalmente quais seriam os mais adequados para a consecução de uma tarefa, seleciona o melhor comportamento para a situação, faz uma busca desse comportamento escolhido no seu repertório social e avalia a utilidade de sua emissão. Na terceira etapa, a de codificação, o comportamento escolhido é executado, transformando os processos cognitivos em ação motora e estabelecendo contínuas autoavaliações sobre a influência desse comportamento no ambiente, retroalimentando o processamento por meio de novas decodificações.

Nesse modelo teórico, o componente da percepção social proposto por McFall (1982), além de exercer influência na primeira parte da etapa do processamento da informação social, precedendo os demais processos cognitivos, exerce também influência sobre as demais etapas. A percepção social faz parte de todo o processo de automonitoramento, que retroalimenta o processamento da informação social, participando, portanto, tanto da captação dos estímulos ambientais quanto da adequação da resposta social à situação, à semelhança do que postulou anteriormente Argyle (1976), em seu Modelo de Habilidade Social: durante a interação social, duas pessoas se comunicam ajustando, o tempo todo, seu desempenho social àquilo que cada uma "capta" da outra, permitindo a adequação do comportamento à demanda, o respeito ao outro e o sucesso do encontro.

No processamento da informação, entre o estímulo (*input*) e a resposta (*output*), existe a mediação de regras inconscientes de organização, bem como existem processos automáticos subconscientes de atribuição de significado, que transformam a informação recebida (CASTAÑON, 2007). Como o significado elaborado ativa a estratégia de adaptação, que é a resposta ao estímulo, na psicologia cognitiva há a premissa de que não é o fato que provoca a emoção, mas nossa interpretação sobre ele. Dessa maneira, entre o estímulo e a resposta, existe o organismo, ou um Eu, que processa e gerencia a informação por meio da mente. A mente é um processador de símbolos (CASTAÑON, 2007), especializada em pensar rumo à solução de problemas, o que explica a tendência humana de ficar "ruminando" coisas em pensamento.

O THS está inserido nesse contexto, como um recurso terapêutico cognitivo na direção de transformar e usar a mente como uma ferramenta para fazer com que os pensamentos sejam mais congruentes com a regra daquilo que é considerado socialmente habilidoso e saudável. No lugar de ficar "ruminando" coisas negativas ou de sofrer por excesso de planejamentos mentais frequentemente pouco eficazes, o THS ensina a pessoa a substituir na mente os problemas pelas suas soluções com resultados mais eficazes e mais satisfatórios, fazendo uso de regras de pensamento socialmente habilidoso.

As habilidades sociais são classes mais amplas de comportamento socialmente habilidoso, tais como habilidades sociais assertivas ou habilidades sociais de civilidade. O comportamento socialmente habilidoso, conforme Caballo (2003), é um "conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo em um contexto interpessoal que expressa

sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos desse indivíduo de modo adequado à situação, respeitando esses comportamentos nos demais, e que geralmente resolve os problemas imediatos da situação enquanto minimiza a probabilidade de futuros problemas" (p. 6). Na abordagem cognitiva, o caminho do "pensamento socialmente habilidoso" é a ativação da consciência (*self-awareness*), voltando o foco da atenção para dentro de si mesmo, na intenção de comparar o comportamento atual com um padrão comportamental melhorado, que é um valor saliente. O potencial resultado dessa autoanálise comparativa é a tendência de alterar o comportamento atual para que seja mais congruente com o modelo, o alvo, por autorregulação (INZLICHT *et al.*, 2021).

Assim, o THS se fundamenta numa sucessão de ações teleológicas guiadas pelo pensamento com suas regras, de modo que o comportamento interpessoal atual assume gradativamente as características de habilidades sociais à medida que a pessoa conscientemente persegue, em pensamento, o valor apreendido de agir de maneira socialmente habilidosa (o meio), enquanto trabalha para resolver ou minimizar problemas e alcançar suas metas de vida importantes (o fim). Dessa forma, fica bastante clara a centralidade da *cognição social e moral* nesse enquadre cognitivista das habilidades sociais, bem como a função teleológica delas na solução de problemas.

O comportamento socialmente habilidoso é construído pela pessoa, pelo Eu, ao observar modelos sociais prontos e explícitos, como é comum no ambiente natural e no treino comportamental em consultório clínico. Mas esses modelos às vezes são escassos na experiência de alguém, podendo, então, ser construídos em pensamento pela consciência criativa, por meio da lógica, da razão e da imaginação a serviço do bem-estar pessoal e coletivo. Isso requer, na prática, pensar na regra moral (bom ou ruim) de renunciar à passividade omissa e à atividade agressiva e pensar em formas mais adequadas e civilizadas de se comunicar para solucionar problemas. Esse caminho do THS pode ser percorrido tanto para atingir metas concretas de sobrevivência (materiais e financeiras), como para outras metas mais abstratas, de caráter humanizador (viver guiado pela realização de valores humanos) como fazem os humanistas ou buscadores da paz, da empatia, da compaixão, da liberdade e do bem-estar geral.

7. HABILIDADES SOCIAIS, COGNIÇÃO E HUMANISMO

A filosofia humanista tem como premissa básica que toda pessoa possui no seu mundo interior uma essência moralmente boa. E o desafio maior da vida é construir um Eu capaz de revelar essa essência escondida e misteriosa em atitudes positivas para si e para os outros, apesar das tentativas de boicote representadas pelas dificuldades do mundo ordinário. Prevê que a vontade humana é inviolável e, seguindo a filósofa Edith Stein (SBERGA, 2021), isso significa que a pessoa está no centro da vontade, de maneira que viver a liberdade natural para ser quem realmente quer ser, no seu ritmo e com sua própria consciência, fazendo suas escolhas e respeitando as demais pessoas, inclui a apreensão de valores que motivam as ações. Pessoas humanistas geralmente são aquelas que buscam seu crescimento existencial enquanto também apoiam outras pessoas no movimento de autorrealização para si mesmo e para os outros. Elas também tendem a pensar que a medida de todas as coisas está dentro de si mesmas, na própria essência, que é acessada gradativamente pelo Eu que vivencia a ampliação da sua consciência.

No campo das habilidades sociais, como eixo filosófico, estão premissas do humanismo (BEDELL; LENNOX, 1997), isto é, acredita-se na capacidade do ser humano buscar

ativamente a autorrealização com alvos moralmente positivos. No THS, segundo os mesmos autores,

> "assume-se a capacidade inata da pessoa crescer e mudar. A mudança pode ser encorajada e apoiada pela influência externa de um programa de habilidades sociais. O treino de habilidades é baseado numa visão otimista da natureza humana e na colaboração positiva possível entre o conselheiro e o sujeito do tratamento. O terapeuta das habilidades sociais espera facilitar o crescimento positivo do indivíduo" (p. 11).

Às vezes, o ser humano precisa de ajuda para percorrer um trecho importante do percurso de sua realização pessoal. Isso pode ser providenciado pela psicoterapia com o uso do THS. Em momentos de dificuldade de seguir com o crescimento pessoal, em consequência de barreiras que surgem ao longo do caminho, o indivíduo então faz uma pausa para refletir sobre como está sendo impactado pela dificuldade, como está reagindo e como suas reações, às vezes já doentias, impactam outras pessoas. Ajudado pelo psicoterapeuta do THS, irá enfrentar as barreiras, administrando mais adequadamente suas relações interpessoais ao ser mais socialmente habilidoso. E, com isso, ao mesmo tempo em que é impulsionado pelo enquadre do THS na sua autorrealização pessoal, cuidará também da manutenção do bem-estar das pessoas com quem lida, convive e trabalha. A pessoa humanista não cresce sozinha, ela cresce promovendo também outras pessoas. Ela se empodera empoderando as pessoas em contato, de maneira que o THS aplicado à psicoterapia é, também, uma escola de humanismo com efeito multiplicador.

Nessa visão humanista, as relações interpessoais são a base fundamental do crescimento pessoal e social, podendo ser também fonte constante de conflitos e estresse, quando o ambiente contraria demais a direção do movimento de ampliação da consciência do Eu. Pessoas em interação levantam expectativas entre si que muitas vezes não são correspondidas e o resultado é a frequente frustração e raiva. Por esse motivo, equilibrar a autorrealização com a construção e preservação de vínculos sociais de qualidade positiva é uma forma de reduzir os conflitos interpessoais e favorecer a saúde. É preciso aprender como fazer isso e o THS pode ajudar. O comportamento socialmente habilidoso é naturalmente capaz de proporcionar esse equilíbrio pretendido. O papel do terapeuta do THS é apoiar pessoas na sua realização pessoal, auxiliando no planejamento do enfrentamento dos obstáculos que o ambiente e as limitações individuais impõem sobre a pessoa durante a busca de alvos significativos ou metas investidas de valor. Além disso, os valores humanos, comunicados pelo Eu com uso de habilidades sociais, podem ser tanto um fim quanto um meio para o manejo das relações interpessoais de maneira socialmente habilidosa.

Segundo Krüger (2015),

> "Valores fazem parte da estrutura da personalidade, influenciando-nos na avaliação que fazemos dos outros, de nós mesmos e dos fatos da cultura e da sociedade. Se dispusermos de liberdade suficiente para escolher, então decidimo-nos por rumos mais coerentes com os valores que se destacam na hierarquia axiológica que edificamos ao longo de nosso desenvolvimento. Nas interações sociais, a presença dos valores fica evidenciada pela linguagem empregada pelos participantes dessas relações, quando referem seus interesses e objetivos que desejam alcançar" (p. 166).

Uma pessoa que guia seu comportamento socialmente habilidoso para demonstrar cortesia (valor enquanto meio) numa negociação e, assim, favorecer o alcance de metas comerciais, também pode fazê-lo dessa forma socialmente habilidosa porque almeja se sentir mais humano sendo cortês (valor enquanto fim). O cliente ou paciente do THS é submetido a um conjunto de contingências onde aprende a ser agente ativo de sua autorrealização, o que requer o acionamento de processos cognitivos de reflexão, análise crítica, reconhecimento de valores pessoais e regras sociais, autoconhecimento e raciocínio lógico, juntamente com a empatia e outros aspectos afetivos envolvidos, o que justifica o desenvolvimento de enquadres cognitivos no manejo das habilidades sociais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve exposição teórica, foi possível delimitar a base de compreensão sobre o lugar epistemológico de um referencial do THS: o estudo da cognição humana e sua teleologia na solução de problemas, guiada pela regra que confere ao comportamento a qualidade humanista de ser socialmente habilidoso. O padrão socialmente habilidoso é aquele cujo comportamento se afasta da passividade e da agressividade numa situação específica e, por essa razão, otimiza a conquista de alvos pessoais significativos, incluindo o alvo de se autorrealizar na vivência da expressão de valores humanos apreendidos. Quando ativos no indivíduo, os valores humanos fazem parte de componentes cognitivos do processamento da informação, enquanto regras internalizadas para o pensamento e consequentemente para as ações. Dessa forma, podem ter grande influência na percepção social, na decisão, no uso de habilidades sociais e na autorrealização da pessoa.

O Eu individual apreende os valores humanos que passam a configurar a sua personalidade e a sua cognição. Esses valores afetam o processo de percepção social da pessoa, enquanto regras de elaboração individual que estão entre os *inputs* e os *outputs*, influenciando as suas relações interpessoais, a sua forma de enfrentamento diante do mundo e o seu comportamento socialmente habilidoso. Assim, a autorrealização da pessoa depende, em parte, da expressão desses valores internalizados que conferem ao Eu sua personalidade singular e seu lugar existencial no universo fenomenológico e simbólico, moral e social. Pelo THS, o uso de habilidades sociais favorece a expressão desses valores humanos e, consequentemente, a autorrealização da pessoa num sentido humanista. As habilidades sociais auxiliam a pessoa a se aproximar e alcançar o alvo de ser humanista ao realizar valores humanos durante as relações interpessoais, o que proporciona satisfação existencial.

Resultando de metodologias rigorosas de pesquisa na linha cognitivista e comportamental, o THS é em grande medida constituído de conceitos e técnicas da terapia cognitivo-comportamental. É, também, formado pelo entrelaçamento de valores filosóficos, sobretudo humanistas, caracterizando-se por um campo plural e transdisciplinar a serviço da solução de problemas interpessoais. E, quando o interesse de pesquisadores do THS recai nos aspectos fenomenológicos e existenciais da vivência de valores humanos, a interface com a abordagem cognitivista parece ser ampla o suficiente e, por isso, adequada e promissora, para estudos multi e interdisciplinares sobre as habilidades sociais na formação da pessoa, conforme foi discutido e demonstrado neste presente capítulo.

REFERÊNCIAS

[1] ARGYLE, M. **A interação social: relações interpessoais e comportamento social**. Trad.: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

[2] Bedell, Jeffrey R.; Lennox, Shelley S. **Handbook for communication and problem-solving skills training: A cognitive-behavioral approach.** New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

[3] CABALLO, Vicente E. Habilidades sociais: Quadro teórico. Em: _____. **Manual de Avaliação e Treinamento das Habilidades Sociais**. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003 p. 1-16.

[4] CASTAÑON, Gustavo Arja. Construtivismo e terapia cognitiva: questões epistemológicas. **Rev. bras.ter. cogn.,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-42, dez. 2005.

[5] CASTAÑON, Gustavo. **O que é cognitivismo: fundamentos filosóficos**. São Paulo: EPU, 2007.

[6] CHIESA, Mecca. **Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência**. Brasília-DF: Editora Celeiro/IBAC, 2006.

[7] FERREIRA, Ricardo Franklin; ABREU, Cristiano Nabuco de. **Psicoterapia e construtivismo: considerações teóricas e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

[8] GUIMARÃES, Rodrigo Pinto. Deixando o preconceito de lado e entendendo o Behaviorismo Radical. **Psicol. cienc. prof**., Brasília, v. 23, n. 3, p. 60-67, set. 2003.

[9] Inzlicht, M.; Werner, K. M.; Briskin, J. L.; Roberts, B. W. Integrating models of self-regulation. **Annual Review of Psychology**, *v. 72*, p. 319–345, 2021.

[10] KNAPP, Paulo. Princípios fundamentais da terapia cognitiva. Em: _____. (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental da prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 19-41.

[11] Krüger, Helmuth. A contribuição dos valores para a terapia cognitiva. **Psicologia e Saber Social**, v. 4, n. 2, p. 153–167, 2015.

[12] Matos, Margarida Gaspar de. Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola. Em: _____. (Org.). **Comunicação e gestão de conflitos na escola**. Cruz Quebrada: FMH Edições, 2005 p. 289-373.

[13] Mayer, Richard E. **Cognição e aprendizagem humana**. Trad.: Luiz Roberto S. S. Malta. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

[14] MCFALL, R. M. A review and reformulation of the concept of social skills. **Behavioral Assessment**, v. 4, p. 1-33, 1982.

[15] NEUFELD, Carmem Beatriz; BRUST, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental. **Psic.: Teor. e Pesq**., Brasília, v. 27, n. 1, p. 103-112, mar. 2011.

[16] ROZESTRATEN, Reinier Johannes Antonius. As tentativas dos cognitivistas pioneiros. **Estud. psicol. (Natal),** Natal, v. 9, n. 1, p. 5-15, abr. 2004.

[17] Sberga, Adair A. **Fundamentos da antropologia filosófica e pedagógica de Edith Stein**. São Paulo: Paulus, 2021.

[18] VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; VASCONCELLOS, Cristiane Teresinha de Deus Virgili. Uma análise das duas revoluções cognitivas. **Psicol. estud**., Maringá, v. 12, n. 2, p. 385-391, ago. 2007.

Leitura crítica e revisão linguística de: Luciano Alves Bezerra, Bacharel em Letras (UNESP/Assis-SP). Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC/São Paulo-SP). Professor da Faculdade Cultura Inglesa, São Paulo-SP. E-mail: lucalbe@yahoo.com.br .

Capítulo 10

A experiência de regulamentação da Cannabis na Colômbia: lições para a criação de políticas públicas para a Cannabis no Brasil

Carlos Eduardo Araújo
César Albenes de Mendonça Cruz

Resumo: **Introdução**: A Cannabis sativa L. foi domesticada pela humanidade durante milênios. A proibição ao uso de drogas teve início no século XX e se intensificou a partir de 1970, com a política de guerra às drogas implantada pelos Estados Unidos. Na última década a evidência científica aponta que a proibição deve ser substituída por modelos regulatórios enfocados em saúde pública e direitos humanos, distanciando-se de julgamentos moralistas. Além disso, a criação de políticas públicas para Cannabis no Brasil poderá se beneficiar da experiência regulatória da Cannabis da Colômbia, por se tratar de países que compartilham realidades sociais, desafios e objetivos equivalentes. **Objetivo**: Descrever o processo histórico de regulamentação da Cannabis na Colômbia, identificando resultados úteis para a regulação da Cannabis no Brasil. **Método**: foram adotados dois referenciais teóricos iniciais: a série Cannabis Legal(1) e o livro El boom de la marihuana(2) e a pesquisa ainda contou com reports de organizações internacionais dedicadas à pesquisa de políticas de drogas baseadas em evidências e com conversas pessoais com pessoas relevantes para o processo de regulamentação da Colômbia. **Resultados**: apesar de contar com uma legislação abrangente, a Colômbia tem falhado em atingir os principais objetivos da regulamentação da Cannabis, pois não garantiu o amplo acesso da população aos tratamentos com cannabis e seus derivados, além de seguir alijando as comunidades tradicionais de maior participação no sistema produtivo farmacêutico. **Conclusões**: o Brasil pode se beneficiar das lições aprendidas com os êxitos e fracassos da Colômbia, especialmente se promover a descriminalização do uso e porte e regular o acesso seguro à cannabis, privilegiando a participação de comunidades tradicionais no sistema produtivo e de distribuição da planta e seus derivados.

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XX a criminalização das drogas provocou violência, estigmatização, deslocamentos populacionais e danos ambientais, afetando principalmente as populações mais marginalizadas e empobrecidas, tanto de países produtores, quanto de consumidores(1), principalmente a partir do ano de 1978, quando a "campanha das duas penínsulas", na Colômbia, inaugurou a guerra às drogas na América do Sul(2).

A evidência disponível indica que a proibição das drogas é uma estratégia equivocada e que os debates qualificados não giram mais em torno de regular, ou não, mas de como se deve regular a Cannabis(3). Nos Estados Unidos, patrocinador histórico da guerra às drogas, 38 estados, 3 territórios e o Distrito de Columbia já autorizavam o uso de produtos de Cannabis para fins medicinais em abril de 2023 e, em junho do mesmo ano, 23 estados, dois territórios e o Distrito de Columbia já tinham adotado medidas para regular o uso adulto da planta. Apesar disso a Cannabis segue proibida em nível federal(4).

Além disso diversos países com altos índices de desenvolvimento têm implantado seus próprios modelos regulatórios para a Cannabis, entre eles: Holanda, Canadá, Austrália, Luxemburgo, Israel e, mais recentemente, Alemanha. Na América Latina, o Uruguai iniciou este movimento regulatório em 2013, seguido pela Colômbia, México, Equador, Peru, Paraguai e, mais recentemente, Argentina. Contudo, no Brasil o cultivo, porte e uso da Cannabis permanecem proibidos e o uso de produtos da Cannabis para fins medicinais ainda segue limitado a produtos industrializados, na maioria importados e com custo inibitório para a maioria da população. O óleo com canabidiol, uma das principais moléculas extraídas da Cannabis, pode custar mais de R$ 2.700,00 nas farmácias(5).

No Brasil o debate sobre a questão das drogas segue contaminado por moralismo e por um tratamento policial(6). Porém, nos últimos anos a pesquisa científica tem evidenciado as falhas e riscos da proibição, cujos resultados afetam desproporcionalmente a jovens, a portadores de transtornos mentais e a minorias étnicas, o que tem justificado a adoção de políticas públicas baseadas em evidências que priorizam saúde e direitos humanos(7, 8). O processo de formulação de políticas públicas para Cannabis envolve inevitáveis compensações entre os objetivos de maximizar os benefícios de sua utilização e de minimizar seus riscos(9). Esta pesquisa assume a premissa de que Brasil e Colômbia possuem desafios e objetivos (históricos, econômicos, sociais e de saúde pública) comparáveis, razão pela qual os resultados da pesquisa poderão contribuir para a regulação da Cannabis baseada em evidências no Brasil. Por isso o presente artigo traça um panorama histórico do cultivo e utilização da Cannabis na Colômbia, partindo das evidências de sua introdução no país e de sua incorporação aos conhecimentos tradicionais de povos originários, a "*bonanza marimbera"*, as políticas de extermínio de cultivos e populações pela guerra às drogas, passando pelos acordos de paz e chegando à regulamentação da indústria da Cannabis para uso medicinal, a partir de 2016. Oxalá contribua com o debate sobre a regulação da Cannabis no Brasil, sob um enfoque científico para promoção dos direitos humanos, da saúde pública e da proteção de pessoas mais vulneráveis ao abuso de drogas: jovens e portadores de transtornos mentais(10).

2. MÉTODO

Trata-se de revisão bibliográfica, análise e crítica do modelo de ressignificação da política de drogas desenvolvido pela Colômbia. A coleta de material de pesquisa adotou dois referenciais de partida: a série "Cannabis Legal: Evolución normativa de la indústria para

usos médicos y científicos en Colombia"(1) e o livro "El boom de la marihuana"(2). Também foram consultados *reports* de organizações internacionais dedicadas à promoção de políticas de drogas baseadas em evidências, reportagens e artigos científicos citados em conversas com profissionais envolvidos diretamente com a pesquisa e desenvolvimento de políticas públicas para Cannabis na Colômbia[1].

3. DISCUSSÃO

3.1. INTRODUÇÃO DA CANNABIS NAS AMÉRICAS E O CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO CONSUMO DA PLANTA

A Cannabis sativa L., conhecida popularmente, no Brasil, como maconha e marijuana ou marihuana (América Latina), é uma planta exótica nas Américas. Uma vasta região que vai desde a Ásia Ocidental, passando pela Ásia Central até o Norte da China, tem sido frequentemente sugerida como a origem do cultivo da planta(11).

As evidências disponíveis apontam que a chegada da Cannabis na América do Sul ocorreu no período colonial. Na Colômbia, os relatos de 1607, 1610, 1632 e 1789, expostos por Patridge, (1975) mostram que houve várias tentativas fracassadas de criar uma indústria de cânhamo para produção local de cordame para a frota espanhola(1).

Durante cerca de quatro séculos os usos culturais, medicinais e religiosos da Cannabis foram valorizados em todo o mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Cannabis foi amplamente utilizada como medicamento durante o século 19 e início do século 20 e teve usos descritos pela primeira vez na Farmacopeia, no ano de 1850(12).

Na Colômbia a Cannabis foi incorporada aos usos próprios de diversos povos originários mediante trocas comunitárias, o que levou a que várias comunidades indígenas reclamassem o cultivo e os usos medicinais, alimentícios e rituais da Cannabis como parte de seus conhecimentos tradicionais(1):

> "Estas práticas parecem centrar-se sobretudo nos usos medicinais e alimentícios da planta, particularmente para aplicações tópicas ou ingestão. Para a comunidade de Los Pastos – localizados no sul da Colômbia e no norte do Equador – e dos Misak – majoritariamente localizados no departamento de Cauca – a Cannabis é considerada uma de suas plantas medicinais. Para os Arhucos, os Kankuamos, os Wiwas e os Kogui, a Cannabis é uma das variedades de plantas que foram incorporadas para seus usos próprios mediante processos de intercâmbio comunitário (FAO y DPS, 2015); isso levou a que várias comunidades indígenas colombiana reclamassem o cultivo e os usos medicinais, alimentícios e rituais da Cannabis como parte de seus 'conhecimentos tradicionais'." (tradução livre do espanhol).

[1] Agradecimentos ao Dr. Guilhermo Rivera (Embaixador da Colômbia no Brasil), Pablo Zuleta (CESED), Jaime Arteaga e Monica Hoyos (OCIC), Diego Navarro (ASOCOLCANNA), Raul Buriticá, Efrain Lopes.

3.2. A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA E O *BOOM DE LA MARIHUANA*

As primeiras medidas restritivas ao consumo de Cannabis na Colômbia tiveram lugar em 1928, mas foi a partir de 1939 que se proibiu o cultivo da planta na Colômbia, dois anos depois da proibição nos Estados Unidos, imposta por meio da *Marijuana Tax Act*, de 1937.

A história mundial da proibição da Cannabis e de outras plantas e substâncias psicoativas (SPA) está, diretamente, relacionada com a política externa dos Estados Unidos, país protagonista na formulação dos acordos internacionais para a fiscalização de drogas. Estes acordos consignam as classificações e as linhas de regulamentação para que os países restringissem tanto o consumo como a produção de SPA(1).

Mirando o processo de criminalização das drogas no Brasil, Luísa Saad(13) consigna que a transformação do uso de drogas psicoativas em "problema social" foi cercada de fatores que não podem ser isolados uns dos outros, sejam eles religiosos, políticos, econômicos ou morais. De maneira análoga, na década de 1930 a Colômbia gestava um processo de modernização agrária e de reorganização de forças políticas, que redefiniram o caráter nacional a partir da influência política e econômica dos Estados Unidos, que buscavam impor um modelo civilizatório (proibicionista) aos países da América Latina, que fosse mais conformado a seus desígnios imperialistas(2).

Nas décadas seguintes à proibição, a perseguição dos cultivadores e dos consumidores de Cannabis na Colômbia foi se intensificando progressivamente num contexto em que as elites do país, de um lado, viam o consumo de drogas e de álcool como um problema social, cultural e racial e os norte-americanos, por outro lado, temiam a proliferação de narcóticos provenientes do México e da bacia do Caribe.

A partir dos anos 1960 a Santa Marta Gold, variedade de Cannabis exportada a partir do antigo Magdalena Grande para os Estados Unidos, tornou-se o novo "El Dorado" para compradores norte-americanos, elites locais e classe média colombianas, que se beneficiaram da transição de um simples contrabando para um setor exportador, cuja fonte de dinamismo residia nos setores mais populares, que tiveram êxito em adaptar um cultivo tradicional a um sistema produtivo e comercial(1).

Do ponto de vista interno, o "*boom de la marihuana*" foi uma mistura explosiva de condições naturais e contradições históricas, produto de modelos econômicos e políticos, de reformas e de lutas sociais, e de novas visões de mundo e de identidade, relata Brito (2021). Do ponto de vista externo, a *bonanza marimbera* ofereceu uma oportunidade única para reafirmar a colaboração entre os Governos dos Estados Unidos e a Colômbia, para *"inaugurar um laboratório que serviria para construir um novo tipo de "inimigo interno" e para expandir as burocracias militares, combinando esforços contra a insurgência e contra os narcóticos"*(2).

3.3. A GUERRA ÀS DROGAS NA AMÉRICA DO SUL: DA CAMPANHA DAS DUAS PENÍNSULAS AOS ACORDOS DE PAZ

A partir da fase de liberação pessoal e social que em todo o mundo nas décadas de 1960 e 1970, as drogas ilícitas, que até então se limitavam a pequenas subculturas de sociedade alta, baixa e marginal, "espalharam-se, não só como um gesto de rebelião, pois as sensações que elas tornavam possíveis podiam ser atração suficiente"(14):

> "o uso de drogas era por definição uma atividade proscrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais, a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco, tornava o fumá-la (tipicamente uma atividade social) não apenas um ato de desafio, mas de superioridade em relação aos que a proibiam. Nas loucas praias dos anos 60 americanos, onde se reuniam os fãs de rock e estudantes radicais, o limite entre ficar drogado e erguer barricadas muitas vezes parecia difuso"

Os setores políticos mais conservadores norte-americanos encontraram na política de intervenção militar e ideológica nos países produtores de drogas a solução mais coerente para dissimular a crise interna de legitimação da autoridade, que começou com o escândalo Watergate e se intensificou com a derrota vexatória no Vietnam. Assim os Estados Unidos lançaram mão de "uma concepção fundamental de América e do mundo, segundo a qual os fracassos domésticos se explicam melhor em termos de causas externas" (2).

O declive da produção e exportação da *marihuana* começou com as estratégias de criminalização de produtores e traficantes e através da militarização dos territórios em que estes atores empreendiam suas atividades, por meio da campanha das Duas Penínsulas, lançadas em Guajira e na Serra Nevada de Santa Marta, em 1978(1,2), quando o governo nacional deu início à erradicação de cultivos, através da borrifação aérea do veneno *paraquat*, um herbicida que, além de Cannabis e de coca, destruía os cultivos de banana, milho, mandioca, pastagens, árvores frutíferas e os militares roubavam as criações de gado, porcos, cabras e galinhas dos campesinos(1).

Se, por um lado, a política de erradicação dos cultivos ilegais relegou ao cultivo da Cannabis um papel marginal nas décadas de 1980 e 1990, de outro lado provocou o embrutecimento dos cartéis de cocaína. A escalada da violência vitimou milhares de policiais, militares, traficantes e, majoritariamente, a população civil da Colômbia e não impediu que o consumo de drogas nos Estados Unidos aumentasse ano após ano. Apesar de toda a violência empregada, o consumo mundial de drogas não se reduziu e se verificou um notório aumento das taxas de homicídio nas zonas onde se realizou a substituição de cultivos (15).

Foi neste contexto de guerra contra o narcotráfico, convertida no ponto chave da diplomacia entre Colômbia e Estados Unidos, que se promulgou a Lei 30 de 1986, conhecida como "Estatuto Nacional de Entorpecentes". Através desta lei a produção, fabricação, exportação, distribuição, comércio e porte de entorpecentes passou ao controle do Estado, com fins exclusivamente médicos e científicos (1), enquanto o porte de drogas seguia punível com prisão.

O início do processo de ressignificação das políticas públicas para drogas na Colômbia teve início em 1994, com a sentença C-221/94 da Corte Constitucional(16), que descriminalizou o porte e uso da dose mínima de drogas estabelecido pela Lei 30 de 1986(17). O discurso de Carlos Gaviria Díaz para a promulgação desta sentença fez da Colômbia um país pioneiro ao estabelecer um marco jurídico alternativo à proibição das drogas, por reconhecer que esta política vulnera o direito fundamental do livre

desenvolvimento da personalidade, estabelecendo as seguintes diretrizes para uma mudança na política de drogas:[2](16):

> 1. A internação compulsória de usuários de drogas viola o livre desenvolvimento da personalidade, pois interfere indevidamente na esfera de autodeterminação do indivíduo em relação a seu tratamento de saúde, além de conter uma discriminação inadmissível entre usuários com poder econômico e usuários carentes;
>
> 2. Reconhecer e garantir o livre desenvolvimento da personalidade, mas fixando-lhe como limites o capricho do legislador é um truque ilusório para negar o que se afirma. Equivale a dizer: "você é livre para escolher, mas apenas para escolher o que é bom, segundo o que o Estado considera bom".

Como parte de uma política nacional de ressignificação da política de violência, em 2016 o Governo da Colômbia firmou um Acordo de Paz para colocar fim ao conflito armado com as FARC, que durou mais de 50 anos. Estes acordos previram um plano de desenvolvimento agrário integral, com acesso a terras e serviços e uma estrutura de substituição sustentável dos cultivos ilegais[3]. O Acordo de Paz é relevante para a produção e consumo de Cannabis porque gerou expectativas sobre proteção e reconhecimento dos usos tradicionais e alternativos(1).

3.4. REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DE CANNABIS MEDICINAL

A Lei 30 de 1986 foi regulamentada pelo Decreto 2467 de 2015(18), sob cuja vigência se expediram as primeiras licenças para Cannabis na Colômbia. Porém foi através da Lei 1787 de 2016(19), regulamentada pelo Decreto 613 de 2017(20), que se estabeleceram as bases para a criação da indústria de Cannabis medicinal e que se definiram os requisitos para expedição de licenças para Cannabis na Colômbia. O Estado colombiano estruturou o sistema produtivo de Cannabis a partir de licenças para o cultivo, fabricação, comercialização, pesquisa e exportação de sementes, flores e derivados da planta, sendo necessário obter cotas específicas para Cannabis com teor psicoativo[4].

Apesar de apresentar semelhança com o que se passou em diversas jurisdições ao redor do mundo, em que o movimento para legalizar a Cannabis medicinal teve origem na pressão e judicialização promovida por pacientes que se alcançaram benefício clínico com seu uso (12), a evolução da regulamentação da planta na Colômbia se deve, principalmente, ao papel que a indústria tem exercido junto ao Governo da Colômbia e que incentivou a edição do Decreto 811 de 2011(21), regulamentado pela Resolução 227 de 2022(22), por meio dos quais foram estabelecidas as condições para o uso industrial

[2] Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 22 - Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.
Constituição da Colômbia de 1991: "Artículo 16. Todas las personas tienen derecho al libre desarrollo de su personalidad sin más limitaciones que las que imponen los derechos de los demás y el orden jurídico."

[3] https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/cartillaabcdelacuerdofinal2.pdf

[4] Decreto 811 de 23 de Julho de 2021. Art. 2.8.11.1.3 – "9. Cannabis psicoativo: Topos, floridos ou com fruto da planta de Cannabis, com exceção das sementes e das folhas não unidas aos topos, das quais não se extrai resina, qualquer que seja o nome com que se as designe, cujo conteúdo de tetrahidrocannabinol (THC) seja igual ou superior a 1% em peso seco, incluindo seus isômeros, sais e formas ácidas.

do componente vegetal da Cannabis (folhas, talos ou grãos) e derivados não-psicoativos.

Contudo os principais objetivos da regulamentação da Cannabis na Colômbia ainda não foram alcançados, sob o ponto de vista da saúde pública e de direitos humanos.

Efrain López(23) observa que "*o elemento crucial da regulação, o paciente, tem sofrido com o fracasso da indústria. No mercado local só é possível encontrar fórmulas magistrais e apenas um medicamento fabricado na Colômbia para o tratamento das Síndromes de Dravet e Lenox-Gastaut, sob prescrição médica*".

Além disso as comunidades campesinas, tradicionais produtoras de Cannabis na Colômbia, não foram inseridas no mecanismo produtivo da indústria farmacêutica. Os principais gargalos são a complexidade regulatória para obter e manter ativas licenças e cotas para produção de Cannabis psicoativo, além dos complexos e custosos padrões de cultivo e produção exigidos pelas farmacopeias europeia, alemã e australiana, principais mercados para a produção de Cannabis da Colômbia.

Por outro lado, ainda não se tornou possível a elaboração de alimentos, bebidas, bebidas alcoólicas e suplementos alimentares[5] com derivados de Cannabis, pois o Ministério da Saúde e Proteção Social ainda não regulamentou a porcentagem de canabidiol (CBD) para estes produtos(23).

Apesar de se terem passado mais de 7 anos desde que a regulação da Cannabis para fins medicinais foi publicada na Colômbia, o acesso de pacientes a produtos de Cannabis para uso medicinal segue restrito às fórmulas magistrais e apenas 4% dos médicos se declaram muito preparados para responder às perguntas dos pacientes sobre o uso medicinal de Cannabis(24).

Durante o 4º Foro Asocolcanna, evento realizado em Bogotá, em novembro de 2022, pela Asociación Colombiana de Industrias de Cannabis, diversas lideranças indígenas e campesinas exortaram o governo e a sociedade civil a promoverem a regulação do mercado de Cannabis para uso adulto na Colômbia, como uma maneira de facilitar o acesso dessas comunidades ao mercado de consumo da planta e de seus derivados, bem como garantir a substituição de cultivos ilícitos por pequenas unidades produtivas familiares.

Em 2023 o Congresso da Colômbia levou a debates um ato legislativo que visava modificar o artigo 49 da Constituição Política do país(25), buscando regularizar a Cannabis para uso adulto. Esta medida tinha como objetivo frear o encarceramento em massa decorrente da criminalização, bem como dinamizar o mercado interno da planta, que poderia absorver a produção de populações campesinas tradicionais, que não possuem capacitação e investimento para acessar o altamente regulado mercado medicinal. Apesar do apoio popular, referido ato legislativo não alcançou o número de votos suficiente para promover a mudança constitucional almejada.

4. CONCLUSÕES

Existe um consenso de que o sistema regulatório para Cannabis da Colômbia é um dos mais completos do mundo, mas que não alcançou os seus principais objetivos, como garantir o amplo acesso dos pacientes aos produtos medicinais, bem como promover a substituição de cultivos ilegais e integrar as comunidades campesinas tradicionais ao

[5] https://procolombia.co/publicaciones/abc-de-la-industria-del-cannabis-en-colombia

circuito de cultivo, produção e fabricação e comercialização legal da Cannabis e de seus derivados.

Os altos custos e a burocracia para obtenção de licenças e cotas, a carência de evidências sobre a segurança e eficácia dos produtos de Cannabis, a limitação de possibilidades para prescrição a uma reduzida gama de condições clínicas, assim como a inexistência de um mercado de uso adulto e a incipiência do mercado interno para finalidade medicinal e científica são os principais entraves ao desenvolvimento de uma indústria que atraiu investimentos da ordem de centenas de milhões de dólares (especialmente canadenses), mas que hoje patina e perde espaço no cenário mundial.

A análise pormenorizada da legislação que regulamenta a indústria da Cannabis na Colômbia será objeto de futuros artigos, nos quais se buscará compreender as principais ferramentas e métodos empregados, assim como seus resultados. A pesquisa realizada até o momento indica que o Brasil deverá observar os seguintes aprendizados da experiência Colombiana, para construir uma regulação mais efetiva do ponto de vista da saúde pública e mais inclusiva do ponto de vista das comunidades tradicionais:

- A regulação deve focar, antes de tudo, em garantir a segurança do usuário de Cannabis, descriminalizando o porte e uso da planta, bem como regulando o acesso a produtos de qualidade e a serviços de saúde com foco na prevenção do uso precoce;
- É aconselhável simplificar os critérios de segurança e eficácia para os registros de medicamentos a base de Cannabis e incentivar a pesquisa científica para ampliar a gama de condições clínicas elegíveis ao tratamento;
- Deve ser permitida a prescrição de flores secas *in natura*, respeitada a autonomia dos médicos, como medida de uniformização das normas de vigilância sanitária, conforme já ocorre na Europa, Alemanha e Austrália;
- Acima de tudo, será necessário apoio político e envolvimento direto dos governantes nos processos legislativos de regulamentação da Cannabis, a fim de superar o conservadorismo que sustenta a guerra às drogas.

REFERÊNCIAS

[1] Zuleta et al. Serie Cannabis Legal: Evolución de la normativa mundial. Universidad de los Andes. 2021. Disponível em:< https://cesed.uniandes.edu.co/serie-cannabis-legal-evolucion-normativa-de-la-industria-para-usos-medicos-y-cientificos-en-colombia/>. Acesso em 12 set. 2023.

[2] Britto, L. El boom de la marihuana. Auge y caída del primer paraíso de las drogas en Colombia. Crítica. Universidad de Los Andes. Bogotá. 2022.

[3] Santoya, D. C. R.; Mogollón, E. A. P. Regulación actual del cannabis visto desde los beneficios terapéuticos de los cannabinoides. **Revista La Propiedad Inmaterial**, n. 31, p. 195–208, 16 jun. 2021.

[4] National Conference of State Legislatures**. State Medical Cannabis Laws**. Disponível em: <https://www.ncsl.org/health/state-medical-cannabis-laws>. Acesso em: 7 out. 2023.

[5] Kaya Mind. Anuário da Cannabis no Brasil. A regulamentação da Cannabis no Brasil e seus desdobramentos no mercado. Disponível em: <https://kayamind.com/anuario-da-cannabis-no-brasil-2022/>. Acesso em 7 out. 2023.

[6] Carlini, E. A. A história da maconha no Brasil. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 55, p. 314–317, 2006.

[7] HALL, W. The costs and benefits of cannabis control policies. Dialogues in Clinical Neuroscience, v. 22, n. 3, p. 281–287, 30 set. 2020.

[8] Ribeiro, S. Melcher-Lopes, R. Maconha, cérebro e saúde. 2. ed. São Paulo: Editora Yagé, 2019.

[9] Global Comision on Drug Policy. Time to end prohibition. Disponível em:< https://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2021/12/Time_to_end_prohibition_EN_2021_report.pdf. Acesso em 7 out. 2023.

[10] Borodovsky, J. T.; Budney, A. J. Cannabis regulatory science: risk-benefit considerations for mental disorders. International review of psychiatry (Abingdon, England), v. 30, n. 3, p. 183–202, jun. 2018.

[11] Ren, G. et al. Large-scale whole-genome resequencing unravels the domestication history of Cannabis sativa. Science advances, v. 7, 1 jul. 2021.

[12] Sánchez, P. A. C. Cannabis for medical and scientific purposes: the Colombian landscape. Colombian Journal of Anesthesiology, v. 49, n. 2, 2021.

[13] Saad, L. "Fumo de Negro": a criminalização da maconha no pós-abolição. Bahia: CETAD/EDUFBA. 2019.

[14] Hobsbawm, E. J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[15] Gutierrez, L.F.V, Historia y caminho hacia la regularización de drogas ilícitas. Bogotá. Universidad Sergio Arboleda. 2023.

[16] Corte Constitucional da Colômbia. Sentencia C-221 de 1994. Sala Plena. M. P. Carlos Gavíria Días. Disponível em:< https://www.corteconstitucional.gov.co/RELATORIA/1994/C-221-94.htm#:~:text=Es%20dosis%20para%20uso%20personal,de%20dos%20(2)%20 gramos.> Acesso em 3 out. 2023.

[17] Congresso da Colômbia. Ley 30 de 1986. Por meio da qual se adota o Estatuto Nacional de Entorpecentes e se ditam outras disposições.

[18] Congresso da Colômbia. Decreto 2467 de 2015. Por meio do qual se regulamentam os artigos 3º, 5º, 6º e 8º da Ley 30 de 1986.

[19] Congresso da Colômbia. Ley 1787 de 2016. Por meio da qual se regula e se permite o acesso seguro e informado ao uso médico e científico da Cannabis.

[20] Congresso da Colômbia. Decreto 613 de 2017. Por meio do qual se regulamentou a Ley 1787 de 2016.

[21] Congresso da Colômbia. Decreto 811 de 2011. Por meio do qual se regula a indústria de Cannabis e se permite a comercialização e exportação de flor seca de Cannabis.

[22] Ministérios da Justiça e Direito, Agricultura e Desenvolvimento Rural e Saúde e Proteção Social. Resolución 227 de 2022. Por meio da qual se regulamenta o Decreto 811 de 2021q.

[23] López, E. The Colombian Cannabis Industry: In Intensive Care. Disponível em < https://chambers.com/legal-trends/colombian-cannabis-industry-landscape> Acesso em: 8 out. 2023.

[24] Observatório Colombiano de la Indústria del Cannabis. Jaime Arteaga & Asociados. Primera encuesta a médicos sobre Cannabis medicinal em Colombia. Disponível em:< https://www.ja-a.co/wp-content/uploads/2023/01/PPT_Informe-me%CC%81dicos-Cannabis-medicinal-VF-17012023.pdf> Acesso em 6 out. 2023.

[25] Congresso da Colômbia. Acto Legislativo 2 de 2022. Por meio do qual se modifica o artigo 49 da Constituição Política da Colômbia e se regulariza a Cannabis para uso adulto.

Capítulo 11

Breve desdobramentos políticos: gênero e perspectivas na realidade latino-americana

Larissa Aparecida Dionizio

Resumo: Este trabalho aborda a longa luta das mulheres pela maior participação na política, destacando desafios enfrentados em níveis municipal, estadual e federal. A desigualdade de gênero, um fator central que impacta a participação política feminina, permeia diversas esferas da vida social e política. O foco é no contexto histórico político da América Latina, com ênfase no protagonismo feminino em diferentes escalas. Inicialmente, são analisadas as discrepâncias no número de mulheres eleitas para cargos na Câmara Baixa em vários países latino-americanos. Esta investigação não apenas reflete a realidade política atual, mas também aponta caminhos para futuros mais inclusivos e equitativos. Ao desvendar narrativas subjacentes, explorar índices de participação e examinar perspectivas de gênero, esta análise visa contribuir para uma compreensão mais profunda do papel das mulheres nos espaços políticos da América Latina.

Palavras-chave: Política, Mulheres, Participação, Representatividade, América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Há bastante tempo, as mulheres vêm lutando por maior participação na política, tanto em níveis municipais e estaduais quanto federais, enfrentando desafios similares em todas essas esferas. A desigualdade de gênero é um dos principais fatores que afetam a participação política das mulheres, permeando várias áreas da vida social e política.

Sendo assim, este tópico tem por objetivo apresentar dados e análises que correspondem ao histórico político da América Latina, dando foco para o protagonismo feminino em ambas as escalas. Inicialmente, serão abordadas as discrepâncias no número de mulheres eleitas em diferentes países da América Latina, especificamente em cargos políticos pertencentes à Câmara Baixa.

Em vista disso, desenvolveu-se um caminho metodológico baseado na revisão bibliográfica, fichamento e análise das leituras realizadas. Seguidamente da tabulação dos dados coletados na plataforma da União Internacional de Parlamentos (IPU, na sigla em inglês), onde tem-se um relatório no qual é possível identificar a classificação de diversos países de acordo com a porcentagem de mulheres no parlamento político nacional. O material é atualizado todo mês e apresenta a data de realização da última eleição no país. O desenvolvimento desses procedimentos metodológicos foram importantes para o cumprimento e desenvolvimento do trabalho.

A compreensão destes aspectos não apenas reflete a atualidade política, mas também delineia caminhos para a construção de futuros mais inclusivos e equitativos. Nesta investigação, embarcaremos em uma jornada analítica que busca desvendar as narrativas subjacentes, os índices que delineiam a participação e as perspectivas que delineiam o papel do gênero nos espaços políticos da América Latina.

2. DESENVOLVIMENTO

A partir disso, destaca-se que as mulheres têm enfrentado discriminação e preconceito em diversas esferas da sociedade, especialmente em âmbito político, sendo uma das consequências a sua baixa representatividade. Isto manifesta-se em práticas como assédio sexual, misoginia e exclusão das mulheres em processos políticos e decisórios. Além disto, muitas vezes as mulheres enfrentam obstáculos estruturais, como a falta de acesso a recursos e financiamento, a ausência de redes de apoio e de oportunidades de liderança e desenvolvimento de habilidades políticas. Estes obstáculos podem dificultar a participação das mulheres em processos políticos e eleitorais.

Nesse sentido, Avelar (2007, p. 225) explica quais são os modelos de participação política e como esses modelos estão presentes na sociedade contemporânea, partindo do pressuposto de que participação política não é apenas candidatar-se, mas também a atuação em reuniões, assembleias, ações desenvolvidas por movimento sociais e assim por diante:

> O *canal eleitoral*, que abrange todo tipo de participação eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país; os *canais corporativos* que são instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal; e o *canal organizacional*, que consiste em formas não institucionalizadas de organização coletiva como movimentos sociais, as subculturas políticas etc.

Ambos os modelos de participação são pautados em um modelo democrático, que busca atingir a participação plena de pessoas de diferentes grupos sociais. Sendo assim, Sales e Veras (2020, p. 5) salientam: "[...] no que se refere à participação política feminina, o Estado deve buscar meios de combater a sub-representatividade das mulheres e garantir que todos e todas exerçam seu direito de participação de maneira igual". Estes meios podem ser abordados através de leis, políticas públicas ou projetos sociais com o objetivo de aumentar a representatividade e empoderar mulheres.

Entretanto, a ausência de modelos femininos de liderança política pode desencorajar as mulheres a ingressarem na política, especialmente em áreas onde a presença de mulheres historicamente é baixa, consequência do modelo cultural e social pautado no patriarcado:

> Acabou nos parecendo, por muitos anos, que nada havia de anormal em que os homens exercessem, praticamente sozinhos e isolados das mulheres, os cargos de poder, ocupassem as cadeiras de governo. Às mulheres cabiam as gerências domésticas, privadas, enquanto aos homens lhe eram atribuídas as missões grandiosas da sociedade (Melo; Thomé, 2018, p. 130).

A partir disso, é possível compreender que o modelo patriarcal de pensamento impõe às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico enquanto reserva aos homens os cargos de poder. Esta predominância masculina é resultado de uma longa evolução de construções culturais, políticas e econômicas. Embora tenha acontecido um aumento na participação feminina na política em relação ao passado, ainda há uma inadequada representatividade feminina em todas as esferas políticas, desde cargos legislativos até posições executivas, e as mulheres frequentemente enfrentam preconceitos e estereótipos de gênero.

Desde a luta pelo direito ao voto, as mulheres têm se mobilizado para garantir maior representatividade na política. Entretanto, a participação feminina no cenário político ainda é reduzida em diversos países, incluindo o Brasil. A fim de superar essa desigualdade, algumas políticas públicas têm sido implementadas, destacando-se as cotas eleitorais, que visam garantir a presença de mulheres nos cargos eletivos.

Embora essa legislação tenha contribuído para o aumento da participação feminina na política, é importante ressaltar que ainda existem obstáculos sociais e culturais que dificultam a inclusão das mulheres em posições de poder e tomada de decisão.

Isso deve-se principalmente ao modelo de vida patriarcal instaurado na sociedade, o qual dificulta as demandas relacionadas ao debate de gênero. Neste sentido, a dificuldade de inserção feminina na política está relacionada com a tardia – e, em alguns casos, ausente – discussão sobre gênero e política. Isto ocorre porque os espaços institucionais de poder, tais como Câmaras de Vereadores e Prefeituras, tendem a associar as demandas femininas com pautas relacionadas ao cuidado:

> A crença na inferioridade feminina foi trazida até os dias atuais e interfere diretamente na capacidade de atuação das mulheres que desejam adentrar no rol político, ou até mesmo as pautas trazidas por mulheres devem conter um certo tipo de demanda, sempre abarcando o cuidado e a reprodução feminina, dois atributos ligados exclusivamente ao gênero (Menuci; Nielsson, 2019, p. 14).

O modelo cultural que atribui às mulheres a função de cuidar e zelar está profundamente enraizado no sistema político, persistindo mesmo diante das transformações econômicas, do crescimento urbano e da industrialização do país (Melo; Thomé, 2018). Neste sentido, o movimento feminista tem reivindicado para que novas demandas sejam apresentadas e discutidas, principalmente demandas que remetam à inserção feminina em novos espaços de poder e que deixem de lado esse estereótipo patriarcal:

> A luta pela inclusão das mulheres em espaços de poder e decisão não é nova. A bandeira feminista em prol da representação das mulheres no âmbito institucional da política remonta há mais de cem anos. Ativistas e acadêmicas/os feministas têm sido exitosas/os em diagnosticar as causas desta sub-representação. Os motivos vão desde fatores culturais até o sistema político, mas são sempre estruturais, ancorados em valores excludentes do patriarcado, do racismo e do capitalismo (Rangel, 2014, p. 47).

É relevante notar que existem países em que o contexto difere bastante do Brasil, onde a estrutura patriarcal é quase inexistente e as cotas políticas implementadas são efetivas, como é o caso de Ruanda. Neste caso, a política local do país não presenciou grandes reivindicações por parte do movimento feminista; no entanto, as mulheres se tornaram protagonistas em cargos de liderança após um trágico episódio de genocídio ocorrido em 1994:

> Após o genocídio de 1994, as mulheres passaram a compor a maioria da população, sendo levadas a trabalhar e a assumir papeis de liderança. E nesse sentido, tal acontecimento foi sendo firmado ao longo dos anos, reforçando essa inclusão desde a modificação do sistema educacional até o próprio empoderamento social feminino no cotidiano. Com isso, visto a crescente luta das mulheres, a participação política das ruandesas tem sido promovida pela nova Constituição, que vem gerando cotas como um reflexo da sensibilidade para com as questões de gênero e inclusão, aliados ao apoio de uma série de aparatos institucionais que garantem o espaço e o preparo destas mulheres (Albuquerque, 2018, p. 68).

O caso de Ruanda ficou conhecido por inúmeros estudiosos e pesquisadores, pessoas que buscam entender a efetividade dos aparatos institucionais e como esse mecanismo auxilia na inserção feminina nos espaços de poder e tomadas de decisões (Albuquerque, 2018).

Nesse sentido, a União Internacional de Parlamentos (IPU, na sigla em inglês) produziu um relatório no qual é possível identificar a classificação de diversos países de acordo com a porcentagem de mulheres no parlamento político nacional. O material é atualizado todo mês e apresenta a data de realização da última eleição no país. Dessa forma, a tabela 1 exibe as informações referentes aos dez países mais bem classificados no *ranking*[1].

[1] A tabela apresentada corresponde apenas aos 10 primeiros países colocados na classificação realizada pela União Internacional de Parlamentos (IPU), ao total são 180 países classificados.

Tabela 1: Os dez países de maior destaque no número de mulheres em parlamentos nacionais

Classificação	País	Casa Baixa ou Simples		
		Eleições	Cadeiras	Mulheres
1	Ruanda	09.2018	80	49
2	Cuba	03.2023	470	262
3	Nicaragua	11.2021	91	47
4	Andorra	04.2023	28	14
“	México	06.2023	500	250
“	Nova Zelândia	10.2020	120	60
“	Emirados Árabes Unidos	10.2019	40	20
8	Islândia	09.2021	63	30
9	Costa Rica	02.2022	57	27
10	Suécia	09.2022	349	162

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Destaca-se que o *ranking* classificatório possui uma coluna que indica a composição das casas legislativas, sendo a Câmara Baixa (ou Câmara dos Deputados) representada na coluna “Casa Baixa ou Simples” e a Câmara Alta (ou Senado Federal) na coluna “Câmara Superior”. Um exemplo notável nesse r*anking* é o desempenho de Ruanda, que possui 80 assentos na Câmara Baixa, dos quais 49 são ocupados por pessoas que se identificam com o gênero feminino, enquanto na Câmara Superior, há 26 assentos, sendo que nove deles são ocupados por pessoas do gênero feminino.

A representatividade das mulheres na política nacional de Ruanda está correlacionada aos fatores históricos e sociais que caracterizam o país, além de ressaltar a eficácia das leis e aparatos institucionais que incentivam a participação feminina nos espaços de poder e tomadas de decisões (Albuquerque, 2018).

Em relação às informações sobre a configuração do ranking, a IPU (2023) destaca que os parlamentos são classificados de acordo com a porcentagem de assentos ocupados por mulheres nas câmaras parlamentares inferiores ou únicas. Sendo assim, os números correspondem ao número de assentos preenchidos no parlamento naquele momento. A classificação pode evoluir ao longo do tempo com base nas atualizações recebidas dos parlamentos nacionais.[2]

Até o momento, os dados referentes à eleição de 2022 no Brasil já foram divulgados, revelando que, dos 513 assentos da Câmara dos Deputados, somente 91 são ocupados por pessoas que se identificam com o gênero feminino. No Senado, das 81 vagas, apenas 12 foram preenchidas por mulheres, onde 4 dessas correspondem à eleição de 2022 (mandato 2023-2031) e 8 às eleições de 2018 (mandato 2019-2027). Esses números colocam o Brasil na 130ª posição no *ranking* de representatividade feminina em parlamentos ao redor do mundo, como é possível identificar na tabela 2.

[2] Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking?month=2&year=2023. Acesso em: março de 2023.

Tabela 2: Dados da representatividade feminina na política no relatório da União Internacional de Parlamentos (IPU)

Classificação	País	Casa Baixa ou Simples		
		Eleições	Cadeiras	Mulheres
125	Tailândia	05.2023	499	94
126	Azerbaijão	02.2020	118	22
127	Madagascar	05.2019	151	28
128	Geórgia	10.2020	141	26
“	Cazaquistão	03.2023	98	18
130	São Vicente e Granadinas	11.2020	22	4
131	Bahamas	09.2021	39	7
132	República Popular Democrática da Coréia	03.2019	687	121
133	**Brasil**	**10.2022**	**513**	**91**
134	Butão	10.2018	46	8
135	Mongólia	06.2020	76	13

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

O relatório apresentou dados aproximadamente 180 países, a partir disso, foi possível filtrar as informações de países pertencentes a América Latina, observando quais deles possuem o maior e o menor índice de representatividade feminina em parlamentos nacionais. Boa parte dos países da América Latina apresentam em suas histórias períodos ditatoriais e autoritários, esses acontecimentos interferiram diretamente no desenvolvimento político dos países. Na tabela 3 a seguir é possível identificar a classificação do Brasil desde o ano de 2016 até o ano de 2023, onde destaca-se um aumento significativo no percentual de eleitas até o ano de 2022, entretanto entre os anos de 2022 e 2023 houve uma diminuição no número de mulheres eleitas.

Tabela 3: Posição do Brasil no Ranking da União Internacional de Parlamentos (IPU) de 2016 a 2023

Ano da eleição	Classificação	% Mulheres
2016	155	9,9
2018	132	15,0%
2020	146	14,6%
2022	129	17,7%
2023	133	17,5%

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Sendo assim, Avelar (2001) salienta que em 1995 o Brasil estava em uma posição intermediária para com os outros países da América Latina e Caribe, apresentando que 13,1% do seu parlamento era ocupado por mulheres. Anos depois, em 2001, o relatório

produzido pela IPU constatou a baixa representatividade feminina na política brasileira, tornando o Brasil o último colocado no r*anking* de países da América Latina, como é possível analisar na tabela 4.

Tabela 4 Ranking de representatividade feminina na Câmara Baixa dos países da América Latina (2001)

2001	Câmara Baixa		
País	**Assentos**	**Mulheres**	**%**
Argentina	257	68	26,5
México	500	80	16,0
Uruguai	99	12	12,1
Chile	120	13	10,8
Brasil	**513**	**29**	**5,7**

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Fonte: Avelar (2001) e IPU (2001).

Nessa perspectiva, salienta-se que os países pertencentes ao recorte territorial da América Latina foram, por muito tempo, repreendidos pelo autoritarismo presente nos períodos ditatoriais e, por consequência, o debate de gênero no espaço político deu-se de forma tardia. Entretanto, em 2001, a Argentina apresentou dados relevantes em relação à elegibilidade de mulheres no parlamento nacional. Esse percentual pode estar relacionado à representatividade feminina nas reivindicações sociais desenvolvidas durante o período ditatorial, como explica Avelar (2001, p. 54):

> Ainda sob a repressão, as mulheres das famílias de mortos e desaparecidos do regime aglutinaram-se em movimentos de protesto: *Las Madres de la Plaza de Mayo*, organização nuclear de protesto radical contra os militares, ocupando a Praça quase diariamente, criou uma rede de solidariedade difícil de ser diluída. Mães, esposas, irmãs, filhas, entre outras, foram unidas pelo sofrimento de verem seus entes queridos desaparecidos, construíram e continuam construindo a base de toda a representação política feminina [...] não é sem motivo que, no *ranking* de representação sul-americana, a Argentina é o país com mais alta taxa de presença de mulheres na política formal, uma extensão de sua organização na sociedade civil.

Dessa forma, compreende-se o quanto os acontecimentos históricos podem interferir na representatividade feminina em espaços de poder e tomadas de decisões. Sendo assim, no caso argentino, o movimento das mulheres foi importante para dar maior visibilidade para a luta feminina e emponderá-las, buscando mostrar que os espaços de liderança também podem ser ocupados por mulheres. Segundo Melo e Thomé (2018), a Argentina implementou a sua política de cotas eleitorais já em 1991, garantindo 30% das vagas da Câmara Baixa para candidaturas femininas e tornando-se um país reconhecido pelos índices de representatividade feminina na política local.

Segundo Avelar (2001), algo parecido aconteceu no Chile, mesmo em um país dividido entre pró-Pinochet e anti-Pinochet, as mulheres se solidarizavam umas com as outras e seguiam contra o regime autoritário. Todavia, no México e no Brasil as mulheres

apresentaram dificuldade para reivindicações nesse período, ambos compostos por um Estado forte e conservador, que resultou em demorada emancipação política, principalmente para as mulheres.

Nesse sentido, Melo e Thomé (2018) destacam que a América Latina tem sido reconhecida historicamente por apresentar um modelo patriarcal e sexista em âmbito político, resultado dos processos históricos que caracterizam esses países. A primeira mulher latina em um cargo de presidência foi Isabel Perón, quando, em 1974, tornou-se presidenta da Argentina e foi deposta do cargo anos depois por um golpe militar. Por sua vez, no caso brasileiro, a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República foi eleita somente em 2010, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência e, infelizmente, anos depois foi deposta injustamente do cargo.

A dificuldade de eleger mulheres para cargos de presidência de um país está correlacionada à visão do cuidar e zelar, visão essa que é imposta pela sociedade e remete às mulheres a cargos políticos locais, como por exemplo, prefeitas ou vereadoras. Como explica, Avelar (2001, p. 56) “tal qual como em quase todos os países do mundo, é maior a participação da mulher onde está sua família. Se argumentarmos sobre os ciclos de vida da mulher, períodos da maternidade, da criação dos filhos, fica ainda mais evidente a sua limitação”.

A desigualdade de gênero é amplamente prevalente na sociedade, em grande parte devido à crença equivocada de que as mulheres são destinadas a desempenhar um papel de destaque apenas no âmbito privado, enquanto os homens são considerados aptos para atuar no espaço público.

A constatação realizada por Avelar em 2001 pode ser observada na tabela 5, a qual apresenta o *ranking* atualizado dos países da América Latina com maior porcentagem de mulheres eleitas para cargos na Câmara Baixa, identificando que, assim como em 2001, atualmente o Brasil permanece em última colocação.

Tabela 5: *Ranking* de representatividade feminina na Câmara Baixa dos países da América Latina em 2023

2023		Câmara Baixa		
Classificação	**País**	**Assentos**	**mulheres**	**%**
2	Cuba	586	313	53.4
3	Nicarágua	91	47	51,7
4	México	500	250	50
8	Costa Rica	57	27	47.4
12	Bolívia	130	60	46.2
16	Argentina	257	115	44,8
30	Peru	129	50	38,8
31	Equador	137	53	38,7
44	Chile	155	55	35,5
69	Colômbia	187	54	28.9
79	República Dominicana	190	53	27.9
83	El Salvador	84	23	27.4
85	Honduras	128	35	27.3
90	Uruguai	99	26	26.2
120	Guatemala	160	31	19.4
124	Paraguai	80	15	18.8
130	**Brasil**	**513**	**91**	**17.7**
-	Haiti	-	-	-
-	Venezuela	-	-	-

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Ao observar e comparar as tabelas, é possível identificar algumas discrepâncias e similaridades na composição da Câmara Baixa dos países. Outra análise importante é o intervalo de tempo entre uma tabela e outra. Durante esse tempo, ocorreram mudanças sociais, políticas e culturais que, consequentemente, interferem no cenário político. Entretanto, o Brasil permanece em última colocação, sendo o país da América Latina com menor número de mulheres em cargos políticos da Câmara Baixa.

Sendo assim, destaca-se ainda que outros países da América Latina foram inseridos no relatório da União Internacional de Parlamentos (IPU), como é o caso de Cuba, que está em 2º lugar com maior porcentagem de pessoas do gênero feminino nos assentos da Câmara Baixa. Uma outra observação importante é que todos os países apresentados na tabela mostraram um importante avanço no número de mulheres em seus parlamentos, especialmente o México, que possui 500 assentos, dos quais 250 são ocupados por mulheres. Nesse sentido, salienta-se que esses números refletem acontecimentos históricos, sociais e a constituição particular de cada país.

Para o caso brasileiro, observa-se que houve um significativo aumento nos índices, como, por exemplo, em 2001, período em que a Câmara Baixa brasileira era representada por apenas 29 mulheres. Entretanto, após a eleição de 2022, esse número corresponde a 91 representantes do gênero feminino.

Esse aumento significativo na participação feminina na política está correlacionado às cotas eleitorais e às políticas públicas que buscam incentivar o empoderamento de mulheres e outros grupos nos espaços de poder e tomadas de decisões, ações como essas auxiliam e influenciam mais mulheres a participarem do espaço político. Todavia, esse número está em constante crescimento e, a cada eleição, a expectativa é de que mais mulheres consigam se eleger.

3. CONCLUSÃO

Em síntese, a persistente luta das mulheres por uma participação política transcendem fronteiras geográficas. A desigualdade de gênero, intrínseca às estruturas sociais e políticas, emerge como um fator determinante na limitação do papel das mulheres nesses espaços.

A metodologia adotada neste estudo, baseada em revisão bibliográfica, fichamento e análise de dados da União Internacional de Parlamentos, proporcionou uma visão abrangente das disparidades na representação feminina na Câmara Baixa em países latino-americanos. Ao examinar as classificações e percentagens de mulheres nos parlamentos nacionais, identificamos não apenas diferenças marcantes, mas também um panorama dinâmico que se transforma ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais e políticas.

O Brasil, embora tenha experimentado um aumento notável na representação feminina, ainda enfrenta desafios persistentes, notadamente na eleição de mulheres para cargos de presidência. A visão estereotipada das mulheres como cuidadoras e zeladoras limita seu acesso a cargos políticos mais elevados, perpetuando a desigualdade de gênero.

A análise comparativa revela que outros países latino-americanos, como Cuba e México, implementaram medidas eficazes para aumentar a representação feminina. As cotas eleitorais e políticas públicas têm sido instrumentos cruciais para impulsionar o empoderamento feminino e diversificar os espaços de poder.

O cenário político brasileiro reflete um progresso considerável, evidenciado pelo aumento do número de mulheres na Câmara Baixa após as eleições de 2022. No entanto, para consolidar e ampliar esses ganhos, é imperativo continuar promovendo políticas inclusivas e conscientizando a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero na tomada de decisões políticas.

Em última análise, este estudo não apenas ilumina as disparidades presentes nos espaços políticos, mas também destaca a necessidade contínua de esforços coletivos para alcançar futuros mais inclusivos e equitativos. Ao desafiar estereótipos de gênero arraigados e promover a participação ativa das mulheres na política, podemos aspirar a sociedades mais justas e representativas.

REFERÊNCIAS

[1] ALBUQUERQUE, Tatiane Souza de. Gênero como performance: a participação feminina na política de Ruanda. **Revista Cadernos Internacionais**, Rio de Janeiro, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/rev_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=35226&NrSecao=Artigos&conteudo=35215. Acesso em: 14 fev. 2023.

[2] AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

[3] AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São

Paulo: Editora da Unesp, 2007.

[4] MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora**. Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

[5] MENUCI, Júlia Monfardini; NIELSSON, Joice Graciele. A efetividade da lei de cotas de gênero e o alargamento da participação feminina na política com vistas às eleições de 2018. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Belém, v. 5, n. 2, p. 01-21, 2019. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/5849. Acesso em: 15 set. 2022.

[6] RANGEL, Patrícia Duarte. Mulheres em espaços de poder e decisão: estratégias de ação afirmativa no Brasil. In: OROZCO, Yury Puello. **A presença das mulheres**. São Paulo: Católicas, 2014. p. 39-60.

[7] SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. A participação feminina na política brasileira. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 12, n. 02, p. 01-21, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10256. Acesso em: 22 out. 2022.

Capítulo 12

A transgressão como resistência em El nombre de Griselda Gambaro

Cássia Peres Martins
Roselene de Fátima Coito

Resumo: Pretende-se analisar a peça teatral El nombre, escrita pela dramaturga argentina Griselda Gambaro, em 1974. A peça sugere ao palco um único personagem, Maria, que conta sua trajetória de vida, trabalhando desde os 16 anos como empregada doméstica. A cada casa que trabalhava era chamada por um nome diferente, de acordo com os caprichos ou conformidades de seus patrões. Morava no trabalho, alojada em condições sub-humanas, sofrendo humilhações e privações; sobrevivendo em um mundo sem esperanças, aceita de forma passiva a vida que leva. Maria descreve ambientes asfixiantes e é derrotada psicologicamente, apresentando sinais de uma certa demência ou loucura, ao final da vida, na condição de moradora de rua. Realizar-se-á uma reflexão teórica, à luz dos pressupostos de Michel Foucault, no que concerne as relações de poder e das formas de poder, das quais se destaca o "poder disciplinar", exercido por instituições como a família e o hospital. Maria apresenta uma espécie de desordem de conduta, mesmo que a certa altura ela mesma se questione se não deveria ter namorado, ter se casado e ter gerado filhos. Transgredindo os padrões historicamente impostos pela sociedade à mulher, Maria ocupa o lugar daquelas cujas vidas não têm importância, designada a cuidar daqueles que também são desajustados, sem lugar social, como a criança que não era muito inteligente e a velha doente. Ao longo da narrativa, Maria demonstra sua loucura, a qual trataremos como transgressão e como resistência. Pretende-se também demonstrar que a passividade da personagem frente às exigências dos patrões ganha um caráter de transgressão, dito de outro modo, a não ação vem a ser uma reação. A peça termina com um grito da personagem, sua última resistência.

Palavras-chave: Personagem, loucura, transgressão, resistência

1. INTRODUÇÃO

Griselda Gambaro, hoje com 95 anos de idade, é uma escritora reconhecida em seu país e no exterior. Sua obra é composta principalmente por peças de teatro, além de romances e histórias infantis. Durante a ditadura argentina, um decreto do então presidente General Videla proibiu seu romance *Ganarse la Muerte* (1976), sob a justificativa de que a obra contrariava a instituição familiar e a ordem social, pois, conforme Cocco (2011), "o decreto que censura esta obra mostra sua preocupação com o profissionalismo e inteligência com que foi escrita: 'a obra é altamente destruidora de valores, com a perigosa característica de ter sido executada com maestria'" (Cocco, 2011, p.74, tradução nossa)[1]. Em consequência da situação instituída de perseguição aos intelectuais da época, Gambaro esteve exilada em Barcelona, Espanha, durante o último período de ditadura militar da Argentina. Atualmente, reside em um bairro suburbano de Buenos Aires, mantendo-se longe das estreias teatrais e demais formalidades.

O presente trabalho pretende analisar a peça teatral *El nombre*, escrita pela dramaturga argentina Griselda Gambaro, em 1974, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho literário e filosófico, à luz dos pressupostos de Michel Foucault, no que concerne as relações de poder e das formas de poder, das quais se destaca o "poder disciplinar", exercido por instituições como a família e o hospital.

A peça sugere ao palco um único personagem, Maria, que conta sua trajetória de vida, trabalhando desde os 16 anos como empregada doméstica. Maria apresenta uma espécie de desordem de conduta, mesmo que a certa altura ela mesma se questione se não deveria ter namorado, ter se casado e ter gerado filhos. Transgredindo os padrões historicamente impostos pela sociedade à mulher, Maria ocupa o lugar daquelas cujas vidas não têm importância, designada a cuidar daqueles que também são desajustados, sem lugar social, como a criança que não era muito inteligente e a velha doente. Ao longo da narrativa, Maria demonstra sua loucura, a qual trataremos como transgressão e como resistência. Pretende-se também demonstrar que a passividade da personagem frente às exigências dos patrões ganha um caráter de transgressão, dito de outro modo, a não ação vem a ser uma reação. A peça termina com um grito da personagem, sua última resistência.

O presente estudo se faz importante tanto para os "fazedores de arte", atores, atrizes e diretores de teatro, que pretendam encenar textos da autora e buscam por pesquisas teóricas acerca da obra Gambariana e de seus personagens, quanto para os estudiosos de literatura que buscam por reflexões que contribuam para a compreensão de como funcionam, nos procedimentos da escrita literária e/ou teatral, os mecanismos da arte enquanto transgressão e resistência.

2. MARIA: DISCIPLINADA E SEM LUGAR AO SOL

El nombre se trata de uma peça de teatro curta, escrita em 1974. Sugere ao palco um único personagem, Maria, que conta sua trajetória de vida, trabalhando desde os 16 anos como empregada doméstica. E desde os seus 16 anos lhe tiram seu nome; a cada casa que trabalhava era chamada por um nome diferente, de acordo com os caprichos ou conformidades de seus patrões, perdendo, de certa forma, sua identidade. Segundo Jasmín Carbonell (2018), Griselda Gambaro escreve a referida peça quando as sombras do horror

[1] El decreto que censura esta obra muestra su preocupación por la profesionalidade y la inteligencia com que fue escrita: la es altamente destructiva de los valores, com la peligrosa característica de haber sido realizada com maestria (Cocco, 2011, p. 74).

vivenciado por seu país, durante seu último período de ditadura, começavam a se instalar. Adverte, por meio de seu texto, que a despersonalização seria o início da tortura. De maneira metafórica e sem marco específico, Gambaro trata do tema atemporal: relações de poder, que no seu procedimento de escrita se dá de forma singular.

Em *El nombre*, Maria, morando na rua, narra sua vida, trabalhando como empregada em casas de família, morava no trabalho, alojada em condições sub-humanas, obedecendo caprichos dos patrões, por vezes sofrendo humilhações e privações; sobrevivendo em um mundo sem esperanças, aceita de forma passiva a vida que leva, abre mão de lugares sociais historicamente impostos à mulher, como o lugar da esposa e da mãe. Maria descreve ambientes asfixiantes e é derrotada psicologicamente apresentando sinais de uma certa demência ou loucura, ao final da vida, na condição de moradora de rua.

A peça pode ser dividida em três grandes períodos da vida da personagem. O primeiro momento corresponde ao tempo em que cuidava de um menino chamado Tito, e era chamada de Ernestina. Maria relata que o menino não era muito inteligente, e por ser mal criado as meninas não paravam na casa:

> Maria: Tito não era muito inteligente, tinham medo que fosse... (um gesto). Portanto, para não confundi-lo com tantas mudanças, todas as meninas eram chamadas da mesma forma: Ernestinas. Eu também me chamei Ernestina (Gambaro, 1989, p. 156, tradução nossa)[2].

No segundo grande momento da narrativa, Maria conta que não quis cuidar de outro garoto, foi cuidar de uma velha doente, que não possuía nada, nem mesmo o sol.

> Maria: A pobre velha não tinha nada, nada próprio, nem mesmo o sol, nem o calorzinho que o sol dá no inverno, nem isso. "Está frio, tire ela do quintal, Lucrécia", me diziam, e sabiam eles quando os ossos precisam de sol? E nem mesmo no verão. Eles a colocavam na sombra fresca e a velha queria sol (Gambaro, 1989, p. 157, tradução nossa)[3].

Nesse período em que cuidava a velha, foi chamada de Lucrécia, conforme a própria personagem explica:

> Maria: Porque ela me chamava Lucrécia. Lucrécia era uma filha que havia morrido sem que ela se desse conta. (Furiosa) Isso não é justo! Ela não se deu conta e eles não disseram. Eu teria aberto a cabeça de cima a baixo para enfiar lá dentro que a filha tinha morrido. Porque uma mulher precisa ter seus mortos apertados assim, no punho! (Abra sua mão, olha) Nada. E fui Lucrécia. O que me custava? Um nome vale como qualquer outro (Gambaro, 1989, p. 157, tradução nossa)[4].

[2] Tito no era muy inteligente, tenían miedo de que fuera... (Um gesto). Por eso, para no embrollarlo com tantos cambios, todas las muchachas se llamaban igual: Ernestinas. Yo también me llamé Ernestina. (Gambaro, 1989, p. 156).

[3] La pobre vieja no tenía nada, nada próprio, ni el sol, el calorcito en invierno que da el sol, tampoco eso. "Hace frío, sáquela del patio, Lucrecia", me decían, ¿qué sabían ellos cuándo los huesos necesitan sol? Y ni siquiera en verano. La ponían al fresco y la vieja quería sol (Gambaro, 1989, p. 157).

[4] Porque me llamaba Lucrecia. Lucrecia era uma hija que le había muerto sin que se diera cuenta. (Furiosa) !Y esto no es uma ganga! No se dio cuenta y no se lo dijeron. Yo le hubierta abierto la cabeza de arriba abajo para meterle adentro que se había muerto la hija. Porque una debe tener sus muertos apretados asi, !en el

Quando a velha morre, Maria é novamente despedida:

> Maria: a patroa me chamou e disse, chorando: "Mamãe morreu. Lucrécia, não precisamos mais de você. Te agradeço, Lucrécia! Obrigada, Lucrécia" E eu também chorei um pouco porque havia me apegado à velha, (retifica dura) não tinha carinho, tinha pena, mesmo que ela me xingasse, era sua filha. Não? E me vi na rua (Gambaro, 1989, p. 159, tradução nossa)[5].

Maria fica doente, não consegue trabalhar, dorme sobre a louça suja, sai de casa para fazer compras e se perde, vai parar no hospital, terceiro grande período de sua vida a ser narrado.

E no hospital é chamada de muda, porque falava pouco, e depois começa a falar, fala como se tivesse Tito e era Ernestina, ou era Lucrécia e cuidava a velha, apresentando sinais de sua loucura. Um médico do hospital a leva para sua casa, como última tentativa de "salvação" da personagem. O médico precisava de uma empregada; a patroa tenta lhe chamar pelo nome de batismo, Maria, mas a personagem não aceita, e, ainda assim, vai parar na rua novamente, se dando conta que nunca encontrara o que procurava, terminando a peça com um longo grito.

Apesar de viver uma relação de domesticidade com seus patrões, que, segundo Foucault, "é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu 'capricho'" (Foucault, 1987, n.p), Maria não deixa de ser disciplinada, seu corpo não deixa de carecer de certa docilidade, conforme o pensamento foucaultiano, pois "o corpo dócil é um corpo útil e disciplinado, acima de tudo produtivo" (*Ibid*., n.p).

Consideramos que as disciplinas "funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis" (*Ibid*., n.p) e que o poder disciplinar é "com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar", ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor" (*Ibid*., n.p), levando-se em consideração, também, que a família é uma das instituições "adestradoras" do ser humano, conforme os dizeres foucaultianos. Maria trabalha para as famílias, desempenhando por vezes funções tradicionalmente exercidas por pessoas da família, fazendo tarefas das mães e das filhas, quando as mães e as filhas não queriam fazê-las e pagavam por elas, conforme a própria personagem nos conta:

puño! (Abre la mano, mira) Nada. Y fui Lucrecia. ?Qué me costaba? Un nombre vale lo que outro (Gambaro, 1989, p. 157).

[5] la señora me llamó y me dijo, llorando: "Mamá murrió, Lucrecia, no te necessitamos más. Te agradezco, Lucrecia, !te agradezco, Lucrecia!" Y yo también lloré un poco porque me había encariñado com la vieja, (rectifica, dura) no cariño, pena, aunque me largó com esa palabra, era su hija, ?no?, y me encontré em la calle (Gambaro, 1989, p. 159).

> Maria: Ela tinha a mim, a quem pagavam por isso, como quem paga a ausência de um remorso. Para mim sim, ela dizia "eu quero". "Lucrécia, eu quero", "Lucrécia, me dê." (Gambaro, 1989, p. 157, tradução nossa)[6]

Apesar de vivenciar relações de poder na domesticidade, Maria constrói sua individualidade dotada de características inerentes à disciplina, descrita por Michel Foucault em seu livro "Vigiar e Punir" (1987), com as seguintes características, de acordo com o filósofo: celular (pelo jogo de repartição espacial); orgânica (pela codificação das atividades). Bem, apesar de desempenhar suas funções domésticas pela casa, Maria tem um espaço para si – a repartição espacial -, e após o trabalho pode ficar sozinha, um espaço bem definido, o quartinho destinado somente à empregada, onde outros da família não ficariam, vejam:

> Maria: Eu tinha um quarto para mim, sem janelas. Lindo sim, com um cobertor marrom para o inverno e um travesseiro ... branco. Fiquei com um pouco de nojo no começo, porque estava manchado com ... não sei (Gambaro, 1989, p. 155, tradução nossa)[7].

Podemos ver na descrição de Maria, que o espaço que lhe é destinado, além de apartado dos lugares nos quais vivem a família, apresenta características de uma prisão, isto é, sem janelas e, no primeiro momento, um sentimento paradoxal: lindo e nojento para a personagem, evidenciando este lugar "não lugar" que oscila na vida de Maria enquanto doméstica, onde se alia o seu nome, Maria, ao seu não nome, Ernestinas e Lucrécias.

Maria tinha suas atividades bem definidas sendo o que Foucault toma como característica orgânica do poder disciplinar. No entanto, seu tempo era utilizado quase todo para o trabalho:

> Maria: Era como uma princesa, lá, no meu quarto, depois do trabalho. Estava sozinha, nada me incomodava, exceto Tito, que às vezes acordava com pesadelos e me chamava: "Ernestina! Ernestina!" (Gambaro, 1989, p.155, tradução nossa)[8].

Como podemos, ver no excerto acima, Maria, por ter um lugar para dormir, mesmo ele se assemelhando a uma prisão, sente-se "uma princesa", evidenciando uma certa conformidade com o lugar que (não) ocupa na sociedade, pois se dedicava integralmente ao trabalho, foi adestrada para isso, convencida de que era o melhor a ser feito, o único tempo para si, era para dormir, e às vezes nem isso, pois as pessoas as quais dedicava cuidados não a deixavam dormir.

[6] Me tenía a mí, a quien pagaban para eso, como quien paga la ausencia de un remordimiento. A mí sí me decía "quiero". "Lucrecia, quiero", "Lucrecia, dame" (Gambaro, 1989, p. 157).

[7] Tenía una pieza para mí, sin ventanas. Linda sí, con una frazada marrón para el invierno y la almohada... blanca. Me dio un poco de asco al principio porque estaba manchada de ... no sé (Gambaro, 1989, p. 155).

[8] Era como una princesa, ahí, en mi pieza, después del trabajo. Estaba sola, nadie me molestaba, salvo Tito que a veces se despertaba con pesadillas y me llamaba: "¡Ernestina! ¡Ernestina!" (Gambaro, 1989, p.155).

Por isso também a disciplina que controla seu corpo produz sua individualidade com mais duas características arroladas por Foucault (1987): genética (pela acumulação do tempo), e é combinatória (pela composição das forças), aqui, no caso, sua força é única e exclusiva para o trabalho.

> Maria: Fui cuidar de uma velha ... não sei se gosto de velhos. Com esta eu não me apeguei. Estava doente, eu tinha dó, mas não carinho. Nem pena tinha!
>
> Não me deixava dormir, "Lucrécia, Lucrécia", dia e noite (...) Procurei outro emprego e pensei que poderia ter algum tempo para mim. Mas como? E que
>
> faria com ele? (Gambaro, 1989, p. 156-157, 159, tradução nossa) [9].

Podemos identificar o papel disciplinador que a família exerce. Tanto Maria, como as pessoas as quais Maria se dedicava a cuidar, precisavam seguir as regras impostas pela família. Afinal espera-se que a mulher e a serviçal sejam contidas em seus comportamentos. A exemplo temos a seguinte passagem:

> Maria: Uma vez, Tito colocou um sapo na minha cama, que susto. Comecei a gritar e a patroa ficou muito zangada comigo. Eu acho que Tito se arrependeu, talvez porque gritaram com ele também. Tito não era muito inteligente, tinham medo que fosse... (um gesto). Portanto, para não confundí-lo com tantas mudanças, todos as meninas eram chamadas da mesma forma: Ernestinas. (Gambaro, 1989, p.159, tradução nossa)[10]

Na passagem mencionada acima, identificamos que Maria era repreendida tal qual a criança que também deve ser disciplinada. Descobrimos também que a criança não era considerada inteligente, sugerindo uma possível deficiência intelectual, portanto, Maria precisava obedecer a disciplina imposta pela família tal qual a criança, e precisava se dedicar aos cuidados de Tito, que, como ela, não tinha lugar, por ser desajustada, criança e "sem inteligência". Uma vez que a criança que cuidava também precisava ser disciplinada, seus serviços eram úteis por um determinado tempo, até determinado período da vida da criança, eis outra técnica disciplinar ligada à organização das gêneses: fases de formação, ou melhor, distinção entre o tempo de formação e o tempo adulto.

> Maria: Mas depois cresceu. E por que, então, ele ia precisar de alguém como eu para cuidar dele. Eu não poderia cuidar dele no que é importante. Em suas tristezas/sofrimentos de menino que cresce e se torna homem.

[9] Me cayó una vieja..... No sé si los viejos me gustan. Con ésta no me encariñé. Estaba enferma, le tenía pena, pero no cariño. ¡Ni pena le tenía! No me dejaba dormir, "Lucrecia, Lucrecia", de día y de noche.(...) Busqué otro trabajo y pensé si podía tener un tiempo mío. ¿Pero cómo tenerlo? ¿Y qué haría con él? (Gambaro, 1989, p. 156-157, 159).

[10] Una vez me puso un sapo em la cama, qué susto. Empecé a gritar y la señora se enojó mucho comigo. Creo que a Tito le dio lástima, quizás porque a él también le gritaban. Tito no era muy inteligente, ténian miedo de que fuera...(Un gesto). Por eso, para no embrollarlo com tantos cambios, todas las muchachas se llamaban igual: Ernestinas. (Gambaro, 1989, p.159).

> Então a patroa um dia me chamou e disse: "Ernestina". (Estende a mão) Estou me molhando. Ela me disse: "Ernestina, procure outro emprego". (Gambaro, 1989, p. 156, tradução nossa)[11]

A personagem Maria representa somente força de trabalho nas famílias, quando não mais desempenha seu trabalho é dispensada:

> Maria: E então, estive em várias casas porque não sabia trabalhar bem, me mandavam embora. Eu dormia sobre a louça suja, ia fazer compras e me perdia .... ficava procurando ... (olha) não sei. (Gambaro, 1989, p. 159, tradução nossa) [12]

No excerto acima, mais uma vez, Maria não se vê como a pessoa explorada pelo trabalho, pois se conforma com o que lhe dizem ser, tanto que, nem apta se sentia ao sair para fazer compras, instaurando assim uma espécie de "lapso de loucura" ao se ver naquilo que lhe dizem.

É também o hospital uma das instituições disciplinadoras de acordo com Foucault, pois possui repartição espacial (os quartos, os leitos), classifica os corpos doentes, por meio do que lhe é constante e inerente, o exame. "No coração dos processos de disciplina, ele (o exame) manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam" (Foucault, 1987, n.p). O hospital abriga os corpos que não produzem, que não prestam à sociedade, pois "A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício" (*ibid.*, n.p). Então, cabe também ao hospital "fabricar" corpos úteis. Portanto, quando o corpo de Maria já não se presta as atividades que lhe são atribuídas nas casas de família, Maria precisa ser escondida, porque já não trabalha, não produz, então é encaminhada a outra instituição, cuja função é "tratar" os corpos e devolvê-los à sociedade para continuarem empenhando força de trabalho produtiva.

Coube, na narrativa, à figura do médico o papel de reconduzi-la ao único lugar que lhe é reservado na sociedade, o lugar da produção, o lugar do trabalho. No entanto, a personagem se rebela, apresentando uma conduta diferente do esperado, uma conduta outra, apresentando ainda sinais de sua loucura, cantando como rio, e não aceitando seu nome de batismo, não se adapta mais ao trabalho, pois encontra-se na condição de moradora de rua.

> Maria: Um médico do hospital me levou para sua casa. Precisava de uma empregada. E minha Patroa perguntou, sem maldade: "Qual é o seu nome?" Hesitei um pouco, cantei como um rio, e a patroa ficou com medo. Não entendia. Eu queria um nome de pessoa, de gente. Então pensei, para agradar a patroa, escolhi o nome mais bonito: Eleonora. E a patroa, que coincidência, se chamava como eu, Eleonora. E ela me disse: "Não, te peço um favor, posso te chamar de Maria? É seu nome. Maria." E quase soou bem como ela disse. Maria. Mas eu não quis - De quem é esse nome,

[11] Pero después crecío. Y para qué, entonces, iba a necessitar a alguien como yo que lo cuidaria. Yo no podía cuidarlo en lo importante, em sus penas de muchacho que crece y se hace hombre. Así que la señora un día me llamó y me dijo: "Ernestina". (extiende la mano) Me estoy mojando. Me dijo: "Ernestina, buscate outro trabajo" (Gambaro, 1989, p. 156).

[12] Y entonces, estuve en varias casas porque no sabía trabajar bien, me echaban. Me quedaba dormida sobre los platos sucios, iba a comprar y me perdía....buscaba... (Mirá) No sé (Gambaro, 1989, p. 159).

> patroa? Não é meu. Mude você o nome. Você é a patroa, patroa. (Gambaro, 1989, p.160, tradução nossa)[13]

Como podemos ver no excerto citado, Maria acostumada ao não-lugar enquanto Maria, quando indagada pela patroa sobre seu nome, elege para si, o nome da patroa, e quando esta quer lhe tratar pelo nome, ela hesita e, novamente, se submete ao não-lugar. Podemos ver aqui, um jogo entre a insubordinação e submissão num ligeiro fio tensivo.

Michel Foucault (1995, p.248) pondera que se é verdade que no centro das relações de poder há uma "insubmissão" e liberdades essencialmente renitentes, não há relações de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual.

A personagem de Maria, escapa, foge com sua loucura, não se submetendo mais ao poder disciplinador que lhe conferia apenas o trabalho, apenas o lugar do subalterno. É, portanto, sua loucura, seu lugar infame nas ruas, a sua mais alta resistência, manifestada por um intenso grito ao final da peça teatral, que para chegar até esse ponto, são tecidos gestos que se dão como atos de resistência.

Ao longo da narrativa, podemos identificar pequenos atos de resistência ao poder disciplinador que a instituição família exerce. Vejamos essa passagem, na qual Maria/Lucrécia, desobedece as regras para a alimentação da velha:

> Maria: "Os filhos vieram para parabenizá-la, mais para comer...! a Velha Lambia tudo com os olhos!. "te faz mal mamãe", dizia a patroa, e tirava da mão dela. Os outros comiam e a velha engolia seco, olhava ansiosa, como uma criança. O que poderia acontecer com ela? Um derrame? (Risos) Isso foi em um sábado e no domingo estávamos sozinhas na casa. E fiquei pensando naquele olhar da velha. (aponta para a testa, como que tendo uma ideia). Fiz uma festa pra ela. Ela quase caiu de costas. (Risos) Em vez de levar aquela sopa aguada no quarto dela, eu trouxe ela para a sala de jantar. Comprei tudo do meu bolso, até um bolo de aniversário. Como ela comeu! Primeiro, olhava para mim como se estivesse pedindo permissão, mas depois tratou de encher o bucho" (Gambaro, 1989, p157-158, tradução nossa)[14].

Pequenas vinganças, são também um modo de resistir aos maus tratos que sofria:

> Maria: Felizmente, ela morreu ali mesmo e eu dormi três dias seguidos para me vingar, e talvez por isso ou pelo xingamento, a patroa me chamou e disse, chorando: "Mamãe morreu. Lucrécia, não precisamos mais de

[13] Un médico del hospital me llevó a su casa. Necesitaba una muchacha. Y la señora me dice, sin maldad, "¿Cómo te llamás?" Yo vacilé un poco, canturreé como el río, y la señora se asustó. No entendía. Quería un nombre de persona, de gente. Entonces pensé, para darle gusto, y elegí el nombre más hermoso: Eleonora. Y la señora, qué casualidad, se llamaba como yo, Eleonora. Y me dijo: "No, te pido un favor, ¿puedo llamarte María? Es tu nombre. María". Y casi sonaba bien como lo decía ella. María. Pero no quise. "De quien es ese nombre, señora? No mío. Cámbiese usted el nombre. Usted se llama señora, ¡señora !" (Gambaro, 1989, p. 159).

[14] Los hijos habían venido a felicitarla, ¡pero de comer....! A la vieja se le iban los ojos. "Te hace mal, mamá," decía la señora, y le apartaba la mano. Los otros comían y la vieja tragaba en seco, miraba ansiosa, como un chico. ¿Qué podía pasarle? Una apoplejía. (Ríe) Eso fue un sábado y el domingo quedamos solas en la casa. Yo tenía la mirada de la vieja acá. (Se señala la frente). Le hice una fiesta. Casi se cae de espaldas. (Ríe) En lugar de llevarle la sopa aguada a su pieza, la traje al comedor. Compré todo con mi plata, hasta una torta de cumpleaños. ¡Cómo comió! Primero me miraba como pidiéndome permiso, pero después, ¡directamente al buche! (Gambaro, 1989, p157-158).

> você. Te agradeço, Lucrécia! Obrigada, Lucrécia " (Gambaro, 1989, p. 159, tradução nossa)[15].

Ao serem tecidas estas formas de resistência diante das relações de poder, passamos a discutir como elas vão sendo tecidas em movimentos de transgressão no procedimento de/da escrita.

3. NO PROCEDIMENTO DE/DA ESCRITA: DA TRANSGRESSÃO

Assim como não há relações de poder sem resistências, para Michel Foucault (2009, p32), "A transgressão é um gesto relativo ao limite (...) O limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser: inexistência de um limite que não poderia absolutamente ser transposto". Ainda conforme o filósofo,

> Como o poder seria leve e fácil, sem dúvida, de desmantelar, se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar. Essa maquinaria foi sem dúvida importante para a constituição de novos saberes. Ela tampouco é estranha a todo um novo regime da literatura (...) na virada dos séculos XVII e XVIII as relações do discurso, do poder, da vida cotidiana e da verdade se enlaçaram sob um novo modo em que também a literatura se encontrava engajada. (Foucault, 2006, p. 220).

A literatura, segundo o pensamento foucaultiano, tem uma dupla relação com a verdade e o poder, pois se engaja a produzir efeitos de verdade que são reconhecíveis como tais, pois se compromete com o dever de dizer o mais comum dos segredos,

> obstinada em procurar o cotidiano por baixo dele mesmo, em ultrapassar os limites, em levantar brutal ou insidiosamente os segredos, em deslocar as regras e os códigos, em fazer dizer o inconfessável, ela tenderá, então, a se por fora da lei ou, ao menos, a ocupar-se do escândalo, da transgressão ou da revolta. (Foucault, 2006, p. 221).

Nesse aspecto, é a literatura e seu procedimento de/da escrita uma transgressão. Gambaro, traz à tona, de modo muito singular, os segredos que permeiam as relações de poder, de maneira que possamos observar as sutilezas das técnicas disciplinares, cujo objetivo é docilizar os corpos, sujeitando e objetivando os indivíduos.

Foucault destaca em seus estudos "uma curiosa afinidade entre a literatura e a loucura" uma vez que a linguagem literária não está obrigada as regras do cotidiano, e o personagem do louco no teatro é o personagem que diz a verdade.

Assim temos o próprio procedimento de escrita gambariano como transgressão, se valendo da transgressão da personagem Maria, louca, nos dizendo o ínfimo, o inconfessável. Na dramaturgia e na literatura, não vem ao caso se o que Maria conta possa

[15] Suerte que se murió ahí mismo y yo dormí tres días seguidos para desquitarme, y quizás Por esto o por la mala palabra, la señora me llamó y me dijo, llorando: "Mamá murió. Lucrecia, no te necesitamos más. ¡Te agradezco, Lucrecia !" (Gambaro, 1989, p. 159).

ser fruto de seu delírio; para o personagem, também de teatro, isso não entra em questão, há uma certa "licença poética" para o personagem do louco, pois o mesmo

> não governa sua vontade e nem mesmo tem o domínio de que conta a verdade. Essa diferença entre a vontade e a verdade, ou seja, entre a verdade desapossada de vontade e vontade que ainda não conhece a verdade, não é nada mais que a diferença entre os loucos e os que não são loucos (Foucault, 1999, p.217).

Neste estudo, voltamos nosso olhar para a personagem Maria, esse ser de palavras, que por ser o único personagem que fala na narrativa, vai materializando os espaços por meio do seu próprio discurso.

Para Maria temos o limite da casa, da família e do hospital, sendo ela uma transgressora por excelência, age como louca e mora na rua.

A personagem Maria transgride os padrões historicamente impostos à mulher. O texto fonte não nos dá informações sobre sua família de origem, portanto, não podemos afirmar se de fato algum dia Maria tenha ocupado o lugar de filha. A personagem, nem tão pouco tem namorado, ou se casa, não tem filhos, desse modo, não ocupa o lugar de esposa e mãe, mesmo que, em um determinado momento, depare-se com esta realidade, a qual também, pode evidenciar uma obediência à sociedade na qual vê como papel da mulher ser esposa e mãe, assim, evidenciando o fio tensivo entre obedecer ou resistir/transgredir ao longo da peça.

Por outro lado, nossa protagonista Maria a cada novo trabalho era outra, ocupava funções na família, como se fosse da família para a qual trabalhava, mas quando seus afazeres não eram mais necessários era então demitida, descartada, procurando assim nova colocação, um novo outro, nunca ela mesma.

Maria/ Ernestina cuida de Tito como se fosse seu filho:

> Maria: Eu gostava muito do Tito, e ele também de mim, ainda mais depois do sapo. Ficava comigo o dia inteiro. A patroa saia bastante e aproveitávamos. Ele vinha para minha cama, tinha seis anos e dormíamos juntos de mãos dadas. (Sorri) Ele me ensinou a jogar damas, mas eu já esqueci. Eu também sou um pouco ...(Gambaro, 1989, p. 156, tradução nossa)[16]

Maria/Lucrécia então ocupa o lugar de filha nos cuidados da idosa:

> Maria: 'Não, senhora', eu disse. 'Que senhora! Me trata como se eu fosse sua patroa. Que senhora!' E ficou furiosa. Mas a raiva passou logo. Ficou triste.[....] 'Lucrécia, minha filha, eu vou te deserdar', me dizia a bruxa, "cuide bem de sua mamãe." (Gambaro, 1989, p. 158, tradução nossa)[17]

[16] Me encariñé mucho con Tito, y él también conmigo, sobre todo después de lo del sapo. No se me despegaba en todo el día. La señora salía mucho y aprovechábamos. Se venía a mi cama, tenía seis años, y dormíamos juntos, con las manos apretadas, como dos perdidos. (Sonríe) Me enseñó a jugar a las damas, pero ya lo olvidé. Yo también soy un poco....(Gambaro, 1989, p. 156).

[17] "No, señora", le dije. "!Qué señora! Trago lo que me da una sirvienta. !Qué señora!" Y estaba furiosa. Pero la fúria se le pasó enseguida. Se puso triste. [...] "Lucrecia, hija mía, no me vas a heredar", me decía la bruja, "atende bien a tu mamá" (Gambaro, 1989, p. 158).

Ao longo da narrativa, enquanto conta sua história ao espectador, a personagem já nos apresenta essa loucura, com nítida distração ao procurar algo que nunca encontra pelo chão, ou ao não terminar as frases esquecendo o que ia dizer, ou ainda interagindo com alguém que o público não vê. Michel Foucault propõe que a literatura é o lugar onde se evidencia o poder, ainda mais quando traz à baila a vida desses "homens infames", sendo que o personagem do louco/infame no teatro é o personagem através do qual a verdade aparece.

Nesse sentido, Maria é a louca infame que diz a verdade, que expõe por meio de seu discurso, a vida da mulher pobre, sem lugar social, que se submete a péssimas condições de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Maria transgride os padrões femininos, historicamente imposto pela sociedade, quando se dedica ao trabalho, e, por outro lado, esses afazeres são ainda aqueles reservados à mulher, o papel da mãe e da filha. Maria até se questiona, mas se deixa levar, como nesta passagem, quando é questionada sobre ter namorado:

> Maria: e me perguntou: "Não tem namorado?"
> Então me perguntei o que se passava comigo às segundas-feiras no cinema, sozinha, assistindo como os outros viviam juntos e faziam as coisas juntos. Comigo não acontecia nada, não tinha ninguém (risos) só a velha (Gambaro, 1989, p. 158, tradução nossa)[18].

Maria vai nos contando que lhe mudam o nome, mas ela aceita, abrindo mão de sua identidade, pois não lhe custava nada, conforme as seguintes passagens:

> Maria: "Maria", eu disse. Ela gostou do nome, mas mudou. E por que não? Que importância tem um nome? Qualquer um serve.[...]
> E fui Lucrécia. O que me custava? Um nome vale como qualquer outro. [...] Em uma casa meu nome era Florencia, porque a patroa era de Florença e queria lembrar sua cidade e eu me senti feliz por um tempo porque parece ser uma cidade que ... (esquece) Como? (Gambaro, 1989, p. 156, 157, 159, tradução nossa)[19]

Uma relação de poder pode perfeitamente ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente.

> O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos; nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e frequentemente os dois ao mesmo tempo (...) ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos, ele incita, amplia, ou limita, torna mais ou menos provável, no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir

[18] y me dijo"?No tenés novio?" A mí me pergunto, que me pasaba los lunes em el cine, sola, viendo como los otros vivían juntos, les pasaban cosas juntos. A mí no me pasaba nada, (ríe) sólo la vieja (Gambaro, 1989, p. 158).

[19] "María", le dije. Le gustó el nombre, pero me lo cambió. ?Y por qué no? ?Qué importância tiene um nombre? Cualquiera sirve.[...] Y fui Lucrecia.? Qué me costaba? Um nombre vale lo que outro.[...] em uma casa me llamé Florencia porque la señora era de Florencia y queria recordar su ciudad y yo me sentí contenta por um tempo porque parece ser uma ciudad que...(se olvida) ¿Cómo? (Gambaro, 1989, p. 156, 157, 159).

> sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 1995, p.243).

Desse modo a passividade de Maria, frente aos desmandos dos patrões, com a finalidade de manter os empregos, ganha o caráter de transgressão, resistia ela a ideia de ocupar para si mesma os papeis de namorada, esposa e mãe. Para a personagem Maria não se mostra outra alternativa a não ser trabalhar, mesmo que seja para desempenhar funções das mães e das filhas, no lugar dos patrões que podiam pagar por isso. Dito de outro modo, a não ação vem a ser uma reação.

Por fim, ao negar seu próprio nome, Maria queria que a patroa lhe desse outro nome, e em seu delírio não encontra o que sempre procurou, a peça acaba com um interminável grito, sua última resistência. O grito abafado por vezes, o grito que nunca podia acontecer, sufocado, que não cabia em nenhum lugar.

Maria ia se submetendo a subjetivações outras que lhes eram impostas, pois não havia outra escolha, e a cada ato tímido de resistência, vai nos mostrando que as subjetivações não lhe cabiam, ela se perde em sua loucura, sem o governo de sua vontade, e grita para mostrar que o que está dentro dela não cabe mais, precisa ir para fora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nos dedicamos a analisar a personagem Maria, da peça teatral *El nombre*, escrita pela dramaturga Argentina Griselda Gambaro, em 1974.

Maria, único personagem da peça, conta como vivera, trabalhando em casas de famílias, até terminar morando na rua.

Maria é um personagem que transgride os padrões sociais impostos pela sociedade à mulher, dedicando-se inteiramente ao trabalho. Apresenta ao longo da narrativa sinais de loucura, também uma transgressão aos padrões da sociedade, pois já não estava apta ao trabalho.

Destacamos o poder disciplinar da família. A cada casa que trabalhava havia regras a serem obedecidas. Maria, pobre, sem lugar social, dedicava-se a cuidar também daqueles que não possuíam lugar social, os igualmente excluídos da família, a criança que não era inteligente e a velha doente. Outrossim, evidenciamos ainda o papel disciplinador do hospital, que acolhe o personagem infame, o desajustado, o que não trabalha direito, o louco, para enfim tentar recolocá-lo em "seu lugar", no único lugar que lhe é reservado, no caso de Maria, o de serviçal.

Apresentamos pequenas resistências de Maria em seus afazeres cotidianos. Maria não reage a ponto de modificar seu lugar de oprimida, essa não reação vem a ser também uma ação, para garantir sua sobrevivência, ganhando um caráter de transgressão.

Maria é a personagem louca, que não serve para o trabalho. Conforme o pensamento foucaultiano, a louca, a infame, personagem do teatro, por meio do qual se diz a verdade.

É a literatura também uma forma de poder, quando evidencia a vida destes "homes infames", buscando "o que é mais difícil de perceber, o mais escondido, o mais penoso de dizer e de mostrar" (Foucault, 2006, p.220-221). O texto de Gambaro nos mostra e nos faz pensar nas formas sutis de disciplinar os corpos, de torná-los úteis, no mais simples

cotidiano, trazendo à superfície um imbricamento entre os jogos das relações de poder e resistências, dos limites e transgressões.

REFERÊNCIAS

[1] CORBONEL, Jasmín. **El nombre: el derecho a la identidade em la mirada de Griselda Gambaro**. La Nacion. Buenos Aires, 28 jun. 2018. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/espectaculos/teatro/el-nombre-el-derecho-a-la-identidad-en-la-mirada-de-griselda-gambaro-nid2147993/. Acesso em: 26 maio 2020.

[2] FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2006;

[3] FOUCAULT, M. Loucura, Literatura, Sociedade. In: **____. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Ditos e escritos I.** Forense Universitária, p.210-234, 1999;

[4] Michel Foucault (1984). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

[5] FOUCAULT, M. Prefácio à Transgressão. In: _____. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos e escritos III.** Forense Universitária, p. 28-46, 2009;

[6] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

[7] GAMBARO, Griselda. El Nombre.In:. **Teatro 3**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor,1989;

Capítulo 13

Aurora de amor: a transmissão de memórias dos carnavais de outrora[1]

Maria Paula Maciel

Resumo: Nesse trabalho, foram analisados os processos folkcomunicacionais presentes na fotografia carnavalesca. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória de método qualitativo. O aporte teórico foi construído a partir de estudos bibliográficos, com base na teoria da fotografia como uma forma de transmissão de memória, encontrada no livro A Câmara Clara, de Roland Barthes (2022) e através da ideia de o mundo imagem, presente nos ensaios realizados por Susan Sontag (2004). Os estudos sobre a festa do carnaval são feitos a partir da sua construção histórica, presente na pesquisa de L.D. Silva (2019) e da visão antropológica da celebração, tese da pesquisadora Rita de Cássia de Araújo (1996). Esses estudos tomam por exemplo a fotografia de Mário de Carvalho, feita através da consulta ao acervo de registros dos carnavais da primeira metade do século XX, curadoria de Paulo Carvalho (2018). Esses estudos foram intercalados com a Teoria da Folkcomunicação, criada por Luiz Beltrão (2014) e trazida para o mundo da análise fotográfica por Cristina Schmidt Silva (2011). Os resultados apontam que o processo folkcomunicativo das imagens carnavalescas são realizados pelo operator, spectrum e espector e que a transmissão de memória - a mensagem principal - está no que punge dentro da imagem.

Palavras-chave: folkcomunicação, fotografia, carnaval, líder de opinião, Barthes.

[1] Trabalho apresentado no GP folkcomunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 5 a 8 de setembro de 2023.

1. INTRODUÇÃO

“E nessa lembrança, a vida era linda e a gente ainda seria criança: eu imperador, você imperatriz e na fantasia a gente sorria feliz. Nessa aurora de amor, o tempo passou e a gente cresceu, e o sonho acabou e a gente se perdeu”, no frevo de bloco “Aurora de Amor” composto por Maurício Cavalcanti e Romero Amorim e entoado pelo coral do Bloco da Saudade, o eu lírico remonta os carnavais de outrora utilizando de elementos das ruas do centro da cidade do Recife. A poética utilizada faz com que o ouvinte visualize a cena como uma fotografia antiga. A fotografia, por sua vez, conta histórias: “ a fotografia é histérica, ela só constitui se a olharmos” (BARTHES, 2022, p. 61).

A fotografia possui o poder da memória, muitas vezes visto como algo mágico. Isso porque a qualidade da fotografia é a de transferência de realidades, muitas vezes distantes do cotidiano, é a magia da imagem (CAIUBY, 2008). A cidade do Recife possui uma qualidade que os autores traduzem como mágica, na praça Maciel Melo existe uma singela placa que lê: “essa cidade é mágica, meio bruxa, enfeitiça, quebranta, tira as forças”. O centro da cidade e as imagens que relatam os carnavais que dele fizeram parte remontam um saudosismo dos carnavais de outrora, inspiram músicas e fantasias que remontam às festividades das décadas de 1930 a 1950.

O registro das fotos carnavalescas da primeira metade do século XX são raros. Isso porque na história do carnaval do Recife houveram diversas tentativas de “apagar” da narrativa a festa que vinha das ruas, das camadas subalternizadas que festejavam os dias de momo como uma celebração da liberdade, da brasilidade, do multiculturalismo e sincretismo característico de países que sofreram o processo de miscigenação forçada consequência das explorações europeias e estadunidenses. Esse ato de exclusão dos registros e das celebrações, faziam parte de uma tentativa de higienização da festa, substituindo as celebrações que misturavam, no caso do Carnaval do Recife - as heranças dos povos originários e africanos, que transformaram o entrudo português em uma celebração unicamente brasileira - em uma festa que remontasse aos bailes de máscaras da renascença italiana (SILVA, 2019).

Enquanto a maior parte dos registros fotográficos da época aludem aos bailes, alguns fotógrafos decidiram ir às ruas. Mário de Carvalho foi um dos artistas que registrou o verdadeiro carnaval de rua. A partir da objetiva, ele deixou fotografias que servem para o remonte da memória do início da celebração. A consequência está no diálogo com a geração saudosista que segue até hoje na tentativa de remontar o que a fotografia grita como realidade: colocando camadas populares que não estavam nos grandes salões de festas exclusivas como personagens principais na sua contação de história. Seu trabalho pode ser encontrado em livros (100 anos de Frevo, lançado pela prefeitura do Recife em 2007) e em museus (Paço do Frevo, localizado na Praça do Arsenal). Entretanto, muitas de suas fotografias são usadas sem os devidos créditos e grande parte dos negativos são pertencentes a particulares - sua família - que tentam fazer o resgate da memória deixado pelo fotógrafo, as colocando para domínio público a partir da internet (CARVALHO, 2018).

Essa falta de registro da história do povo faz com que ela continue a ser passada como ato de resistência pela memória, tornando-se um objeto do estudo da teoria brasileira de comunicação, a folkcomunicação. Considerando a fotografia processo folkcomunicativo, existe o questionamento: como ela comunica? A partir desse pensamento, o presente artigo tem como objetivo geral perceber a imagem carnavalesca a partir do seu potencial para ser um agente folkcomunicador, busca entender como

cada personagem participante da narrativa fotográfica participa no processo da comunicação popular.

Para tal, o artigo sofre uma subdivisão de três partes que atendem os objetivos específicos: a) compreender a fotografia a partir da folkcomunicação; b) contar uma breve história do carnaval de rua do Recife; c) encontrar o elemento que punge na fotografia de Mário de Carvalho.

A ideia proposta a partir do objetivo geral é sugerir uma forma de estudo folkcomunicacional da imagem a partir da sua qualidade de transmissão de memória, levando em consideração que a fotografia é uma representação de algo que estará, para sempre, eternizado ao mesmo tempo que já encontra-se morto (BARTHES, 2022). Levada a natureza social da pesquisa foi observado que os métodos qualitativos eram os melhores indicados para construção do texto. A decisão foi tomada a partir do conhecimento de que esse método trabalha com a interpretação de fenômenos e atribuições de significados. O presente estudo se classifica como exploratório, uma vez que o seu objetivo é proporcionar maior familiaridade com o tema. Outro fator de importância na escolha do método foi sua característica flexível. Isso porque esse estudo trata-se de uma intersecção de áreas entre elas a comunicação (BELTRÃO, 2014; WOITOWICZ, 2015); história, mais precisamente, do carnaval (ARAÚJO, 1996; SILVA, 2019) e estudos sobre a fotografia e imagem (BARTHES, 2022; CAIUBY, 2008, SAMAIN, 2005, 2011; SONTAG, 2004).

2. O POTENCIAL FOLKCOMUNICATIVO DA IMAGEM

A fotografia já foi diversas vezes analisada pelas ciências sociais, seja a partir de um estudo sobre a forma como a fotografia afeta o ser (BARTHES, 2022) ou sobre a história da fotografia em relação ao mundo imagem (SONTAG, 2004). Isso acontece por conta do seu potencial mimético de transmitir o conhecimento cultural e social (a foto é sempre uma reprodução da realidade mas nunca a realidade em si).

A partir da fotografia é possível fazer os recortes temporais, sociais e culturais da história de um local, de uma família, de um festejo. A fotografia pode ser vista como uma forma de linguagem artística que opera como nossa herança, como uma forma de comunicação (SAMAIN 2011).

No entanto, para melhor compreender o potencial comunicativo da fotografia, faz-se substancial observar uma breve história da fotografia a partir da obra O convés e como ela se compreendeu como arte rentável. Apenas então é que se pode observar o valor da imagem como comunicadora *folk*.

A fotografia, no seu início, não era vista a partir da qualidade artística, utilizada apenas para meios científicos. Tal visão mudou a partir da obra "O Convés" (STIEGLITZ, 1907). Considerada como uma das fotografias mais importantes do século XX e que ditou o fazer fotográfico: ela trazia uma interpretação de uma cena obtida a partir da objetiva, contava uma história (UCHÔA, 2015).

Por conta da sua competência de reprodução, a fotografia tornou-se uma arte rentável: enquanto imagens feitas a óleo demoram meses e não podem ser reproduzidas por qualquer pessoa, a fotografia poderia ser reproduzida quantas vezes fossem necessárias. Esse movimento possui algumas consequências, como aproximar o fazer artístico de uma massa que, antes, não tinha acesso (MARTINO, 2012). Além disso, acaba por se

transformar em um modo de controle social através da indústria cultural: “a industrialização da fotografia permitiu sua rápida absorção pelos meios racionais - ou seja, burocráticos - de gerir a sociedade” (SONTAG, 2044, p. 32).

Ou seja, a arte fotográfica começa a fazer parte de uma máquina de controle social. Como observam-se nos estudos sobre indústria cultural, a hegemonia cultural dos que detêm poder na indústria possui as mais diversas consequências. Isso porque tendências de consumo rapidamente mudam, principalmente com a globalização mundial, onde as coisas estão cada vez mais conectadas (CAMPBELL, 2006). Esse fator é somado ao fato que a linguagem utilizada pelos meios de comunicação massivos da indústria cultural é instrumentalizada de forma racional para obter resultados na criação de uma sociedade com o mesmo conhecimento. Sobre esse tema, afirma Martino (2012, p.62) que:

> Se toda linguagem gera resultados, basta utilizar a linguagem de uma maneira x para obter resultado x de outra pessoa [...] Ao selecionar as informações, o profissional de mídia utiliza sua premissa de ser portador de um discurso válido e, no entanto, faz um uso estratégico da comunicação na medida em que a informação passada gera uma ação.

Isso implica que a fotografia pode ser utilizada como forma de construção de narrativas, muitas vezes excludentes.Como linguagem ela fica passível de manipular a mensagem. A fotografia exclui de uma forma ideológica, apaga a existência de pessoas ao não considerá-las dignas de registro, na escolha de quem deve ser o protagonista da imagem, quem devemos temer, ou odiar. A decisão de fotografar pode ser tanto excludente como uma forma de incriminar: “embora um evento tenha passado a significar, exatamente, algo digno de se fotografar, ainda é a ideologia o que determina o que constitui um evento” (SONTAG, 2004, p. 29). Uma área de estudo dos povos que foram subalternizados e excluídos pelas camadas elitizadas, é a folkcomunicação.

A folkcomunicação, em termos breves, ficou conhecida como a comunicação dos excluídos. Criada na década de 1960 pelo brasileiro Luiz Beltrão, ela compreende os meios informais de comunicação e o processo dialético de aceitação, negação, reinterpretação das mensagens pelos grupos sociais (WOITOWICZ, 2015). A metodologia para a pesquisa folkcomunicacional criada por Beltrão apoiou-se na necessidade de uma intersecção do ser humano e o contexto histórico social na identificação de papéis como o líder de opinião.

Considerando que as imagens fotográficas não são meros objetos, são recortes de tempo e espaço: a imagem é um ato de memória (SAMAIN, 2011). A folkcomunicação é a forma em que pode-se transmitir a memória entre as camadas subalternizadas, o intercâmbio de culturas, e resistência de tradições que as camadas elitizadas não julgam importantes, logo, acabam por excluir (BELTRÃO, 2014).

Em seus estudos sobre fotografia, Barthes (2022) fala que na fotografia existem três personagens, o *operator* (quem está fotografando), ele escolhe exatamente que quadro, qual contexto ele quer captar, que história ele quer contar. Normalmente, a escolha do *operator* é levada por sua própria emoção, que é“a essência da fotografia segundo o fotógrafo" (p. 19). O segundo personagem foi nomeado de *spectrum* (o objeto, quem/ o que é fotografado), essa pessoa é a protagonista da imagem, no momento em que se é fotografado ele se torna memento mori (SONTAG, 2004), isso porque ele para de existir e vira uma representação, a morte é o eidos da foto. O último personagem é o

espector (quem vê a foto) nele, cabe o gostar ou não gostar, o olhar é imbuído de contexto cultural.

No momento que um fotógrafo aponta sua câmera para uma pessoa que foi despida do direito de protagonizar a sua própria história e a registra, ocorre um fenômeno folkcomunicacional onde o *operator, spectrum e espector* funcionam como participantes dos processos folkcomunicacionais. Isso porque cada um está fazendo parte da transmissão da memória, do registro fotográfico. O breve espaço de tempo que levou para captar a foto privilegia o "fragmento do real - uma escolha" (SILVA, 2011, p.4) e comunica um momento que foi real. A fotografia se transforma no mediador da lembrança na comunicação individual e coletiva, fazendo uma ponte temporal, histórica e espacial.

A noção da existência do passado faz com que camadas subalternizadas conheçam sua história e participem ativamente de uma luta para que a memória ainda exista. A fotografia torna-se instrumento de resistência. Esse movimento de luta pode acontecer nas mais diversas faces da história mundial, entretanto, tratando-se do carnaval, faz-se necessário entender a história por trás da sua celebração e como a fotografia carnavalesca é nela inserida.

3. OS VERDADEIROS DONOS DA RUA

"E quando a festa ia se aproximando, como explicar a agitação íntima que me tomava? Como se enfim o mundo se abrisse de botão que era em grande rosa escarlate. Como se as ruas e praças do Recife enfim explicassem para que tinham sido feitas" (LISPECTOR, 2016, p. 397). O carnaval faz parte do pertencimento das ruas da cidade do Recife, principalmente do seu centro. Esse centro, representado por bairros como Boa Vista, hoje sofre uma visão: a do esquecimento e a da memória do que um dia foi (FONSCECA, 2023). Entretanto, nas semanas de folia de momo, acontece o fenômeno de reviver a cidade e seu centro, celebrando sua arte. Essa sensação acontece por conta da formação história do carnaval que personificou as ruas por onde os blocos passavam. O carnaval pernambucano possui uma formação diferente das demais demonstrações da festa no país, os carnavais dos ranchos e das escolas de samba como festejos que não se adequam ao jeito pernambucano de fazer a festa (CÂMARA CASCUDO apud SILVA, 2019).

A história do carnaval no Recife e Olinda começou ainda no século XVIII, graças a Antônio Morais e Silva que desembarcou Recife em meados do século como fugitivo da inquisição, trazendo costumes portugueses, entre eles, a brincadeira do entrudo. Inspirados em práticas medievais, o entrudo distanciava-se dos costumes renascentistas da Itália, podendo ser definido como uma brincadeira de rua que muitas vezes conduzia desordem por onde passava, com o uso de instrumentos que são encontrados dentro de casa a exemplo de farinha, ovos, polvilho e água A dinâmica da festa, por representar um período de liberdade, fez com que a brincadeira do entrudo acabasse por se popularizar com os escravos (CECULT, internet). O motivo apoia-se no fato que o entrudo recebeu forte influência de elementos afro-ameríndios e começou o processo de sincretismos que criou uma personalidade única para o carnaval de rua do Recife e de Olinda (MARCENA, 2011).

A evolução da brincadeira do entrudo ocorreu com a virada do século, que tornou-se uma comemoração que agradava as classes operárias das cidades e começou a possuir um curso presencial: ruas, praças, pontes e igrejas - outrora desprezadas pelos segmentos elitizados. Em outras palavras, a inversão social que a festa oferecia ao povo era tamanha que os transformava em donos da rua (ARAÚJO, 2018).

A razão pela rejeição seria a comemoração grosseira que pouco interessou às classes elitizadas do Brasil, que procurava dar preferências às luxuosas fantasias e bailes de máscaras (MARCENA, 2011). Isso fez com que as ruas fossem tomadas pelo povo que protagonizou a festa.

Em resposta ao protagonismo popular, as classes mais altas começaram a almejar a tomada da posse das festividades.. Para que isso ocorresse, foi feito um movimento da elite e seus meios de produção para que o entrudo fosse criminalizado e um carnaval a rigor do modo italiano de fazer a festa fosse implantado (ARAÚJO, 2018 p. 30):

> O Carnaval idealizado pelas elites urbanas, com o qual desejaram substituir e eliminar definitivamente o Entrudo do rol das diversões momescas de resto, tido como selvagem, indecente, bruto, bárbaro e grosseiro inspirava-se nos monumentais festejos realizados em Veneza, Roma, Paris e Nice. O Carnaval deveria converter-se num belo espetáculo, produzido pelas camadas ricas e letradas, para ser contemplado e aplaudido por todos.

Conforme o início do século XX e os avanços dos meios de comunicação, o folião ficava frente a informações sobre o carnaval expressas no jornal, seja como forma de anúncio ou de matéria, a tentativa era de usar os meios de comunicação e informação para influenciar e intimar apenas um carnaval elitizado (SILVA, 2018, p. 51) : “Os bailes, o corso e os clubes de alegorias eram percebidos como o “chic” do carnaval. Os clubes pedestres, maracatus e caboclinhos eram manifestações de um carnaval “popular”. Eventualmente, a postura elitista das federações carnavalescas gerou a consequência de que foram indicados papéis sociais que deveriam ser desempenhados pela elite foliã e pelo povo folião no que se tornou uma questão dicotômica entre o protagonista e o espectador. A mascarada, por exemplo, tornou-se considerado apenas uma celebração da elite (ARAÚJO, 1996).

Em contraste com os hábitos da elite, a resistência do povo foi a causadora do não desaparecimento do carnaval das ruas. Isso aconteceu a partir de falas, gestos e hábitos que foram se ressignificando com o passar do tempo. O corpo tornou-se político com a dança, as músicas, por sua vez, cantavam as revoltas. Enquanto existia a limitação da liberdade do povo, as ruas começaram a se revelar como território de consumo cultural popular que possui como característica a formação de singularidades, identidade e cultura histórica. A partir disso, o discurso popular só se fortaleceu e a camada popular começou a criar sua própria forma de comunicar e de manter a festa viva a partir da reinterpretação de seus costumes (SANTOS, 2018). Esse processo de resistência e de manter a memória carnavalesca viva obrigou as classes mais abastadas a aclamar a festa como do povo .

A alegria libertária dos carnavais da primeira metade do século XX inspirou a segunda metade, que utilizou das imagens que existiam da festa para reproduzir e criar um hábito de certas fantasias, costumes e músicas que perpetuam até a atualidade (SILVA, 2019). O registro dos primeiros grandes carnavais foi o que possibilitou a criação da memória

e consagrou o povo como donos da ruas.

4. O QUE PUNGE NA FOTOGRAFIA CARNAVALESCA DE CARVALHO: UMA TENTATIVA DE ANÁLISE FOLKCOMUNICACIONAL

A criação da memória, momento imprescindível para o processo folkcomunicacional, é possível através do líder de opinião. Ele representa o indivíduo que reconhece e resiste à hegemonia das classes elitizadas (BELTRÃO, 2014). A noção do líder de opinião tornou-se possível por conta dos estudos feitos previamente na Universidade de Columbia, que foram ministrados por Paul Lazarsfeld que tinha como missão a de compreender o processo comunicacional fora dos meios de comunicação de massa.

Com esse propósito, foi descoberto que os meios midiáticos visavam a mudança de atitude e hábitos de consumo em curto prazo, porém, não representavam eficácia significativa. Ao considerar esse fato, foi entendido que para que ocorra mudança comportamental, a influência precisa vir do "meio": o líder de opinião (BELTRÃO, 2014). Isso é feito a partir de dois processos: o fluxo de comunicação em dois estágios (*two steps flow)* e em múltiplos estágios (LAZARSFELD; MERTON, 2007).

Quando tratamos de dois estágios significa que para a informação chegar ao seu destino ela passa pelo formador de opinião – o líder de opinião . Os estudos ministrados por Lazarsfeld indicam, nesse caso, que líder de opinião é o agente de comunicação que estará, na maioria das vezes, no mesmo nível social e de franco convívio com o público. Os dois estágios podem evoluir para o que ficou conhecido como múltiplos estágios. Nesse caso, o líder de opinião, em algum momento como participante da sociedade, fez parte do grupo dos receptores da mensagem (BELTRÃO, 2014). Com ele, os padrões culturais que parecem estar sepultados na memória acabam por se renovar e, assim, facilitar interações sociais com o resgate de celebrações, alteração de hábitos de consumo, fortalecendo, assim, a cultura regional (AMPHILO, 2012).

Por conta da qualidade perene da fotografia, entende-se que ela acaba por passar por diversas mãos que continuam a reproduzir a sua mensagem, transformando-se em um convite ao sentimentalismo (SONTAG, 2004). Isso implica que o líder de opinião poderá ser mais de uma pessoa, atendendo ao fluxo de comunicação em múltiplos estágios. Tomando por exemplo a fotografia de Mário de Carvalho entende-se que ele, na função de *operator,* julgou que a realidade captada era digna de registro, notou que existia alguma mensagem a ser transmitida. As pessoas fotografadas, embora sejam consideradas objetos, na condição de *spectrum,* estão eternamente nas fotografias comunicando para os observadores os costumes da época: as fantasias que usavam como dançavam nas ruas, como relacionavam-se entre si. Na posição de protagonismo acabam por executar para sempre essa função, embora na realidade eram pessoas comuns que, muito provavelmente, não estão mais aqui, porém, um dia, estiveram. "Isto foi" na medida que "ainda é" (BARTHES, 2022).

Observar a fotografia lida diretamente com questões subjetivas: gostar ou não gostar. O fenômeno do gosto está associado às questões culturais, que definem o olhar do *espector* (BARTHES, 2022). A imagem tem uma característica polissêmica, nela estão incluídas a visão do fotógrafo e o que ela evoca no universo do observador (CAIUBY, 2008).

O *espector*, ao tornar-se líder de opinião após ter captado a mensagem por trás da fotografia, reproduz a sua interpretação da imagem uma vez que, apesar da fotografia ser a mais óbvia arte mimética (SONTAG, 2004), a fotografia nunca é uma realidade, é uma quase verdade (BARTHES, 2022). O espector, acaba por reabilitar fotos antigas, atribuindo a elas um novo contexto (SONTAG, 2004).

Logo, a imagem é a mesma, mas a interpretação pode estar longe do que Carvalho pensou ao registrá-las entre as décadas de 1930 e 1950. Essa mensagem estará inserida no que toca à fotografia, no que punge quem a observa.

O livro escrito por Barthes (2022), sugere que a fotografia pode ser percebida e comunicada através do *studium* e do *punctum.* O primeiro é o *studium*, que possui uma função mais prática: informar ou representar, apenas. Enquanto o *punctum*, é o detalhe que atrai. Na foto como experiência capturada, o punctum funciona como o que liga a paixão pelo presente (o ato de observar a foto) com a paixão pelo passado (algo nesse momento que lhe toca): ele grita a partir de um detalhe, que, muitas vezes, é o que marca, o que transmite a memória, o que se transforma em *memento mori (*SONTAG, 2004), ele leva em consideração a máxima de Goddard: “não existem imagens simples”. Enquanto o *studium* é sempre codificado, o *punctum* não, ele depende do contexto e do olhar de quem a observa.

A partir da figura do *punctum* é finalizada a estrutura folkcomunicacional da fotografia onde existem três possíveis líderes de opinião (*operator, spectrum e espector)*, que a partir de um meio (a fotografia) reproduz a mensagem (*punctum)*. A memória é passada através dessa mensagem como analisa a imagem 1:

Imagem 1 - Um passista (1958)

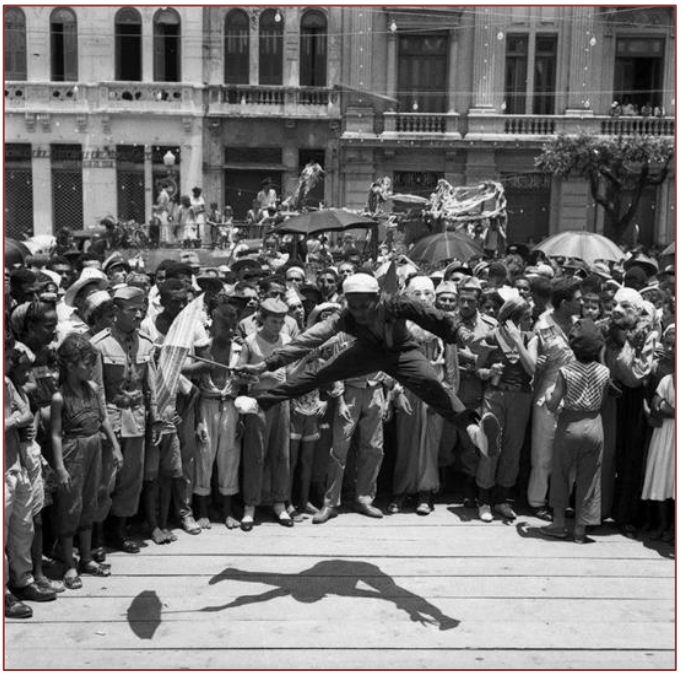


Foto Mário de Andrade, reprodução: Revista O Grito. Acesso em 07.06.23.

Um homem ouve os metais do frevo, em um ato de corpo liberto ele dança até que um grupo se abre a sua frente, ele aproveita a liberdade, o momento de ser estrela e salta para o ar com as pernas e braços abertos, no meio de uma multidão impressionada, um fotógrafo Mário de Carvalho nota que neste momento existe uma história para contar: e assim o faz. Essa fotografia está pendurada em museus, servindo como um registro de diversidade cultural em um momento histórico que comunica uma história que cada uma cria em relação à imagem, a citada acima é a história da autora.

A fotografia é um mapa que leva ao desvendamento da história e da cultura regional (SILVA, 2011): o homem centralizado que pula pode ter um contexto diferente mas, ele punge, ele toca. Em uma análise folkcomunicacional pelos moldes de Barthes(2022), o *punctum* (a mensagem) está no pulo: mais precisamente nos braços e pernas abertos, entregando-se à plateia e às lentes.

A decisão de Mário de Carvalho de fotografar o verdadeiro carnaval -a festa que está nas ruas e pertence às ruas- deixa como prova um fato inegável: as pessoas estavam lá, com suas sombrinhas, cores, metais, purpurinas. O desmonte cultural ocorre por todos os lados: o estrangeiro que domina o mercado, apaga memórias, cria pós verdades e muda histórias; o nacional que não vê valor na memória cultural, na resistência artística do carnaval. Essas fotos oferecem à população o fôlego para remontar e querer reviver esses dias em um eterno agora: celebrar enquanto relembram, materializando e comunicando em uma foto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é um fator importante na transmissão de mensagens folkcomunicativas. A fotografia, por ser uma arte mimética, é uma das melhores vertentes de transmissão da memória. Nesse cenário, existem as condições ideais para o estudo da estrutura folkcomunicacional da fotografia. O presente artigo se caracterizou pelo estudo da fotografia a partir da sua potência para folkcomunicação, intercalando visões antropológicas e comunicacionais sobre a imagem, utilizando de exemplo o trabalho do fotógrafo Mário de Carvalho durante os carnavais recifenses da primeira metade do século XX.

O primeiro passo correspondeu a compreender o potencial da fotografia como agente folkcomunicador. Para fazê-lo, a pesquisa focou em falar do papel da fotografia no contexto da Indústria Cultural (MARTINO, 2012) e sua participação na criação de narrativas e pós-verdades que excluem camadas da população (SONTAG, 2004). A partir desse contexto, a fotografia passa a ser uma prova eterna do que um dia existiu quando ao mesmo tempo é uma morte súbita (BARTHES, 2022). A partir da sua condição de eterno agora, a fotografia acaba por servir na criação de recortes temporais, sociais e culturais, ou seja, é uma linguagem que opera como herança (SAMAIN, 2011). É assim que ela ganha característica folkcomunicativa: a partir da transmissão da memória (BELTRÃO, 2014; SILVA; 2011).

Para o segundo passo, existiu a necessidade de mostrar o processo histórico e antropológico do carnaval e sua função de reviver o centro da cidade do Recife. Para tal, fala-se brevemente do processo de formação do carnaval (SILVA, 2019) e a briga dicotômica entre as classes elitizadas e subalternizadas sobre quem deveria ser o dono da festa (ARAÚJO, 1996). Nesse cenário, comprovou-se a natureza de resistência que a festa acarreta e que atitudes como fotografar os verdadeiros donos da rua durante os

festejos é uma forma de afirmar: eles existem. Enquanto a mídia focava nos salões de bailes que excluem, alguns poucos fotógrafos voltaram-se para o povo e transformaram o curso da história do Carnaval do Recife, produzindo provas que servem como lembretes aos povos que vieram depois, trabalho executado pelo fotógrafo Mário de Carvalho e divulgado de forma contínua por sua família.

A história que Carvalho registrou a partir da objetiva atende ao noema da fotografia: isto foi à medida que isto é (BARTHES, 2022). O fotógrafo nem as pessoas que são registradas existem ao mesmo tempo que continuam a comunicar a verdade de um tempo que foi na esperança do ele pode vir a ser comunicado para futuras gerações. Com essa construção que o terceiro item foi criado, com a missão de atender a lógica folkcomunicacional e identificar o líder de opinião (BELTRÃO, 2014) na fotografia e utilizar de exemplo uma fotografia de Carvalho.

Para isso, foram intercalados os estudos do estadounidense Lazarsfeld (2007), Beltrão (2014) e Barthes (2022) que esclareceram que o líder de comunicação pode ser mais de uma pessoa a partir do seu contexto (quem fotografa, quem é fotografado e quem observa a fotografia, ou, no caso dos estudos barthesianos: *operator, spectrum e espector*). O meio sendo a fotografia a mensagem está no que essa fotografia toca: a mensagem está no que punge o espectador que assume a posição de continuar a mensagem e evocar novos sentimentos em pessoas que ainda desconhecem a história da fotografia, nesse caso, carnavalesca.

A imagem é memória (SAMAIN, 2011), ao mesmo tempo que é mágica (CAIUBY, 2008). No contexto do carnaval ela inspira novos hábitos de folia que celebram o passado: são os saudosismos da lembrança registradas por Carvalho que são expressas em diversas formas de arte: criação de fantasias, filmes e músicas. Como finaliza a canção Aurora de Amor eternizada pelo Bloco da Saudade: “Mas quem sabe se agora neste carnaval, você Colombina e eu Pierrô a gente se encontre ainda quem sabe num bloco de amor chamado saudade”.

REFERÊNCIAS

[1] AMPHILO, Maria Isabel. Folkcomunicação e as teorias sociais. Razón y Palabra, núm. 80, agosto-octubre, 2012 Universidad de los Hemisferios Quito, Ecuador

[2] CAMPBELL, Colin. Cultura, consumo e identidade / Organizadores Lívia Barbosa, Colin Campbell - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

[3] CARVALHO, Paulo. VÔTE. ESPIA SÓ: Mário Carvalho. Disponível em: <https://voteespia.blogspot.com/2018/07/mario-carvalho.html>. Acesso em: 30.05.2023.

[4] CAIUBY NOVAES, Sylvia.Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. Mana, 14, 2, p. 455-475, 2008

[5] BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia; tradução Júlio Castañon Guimarães - 8ª ed- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

[6] BELTRÃO, L. Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação e de fatos e expressões de ideias. Porto Alegre: EDIPUCRS,2014. 247p - (Série Comunicação, 12)

[7] GUILLEN, Isabel Cristina Martins; SILVA, Augusto Neves da (Org.) Tempos de folia: estudos sobre o carnaval no Recife / Isabel Cristina Martins Guillen e Augusto Neves da Silva – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

[8] FONSCECA, Homero. Breve Biografia de um Bairro Polifônico. In: Revista Continente. Recife, ed. 269, 2023.

[9] LISPECTOR, Clarice. Todos os contos / Clarice Lispector; organização de Benjamin Moser - 1ª ed - Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

[10] LORENA, Carmo Daun e. Subsídios para a análise da festa: o carnaval visto pelas Ciências Sociais. Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies, vol. 6, n. 2, 2019, pp. 51-67

[11] MARIANA. Mostra fotográfica "O Baile da Vida", no Museu da Cidade, é opção de lazer neste Carnaval. Museu da Cidade do Recife. Disponível em: <https://museudacidadedorecife.org/mostra-fotografica-o-baile-da-vida-no-museu-da-ci dade-e-opcao-de-lazer-neste-carnaval/>. Acesso em: 30.05.2023

[12] MARTINO, Luís Mauro de Sá. Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos. 3ª ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

[13] Revista O Grito. Fotos incríveis do Carnaval de antigamente no Recife - Revista O Grito! — Cultura pop, cena independente, música, quadrinhos e cinema. Revista O Grito! — Cultura pop, cena independente, música, quadrinhos e cinema. Disponível em: <https://revistaogrito.com/fotos-incriveis-do-carnaval-de-antigamente-no-recife/>. Acesso em: 30.05.2023

[14] SAMAIN, Étienne. Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a Antropologia Visual. HUCITEC. São Paulo, 1998. p. 113-119. 2a. edição: Editoras SENAC/HUCITEC, São Paulo, 2005.

[15] Étienne. As "Mnemosyne(s)" de Aby Warburg: entre antropologia, imagens e arte. Revista Poiesis, 17, p. 29-51, 2011.

[16] SILVA, Cristina Schmidt. Memórias culturais: O uso da fotografia na pesquisa empírica de folkcomunicação. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0869-1.pdf. Acesso em 28.05.2023

[17] SILVA, L.D Carnaval do Recife 2ª ed - Recife: Cepe, 2019.

[18] SONTAG, Susan. Sobre fotografia; tradução Rubens Figueiredo - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[19] STIEGLITZ, Alfred. The Terminal. The Metropolitan Museum of Art.Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/270032>. Acesso em: 29.05.2023

[20] UCHÔA, Carlos. Notas sobre a história da fotografia: o "estranho encontro" entre realidade e ficção. Ide, v. 38, n. 60, p. 237–245, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-310620150002000 19&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 jun. 2023.

[21] WOITOWICZ, Karina Janz. José Marques de Melo e a história da folkcomunicação: Contribuições para o estudo da comunicação dos marginalizados. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7643>. Acesso em: 02. 05. 2023

Capítulo 14

Regulamentação da propriedade intelectual no Brasil com enfase nas patentes verdes

Maria Goreth da Silva Nogueira

Resumo: Com a globalização, os avanços tecnológicos, científicos no ramo da Biotecnologia e as novas perspectivas do sistema capitalista vários foram os conceitos que sofreram adaptações, reclassificações e receberam outros graus de importância. Desses, se destaca a propriedade, e dela, a propriedade intelectual, refletida nos conhecimentos científico, tecnológico e tradicional. Essa evolução trouxe maiores investimentos para o setor de ciência e tecnologia, e consequentemente a maior necessidade de instrumentos que proporcionem à viabilidade dos investimentos realizados e de mecanismos de tutela a proteção ambiental. Neste âmbito, o Direito precisou se adaptar a todas essas constantes mudanças, sendo primordial a elaboração de uma série de novas normas que resguardassem os direitos de usufruir da natureza observando a proteção ambiental e o progresso lato sensu. Isso se dá atualmente, no Brasil, pelo sistema de propriedade industrial (Lei nº Lei 9.279/96) e de Patentes Verdes (Resolução nº 283/2012), uma das subdivisões da propriedade intelectual. Nessa perspectiva, esse artigo propõe refletir a tutela das patentes verdes no Brasil. Temática que se faz necessária tendo em vista a frequente preocupação com a natureza, o desenvolvimento sustentável e tecnologias limpas, no qual, em uma época de rápidas transições, as Patentes Verdes e a Propriedade Industrial emergem como tema presente em discussões de âmbito nacional e internacional, envolvendo economia e meio ambiente, e sendo foco de pesquisas e questões políticas nos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para consubstanciar o estudo serão usados os procedimentos metodológicos bibliográfico e comparativo.

Palavras-Chaves: Propriedade industrial, patentes verdes, globalização, economia, meio ambiente.

1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL E AS PATENTES NO BRASIL: AS PERSPECTIVAS CONSTITUCIONAIS E DA LEI N.9.279/96

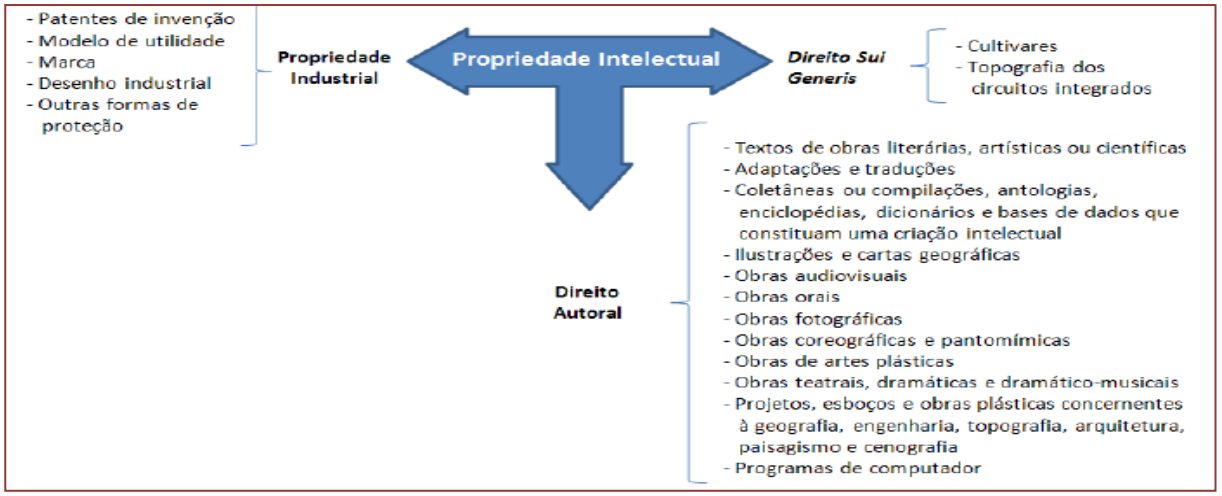
A propriedade adquiriu variados significados, esses condicionados ao seu uso, domínio e apropriação, alvos diretos da lógica capitalista. E tal significado vem se adequando a uma nova realidade globalista, capitalista e neoliberal da pós-modernidade, nessa conjectura, surge a propriedade intelectual como implementação do direito de apropriação ao homem sobre suas criações.

Tendo em vista o crescente desenvolvimento de novas tecnologias em prol do meio ambiente e a expansão da economia sustentável, a propriedade intelectual através das Patentes Verdes[1] tornou-se na modernidade um método inovador para a tutela da produção de tecnologias verdes, principalmente para o ramo da biotecnologia, funcionando como um mecanismo provedor do desenvolvimento sustentável.

A propriedade intelectual quanto a sua positivação dentro do ordenamento jurídico brasileiro se dá atualmente, pelo sistema de propriedade industrial (Lei nº Lei 9.279/96) e de Patentes, subdivisões da propriedade intelectual.

A propriedade intelectual se divide substancialmente em dois grandes ramos: direito de autores e direito de indústria, o último é comumente chamando de propriedade industrial, conforme Figura 1.

Figura 1- Ramos da Propriedade Intelectual no Brasil



Fonte: MORAES, p. 47, 2014 apud Adaptado de Barbosa, 2010.

Os direitos de autores englobam o poder que o autor, o criador, o pesquisador, tradutor ou artista tem de controlar o uso que se faz de sua obra (DUARTE, 2009, p. 5). Aqui o que se busca é a proteção da obra para que o investimento, intelectual e/ou financeiro tenha

[1]Conforme a Resolução n. 283/2012, no Artigo. 2º entende-se por patente verde: os pedidos de Patentes Verdes os pedidos de patentes com foco em tecnologias ambientalmente amigáveis ou ditas tecnologias verdes, sendo tais tecnologias dispostas e apresentadas em um inventário publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual -OMPI- excluindo as áreas: a) administrativas, regulamentadoras ou aspectos de design; e, b) geração de energia nuclear.

retorno. A proteção sobre o assunto encontra-se positivada, no ordenamento jurídico brasileiro, no art. 5º, XXVII da Constituição Federal e pela Lei n.º 9.610/98.

Quanto à espécie propriedade industrial, ela pode ser definida como "o conjunto dos institutos jurídicos que visam garantir os direitos de autor sobre as produções intelectuais do domínio da indústria e assegurar a lealdade de concorrência comercial e industrial" (GAMA CERQUEIRA, 1998, p. 5).

A propriedade industrial é tratada em legislação própria, desde o ano de 1996, por meio da Lei n.º 9.279/96 que estabelece as normas referentes à propriedade industrial abrangendo os produtos e processos derivados da Biotecnologia.

No que concerne à propriedade intelectual esse artigo se concentrará nas patentes, especificamente na patente verde, todavia, antes são necessárias considerações conceituais acerca das patentes de modo geral.

É a definição de patente segundo Barbosa (2012, p.295):

> É um direito, conferido pelo Estado, que dá ao seu titular a exclusividade da exploração de uma tecnologia. Como contrapartida pelo acesso público ao conhecimento dos pontos essenciais do invento, a lei dá ao titular da patente um direito limitado no tempo, no pressuposto de que é socialmente mas produtiva em tais condições a troca da exclusividade de fato (a do segredo da tecnologia) pela exclusividade temporária de direito.

E ainda, segundo Barbosa (2012, p. 339) as patentes podem tomar as seguintes formas:

> Quanto ao **objeto** podem ser de **processo**, ou de produto, etc., conforme a natureza da solução técnica aportada.
> Quanto à **finalidade**, podem ser patentes de **invenção**, **modelos de utilidade**, certificado de invenção etc., ou - como lembra a CUP Art. 1º(4) -, patentes de importação, patentes de aperfeiçoamento, patentes e certificados de adição, etc (grifo da autora).

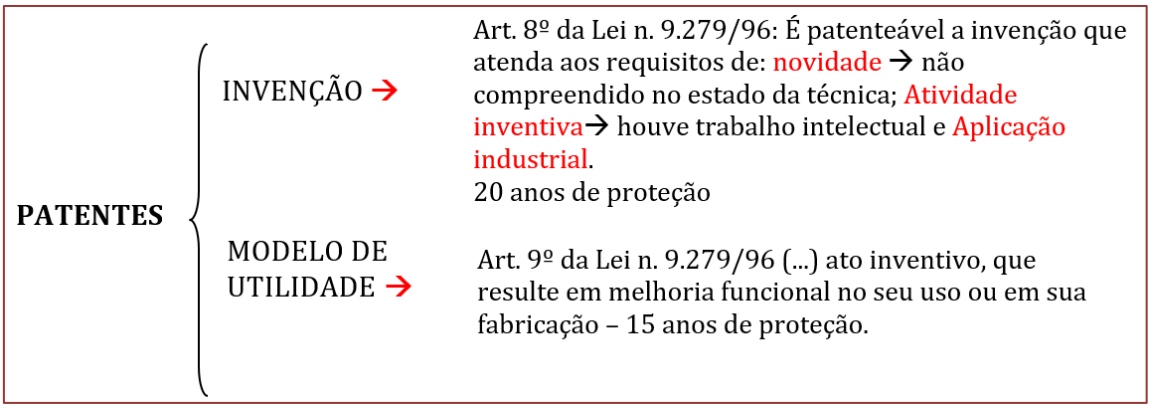
Desse modo, quando a tecnologia consiste na utilização de certos meios para alcançar um resultado técnico através da ação sobre a natureza, tem-se no caso uma patente de processo. Assim, o conjunto de ações humanas ou procedimentos mecânicos ou químicos necessários para obtenção de um resultado (aquecer, acrescer um ácido, trazer o produto a zero absoluto) serão objeto desse tipo de patente (BARBOSA, 2012, p.340).

Já quanto à forma de patentes de invenção a Lei 9.279/96 se absteve de definir o que seja invento, apenas detalhando, no art. 10, o que não é invento. Possivelmente a falta de definição do que é invenção resulta da prática do exame de patentes.

> Invento é uma solução técnica para um problema técnico. Essa a noção que deriva do texto constitucional. Invenção é a criação industrial maior, objeto da patente de invenção, à qual, tradicionalmente, se concede prazo maior e mais amplidão de proteção. Assim, invento é termo genérico, do qual invenção é específico (BARBOSA, 2012, p.296).

É indispensável à distinção entre patente de invenção e de modelo de utilidade, demonstrada na Figura 2:

Figura 2- Ramificação das patentes



Portanto, há patente que quanto ao objeto é de processo e quanto à finalidade é de invenção.

As leis nacionais de regra exigem, sob várias formulações redacionais, os seguintes pressupostos técnicos para a concessão de patentes (BARBOSA, 2012, p.333):

- Novidade - que a tecnologia ainda não tenha sido tornada acessível ao público, de forma a que o técnico, dela tendo conhecimento, pudesse reproduzi-la;
- atividade Inventiva - que a inovação não decorra obviamente do estado da arte, ou seja, que o técnico não pudesse produzi-la simplesmente com o uso dos conhecimentos já acessíveis e
- utilidade Industrial - que a tecnologia seja capaz de emprego, modificando diretamente a natureza, numa atividade econômica qualquer.

Pondera-se que no requisito utilidade industrial tutelado no artigo 15 do CPI, exige-se que o invento seja a solução de um problema técnico, ou seja, pertinente a qualquer tipo de indústria. Este termo "qualquer", porém, tem encontrado um importantíssimo requisito, o de que a indústria seja daquelas cujo resultado importe em mudança dos estados da natureza. Assim, o teste é se o problema técnico solucionado presuma tornar objetos mais pesados ou mais leves, ácidos ou básicos, estáveis ou explosivos. Tal é o resultado do dispositivo que, em geral, veda o patenteamento de processos mentais, jogos, esquemas de investimento, etc (BARBOSA, p.333, 2012).

Salienta-se que cada gênero de patente recebe uma proteção de caráter diverso, a patente de processo dá a exclusividade do uso dos meios protegidos na produção do resultado assinalado, mas não dá, necessariamente, a exclusividade sobre o resultado, desde que ele possa ser gerado por outro processo.

2. O DESENVOLVIMENTO DAS PATENTES VERDES NO BRASIL: ANÁLISE JURÍDICA DA RESOLUÇÃO N. 283/2012

Tendo em vista a globalização, o crescente desenvolvimento de novas tecnologias em prol do meio ambiente e a expansão da economia sustentável, a propriedade intelectual através das patentes verdes tornou-se, na modernidade, um método inovador para a tutela da produção de tecnologias verdes, principalmente para o ramo da biotecnologia, funcionando como um mecanismo provedor do desenvolvimento sustentável.

Para a melhor compreensão das atuais conjecturas que envolvem algumas das novas vertentes de reflexões ambientais, primeiramente, precisa-se buscar a concepção do termo Sustentabilidade, que posteriormente, transmuta-se para a ideia de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar do conceito de Sustentabilidade ser mundialmente conhecido e cada vez mais utilizado, não existe um real consenso quanto ao seu significado, uma vez que Sustentabilidade tem diferentes significados para diferentes pessoas (KEENEY a*pud* MARCATTO, p. 4, 2002), apesar do termo ser muitas vezes utilizado como se o consenso em relação ao seu significado de fato existisse (REDCLIFT apud MARCATTO, 2002, p. 4).

A palavra sustentabilidade tem sua origem do Latim *sus-tenere* (EHLERS apud MARCATTO, 2002, p. 4,), que significa suportar ou manter.

O conceito de Sustentabilidade, relacionado com o futuro da humanidade, foi usado pela primeira vez em 1972, no livro *Blueprint for Survival* (KIDD apud MARCATTO, 2002, p. 4). No final dos anos 70, o termo incorporou dimensões econômicas e sociais, passando a ser globalmente utilizado (MARCATTO, 2002, p. 4).

Em realidade, os distintos significados para o conceito de sustentabilidade revelam diferentes, muitas vezes conflitantes, valores, percepções e visões políticas a respeito de como a agricultura, a indústria, o comércio, deveriam desenvolver-se, e de como os recursos naturais deveriam ser utilizados. Dessa maneira, Sustentabilidade é um conceito em disputa, no qual abriga diferentes e até opostas concepções políticas e propostas de desenvolvimento, partindo desde aquelas que propõem simples ajustes no presente modelo de desenvolvimento, até aquelas que demandam mudanças mais radicais/estruturais nos padrões de produção e de consumo da sociedade como um todo (MARCATTO, 2002, p. 4).

Um outro conceito, relativamente novo, relacionado com sustentabilidade é o de Desenvolvimento Sustentável. O conceito foi utilizado pela primeira vez no documento Estratégia de Conservação Global (*World Conservation Strategy*), publicado pela *World Conservation Union*, em 1980. Foi, porém a partir da publicação do "Relatório *Bruntland*: Desenvolvimento Sustentável", em 1987, que o termo passou a ser mundialmente conhecido e utilizado (MARCATTO, p. 5, 2002).

De acordo com o Relatório *Bruntland*: o Desenvolvimento Sustentável é aquele que "garante às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem às suas" (*World Commission on Environment and Development*, apud MARCATTO, 2002, p. 5).

Muitas vezes, sustentabilidade torna-se sinônimo de desenvolvimento sustentável, sendo um substantivo para representar os mesmos fundamentos e objetivos do último. Porém, **a sustentabilidade tem um tripé que é econômico, social e ambiental, significando uma busca pelo equilíbrio entre a melhora da qualidade de vida dos homens e o**

limite ambiental do planeta, portanto, trata-se de um termo mais amplo. Já o desenvolvimento sustentável, remete ao convívio harmônico entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, então, tal concepção se concentra especificamente na seara econômica (grifo da autora).

Focalizando a preocupação com os impactos ambientais e objetivando o desenvolvimento sustentável, vários são os exemplos de tecnologias que foram criadas e desenvolvidas para esse fim (tecnologias verdes): geração de energia a partir de resíduos; conversores de plástico em petróleo; rodovias solares; automóveis movidos a ar; fazendas verticais, etc.

Tendo em vista a crescente relevância dessa temática, em abril de 2012 foi implementado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial- INPI, autarquia federal responsável por examinar os pedidos de patentes no Brasil, o Programa Piloto de Patentes Verdes, via Resolução n. 283/2012.

Sobreleva-se que tal programa através da Resolução vigente PR nº 131/2014, teve seu prazo estendido até abril de 2015 para inscrição de novos pedidos ou processos já iniciados, com um limite de 500 novos projetos, e sua terceira fase encerrou em 16 de abril de 2016. A partir de 06 de dezembro de 2016, o INPI passou a oferecer o exame prioritário de pedidos relacionados a tecnologias verdes como serviço.

Conforme a Resolução n. 283/2012, entende-se por patente verde:

> Art. 2º Entende-se por pedidos de Patentes Verdes os pedidos de patentes com foco em tecnologias ambientalmente amigáveis ou ditas tecnologias verdes, sendo tais tecnologias dispostas e apresentadas em um inventário publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual -OMPI- excluindo as áreas: a) administrativas, regulamentadoras ou aspectos de design; e, b) geração de energia nuclear.

Para participar desse Programa inicial, segundo o INPI (apud CARDOSO, 2013), a patente teria que ter natureza de invenção. Esse programa piloto teve como principal objetivo reunir e acelerar o exame de pedidos de patentes que contemplam inovações relacionadas ao meio ambiente e ao mesmo tempo identificar novas tecnologias para o desenvolvimento sustentável, ou seja, tecnologias verdes.

Segundo o inventário da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Industrial) são tecnologias verdes os estudos que se relacionam com energia alternativa, transporte, conservação de energia, gerenciamento de resíduos, agricultura, energia nuclear e administrativo. Já para o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) são suprimidos a energia nuclear e administrativo (CARDOSO, 2013).

O Projeto Piloto, ou seja, Resolução n. 283/2012, baseada no inventário da OMPI, trouxe como tecnologias verdes no Anexo I da Resolução, o demonstrado na Figura 3:

Figura 3: Tipos de tecnologias verde no projeto piloto

Categorias	Subcategorias
Energias Alternativas	• Biocombustíveis; • Ciclo combinado de Gaseificação Integrada (IGCC); • Células-Combustível; • Pirólise ou gaseificação de biomassa; • Aproveitamento de energia a partir de resíduos de atividades humanas.
Transporte	• Veículos híbridos; • Veículos elétricos; • Estação de carregamento para veículos elétricos; • Veículos alimentados por energia extraída das forças da natureza (sol, vento, ondas, etc.); • Veículos alimentados por fonte de potência externa (energia elétrica, etc.); • Veículos com freios regenerativos; • Veículos cuja carroceria possui baixo arrasto aerodinâmico; • Veículos com embreagem eletromagnética (menor perda na transmissão).
Conservação de energia	• Armazenagem de energia elétrica; • Circuitos de alimentação de energia elétrica; • Medição do consumo de eletricidade; • Armazenamento de energia térmica; • Iluminação de baixo consumo energético; • Isolamento térmico de edificações;
	• Recuperação mecânica (ex: balanço, rolamento, arfagem).
Gerenciamento de resíduos	• Eliminação de resíduos; • Tratamento de resíduos; • Controle de poluição.
Agricultura	• Técnicas de reflorestamento • Técnicas de irrigação; • Pesticidas alternativos; • Melhoria do solo (ex: fertilizantes orgânicos derivados dos resíduos).

Fonte: RABÊLO; SOUSA, p.06.

A distinção estabelecida pelo INPI das patentes verdes em relação as patentes convencionais, está associada ao tempo administrativo para análise e concessão ou negativa do pedido patentário (ASSAFIM; CUSTÓDIO, p. 315, 2015). Já que para as patentes verdes o prazo para análise é muito inferior aos pedidos de patentes não verdes: "geralmente uma patente leva cerca de 5 a 10 anos para ser deferida, uma patente verde pode levar apenas 9 meses, devido a sua importância para a economia e principalmente para o meio ambiente" (ASSAFIM; CUSTÓDIO, p.316, 2015).

Vale resaltar que os requisitos da proteção das patentes verdes são igualmente os mesmo de uma patente normal, assim como os benefícios do inventor. Portanto, o que ocorre é uma célere análise do pedido e da tramitação administrativa (ASSAFIM; CUSTÓDIO, p.316, 2015).

Enfatiza-se que indiretamente as patentes verdes estão amparadas em nossa Constituição Federal, uma vez que essa na tentativa de proteger o meio ambiente sem obstruir o crescimento tecnológico-científico e consequentemente o econômico advindo da propriedade intelectual, estabeleceu ao Poder Público o dever de "preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e a manipulação do material genético" (art. 255, II, CF). Sob a mesma ótica social,

a Carta Magna estabelece que "a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional" (art. 218 § 2, CF).

Nota-se que a legalização das patentes verdes, Resolução n. 283/2012, promove dois efeitos: o monopólio e o desenvolvimento *lato sensu*.

Desenvolvimento à medida que visa acelerar o exame de pedidos de patentes que estimulem o progresso de novas tecnologias em prol do meio ambiente e da expansão da economia sustentável. Assim, o maior desenvolvimento tecnológico e econômico é resultado da proteção dos direitos de propriedade intelectual.

Nesse artigo, entende o desenvolvimento de modo amplo, como consequência de um desenvolvimento tecnológico e econômico. Para Comparato (p.3, 2006 apud GUISE, p. 396, 2001), desenvolvimento é um processo de longo prazo, impulsionado e viabilizado por políticas públicas nos campos econômico, social e político. Neste sentido, também afirma Barral (p.3, 2006 apud GUISE, p. 48, 2005) que o desenvolvimento não pode ser redutível ao mero crescimento econômico. Ele abrange valores sociais que vão muito além do conceito limitado de desenvolvimento econômico.

> A lógica que justifica uma maior regulamentação jurídica da propriedade intelectual como promotora do desenvolvimento nacional é a seguinte: quanto maior a proteção patentária, maior a transferência de tecnologia. Havendo transferência de tecnologia, há desenvolvimento tecnológico no país que concedeu a patente. E finalmente, desenvolvimento tecnológico gera desenvolvimento econômico, que gera desenvolvimento geral (GUISE, p. 4, 2006).

Logo, monopólio, pois a patente, seja ela verde ou não, confere a seu titular o controle da produção e da distribuição de produtos num determinado território e por um dado período de tempo, além de significar a apoderação do conhecimento. Nas patentes verdes, a monopolização é ainda mais preocupante por lidar com o "assenhoramento" da natureza e dos seres vivos.

> Explica-se: os títulos de propriedade intelectual geram direitos de uso, gozo e disposição *exclusivos*. O uso exclusivo da patente ou da marca, por exemplo, concretiza-se no universo econômico. Ora, é exatamente o *lucro* advindo do poder de excluir terceiros que recupera os investimentos realizados para o desenvolvimento de determinado produto e que incentiva a pesquisa. Em outras palavras, é a aplicação industrial do invento e a comercialização de seus resultados que gera desenvolvimento, tecnológico (por meio do incentivo à pesquisa e consequente capacitação humana) e econômico (GUISE, p.4, 2006).

Pondera-se que hoje a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) tem em pauta o projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que torna permanente o programa Patentes Verdes via o Projeto de Lei n. 158/2012, no qual objetiva alterar a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Atualmente o Projeto de Lei está na relatoria da Comissão.

3. CONCLUSÃO

A preocupação com a natureza, o desenvolvimento sustentável e o incentivo às tecnologias limpas, obtém na legislação referente a propriedade industrial e especificamente às Patentes Verdes, em uma época de rápidas transições emergem constantemente como temáticas presente em discussões de âmbito nacional e internacional, envolvendo economia, globalização, monopólio e meio ambiente, e sendo foco de pesquisas e questões políticas nos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Assim, a aplicação dos Programas de Patente Verde, principalmente quando são legisladas, abre espaço para várias possibilidades econômicas que tenham também a preocupação com a questão ambiental em nível internacional e nacional, enfocando os diversos ramos propícios a adesão de projetos que visem a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

[1] ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

[2] ASSAFIM, João Marcelo de Lima; CUSTÓDIO, Maraluce Maria. **Direito, inovação, propriedade intelectual e concorrência**. CONPEDI/ UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara; coordenadores:Maraluce Maria Custódio, João Marcelo de Lima Assafim – Florianópolis:CONPEDI, 2015. Disponível em < http://www.arraeseditores.com.br/media/ksv_uploadfiles/d/i/direito_inovacao_vol_2.pdf. > Acesso em: 10 de setembro de 2019.

[3] BARBOSA, D.B. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2 ed. São Paulo, SP: Lumen Juris, 2012.

[4] BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**. São Paulo: PEDEX, 1994.

[5] BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx. Nem contra Marx**. Unesp, 2013.

[6] _____ . **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

[7] BRAGA, Roberta Chaves. **Direito de propriedade e a Constituição Federal de 1988**. Fortaleza-Ceará, 2009. Monografia apresentada à banca examinadora e à Coordenação da Escola Superior da Magistratura - ESMEC, adequada e aprovada para suprir exigência parcial inerente a obtenção do grau de especialista em Direito Constitucional.

[8] BRASIL. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18ª Ed. São Paulo: SARAIVA, 2014.

[9] _____. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e

[10] obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm.> Acesso em: 4 de outubro de 2019.

[11] _____.**Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

[12] _____.**Resolução nº 283, de 2 de Abril de 2012**. Disciplina o exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, no âmbito do INPI, os procedimentos relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providencias. Disponível em <ld2.ldsoft.com.br/siteld/arq.../Comunicados_Patentes1_RPI_2154.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

[13] BRENNER, Neil; NIK, Theodore; PECK, Jamie. **Mal-estar no pós-neoliberalismo**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Maria Cristina Vidal Borba. In: Novos estud. - CEBRAP n.92. São Paulo Mar. 2012. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002012000100005>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

[14] BRITTO, Thiago Macedo Alves de. **Região: leituras possíveis de Milton Santos**. Dissertação de Mestrado. UFMG/GEOGRAFIA. Defesa junho de 2007 no Departamento de Geografia do IGC-UFMG. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=80414>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

[15] CARDOSO, Marcelo Gomes. UDESCO- Universidade do Estado de Santa Catarina. 2013. Disponível em < https://www3.wipo.int/wipogreen/docs/pt/flyer_2014.pdf.> Acesso em: 4 de outubro de 2019.

[16] CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida; SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da história** 2. 3. Ed.- São Paulo: Escala Educacional, Vol. 2, 2013.

[17] CURY, Rodrigo Diniz. **O Ideário neoliberal e suas "receitas": base para um estudo da (des)regulamentação jurídica das relações de trabalho**. Revista CEPPG – Nº 25 – 2/2011 –p. 147 à 165. Disponível em < http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/995963f9a9c7f18c2c6c4600888fb2cb.pdf> Acesso em: 4 de outubro de 2019.

[18] FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; LIMA, Michelle Fernandes; WIHBY, Alessandra. **Liberalismo clássico: origens históricas e fundamentos básicos**. 2014. Disponível em < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Michelle%20Fernandes%20Lima.doc.> Acesso em: 4 de outubro de 2019.

[19] FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, P. (Ed.) Pedagogia da exclusão: critica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 77-108.

[20] GUISE, Mônica Steffen. **Propriedade Intelectual no mundo contemporâneo: fomento ao desenvolvimento?** XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA - Manaus: DATA: 15, 16, 17, e 18 de Novembro de 2006. Disponível em <www.conpedi.org.br/.../propried_intelectual_monica_steffen_guise.pdf > Acesso em: 10 de agosto de 2019.

[21] HUBERMAN, Leo; **A História da Riqueza do Homem**. 2ª. Ed. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

[22] HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**. 21ª ed- São Paulo: Paz na Terra, 2014.

[23] IADEROZZA, Fábio Eduardo. **Neoliberalismo, sistema de Patentes e a liberalização do biomercado emergente no Brasil na década de 1990: a privatização do conhecimento tradicional e da biodiversidade nacional.** Campinas, SP. 2015. Orientador: Arlete Moysés Rodrigues. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

[24] LACRUZ, Berdejo J. L**. Elementos de Derecho Civil**. Direitos Reais. Vol.I. Madrid: Ed. Barcelona, 2000.

[25] LASKI, Harold. **Liberalismo europeu**. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

[26] LIMA, Máriton Silva. **Direito de propriedade**. Disponível em < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9342>. Acesso em: 4 de outubro de 2019.

[27] MARCATTO, C. **Agricultura Sustentável: Conceitos e Princípios**. Disponível em http://www.redeambiente.org.br/Artigos.asp?id_dir=6 . Acesso em: 4 de outubro de 2019.

[28] MARÉS, Carlos Frederico. **Função Social da Terra**. 4ª Ed. Paraná: Sergio Antonio Fabri, 2002.

[29] MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário brasileiro**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

[30] MARX, Karl. **Contribuição à critica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

[31] MASCARENHAS, Luciane Martins de Araújo; **Desenvolvimento Sustentável, Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança.** Curitiba: Ed. Letra da Lei, 2008.

[32] MENEZES, Wellington Fontes. **Capitalismo, monopólio e patentes: propriedade intelectual e a desmedida exploração dos bens intangíveis.** VI Colóquio Marx e Engels, GT-4: Economia e política no capitalismo contemporâneo, 2009. Disponível < www.ifch.unicamp.br/.../capitalismo%20-monopolio-e-

patentes.pdf > Acesso em: 10 de agosto de 2019.

[33] MORAES, Sara Maria Peres de. **Prospecção tecnológica em documentos de patente verde**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2014.

[34] MOREIRA, Eliane. et al. **Patentes Biotecnológicas: Um estudo sobre os impactos do desenvolvimento da Biotecnologia no Sistema de Patentes Brasileiro**. Centro Universitário do Pará.- CENSUPA. Disponível em <www.cesupa.br/saibamais/nupi/doc/.../Patentes%20Biotecnológicas.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

[35] NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

[36] PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade Intelectual e Universidade: aspectos legais**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2005.

[37] POLANY, Karl; **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 2000.

[38] RABÊLO, Olivan da Silva; SOUZA, Djeimella Ferreira de. **Ecoinovação: uma análise através das patentes verdes no Brasil.** ENGEMA- Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Disponível em < http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/250.pdf.> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

[39] RIBEIRO, Wagner Costa. **Globalização e geografia em Milton Santos**. Disponivel em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124h.htm. 2012.> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

[40] SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da história** 1. 3. Ed.- São Paulo: Escala Educacional, Vol. 1, 2013.

[41] SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

[42] SARRA, Adriana. **Propriedade intelectual e tecnologias verdes**. Revista Humanidades em dialogo-USP. V.5, p.77-91. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106241/104906>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

[43] SILVA, José Everton da. **A propriedade intelectual como uma evolução histórica do instituto da propriedade imaterial.** Disponível em <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=53c16d65d012198a.> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

[44] THERBORN, Goran. **A Crise Futura do Capitalismo**. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Capítulo 15

Das primeiras teorias científicas ao pragmatismo de Pierce

Elen Gomes Pereira

Resumo: A concepção indutivista (método hipotético-indutivo) é caracterizada por fatos adquiridos pela observação. Já na concepção dedutiva, quando novas observações são previstas a partir de observações anteriores e essas novas observações conjecturam uma hipótese ou lei, estamos deduzindo (hipotetizando) algo através do método hipotético-dedutivo. Porém, se o instrumento de medição muda, os dados mudam e é por isso que os métodos hipotético-indutivos e hipotético-dedutivos são limitados. O pragmatismo foi uma concepção da construção de conhecimento idealizada por Charles Sanders Peirce (1839-1914), o qual criticava o racionalismo crítico dos métodos hipotético-indutivo e hipotético-dedutivo porque desprezavam o valor da experiência. O objetivo do presente trabalho foi desenvolver uma revisão desde as primeiras teorias científicas a partir dos estudos iniciais da Epistemologia até o pragmatismo de Pierce. Esta pesquisa é classificada como aplicada, com abordagem qualitativa, objetivo exploratório e procedimento técnico bibliográfico. Como resultado observou-se que a Epistemologia passou por modificações ao longo da história, tratando-se de um ramo do conhecimento ainda inacabado. Conclui-se que, para Pierce, o conhecimento está tanto na religião como na ciência, desde que acreditem naquele conhecimento e façam as coisas de acordo com a sua crença.

Palavras-chave: Teorias científicas, pragmatismo, Pierce.

1. INTRODUÇÃO

Nos séculos XV, XVI e XVII Galileu Galilei e Descartes acreditavam que "observar, experimentar e medir" era a melhor forma de obter conhecimento científico, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: *À esquerda: dois telescópios de Galileu. Centro: Pintura de Giuseppe Bertini (1858) de Galileu demonstrando seu telescópio ao Doge de Veneza. À direita: página do caderno de Galileu sobre suas observações dos satélites de Júpiter*

Nota. Nasa, 2020.

Pode-se dizer que quando a humanidade começou a querer entender como as coisas são compreendidas, surgiu a Epistemologia. A palavra Epistemologia não tem um significado generalizado, mas podemos dizer que se dirige aos estudos de teorias científicas, como por exemplo, a forma como foi alcançada a culminância da lei da gravitação de Isaac Newton. Então, a Epistemologia tem caráter ou enfoque filosófico porque pensa no conhecimento, ou seja, na forma de conhecer algo. A partir dos estudos da Epistemologia chegou-se à conclusão de que "observação, experimentação e medição" são necessárias para a construção do conhecimento e assim foi definida a chamada concepção indutivista: fatos adquiridos pela observação. Ou seja, houve uma supervalorização da derivação de enunciados universais a partir de enunciados singulares por meio de indução (observação). Procuram-se padrões ou tendências para chegar a uma conclusão geral que possa explicar (ou simplificar) todos os casos semelhantes. Mas, existem certos conhecimentos que são "não observáveis". Por exemplo, quando fazemos uma pesquisa com professores depois de uma formação aplicada nos mesmos. Uma pesquisa seria o "observável" e as respostas que explicam os dados obtidos pela pesquisa são "não observáveis". O conhecimento adquirido pela parte "não observável" é denominado conhecimento teórico e é importante para a construção do conhecimento científico. De acordo com Flichman (1996):

> Embora não tomemos partido por enquanto em relação a essas interpretações, é inegável que o conhecimento científico é popularmente concebido desta forma. Assim, o conhecimento seria derivado dos fatos da experiência por meio da observação e da experimentação. A ciência se basearia, então, naquilo que é possível ver, ouvir, tocar, em última análise, em tudo o que se apresenta aos nossos sentidos e que podemos chamar

> de observável. (O significado deste termo é muito amplo, pois inclui também o que é, por exemplo, tangível ou audível.) (Flichman, 1996, p. 114).

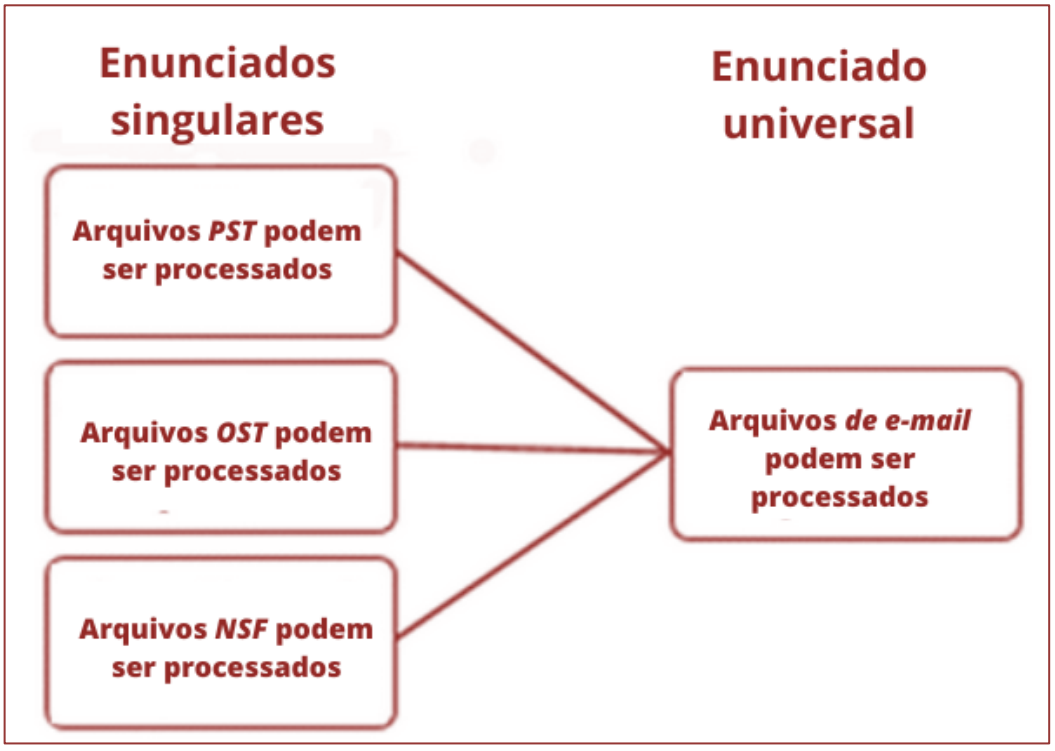
Os filósofos da ciência não concordam sobre a forma de conceber o conhecimento através da interpretação da observação; rejeitam o método hipotético-indutivo que pode ser "observado, experimentado e medido". Dizem que há problemas de interpretação quando alguém faz observações e que por indução só é possível chegar a leis empíricas, ou seja, as leis teóricas não são alcançadas por indução. Quando novas observações são previstas a partir de observações anteriores e essas novas observações conjecturam uma hipótese ou lei, também estamos deduzindo (hipotetizando) algo, mas através do método hipotético-dedutivo. Todas as leis, empíricas (observáveis) ou teóricas (não observáveis), provêm de conjecturas (hipóteses), razão pela qual os métodos científicos são chamados de hipotéticos: hipotético-indutivo e hipotético-dedutivo. Mas, assim como estes métodos têm potenciais, também têm impedimentos porque os dados medidos por alguma experiência são como o garfo que só captura sólidos. Se o instrumento de medição muda, os dados mudam e é por isso que os métodos hipotético-indutivos e hipotético-dedutivos são limitados.

Assim, Flichman (1996) resume as leis teóricas (não observáveis):

> Vimos que as leis empíricas conjecturadas devem satisfazer certas condições. O mesmo ocorre com as leis teóricas, que devem: a) explicar as leis empíricas e as observações já realizadas; b) correlacionar-se com outras leis e hipóteses teóricas e integrar-se em todo um sistema; c) prever novas leis empíricas não conhecidas anteriormente e, portanto, novas observações ainda não realizadas. (Flichman, 1996, p. 136).

Para melhor compreensão dos dois métodos, o método hipotético-indutivo está representado na Figura 2:

Figura 2: Exemplo geral do método indutivo



Nota. Retirado de Castellanos (2017) e traduzido da Língua Espanhola para a Língua Portuguesa por Elen Gomes Pereira.

O método hipotético-dedutivo já está representado na Figura 3:

Figura 3: Exemplo geral do método dedutivo.

Nota. Retirado de Espanhol (2017) e traduzido da Língua Espanhola para a Língua Portuguesa por Elen Gomes Pereira.

.

Seguindo a saga dos seres humanos buscando explicar como produzimos conhecimento, Auguste Comte (1798-1857) fundou o positivismo lógico, também conhecido como "Neopositivismo", "Empirismo Lógico" e "Círculo de Viena". O positivismo lógico teve grande impacto na segunda metade do século XIX e tem a lógica como critério de cientificidade; como procedimento de ciência, observação e teoria; como método, o hipotético-indutivo; e como verdade/veracidade, verificação. O método hipotético-

indutivo observa, generaliza e expressa os dados qualitativa ou quantitativamente. A técnica é a materialização do método para obter as informações necessárias, como, por exemplo, entrevistas e pesquisas abertas ou fechadas. Após o positivismo moderno deparamo-nos com uma nova forma de compreender o mundo que nos rodeia a partir do plano sensível (estético) onde a percepção da realidade através das experiências ultrapassa a experimentação de métodos indutivos e dedutivos. Primeiro há uma ligação com o fenomenal que está no plano corporal (olhos, ouvidos, nariz, boca e tato). Essa relação corporal está presente na criança e também no artista, que não necessita de teorias para conhecer o mundo. Os experimentos científicos proporcionam aos cientistas sensações estéticas. Às vezes, em um experimento científico, uma substância muda de cor, exala um cheiro ruim ou bom, faz barulho e até explode. Candelero (2017) explica que:

> **ii**. Ora, a ciência "esteticamente" (*Aisthesis*: percepção, conhecimento sensível) é um conhecimento da *visualidade* – a atividade "experimental" está incluída nesta afirmação. Há preeminência e determinação do *visual* sobre outros tipos de recepções. Todas as outras percepções são referidas e/ou interpretadas a partir da visão. Os sons são representados visualmente em medidores VU; escalas gráficas são feitas para tremores; termômetros de mercúrio para calor; luzes para *tempos musicais* (Candelero, 2017, p. 4).

A Modernidade que se iniciou na Europa entre os séculos XV e XVIII assistiu ao surgimento de uma "coisa" mental até então subvalorizada: a Arte. A precisão da ciência gera falseabilidade, mas a Arte não é exata e por isso não é falseável. Algo científico pode ser falseável (verdadeiro ou falso). Isto significa que a Arte não pode ser falseável, a Arte é a expressão da verdade que vem da mente. Assim, a humanidade presenciou pela primeira vez experiências obtidas através do olhar das maravilhosas pinturas de Leonardo Da Vinci, como a Mona Lisa criada por volta de 1503, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4: *Mona Lisa no Museu do Louvre, pintura de Leonardo Da Vinci, protegida por uma espessa camada de vidro que necessita de limpeza periódica*

Nota. National Geographic Brasil, 2019.

O Iluminismo tomou conta de 1685 a 1815, e a Arte tornou-se uma forma de perceber a Ciência, ou seja, não menos importante que o conhecimento científico. Assim como um cientista produz um experimento, o artista também o produz. O cientista ou artista projeta uma ideia e com os materiais é produzida uma obra com características de interesse do próprio sujeito. O experimento científico será uma experiência como a Arte, ambos produzem estímulos sensoriais em nosso corpo. Hoje em dia existem vários estímulos que as pessoas percebem através da tecnologia. Na Internet, por exemplo, você pode obter muitas informações úteis, mas também há lixo. É uma forma diferente de obter experiências desde a época de Leonardo Da Vinci, mas muito mais perigosa porque agora esses estímulos determinam o modo de ser das pessoas. Nas fotos e vídeos postados nas redes sociais todos parecem perfeitos, lindos e maravilhosos. Hoje, num mundo acelerado, uma das maiores dificuldades da humanidade é olhar para algo que não é tão bonito: os seus próprios erros. Nesse sentido, Candelero (2017) afirma que:

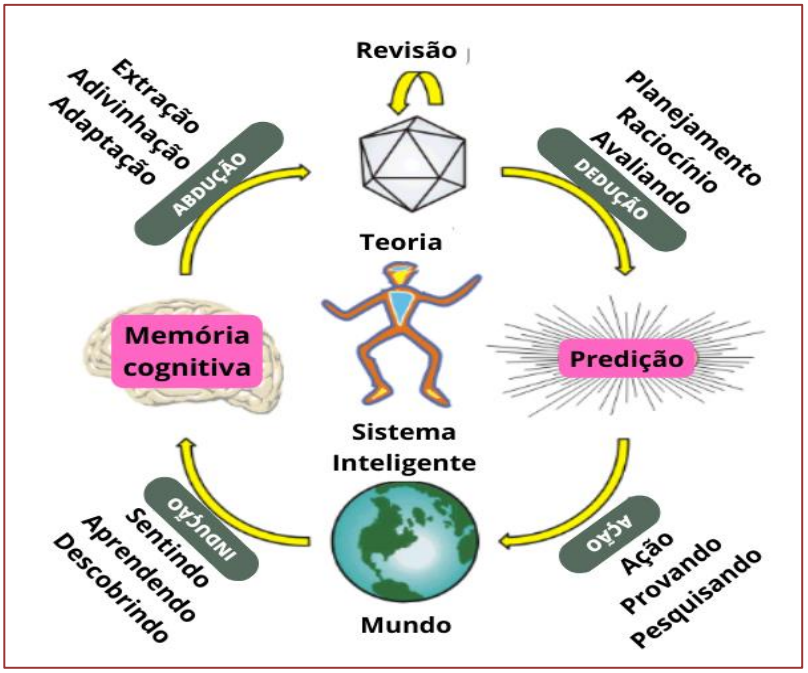
> Ora, este *afeto-em-mim* não é um simples estímulo (a noção de 'estímulo' subjaz persistentemente a uma ideia a *priori* e decisiva de 'sujeito/suporte/estrutura'), nem é uma 'disposição' que preserve o dado, mas uma *estrutura totalmente nova*, toda uma 'evolução ôntica'. Este é o maior perigo da *téchne* : ela não só nos fornece estímulos (entretém), ou nos fornece ideias (educa)..., ela também decide a *hominidade* dos *homens* (Candelero, 2017, p. 25).

As ideias do pragmatismo não são algo recente no século XX, já existiam desde o século V a.C. com Sócrates e difundiram-se ao longo do tempo com outros pensadores. Mas o uso do método pragmatista por eles não estava consciente de uma tarefa universal como é para William James, que acredita no princípio do pragmatismo formulado por Pierce.

Charles Sanders Peirce (1839-1914) foi um filósofo nascido em Massachusetts, nos Estados Unidos da América. Ele é considerado o pai da semiótica e fundador do pragmatismo. A inovação de Peirce foi usar metáforas e analogias para prever algo. Majundar e Sowa (2014) explicam o ciclo de pragmatismo de Pierce, onde a dedução é apenas uma parte de todo o ciclo. A dedução deriva de coisas já conhecidas através de analogias que produzem *previsão*, a *indução* generaliza casos específicos, a *abdução* apoia a formação de hipóteses, a *revisão* é adaptada por exceções e os testes servem para explicar racionalmente a realidade. *A memória cognitiva* representa uma fonte que associa abertamente todo o conhecimento e dados adquiridos do mundo por um sistema inteligente. O termo cognição vem da raiz latina "cognoscere", que significa "saber". Assim, para Peirce, além da indução, da dedução e da abdução, existe um quarto raciocínio: a *ação* . Na verdade, 'pragma' vem do grego que significa ação ou prática. O critério de cientificidade do método pragmatista é histórico ou eventual, o método que o pragmatismo utiliza é a analogia e a verdade/veracidade surge quando há sucesso (preditivo, descritivo e explicativo).

Arun K. Majundar e John F. Sowa publicaram um artigo em 2009 na *Conferência Internacional sobre Estruturas Conceituais* (ICCS) em Moscou, Rússia, intitulado "Dois paradigmas são melhores que um e vários paradigmas são ainda melhores" eles associaram os quatro raciocínios *indução, dedução, abdução e ação* através de um esquema que melhor elucida o ciclo de pragmatismo de Peirce. Este esquema foi traduzido da Língua Inglesa para a Língua Espanhola por Elen Gomes Pereira e está representado na Figura 5 abaixo:

Figura 5: O ciclo do pragmatismo de Peirce



Nota. Retirado de Majundar e Sowa (2014) e traduzido da Língua Inglesa para a Língua Portuguesa por Elen Gomes Pereira.

Então, para James (1984):

> Não há nada absolutamente novo no método pragmatista. Sócrates foi um de seus seguidores. Aristóteles usou-o metodicamente. Locke, Berkeley e Hume, com a sua ajuda, fizeram contribuições importantes para a verdade. Shadworth-Hodgson insiste que as realidades são exclusivamente o que são "conforme conhecidas". Mas estes pioneiros do pragmatismo usaram-no de forma fragmentada: nada mais foram do que os seus precursores. Não se difundiu até aos nossos dias, tomando consciência de uma missão universal e procurando conquistar um destino. Acredito neste destino e espero inspirar você com minha crença (James, 1984, p. 49).

Peirce (químico) e James (médico) encontravam-se regularmente para debates filosóficos no Cambridge Metaphysical Club, nos Estados Unidos da América. Ambos criticaram o racionalismo crítico porque desprezavam o valor da experiência. Várias coisas foram questionadas, como: De onde vem o conhecimento, da ciência ou da religião? A conclusão a que chegaram é que o conhecimento está em ambos, desde que acreditem nele e façam as coisas (é daí que vem o "pragma") de acordo com a sua crença. Como esclarece James (1984, p. 62): "Acabei de dizer que o que nos é conveniente é verdadeiro, a menos que a crença não entre incidentalmente em conflito com outra vantagem vital".

REFERÊNCIAS

[1] Candelero, N. (2017). Ciência, Arte, Mídia. Considerações em torno da experiência . Caderno de Estética. Vermelho, Gotham City, Rosário.

[2] Flichman, EH (1996). Módulo 3 - Primeiras Reflexões sobre Teorias Científicas (I). Em G. Boldo, EH Flichman, A. Pacífico e J. Yague (Ed.) Pensamento Científico (pp. 143-168). Buenos Aires: CONICET.

[3] James, W. (1984). Pragmatismo: um novo nome para algumas velhas formas de pensar. Edições Orbis, Barcelona.

[4] PANELA. Administração Nacional Aeronáutica e Espacial. (2020). https://www.nasa.gov/feature/410-years-ago-galileo-discovers-jupiter-s-moons

[5] National Geographic Brasil. (2019). https://www.nationalgeographicbrasil.com/2019/04/leonardo-da-vinci-500-anos-morte-genio-artista-engenheiro-cientista

[6] Castellanos, BJP (2017). O uso de métodos dedutivos e indutivos para aumentar a eficiência do processamento de aquisição de evidências digitais . Cadernos de Contabilidade, 18 (46).

[7] Majumdar, AK, Sowa, JF (2009). Dois paradigmas são melhores que um, e múltiplos paradigmas são ainda melhores. In: Rudolph, S., Dau, F., Kuznetsov, SO (eds) Conferência Internacional sobre Estruturas Conceituais (ICCS): Aproveitando Tecnologias Semânticas. Notas de aula em Ciência da Computação, vol 5662. Springer, Berlim, Heidelberg. https://www.researchgate.net/publication/221648985_Two_Paradigms_Are_Better_Than_One_and_Multiple_Paradigms_Are_Even_Better

Capítulo 16

Mapeamento do processo produtivo de uma empresa de alimentação: o caso da torta da Ju, na cidade de Mossoró / RN

Jacinta de Fátima Martins Malala
Ana Augusta da Silva Campos
Andrea Kaliany Costa Lima
Fábio Ricardo Procópio de Araújo
José Orlando Costa Nunes
Iris Samara de Souza Saraiva

Resumo: O objetivo do estudo é mapear o processo produtivo de uma empresa de alimentos. Para isso, os objetivos específicos foram estudar o processo produtivo atual da empresa, elaborar o fluxograma do processo produtivo atual e propor um novo fluxograma, com sugestões de melhorias.

Palavras-chave: Melhorias, fluxograma, produção.

1. INTRODUÇÃO

Os profissionais que atuam na área da indústria alimentícia precisam compreender que se trata de uma área crucial na vida humana, por esta razão é necessário entender os fatores que envolvem a produção alimentar, tais como, a qualidade e a segurança. É importante o conhecimento das etapas que envolvem a produção alimentar.

É importante também, destacar a alta competitividade do ramo atualmente. De acordo com um levantamento feito pelo SEBRAE (2023) as pequenas empresas do ramo alimentício estão entre as mais promissoras do país, apresentando altas taxas de abertura de novos negócios e de expansão no mercado interno.

A alimentação fora de casa tem sido uma opção para cada vez mais pessoas. Do total das despesas das famílias brasileiras com alimentação, quase um terço (32,8%) é dedicado a refeições fora do domicílio, conforme Loschi (2019). Desta forma, entende-se que empreender no ramo de alimentos é uma boa alternativa para quem busca ter um negócio bem-sucedido.

Nesse contexto, a indústria em estudo não se encontra fora dessa realidade. É uma empresa em início de negócio, mas com grande potencial de crescimento e expansão no mercado local.

Conforme Bueno, Maculan e Aganette (2019, p.3) o mapeamento de processos consiste na elaboração na [...] representação de dados, textos e símbolos, que organizam a informação para que seja possível a tomada de decisões estratégicas dentro das organizações". Ainda conforme Slack. Chambers e Johnston (2009) para mapear um processo é necessário descrever as atividades envolvidas relacionando cada dentro do processo para melhor compreender o todo. Compreender as etapas do processo produtivo é um fator importante para obter melhorias e atender melhor às necessidades dos clientes.

Para isso é necessário fazer isso de ferramentas gerenciais que permitam visualizar como o processo acontece. Conforme Santos, Perufo, Marzall, Garlet e Godoy (2015, p. 115) o fluxograma é "[...] uma ferramenta de gestão organizacional, excelente para mapear e entender o funcionamento interno e externo de relacionamento entre os processos empresariais".

Assim, o objetivo do estudo é mapear o processo produtivo de uma empresa de alimentos. Para isso, os objetivos específicos foram estudar o processo produtivo atual da empresa, elaborar o fluxograma do processo produtivo atual e propor um novo fluxograma, com sugestões de melhorias.

Nas pequenas empresas os processos tendem a ser menores e menos complexos, tendo como consequência a falta de gerenciamento voltado para processos, comprometendo a execução, uma vez que o quantitativo de pessoal é reduzido. Portanto, a questão que se coloca é: Como acontece as etapas do processo de produção na microempresa Torta da Ju, na cidade de Mossoró/RN?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ANÁLISE DE PROCESSOS

O estudo de processos administrativos tem como técnica mais utilizada a elaboração de fluxogramas. É uma técnica muito conhecida, muitas vezes chamada de gráfico de procedimento, gráfico de processos, fluxo de pessoas e papéis ou ainda fluxo de

documentos. Utilizando o sentido etimológico da palavra, em geral, se utiliza o termo fluxograma para todo e qualquer gráfico que demonstre um fluxo.

Para Bueno, Maculan e Aganette (2019, p.3) a representação da informação nas organizações compreende "[...] padronizar documentos para comunicação interna e recuperação do conhecimento organizacional na finalidade de gerar suporte administrativo aos gestores."

Uma técnica muito utilizada é o mapeamento de processos. De acordo com Bueno, Maculan e Aganette (2019, p.4) o mapeamento de processos "é elaborado para estabelecer o lugar e verificar como melhorar o funcionamento de processos de instituições públicas e privadas." Para Bueno, Maculan e Aganette (2019, p.4):

> O mapeamento de processos é o ponto de partida para implementar a gestão por processos. Ele é o instrumento para identificar, representar, visualizar e analisar os processos de negócios existentes em uma organização e aperfeiçoar com melhorias e modelar os novos processos com os objetivos estratégicos das empresas.

De acordo com Santos, Perufo, Marzall, Garlet e Godoy (2015, p. 111) "[...] os processos representam o alicerce dos produtos que serão produzidos e isso requer uma gestão organizada." Conforme Bueno, Maculan e Aganette (2019, p. 3) o gerenciamento por processo permite "[...]visualizar como os processos se desenvolvem e seus resultados para melhor atender aos clientes da organização". Com isso é possível, entender a relação entre os diversos setores e a entrega de cada um, aos seus clientes internos.

Para Santos, Perufo, Marzall, Garlet e Godoy (2015, p. 112) a gestão do mapeamento de processos, a perspectiva "[...]é concebida como um conjunto de atividades e pessoas inter-relacionadas e organizadas para transformar insumos em produtos ou serviços com o uso ótimo de recursos e com foco no cliente".

Conforme Santos, Perufo, Marzall, Garlet e Godoy (2015) o desempenho organizacional está positivamente e significativamente relacionado com a aplicação de métodos de melhoria contínuos e uma cultura alinhada com a abordagem voltada para processos.

2.2. FLUXOGRAMAS

Llatas (2018) define fluxograma como um recurso gráfico que serve para descrever a ordem em que é executado determinado conjunto de atividades, possibilitando a avaliação e o redesenho da operação, se for o caso.

Para Santos, Perufo, Marzall, Garlet e Godoy (2015, p. 115) o fluxograma é uma "uma ferramenta de gestão organizacional, excelente para mapear e entender o funcionamento interno e externo de relacionamentos entre os processos empresariais". Ainda de acordo com Santos, Perufo, Marzall, Garlet e Godoy (2015) os fluxogramas são representações gráficas, formados por meio de diagramas simples para documentar algoritmos e processos.

O fluxograma, de maneira geral, procura apresentar o processo passo a passo, ação por ação. Toda ocorrência num determinado processamento deve merecer o registro na folha de fluxograma. Há fluxogramas que exigem menos registros e, por consequência, nem toda ação é registrada. Pode ocorrer que o fluxograma não demonstre, a rigor, nenhuma ação, nenhum passo. Revelará, apenas, o fluxo de documentos. Cada um, cada tipo de

fluxograma deve ter sua destinação específica. (Araújo, 2001). Para Reis e David (2010, p. 121) o fluxograma "consiste em mapear os fluxos e os processos de trabalho, publicizando-os, cartografando-os por meio de uma representação gráfica, tornando-os uma ferramenta para reflexão da equipe".

A grande vantagem de se utilizar a fluxogramação é a facilidade de visualização, tanto da sequência de atividades, como da forma como as atividades se desenvolvem. O processo é formado pelos movimentos de papéis entre pessoas e unidades da organização e tem, sempre, um início e um fim claramente delimitados. Araújo (2001, p. 65) sintetiza o objetivo do estudo de processo "é o de assegurar a fluidez dessa movimentação e manter os limites de decisão dentro do de princípios que não permitam a ineficiência e ineficácia de todo o processo".

Harry Miller (1988) considera que não há rigorosamente um objetivo para os estudos de processos, mas vários objetivos secundários que responderiam a um objetivo mais amplo, ligado a todo trabalho operacional da organização, elencando os seguintes objetivos:

- Identificar a utilidade de cada etapa do processo;
- Verificar as vantagens em alterar a sequência das operações;
- Procurar adequar as operações (passos) às pessoas que as executam;
- Identificar a necessidade de treinamento para o trabalho específico de processo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa pode ser classificada como exploratória. Conforme Gil (1999, p.43) as pesquisas exploratórias "[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". A técnica de pesquisa é a observação *in loco.*

O instrumento de levantamento de dados foi uma entrevista com a responsável pela empresa e gerente de produção para conhecer o processo produtivo e construir o fluxograma. A entrevistada foi contactada para a entrevista e informada que se tratava de um projeto de pesquisa do Curso de Administração, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, obtendo assim seu consentimento para participação do estudo. Por meio da entrevista foi possível compreender o processo produtivo da empresa e elaborar o fluxograma atual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise da rotina do processo de produção de uma torta de frango, relatado pela gestora da empresa e também gerente de produção. Por meio da entrevista foi possível estudar o processo produtivo e elaborar o fluxograma vertical atual, posto que retrata melhor o estudo proposto para análise. Isso levou ao mapeamento do processo produtivo da microempresa Torta da Ju, conforme Figura 01. A empresa em estudo, faz parte do Centro de Incubação Tecnológica do Semiárido – CITECS, incubadora localizada no Campus Central da UERN.

Figura 01 – Fluxograma Atual do Processo Produtivo da Torta

Passos	Tipo de atividade Operação Transporte Espera Inspeção Armazenagem	Responsável	Atividade
01		Gerente de Produção ou Auxiliares	Compra os ingredientes (filé de frango), uma caixa com x quilos. Compra com base no menor preço, sempre a mesma marca.
02		Gerente de Produção ou Auxiliares	Coloca no freezer e descongela à noite.
03		Gerente de Produção	Pela manhã coloca em uma bacia.
04		Gerente de Produção	Corta em pedaços, sem lavar. Retira os ossos e as peles.
05		Gerente de Produção	Cozinha em uma panela de pressão, tempera com alho, cebola e colorau (só para dá uma cor).
06		Gerente de Produção	Refoga e cozinha e cozinha com a água que sobra do frango (por 6 minutos).
07		Gerente de Produção	Desfia no multiprocessador (1,5 k de frango).
08		Gerente de Produção	Coloca em uma bacia a quantidade que vai usar no dia.
09		Gerente de Produção	Reserva o restante.
10		Gerente de Produção	Prepara o molho (leite, creme de leite, requeijão, creme de cebola e 2 colheres de leite em pó). O leite em pó foi ideia de Jussara, não existia na receita.
11		Gerente de Produção	Reserva
12		Gerente de Produção	Prepara a massa (margarina, gordura vegetal, gema de ovo e farinha de trigo).
13		Gerente de Produção	Bate na batedeira, a margarina, a gordura vegetal, a gema de ovo e vai colocando a farinha de trigo.
14		Gerente de Produção	Abre a massa com o rolo.
15		Gerente de Produção	Coloca a massa nas travessas (pode ser travessa descartável ou não). Tamanho das travessas: P, M e G.
16		Gerente de Produção	Abre a massa para fazer a tampa do empadão.
17		Gerente de Produção	Coloca no forno por 35 minutos.
18		Gerente de Produção	Retira do forno e deixa esfriar.
19		Gerente de Produção	Embala com plástico filme
20		Gerente de Produção ou Auxiliares	Entrega ao cliente.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2023).

Com isso foi possível perceber uma centralização das atividades na pessoa da gerente de produção e responsável pela empresa. Essa centralização leva a uma sobrecarga de trabalho, ocasionando uma limitação no processo de produção. Quando a demanda aumenta, em época de festas natalinas, por exemplo, leva ao esgotamento físico da gerente de produção ao ponto de não atender a demanda existente. O gargalo do sistema de produção precisa ser resolvido trazendo um aumento da capacidade produtiva da empresa. A sugestão de melhoria é transferir algumas atividades da produção para outras pessoas, contratadas e treinadas para o processo produtivo e deixando o controle com a gerente de produção. Isso vai aumentar a capacidade produtiva da empresa Torta da Jú, possibilitando atender os pedidos com mais tranquilidade, sem sobrecarregar a gerente de produção e responsável pela empresa, conforme sugerido na Figura 02.

Figura 02 – Fluxograma Proposto do Processo Produtivo da Torta

Passos	Tipo de atividade Operação Transporte Espera Inspeção Armazenagem	Responsável	Atividade
01		Auxiliar de Produção	Compra os ingredientes (filé de frango), uma caixa com x quilos. Compra com base no menor preço, sempre a mesma marca.
02		Auxiliar de Produção	Coloca no freezer e descongela à noite.
03		Auxiliar de Produção	Pela manhã coloca em uma bacia.
04		Auxiliar de Produção	Corta em pedaços, sem lavar. Retira os ossos e as peles.
05		Gerente de Produção	Cozinha em uma panela de pressão, tempera com alho, cebola e colorau (só para dá uma cor).
06		Gerente de Produção	Refoga e cozinha e cozinha com a água que sobra do frango (por 6 minutos).
07		Gerente de Produção	Desfia no multiprocessador (1,5 k de frango).
08		Gerente de Produção	Coloca em uma bacia a quantidade que vai usar no dia.
09		Gerente de Produção	Reserva o restante.
10		Gerente de Produção	Prepara o molho (leite, creme de leite, requeijão, creme de cebola e 2 colheres de leite em pó). O leite em pó foi ideia de Jussara, não existia na receita.
11		Gerente de Produção	Reserva
12		Gerente de Produção	Prepara a massa (margarina, gordura vegetal, gema de ovo e farinha de trigo).
13		Gerente de Produção	Bate na batedeira, a margarina, a gordura vegetal, a gema de ovo e vai colocando a farinha de trigo.
14		Gerente de Produção	Abre a massa com o rolo.
15		Gerente de Produção	Coloca a massa nas travessas (pode ser travessa descartável ou não). Tamanho das travessas: P, M e G.
16		Gerente de Produção	Abre a massa para fazer a tampa do empadão.
17		Auxiliar de Produção	Coloca no forno por 35 minutos.
18		Auxiliar de Produção	Retira do forno e deixa esfriar.
19		Auxiliar de Produção	Embala com plástico filme
20		Auxiliar de Produção	Entrega ao cliente.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2023)

5. CONCLUSÕES

A presente pesquisa objetivou mapear o processo produtivo de uma torta de frango na microempresa Torta da Ju, com o objetivo de estudar todo o processo e identificar as oportunidades de melhorias nos processos da organização. Para tanto, foi feito um levantamento de dados, utilizando-se a entrevista como instrumento de levantamento de informações. Com os dados coletados foi feita uma rotina do processo de produção e em seguida o fluxograma do processo produtivo do produto principal, a torta de frango, procedendo a análise foi proposto o fluxograma melhorado. Os resultados mostraram que há uma centralização das atividades na pessoa da gerente de produção e responsável pela empresa. Essa centralização leva a criação de um gargalo no sistema de produção, sobrecarregando a gerente de produção com muitas atividades. A proposta melhorada e sugerida pelo estudo é uma descentralização das atividades, melhorando a capacidade de produção da empresa e permitindo atender a demanda reprimida.

REFERÊNCIAS

[1] Araújo, Luis César G. de. **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

[2] BUENO, Renato Varella; MACULAN, Benildes Coura M. S.; AGANETTE, Elisângela Cristina. Mapeamento de processos e gestão por processos: revisão sistemática de literatura. In: **Multíplos olhares em ciência da informação,** Vol. 9, Nº. 2, Ano 2019.

[3] GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

[4] Llatas, Maria Virginia. **Organização, Sistemas e Métodos**. 2. Ed - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

[5] LOSCHI, Marília. **Comer fora de casa consome um terço das despesas das famílias com alimentação.** [S/L]: IBGE, 2019.

[6] REIS, Valéria Maria; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal. O fluxograma analisador nos estudos sobre o processo de trabalho em saúde: uma revisão crítica. In: **Rev. APS**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 118-125, jan./mar. 2010.

[7] SANTOS, Lucas Almeida dos; PERUFO, Larissa Disconzi; MARZALL, Luciana FIGHERA; GARLET, Eliane; GODOY, Leoni Pentiado. Mapeamento de processos: um estudo no ramo de serviços. In: **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, Florianópolis, SC, Brasil, v. 7, n. 14, p. 108-128, 2015.

[8] SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Empreender na indústria de alimentos traz riscos e oportunidades**, [s/l]: SEBRAE, 2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/empreender-na-industria-de-alimentos-traz-riscos-e-oportunidades, Acesso: 23.11.23

[9] SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuar; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2009.

Capítulo 17

O protesto do contrato de honorários advocatícios

Milton Gordo Neto

Resumo: O presente trabalho de conclusão de pós-graduação faz uma análise doutrinária e jurisprudencial do protesto do contrato de honorários advocatícios, a fim de propiciar o melhor caminho para conciliar a utilização desse ato e sua regulamentação no atual ordenamento jurídico. Parte-se de uma análise do Tabelionato de Protesto e sua evolução histórica no Brasil. Aborda o procedimento para o protesto e o ato em si. Estuda a natureza jurídica e os princípios envolvidos no protesto. Faz uma breve análise sobre as discussões já ocorridas sobre a possibilidade de o advogado protestar o seu contrato de honorários advocatícios inadimplido. Finaliza concluindo que se deve incentivar tal conduta, pois atualmente esta modalidade de protesto é plenamente viável.

Palavras-chave: Protesto de títulos e outros documentos de dívida, tabelionato de protestos no Brasil, contrato de honorários advocatícios, protesto do contrato inadimplido.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico dispõe de um estudo a respeito de todos os aspectos envolvidos no protesto de honorários advocatícios. Desse modo, esse estudo é útil para a compreensão desse ato notarial que atualmente ostenta incontestável viabilidade. Também são estudados os antecedentes históricos do Tabelionato de Protesto e do próprio ato de protesto, sem deixar de abordar os princípios inerentes a esses temas.

A fim de realizá-lo, foram efetuadas pesquisas bibliográficas através dos mecanismos de busca na internet e, durante esta atividade investigativa, foram descobertos alguns julgados recentes das mais relevantes Cortes nacionais que corroboram as informações prestadas pela doutrina.

Logo, no capítulo inaugural, a fim de contextualizar o tema, fez-se uma análise dos protestos na América Latina.

Por fim, o derradeiro capítulo é vocacionado particularmente ao estudo do protesto de contrato de honorários advocatícios, sendo certo que todas as questões concernentes a este ato foram abordadas, inclusive origem histórica, discussões internas na Ordem dos Advogados do Brasil e nos Tribunais.

Portanto, com a realização deste trabalho acadêmico, depreende-se que as abordagens doutrinárias e legislativas sobre o do protesto e Tabelionatos de Protestos são essenciais, em um primeiro momento, antes de adentrar especificamente nos meandros do protesto do contrato inadimplido de honorários advocatícios.

Foram justamente esses debates doutrinários que proporcionaram o debate e consequente a mudança de posicionamento entre os membros que compõe a OAB, pois, em um primeiro momento, a legislação vedava o ato.

Hoje em dia, é mansa e pacífica a viabilidade de protestar o contrato que garante os honorários dos advogados, verba de natureza alimentar. Contudo, a ausência de divergência na atualidade não retira o brilho do propósito deste estudo, baseado em um apanhado histórico e doutrinário que explica a situação atual.

2. O PROTESTO NA AMÉRICA LATINA

Nesta toada, é interessante fazer apontamentos sobre como se realiza o protesto em outros países, com o propósito de circunstanciar o ato praticado em nosso país.

No Peru, por exemplo, Rolando Castellares Aguilar[1], em trabalho realizada na Universidade de Lima, explicou como o protesto notarial funciona em seu país:

> Outro ejemplo de esta flexibilización de la autenticidade y solemnidad es el hecho de admitir que e lacto o diligencia del protesto se encargue a um secretaio, auxiliar o persona de apoyo del funcionário o autoridade de fe, denominados em el caso de la legislación peruana, como “secretários notariales”, que reemplazan em esa labor al notário, quien queda relevado de cumplir dicha labor em forma personal, como toda outra función notarial.

[1] CASTELLARES-AGUILAR, Rolando. El protesto notarial. Advocatus, n. 019, 2008, p. 415-421.

Num primeiro momento, válido frisar que no Peru o cargo correspondente ao do Tabelião de Protesto no Brasil seria o de "secretário notarial", cuja atribuição engloba a "autoridad de fe", como se fosse a fé pública atribuída aos notários brasileiros.

Aprofundando-se na legislação peruana, Hugo Efraín Pacori Ramírez[2] elaborou minucioso trabalho acadêmico sobre o protesto peruano, inclusive fez referência sobre a possibilidade de sua utilização caso haja falta de pagamento:

> Protesto de falta de pago. El protesto por falta de pago de un título valor, se origina como consecuencia del incumplimiento del pago de parte del obligado principal o del girado en la fecha de vencimiento de la letra de cambio, es una diligencia notarial de carácter formal y pública en la que se requiere su cumplimiento a los obligados que suscribieron dicho título, de no realizar el pago estará expedito para el ejercicio de la acción cambiaria. Exp. N° 1699-1995-Lima, 10/11/1998 Explicó que: El protesto es una diligencia esencialmente notarial, de carácter netamente formal, solemne y público, en virtud de la cual se requiere a una o más personas intervinientes o nominadas en el ámbito del título valor para que acepten o la pague posteriormente en fecha de su vencimiento. El acta deberá contener el lugar, fecha y hora de diligencia. Su omisión perjudica las acciones cambiarias, las que ya no pueden iniciarse.

Na Argentina, embora a nomenclatura seja diferente, a sistemática notarial é muito parecida com a do Peru. Confira-se na obra de Eduardo Gabriel Clusellas[3]:

> Las escrituras públicas son los instrumentos extendidos en el protocolo de un escribano público o notario, u otro funcionario autorizado para ejercer las mismas funciones, que contiene uno o más actos jurídicos. Las copias o testimonios de la matriz son instrumentos públicos con las características propias del documento público notarial, dotados de validez, eficacia y fuerza ejecutoria. Ella posibilita la circulación del documento. El código admite la sinonimia entre los vocablos copias o testimonios a fin de terminar con la polémica entre la palabra "copia" que consignan las leyes notariales -al referirse a esta clase de reproducciones- y la palabra "testimonio" que es la utilizada en la práctica forense y notarial [...] Quedan así comprendidos los títulos que son instrumentos oficiales emanados de funcionarios cuyo contenido no es propio de la fe pública, pero por su jerarquía gozan de una presunción de legitimidad y de autenticidad que los habilita para su inclusión en este cuerpo legal como instrumentos públicos. Sin duda ello facilita su circulación y da la credibilidad y la solvencia que merecen los receptores.

À vista disso, percebe-se que na Argentina os titulares das serventias extrajudiciais são denominados de "escribano público o notário", cujos atos são dotados de "fe pública".

Esta análise comparada do direito notarial é cabível principalmente entre países que possuem ficadas no seu Direito raízes do *civil law*, ou seja, as nações que adotam o modelo romano possuem fortes semelhanças entre seus sistemas notariais.

---

[2] PACORI RAMIREZ, Hugo Efrain. Protesto de los títulos valores como institución jurídica en la función notarial de acuerdo a la Legislación Peruana, 2020, p. 31.

[3] CLUSELLAS, Eduardo Gabriel et al. Colegio de Escribanos Provincia de Buenos Aires. Revista Notarial, p. 46. v. 45, 2014.

Enfim, como se pode notar, entre os países latino-americanos há uma forte influência do Direito dos colonizadores, espanhóis e portugueses, sendo certo que esses adotam o *civil law* romano. Consequentemente, o protesto nesses países latinos possui basicamente a mesma função, embora haja algumas nomenclaturas diferentes.

3. O PROTESTO DO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em conta o desenvolvimento dos Tabelionatos de Protesto e as especificidades do protesto, agora é chegado o momento de discorrer sobre a evolução histórica da possibilidade de protesto dos honorários advocatícios.

Antigamente, durante a vigência do superado Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, era vedado o protesto de contratação não adimplida pelo cliente de serviços jurídicos. Assim dispunha o artigo 42 da legislação revogada[4]:

> O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, exceto a emissão de fatura, desde que constitua exigência do constituinte ou assistido, decorrente de contrato escrito, vedada a tiragem de protesto.

Contudo, hoje em dia, entrou em vigor o novo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, através da Resolução número 02/2015, do Conselho Federal. De acordo com a nova legislação, é viável o supramencionado protesto que outrora fora proibido, o atual artigo 52[5] assim prevê:

> O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, podendo, apenas, ser emitida fatura, quando o cliente assim pretender, com fundamento no contrato de prestação de serviços, a qual, porém, não poderá ser levada a protesto. Parágrafo único. Pode, todavia, ser levado a protesto o cheque ou a nota promissória emitido pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável.

Desse modo, uma vez configurado o não adimplemento da obrigação estabelecida de honrar o honorário advocatício, e tendo prova que o causídico credor se esforçou para receber pacificamente a quantia devida, geralmente através de notificações extrajudiciais, é plenamente possível o início do procedimento para protesto.

Convenientemente, José Rogério Cruz e Tucci[6] citou o atual entendimento do Tribunal de Ética da OAB subseção de São Paulo a respeito do tema:

> Tenha-se presente que, no início do ano de 2017, instada a se pronunciar, a 1ª turma de Ética Profissional do Tribunal de Ética e disciplina da

[4] TUCCI, José Rogerio Cruz e. Viabilidade de protesto do contrato de honorários advocatícios. Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-abr-28/paradoxo-corte-viabilidade-protesto-contrato-honorarios-advocaticios . Acesso em 09/08/2022.
[5] BRASIL. Resolução 02/2015. Conselho Federal da OAB. 19 de outubro de 2015.
[6] TUCCI, José Rogerio Cruz e. Viabilidade de protesto do contrato de honorários advocatícios. Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-abr-28/paradoxo-corte-viabilidade-protesto-contrato-honorarios-advocaticios . Acesso em 09/08/2022.

> OAB/SP, aprovou ementa, considerando não haver obstáculo legal a que o contrato de honorários advocatícios seja levado a protesto, pelo advogado ou pela sociedade de advogados, diante da inadimplência do cliente, tendo em vista que o documento tem natureza civil e decorre de relação sinalagmática, na qual o cliente expressou concordância com os seus termos.

E o mesmo autor, dando continuidade ao tema no mesmo artigo[7], também citou o recente posicionamento firmado pela Corregedoria do Tribunal Bandeirante:

> por força de Comunicado CG n. 2.383/17, publicado em 30 de outubro de 2017, a Corregedoria Geral da Justiça do nosso Estado autorizou os cartórios a protestar contrato de honorários advocatícios, desde que o advogado declare que tentou, sem sucesso, receber amigavelmente a quantia que alega inadimplida: "Aprovo o parecer do MM. Juiz Assessor da Corregedoria, para determinar a expedição de Comunicado, a ser publicado por três vezes no Diário Oficial, com o seguinte teor: 'Nos termos do parecer supra, fica autorizada a recepção a protesto de contrato de honorários advocatícios, desde que acompanhado de declaração firmada pelo advogado apresentante, sob sua exclusiva responsabilidade, de que tentou, sem sucesso, receber amigavelmente a quantia que alega inadimplida'...". Consoante os termos desse mencionado parecer da lavra do Juiz Assessor Iberê de Castro Dias, acolhido pelo então Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, "a atual disciplina legal explicitamente admite o protesto de cheque e nota promissória expedidos pelo cliente do patrono e, seguindo similar inteligência, afigura-se razoável admitir o protesto do próprio contrato de honorários advocatícios, documento bilateral, igualmente firmado pelo devedor, amoldado ao conceito de 'outros documentos de dívida', passíveis de protesto, nos termos do artigo 1º da Lei n. 9.492/97".

Neste mesmo diapasão já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, através do voto da Ministra Maria Isabel Gallotti, no AREsp 1457267[8], publicado no Diário Oficial no dia 04/06/2019:

> Trata-se de agravo interposto por VIER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MATE LTDA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado:
> APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS. AÇÃO ORDINÁRIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO.
> I. Não há vedação legal que impossibilite o protesto de contrato de honorários advocatícios. Observa-se que a própria OAB, através da Consulta n° 49.0000.2011.001955-3, destacou ser perfeitamente possível o protesto de contrato de honorários. [...] Nas razões do especial, aponta

[7] TUCCI, José Rogerio Cruz e. Viabilidade de protesto do contrato de honorários advocatícios. Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-abr-28/paradoxo-corte-viabilidade-protesto-contrato-honorarios-advocaticios . Acesso em 09/08/2022.

[8] BRASIL. AREsp 1457267. Superior Tribunal de Justiça, Decisão Monocrática da Ministra Maria Isabel Gallotti, Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=1457267&b=DTXT&p=true&tp=T . Acesso no dia 09/08/2022.

> a recorrente violação dos artigos 371, 1.013 e 1.022 do novo Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento das omissões relacionadas à ausência de concordância da ora agravante com o valor da cambial, dada falta de nota fiscal e demonstração do período do serviço; a tese de que o Código de Ética da Ordem dos Advogados expressamente vedava, à época, o lançamento de duplicata e seu protesto para os serviços advocatícios, bem como não debateu expressamente sobre os dispositivos apontados como violados para fins de prequestionamento.

A Corte paulista, por seu turno, também já se mostrou favorável ao protesto de honorários advocatícios em Acórdão relatado pelo desembargador Caio Marcelo Mendes de Oliveira[9], confira-se:

> MANDATO - Agravo de Instrumento Ação de execução de título extrajudicial Contrato de honorários advocatícios -Insurgência contra decisão que indefere o pedido de expedição de certidão para protesto, na forma do art. 517, § 2º, do CPC Título exequendo que prescinde da certidão pretendida para ser protestado Protesto possível, nos termos do Comunicado CG nº2383/2017 [...] Esta a hipótese dos autos, onde o agravante ajuizou a ação de execução de título extrajudicial com fundamento no contrato de honorários advocatícios subscrito pelas partes e por duas testemunhas (fls. 10/12 dos autos de origem), documento que, por si só, autoriza o protesto, nos termos do Comunicado CG nº 2383/2017, expedido por determinação do Corregedor Gera lda Justiça, Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças, no Processo nº 2017/171359São Paulo, em 4.10.2017:"A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos senhores Tabeliães de Protesto de Letras e Títulos que nos termos do parecer supra, fica autorizada a recepção a protesto de contrato de honorários advocatícios, desde que acompanhado de declaração firmada pelo advogado apresentante, sob sua exclusiva responsabilidade, de que tentou, sem sucesso, receber amigavelmente a quantia que alega inadimplida."

Como se pode observar nos aludidos arestos, o Corregedoria Geral de Justiça da Corte bandeirante já firmou posicionamento favorável ao protesto dos honorários advocatícios, portanto, no Estado de São Paulo, não há qualquer dúvida sobre a viabilidade do ato.

Dentro da Seccional de São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil já se manifestou a respeito do tema deste trabalho científico. Na ocasião, o Tribunal de Ética e Disciplina dos advogados paulista inclusive fez referência às posições históricas já adotadas por esta

[9] BRASIL. Agravo de Instrumento número 2155906-85.2019.8.26.0000. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Relator Caio Marcelo Mendes de Oliveira. Julgado no dia 08/08/2019. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do;jsessionid=8293ED7AD3B285CD1EA666914172A193.cposg1?conversationId=&paginaConsulta=0&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=2155906-85.2019&foroNumeroUnificado=0000&dePesquisaNuUnificado=2155906-85.2019.8.26.0000&dePesquisaNuUnificado=UNIFICADO&dePesquisa=&tipoNuProcesso=UNIFICADO#?cdDocumento=10 . Acesso no dia 09/08/2022.

Turma Deontológica, bem como pelo Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB. Confira-se no E-4.752/2016[10]:

> **CONTRATO ESCRITO DE HONORÁRIOS - PROTESTO - CABIMENTO - TÍTULO DE NATUREZA CIVIL, ORIGINADO DE RELAÇÃO SINALAGMÁTICA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 52 DO CED - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SIGILO PROFISSIONAL – PRECEDENTES**.
>
> É passível de protesto o contrato de honorários advocatícios pelo advogado ou sociedade de advogados, diante da inadimplência do cliente, tendo em vista que o documento tem natureza civil e decorre de relação sinalagmática, na qual o cliente expressou concordância com os seus termos. O art. 52 do CED veda apenas o saque e protesto de duplicatas ou eventuais outros títulos, de natureza mercantil, unilateralmente sacados pelo advogado. Ademais, pela própria natureza do procedimento do protesto, inexiste risco de violação ao sigilo profissional inerente à profissão, pois terceiros, estranhos à relação entre as partes, apenas poderão ter acesso à certidão que contém informações sobre o valor da dívida e os dados do devedor e do credor. Ainda que assim não fosse, os honorários advocatícios têm caráter alimentício e o art. 37 do CED permite exceção ao sigilo profissional em casos que envolvam a própria defesa do direito do advogado. Antes de encaminhar o contrato de honorários a protesto, no entanto, deve o advogado ou a sociedade de advogados promover a tentativa de recebimento amigável do seu crédito, valendo-se do protesto como última e excepcional hipótese para buscar a satisfação do seu direito. E, ao fazê-lo, deve o advogado ou a sociedade de advogados demonstrar, documentalmente, o inadimplemento do cliente e a tentativa de recebimento amigável. Precedentes dessa Turma Deontológica e do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB. [...] **PARECER -** Conheço da Consulta, por se tratar de questão formulada em tese sobre matéria ético-disciplinar e que, portanto, é de competência desta Turma Deontológica, nos termos do artigo 71, II, do CED, e do artigo 136, § 3º, I, do Regimento Interno desta Seccional. Além disso, trata-se de tema de extrema relevância para a classe que, diante do entendimento exarado pelo Tabelião de Protestos de Letras e Títulos de Santo André e pela Corregedoria Permanente do Cartório de Protesto de Letras e Títulos de Santo André, bem como da pendência de recurso da advogada no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, reclama um posicionamento claro e urgente deste órgão consultivo. Pois bem. Para que se possa responder, em tese, a Consulta que nos foi dirigida, é essencial que sejam antes assentadas algumas premissas relativas ao tema, qual seja, a possibilidade de protesto do contrato de honorários advocatícios pelo advogado ou sociedade de advogados. O Código de Ética e Disciplina da OAB vigente até 31 de agosto de 2016 estabelecia, em seu artigo 42, o seguinte: "Art. 42. O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de natureza mercantil, exceto a emissão de fatura, desde que constitua exigência do constituinte ou assistido, decorrente de contrato escrito vedado à tiragem e protesto." Sob a égide desse dispositivo, a jurisprudência desta Turma Deontológica fixou entendimento de que era vedado o protesto do contrato de

[10] BRASIL. Tribunal De Ética e Disciplina da Ordem Dos Advogados Do Brasil, Seccional de São Paulo. Proc. E-4.752/2016 - V.U., em 23/02/2017, do parecer e ementa do rel. Dr. Fábio Teixeira Ozi - Rev. Dr. Sérgio Kehdi Fagundes - Presidente Dr. Pedro Paulo Wendel Gasparini.

> honorários, vez que tal procedimento afrontaria as normas estabelecidas no CED e no Estatuto da OAB. [...] Todavia, o artigo 52 do atual Código de Ética e Disciplina trouxe importante alteração sobre o tema, nos seguintes termos: "Art. 52. O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja da sociedade de advogados, não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, podendo, apenas, ser emitida fatura, quando o cliente assim pretender, com fundamento no contrato de prestação de serviços, a qual, porém, não poderá ser levado a protesto. Parágrafo único. "Pode, todavia, ser levado a protesto o cheque ou a nota promissória emitida pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável". Como se percebe, diferentemente da proibição ampla constante do diploma anterior, o novo Código de Ética e Disciplina reconhece e normatiza duas situações distintas: no caput do artigo 52, o CED veda o saque e o protesto de títulos de natureza mercantil; no parágrafo único do dispositivo, o mesmo CED permite o protesto de outras espécies de títulos.

Portanto, o posicionamento sedimentado pelos membros do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB paulista, além de fazer um rico apanhado histórico sobre as discussões sobre o tema, também põe uma pá de cal sobre qualquer discussão a respeito da viabilidade do protesto abordado neste trabalho.

4. CONCLUSÃO

A rigor, o objetivo primordial proposto para o desenvolvimento deste trabalho foi a análise do protesto do contrato de honorários advocatícios não adimplido pelo cliente, a partir de uma pertinente abordagem sobre a trajetória histórica da possibilidade deste ato, antecedida pelo panorama atual dos Tabelionatos de Protestos e do ato de protesto.

Observou-se, em um primeiro momento, que o protesto está incutido no âmbito do serviço notarial e registral do Brasil, o qual é exercido em caráter privado, através de delegação, na qual o Estado é o ente delegante o titular da serventia é o delegatário, que apenas adquire tal status após aprovação em concurso público.

Fato é que a função notarial está umbilicalmente atrelada à segurança jurídica, de tal modo que a intervenção do tabelião de protesto é fiscalizada pelo Judiciário e, ao mesmo tempo, goza de fé pública.

Com base no exposto, conclui-se hoje em dia são passíveis de protesto os contratos de honorários advocatícios, sendo interessado a fazê-lo o advogado ou a sociedade de advogados, caso haja a comprovada inadimplência por parte do cliente, haja vista a natureza civil inerente ao contrato, no qual o cliente expressa a concordância com o regramento estabelecido pelo Código de Ética e Disciplina da OAB.

No entanto, nem sempre foi assim: o antigo Código de Ética e Disciplina da OAB estabelecia que o crédito por honorários advocatícios, que poderia ser tanto do advogado autônomo como da sociedade de advogados, não autorizava o saque de duplicatas ou qualquer outro título de natureza mercantil, exceto a emissão de fatura, desde que constituísse exigência do constituinte ou assistido, decorrente de contrato escrito, sendo expressa a sua vedação à tiragem e protesto.

Neste momento, os honorários advocatícios ostentam caráter alimentício, de tal forma que o artigo 37 do atual CED autoriza exceção ao sigilo profissional do causídico em situações que abrangem a sua própria defesa.

Contudo, antes de conduzir o contrato de honorários inadimplido a protesto no devido Tabelionato, o procurador deve se esforçar na tentativa de recebimento amistoso do seu crédito, valendo-se, portanto, do protesto apenas como última e excepcional empreitada para a satisfação do seu crédito.

À vista disso, quando o advogado vai realizar o protesto do contrato de seus honorários não adimplido o que, repise-se - deve ocorrer apenas excepcionalmente – ele deve demonstrar através de documentos idôneos o inadimplemento do seu cliente, bem como a sua tentativa de recebimento amistosa.

Restando claro, como se percebe, que a vedação constante no diploma anterior restou aniquilada pelo novo Código de Ética e Disciplina, que hodiernamente reconhece e normativa o protesto de outras espécies de títulos, inclusive o atinente aos honorários advocatícios.

Por derradeiro, o autor pretende que o seu trabalho venha de alguma forma contribuir para o melhor entendimento sobre o assunto e que, primordialmente, proporcione novas pesquisas e reflexões acadêmicas.

REFERÊNCIAS

[1] BRANDELLI, Leonardo. **Teoria Geral do Direito Notarial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

[2] BRASIL. AgInt nos EDcl no AREsp 1143983 / SP. Superior Tribunal de Justiça. Primeira Turma, julgado em 28/03/2022 Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=201701858022. Acesso em: 24/07/2022.

[3] Recurso Extraordinário nº 842.846/SC. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno, Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur408487/false. Acesso em: 08/07/2022.

[4] RE nos EDcl no Recurso Em Mandado De Segurança Nº 65140 – MG. Superior Tribunal de Justiça, Decisão Monocrática do Ministro Jorge Mussi, Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=149081382&num_registro=202003126534&data=20220330&tipo=0. Acesso em: 08/08/2022.

[5] REsp 1398356/MG. Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/decisoes/toc.jsp Acesso em: 08/08/2022.

[6] Agravo de Instrumento 496136/SP. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno, Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur95484/false Acesso em: 14/07/2022.

[7] ERESsp 1024691/PR. Superior Tribunal de Justiça, Segunda Seção, Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101020196&dt_publicacao=29/10/2012. Acesso em:17/07/2022.

[8] Ação Direta de Inconstitucionalidade 3264 / PR. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno, Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur461490/false Acesso em: 24/07/2022.

[9] Recurso Ordinário no Mandado de Segurança n. 59.024. Superior Tribunal de Justiça .Primeira Turma, julgado em 01/09/2020 Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho1141988/false. Acesso em: 23/07/2022.

[10] Agravo em Recurso Extraordinário n. 1303186 / SP. Supremo Tribunal Federal. Decisão proferida pelo Ministro Fux, julgado em 12/04/2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346151924&ext=.pdf . Acesso em: 23/07/2022.

[11] AREsp 2069172. Superior Tribunal de Justiça, Decisão Monocrática da Ministra Maria Isabel Gallotti, Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=153064329&num_registro=202200358740&data=20220517&tipo=0. Acesso em: 08/08/2022.

[12] REsp nº 1995256 – PE. Superior Tribunal de Justiça, Decisão Monocrática do Ministro Sérgio Kukina, Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=155583392&num_registro=202200967848&data=20220607. Acesso em: 08/08/2022.

[13] AREsp 1457267. Superior Tribunal de Justiça, Decisão Monocrática da Ministra Maria Isabel Gallotti, Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=1457267&b=DTXT&p=true&tp=T . Acesso no dia 09/08/2022.

[14] Agravo de Instrumento 2155906-85.2019.8.26.0000. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Relator Caio Marcelo Mendes de Oliveira. Julgado no dia 08/08/2019. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do;jsessionid=8293ED7AD3B285CD1EA666914172A193.cposg1?conversationId=&paginaConsulta=0&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=2155906-85.2019&foroNumeroUnificado=0000&dePesquisaNuUnificado=2155906-85.2019.8.26.0000&dePesquisaNuUnificado=UNIFICADO&dePesquisa=&tipoNuProcesso=UNIFICADO#?cdDocumento=10 . Acesso no dia 09/08/2022.

[15] Proc. E-4.752/2016. Tribunal De Ética e Disciplina da Ordem Dos Advogados Do Brasil, Seccional de São Paulo. - V.U., em 23/02/2017, do parecer e ementa do rel. Dr. Fábio Teixeira Ozi - Rev. Dr. Sérgio Kehdi Fagundes - Presidente Dr. Pedro Paulo Wendel Gasparini.

[16] Resolução 02/2015. Conselho Federal da OAB. 19 de outubro de 2015.

[17] Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

[18] Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005

[19] BROCHADO, Hilda Keunecke. **A influência do protesto de títulos extrajudiciais como mecanismo de recuperação de créditos**. H. K., & de Títulos, Lajeado, 2010.

[20] BUENO, Sérgio Luiz José. **O protesto de títulos e outros documentos de dívida: aspectos práticos**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2011.

[21] CASTELLARES-AGUILAR, Rolando. **El protesto notarial**. Advocatus, n. 019, 2008.

[22] CLUSELLAS, Eduardo Gabriel et al. **Colegio de Escribanos Provincia de Buenos Aires**. Revista Notarial, v. 45, 2014.

[23] DA CUNHA JUNIOR, Ivan Pedro Cesar. **Combate Ao Nepotismo Nas Serventias Extrajudiciais No Momento Da Vacância**. Conclusão de curso de Direito na Universidade UNIGRANRIO. 2020.

[24] DA SILVA, Vinícius Doiche Gama. **O Protesto de títulos e sua tendência tecnológica**. Fundação Educacional do Município de Assis/SP. 2012.

[25] DODEBEI, Vera. **Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social**. Datagramazero-Revista de ciência da informação, v. 12, n. 2, 2011.

[26] FARIA, Maycon Antônio Alvarenga. **A Desjudicialização Do Poder Judiciário Através Das Serventias Extrajudiciais.** 2020.

[27] FIGUEIREDO, Marcelo. **Análise da importância da atividade notarial na prevenção de litígios e dos conflitos sociais**. Revista de Direito Notarial, São Paulo, v. 2, 2010.

[28] LA-FLOR, Martiane Jaques. **O protesto extrajudicial e suas inconstitucionalidades**. Revista de Direito, v. 6, n. 02, p. 175-203, 2014.

[29] LOURENÇO, Vitor Hugo Nunes; SANCHEZ, Claudio José Palma. **Princípios Norteadores Da Função Notarial. Etic-Encontro De Iniciação Científica** - ISSN 21-76-8498, v. 13, n. 13, 2017.

[30] MARTINS, Cláudio. **Função Pública e Fé Notarial**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1976.

[31] OLIVEIRA, Brenda Karla de. **O protesto extrajudicial: ferramenta de recuperação de créditos**

de clientes e de honorários advocatícios sem custo ao advogado do Estado de Rondônia. 2019.

[32] PACORI RAMIREZ, Hugo Efrain**. Protesto de los títulos valores como institución jurídica en la función notarial de acuerdo a la Legislación Peruana**, 2020.

[33] PERIPOLLI, Francesca. **A natureza jurídica da duplicata virtual e sua relação com o protesto de títulos e outros documentos de dívida no tabelionato de Santa Rosa/RS**, 2013.

[34] PRATES, Bruno. **Controle e fiscalização dos tribunais de contas estaduais sobre a atividade extrajudicial.** 2021.

[35] ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio F. da.**Títulos de crédito**. 5.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

[36] SANTANA, Stephânya de Sousa. **Análise do instituto da fé pública sob enfoque dos serviços notariais e de registro**, 2010.

[37] SANTOS, Reinaldo Velloso dos. **Apontamentos sobre o protesto notarial**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

[38] SILVA FILHO, Roberto Moreira da et al. **A natureza jurídica das serventias extrajudicias e de seus emolumentos**. 2017.

[39] TRÉTON, Rodrigue. **Prelúdio à História do Notariado Público em Perpignan e no Condado de Roussillon (1184-1340).** In: Revista da Faculdade de Direito, v. 39, no .2, jul./dez. 2015.

[40] VELLOSO, Christian Lima. **Atividade notarial e registral: natureza jurídica e responsabilidade civil**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO

Graduada em Serviço Social pela UFF e Discente do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória, ES.

CARLOS EDUARDO ARAÚJO

Graduado em Direito pela USP. Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela EMESCAM.

CASSIA PERES MARTINS

Doutoranda do PLE – Programa de Pós Graduação em Letras (UEM), Técnica em Assuntos Educacionais (UTFPR-SH)

CÉSAR ALBENES DE MENDONÇA CRUZ

Graduado em Filosofia e Mestre em Educação pela UFES e Doutor em Serviço Social pela UERJ. Docente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM).

ELEN GOMES PEREIRA

Possui experiência na modalidade de Educação Especial como Docente de Educação Especial atuando no AEE em Institutos Federais com estudantes matriculados nos níveis Técnico (Eletromecânica, Informática e Produção de Moda), Tecnólogo (Tecnologia em Sistemas para Internet e Design de Moda) e Superior (Licenciatura em Computação) e como Professora de Educação Especial no modelo de codocência em escolas públicas do Estado de Santa Catarina nos níveis Fundamental e Médio. Possui vasta experiência na modalidade de Educação a Distância atuando como tutora presencial, tutora a distância e orientadora tanto em instituições públicas através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) como também em instituições privadas (Unyleya, Grupo Kroton e DtCom). Atualmente atua no cargo efetivo de Docente de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Instituto Federal da Bahia (IFBA) câmpus Porto Seguro. Possui interesse em ensino, pesquisa e extensão em Tecnologias Educacionais com ênfase na acessibilidade de objetos virtuais de aprendizagem através da produção, utilização e avaliação de websites, blogs, videoaulas, ambientes virtuais de aprendizagem, jogos sérios, audiobooks, podcasts, livros digitais, softwares educacionais, animações, simulações, etc.

ELLEN RAMALHO DA CUNHA

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Redentor. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

FABIO BIASOTTO FEITOSA

Psicólogo (UNESP/Assis-SP), Mestre e Doutor em Educação Especial (UFSCar/SãoCarlos-SP), com estágio pela CAPES na UTL/Lisboa-Portugal, realizando estudos no campo do Treinamento de

AUTORES

Habilidades Sociais-THS. Professor do Departamento de Psicologia da UNIR/Porto Velho-RO, com Pós-Doutorado pela CAPES na UCL/Londres-Reino Unido. Leciona e pesquisa o impacto das relações interpessoais e das habilidades sociais na saúde mental pelas abordagens teóricas humanista e cognitivista.

KENNELY DE OLIVEIRA FRANÇA ANDRADE

Mestre em Ciência da Educação, Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA, atualmente atua como docente efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, no CETI Prefeito Washington Luiz Regis da Silva.

LARISSA APARECIDA DIONIZIO

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e Aluna pesquisadora no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES – Unicentro).

MARCOS ROBERTO DA GAMA COTTA

Graduado em Farmácia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

MARIA PAULA MACIEL

Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pernambuco (2021), é mestranda em filosofia dos Estudos Culturas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em folkomunicação. Com pesquisas na área de folkcomunicação e a arte popular no contexto pernambucano. Possui cursos na área de direção criativa e já atuou como redatora publicitária, marketing e revisora de roteiro. No ano de 2022 foi selecionada pelo Projeto Marieta - sediado no estado de São Paulo - para trabalhar em um roteiro de auto ficção pelo Grupo de Desenvolvimento de Roteiro. É cronista cultural da Revista Carpas, organizando as mídias sociais da mesma com contribuições voluntárias mensais. Também escreve para a Revista Será? uma revista com mais de dez anos de mercado que tem como lema "penso, logo duvido". Ainda é sócia da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, participando anualmente do congresso, sempre com exposições. Em 2023 adentrou como pesquisadora na Rede Folkcom, rede de estudos em comunicação popular.

MAURO KLEIMAN

Professor Titular da UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

ROSELENA DE FÁTIMA COITO

Doutorado em Estudos Literários (UNESP), pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob a supervisão do Prof. Dr. Roger Chartier. Professora associada (UEM)

SUSANE PATRÍCIA MELO DE LIMA

Docente na Universidade do Estado do Amazonas/UEA/ no Curso de Geografia/ENS. Doutoranda em Geografia vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM/PPGEOG, na linha de pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia. Geógrafa, bacharel, licenciada e Mestre em Geografia formada pela Universidade Federal do Amazonas/Ufam, respectivamente no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia. Atua nas Ciências Humanas, com ênfase em Geografia Humana.

AUTORES

VALTER LUIZ DE MACEDO

Geógrafo, mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), professor do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG/UERJ) e do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB/III COMAER) e membro pesquisador do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU/IPPUR/UFRJ).

VANESSA DE LIMA ZANON GAMA COTTA

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM).

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson